

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XINGU

Edital 21/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2025	257041-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XINGU	MILTON MARTINS DE SOUZA	05/02/2026 11:18 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25051.000867/2024-76

1. DO OBJETO

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

[PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90001/2026.

(Processo Administrativo nº 25051.000867/2024-76)

Torna-se público que o(a) Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu, por meio do(a) SELOG, sediado(a) Avenida Rio Grande do Sul, 1181, bairro Jardim Flamboyant, na cidade de Canarana/MT , CEP 78640-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 25/02/2026

Horário: 09:00 horas (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto e Fechado

Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de mão de obra para manutenção predial, com fornecimento de mão de obra especializada de 05 (cinco) Oficiais de Serviços Gerais (Técnicos de Manutenção) e ferramentas, para atender as necessidades do DSEI Xingu e unidades vinculadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.[A1]

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CBO	LOTAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL
------	-------------------------	-----	---------	----------------------------

GRUPO ÚNICO	1	OFICIAL DE SERVIÇOS GERAIS (TÉCNICO DE MANUTENÇÃO)	5143	Sede do Dsei Xingu /SESANI - Canarana /MT	05
	DIÁRIAS				45

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

~~2. do registro de preço~~

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. sociedades cooperativas;[A4]

3.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;[A5]

3.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*[A1]

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício[A2] .

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

- 5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A4]
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A5] [A6]

- 5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade	Marca	Fabricante
1	1	Mensal	Não Exigido	Não Exigido
2	2	Unitário	Diárias	CCT

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **[NÃO]** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional[A3] .

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. [A4]

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item[A1] .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de:**

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	1	R\$ 100,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.[A7]

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;[A9]

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;[A10]

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A11] [A12]

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência. [A13]

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A14]

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicafe;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

8.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. *Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:*

8.12.1. *Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;*

8.12.2. *No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital; [A1]*

8.12.3. *No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.*

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A2]

8.14.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A3], o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.23.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.23.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.23.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.23.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;[A4]

8.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A5]

8.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.27 O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.[A6]

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% [A1] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.**

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail selog.dseixingu@saude.gov.br [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.[A2]

9.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[NO MÍNIMO, DUAS HORAS]**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (uma) horas **[NO MÍNIMO, DUAS HORAS]**, para:[A3]

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **[5]** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **[5]** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja

assinado digitalmente em até **[5]** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **[5]** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974. [A2]

10.8.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967 /2024. [A3]

10.9 Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de XX %. [A4]

10.10. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024. [A5]

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

~~11.~~

~~DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS~~

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [\[comprasnet.gov.br\]](https://comprasnet.gov.br). [A1]

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Pregoeiro** /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação. [A2]

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [\[comprasnet.gov.br\]](https://comprasnet.gov.br).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. *Anexo II – Modelo de proposta;*

16.11.3. *Anexo III- Modelo de planilha de custo;*

16.11.4. *Anexo IV - Modelo de IMR Serviços;*

16.11.5. *Anexo V - Declaração de Conhecimento das Cond. de Lic.;*

16.11.6. *Anexo VI - Declaração de Vistoria;*

16.11.7. *Anexo VII - Declaração de dispensa de Vistoria;*

16.11.8. *Anexo VIII - Minuta Anexo II -Minuta de Ter. de Contrato;*

Canarana-MT, 03 de Fevereiro de 2026.

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MILTON MARTINS DE SOUZA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 10:53:12.

WULKAI SUIA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 11:18:54.

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XINGU

Termo de Referência 29/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2025	257041-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XINGU	MILTON MARTINS DE SOUZA	11/11/2025 15:14 (v 1.8)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25051000867/2024-76

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº25051.000867/2024-76)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.Contratação Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de mão de obra para manutenção predial, com fornecimento de mão de obra especializada de 05 (cinco) Oficiais de Serviços Gerais (Técnicos de Manutenção) e ferramentas, para atender as necessidades do DSEI Xingu e unidades vinculadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO ÚNICO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CBO	LOTAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL
	1	OFICIAL DE SERVIÇOS GERAIS (TÉCNICO DE MANUTENÇÃO)	5143	Sede do Dsei Xingu /SESANI - Canarana/MT	05
	DIÁRIAS				45

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados do(a) data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são as discriminadas na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação á vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2024**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

Justificativa para Não Decretação de Sigilo

A não decretação de sigilo é justificada pelos seguintes motivos:

1. **Transparência:** A divulgação do Termo de Referência garante o acesso público às informações, promovendo a transparência na administração pública.
2. **Ausência de Riscos:** O conteúdo do documento não apresenta riscos à segurança nacional, às relações internacionais ou à integridade de pessoas.
3. **Conformidade Legal:** A classificação como informação acessível está em conformidade com a LAI e com os princípios constitucionais.
4. O Termo de Referência contém informações técnicas e operacionais relacionadas à contratação de serviços de manutenção, sem dados sensíveis ou estratégicos que possam comprometer a segurança nacional, as relações internacionais ou a integridade de pessoas.
5. A divulgação do documento não prejudica a execução do objeto contratual nem se enquadra nos pressupostos para decretação de sigilo previstos no Art. 23 da LAI.

Classificação

O Termo de Referência é classificado como acessível ao público, em conformidade com o inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal e com os princípios da transparência e da publicidade.

Nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), este Termo de Referência é classificado como informação pública, não havendo qualquer restrição de acesso ao seu conteúdo. A classificação foi realizada conforme os critérios estabelecidos na legislação vigente, observando os princípios da publicidade e da transparência da Administração Pública.

Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, atendendo aos princípios da padronização, eficiência e segurança jurídica, sendo validado pela equipe de planejamento e pela autoridade competente designada. Todos os artefatos foram adequadamente registrados nos autos do processo, incluindo a Declaração de Alinhamento ao Planejamento Estratégico, a Declaração de Uso de Modelos AGU (com inclusão do Edital), bem como a certificação de alinhamento ao Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 4.1.1. A duração total do contrato é de 12 (doze) meses, de acordo com o informado neste Termo de Referência.
- 4.1.2. O adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.1.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

4.1.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de referência.

Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Eficiência no uso de recursos

A empresa contratada deverá adotar práticas que promovam o uso racional de recursos naturais e materiais durante a execução dos serviços, tais como economia de água, energia elétrica, e consumo consciente de materiais de limpeza e insumos.

4.2.2. Fornecimento de ferramentas sustentáveis

Sempre que possível, as ferramentas fornecidas para a execução dos serviços deverão possuir características sustentáveis, tais como maior durabilidade, possibilidade de reutilização, menor consumo energético e, preferencialmente, provenientes de processos produtivos com menor impacto ambiental.

4.2.3. Gestão adequada de resíduos

Durante a execução dos serviços, a contratada deverá adotar práticas de segregação e descarte adequado de resíduos sólidos eventualmente gerados, conforme legislação ambiental vigente, priorizando a reciclagem, reutilização e a destinação ambientalmente correta.

4.2.4. Responsabilidade social

A contratada deverá comprovar que não utiliza, direta ou indiretamente, mão de obra infantil, trabalho forçado ou em condições análogas à escravidão. Será considerada boa prática a adoção de políticas inclusivas, como a contratação de pessoas com deficiência, egressos do sistema prisional ou integrantes de populações vulneráveis.

4.2.5. Condições adequadas de trabalho e segurança

Deverá ser assegurado, pela contratada, o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados às atividades desenvolvidas, bem como treinamento dos profissionais em normas de segurança do trabalho e práticas ambientais, com vistas à prevenção de acidentes e ao respeito ao meio ambiente.

4.2.6. Produtos e materiais com menor impacto ambiental

Caso seja necessário o uso de materiais de limpeza, lubrificantes, ou outros insumos, a contratada deverá, sempre que tecnicamente possível, priorizar produtos biodegradáveis, atóxicos, certificados ou de baixo impacto ambiental.

4.2.7. Capacitação em práticas sustentáveis

A contratada deverá promover ações de capacitação e sensibilização em sustentabilidade para seus empregados envolvidos diretamente na execução do contrato, podendo ser por meio de treinamentos, campanhas educativas ou informativos internos.

4.3. Deverão seguir a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

4.4. Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas;

4.5. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

4.5.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.5.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.5.3. Florestas plantadas e outras fontes de biomassa;

4.6. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.8.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.9. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.9.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.9.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.9.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.9.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.10. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.13. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.13.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.14. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.14.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.14.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.14.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.15. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.16. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.17. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.18. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.19. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.19.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.19.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº662, de 11 de abril de 2022.

4.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.20.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.20.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.21. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.21.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.21.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.21.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.22. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.23. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.24. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.25. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09:00** horas às **17:00** horas.

4.26. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.27. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.27.1. O licitante deverá agendar a vistoria através do telefone (66) 3478-2340, ou pessoalmente na sede do DSEI Xingu localizado na Avenida Rio Grande do Sul, nº1181, Jardim Flamboyant – Canarana/MT.

4.28. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.29. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.30. Justificativa para Não Exigência de Escritório

A equipe técnica, após análise criteriosa, concluiu que não há necessidade de exigir a instalação de um escritório físico pela contratada para o gerenciamento dos 5 (cinco) postos de Oficiais de Manutenção no âmbito do SESANI. A justificativa baseia-se nos seguintes aspectos:

1. Número Reduzido de Colaboradores: O gerenciamento de 5 (cinco) profissionais não demanda uma estrutura física dedicada, podendo ser realizado de forma remota ou em escritório já existente.
2. Uso de Estrutura Existente: A contratada poderá utilizar sua própria infraestrutura, caso disponha de escritório adequado, evitando custos desnecessários.
3. Trabalho em Home Office: A gestão remota, por meio de ferramentas de comunicação e gerenciamento online, é plenamente viável e eficiente.
4. Redução de Custos: A não exigência de escritório físico contribui para a diminuição de gastos com aluguel, energia, água e deslocamento de funcionários, refletindo-se em propostas mais competitivas.
5. Flexibilidade e Eficiência: A gestão remota proporciona maior agilidade e adaptabilidade, sem comprometer a qualidade do serviço.
6. Conformidade com o Objeto Contratual: A execução do objeto não será prejudicada, uma vez que as atividades de gerenciamento podem ser realizadas de forma remota ou em estrutura já existente.

Dessa forma, a equipe técnica entende que a não exigência de instalação de escritório não restringe a competitividade da licitação e contribui para a otimização de recursos, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência.

Margem de Preferência

4.31. Não se aplica

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Início da execução da prestação dos serviços a Contratada deverá efetuar um levantamento detalhado da situação de todas as unidades, e apresentar relação elaborado pelos técnicos de manutenção contendo a relação de peças e materiais, com as quantidades mínimas, que devem ser mantidas em estoque (no DSEI Xingu), para atendimento às manutenções corretivas objeto do levantamento (quantidade estimada com base nas características dos equipamentos e experiência da Contratada na prestação de serviços), a fim de que a Contratante autorize a contratada a providenciar sua aquisição, atendida as características peculiares de prestação de serviços para as edificações.

5.1.3. Do levantamento Preliminar, deverá fazer parte à realização de inspeção em todas as instalações, no que couber à edificação, abrangendo, por exemplo, quadros elétricos, motores, instalações especiais, hidráulica e sanitária.

5.1.4. Ao final de cada mês e até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da execução dos serviços, deverá ser apresentado pela contratada relatório dos serviços prestados, conferido e assinado pelo responsável técnico da Contratada e deverá conter:

5.1.4.1. Serviços executados;

5.1.4.2. Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período, incluindo falta de energia, água e etc;

5.1.4.3. Resumo dos serviços preventivos e corretivos executados, com indicação das pendências e as razões de sua existência, que dependam de solução por parte da fiscalização;

5.1.4.4. Sugestões sobre reparos preventivos e modernizações cuja necessidade tenha sido constatada, acompanhadas de parecer sobre o estado geral da instalação, assinado pelo responsável técnico.

5.1.4.5. Sempre que solicitado, a Contratada deverá apresentar relatório complementar de atividades, independente do relatório mensal, bem como elaborar pareceres, laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade técnica econômico sobre quaisquer instalações e equipamentos incluindo necessidades de novas instalações.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereços: Sede do Dsei Xingu, que fica na Avenida Rio Grande do Sul, nº 1181, Jardim Flamboyant - Canarana/MT e as unidades de saúde vinculadas a administração do Dsei Xingu.

Jornada de Trabalho e Repouso

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **das 08:00h as 18:00h do horário de Brasília - DF.**

5.3.1. A jornada de trabalho dos empregados alocados na execução dos serviços deverá observar a legislação vigente, em especial o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e normas coletivas da categoria.

A carga horária padrão será de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 18h00, com intervalo mínimo de 2 (duas) hora para repouso e alimentação.

Fica vedada a prorrogação habitual da jornada, salvo em casos excepcionais devidamente autorizados pela Contratante e em conformidade com a legislação trabalhista.

Aos empregados será garantido o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e o gozo dos feriados nacionais e locais, observadas as necessidades do serviço e a legislação específica.

Em caso de necessidade de trabalho extraordinário, deverão ser observadas as regras de compensação ou pagamento de horas extras previstas em lei e nos instrumentos normativos aplicáveis à categoria profissional.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

1. Instalações elétricas

Diariamente

- verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Verificar a existência de fusíveis queimados;
- Verificar as luminárias quanto à ocorrência de lâmpadas queimadas ou com operação insuficiente;
- Verificar contatos internos, reapertar os parafusos de fixação e contatos externos dos soquetes, caso as lâmpadas ainda não fique iluminadas;
- Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do sistema de iluminação;
- Trocar os reatores quando se fizerem necessários;
- Verificar o fechamento correto das tampas dos porta - fusíveis;
- Verificar as condições gerais dos equipamentos e ambiente;
- Verificar o aquecimento nos disjuntores “no-fuse” geral em todos os quadros de distribuição;
- Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento dos quadros de distribuição de luz;
- Inspecionar os condutores, cabos e terminais;
- Inspecionar as chaves seccionadoras e fusíveis;
- Verificar as partes metálicas quanto à existência de pontos de oxidação;
- Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores termomagnéticos e cabos de alimentação;
- Medir a amperagem nos alimentadores em todas as saídas;
Medir nível de isolamento dos alimentadores;
- Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do quadro geral;

Tomar nota das anormalidades verificadas durante os serviços e efetuar as correções necessárias.

Quinzenalmente

- Medir e controlar a tensão;
- Medir a amperagem nos fios de saída dos disjuntores a fim de controlar a carga elétrica nos disjuntores;

Mensalmente

- Verificar o aterramento das ferragens;
- Medir o nível de iluminação;
- Efetuar limpeza das luminárias;
- Efetuar limpeza das lâmpadas;
- Reapertar os parafusos de sustentação das luminárias;
- Reapertar os contatos dos reatores;
- Inspecionar o estado das chaves magnéticas;
- Verificar o ajuste dos relés de sobrecarga;
- Controlar o nível dos alimentadores;
- Reapertar os parafusos de contato dos disjuntores;
- Reapertar a fixação e estado dos barramentos;
- Inspecionar o isolamento dos cabos de alimentação;
- Inspecionar os isoladores e conexões da saída dos disjuntores, evitando assim pontos de resistência elevada;

- Medir o isolamento dos disjuntores;
- Medir a amperagem nos fios de alimentação dos quadros;
- Inspeccionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado de isolamento);
- Verificar os aspectos da fiação;
- Verificar o equilíbrio das fases nos alimentadores (circuitos);
- Inspeccionar as ligações da carcaça dos quadros a terra;
- Lubrificar as dobradiças das portas;
- Verificar o funcionamento das chaves dos armários;
- Controlar a amperagem nas diversas secções dos barramentos, corrigindo sobrecargas e desbalanços de corrente;
- Controlar as tensões, terminais, corrigindo eventuais quedas de tensão;
- Limpar o ambiente e equipamentos.

Trimestral

- alinhamento dos contatos, movimentos livres;
- reapertar parafusos de fixação dos barramentos, conexões e ferragens

Semestral

- efetuar testes de isolamento á corrente contínua;
- verificar e corrigir aterramento;
- medir a resistência dos cabos elétricos alimentadores;

Anualmente

- Combater corrosão e retocar pintura

2. Sistemas Hidráulicos e Sanitários

Semanalmente

- Verificar válvulas de descarga dos sanitários;
- Verificar caixas e ralos sifonados e secos, limpando-os quando necessário;
- Verificar existência de vazamento em torneiras, registros e válvulas de pias, lavatórios, sanitários e outros que porventura venham a ser observados, procedendo-se aos reparos necessários;
- Proceder ao recolhimento de pó de café nas caixas de decantação;
- Verificar e registrar semanalmente, em livro próprio, o consumo de água e o estado dos hidrômetros;
- Verificar o estado da tubulação primária, consertando possíveis vazamentos;
- Verificar o sistema de captação de águas pluviais (calhas, ralos, tubulações e caixas de inspeção);
- Verificar o nível das caixas de gordura e proceder à remoção do material ali existente;
- Examinar os reajustes nas gaxetas e conexões das bombas;
- Verificar o estado das bóias das caixas de água;
- Verificar o estado de vedação dos reservatórios.

Mensalmente

- Inspeção de funcionamento;
- Verificar se as válvulas estão em suas devidas posições “aberta” ou “fechada”;
- Verificar se as válvulas, registros e vigas estão limpos, desobstruídos e sem ferrugem;
- Verificar se há vazamentos e infiltrações de água através das paredes do reservatório;
- Verificar dispositivos de acionamento;
- Apertar fixações;
- Retirada dos materiais sólidos;
- Retirada de óleos e gordura das caixas coletoras e de gordura;
- Verificar se há a estrutura dos tanques elevados necessitam de reparos;
- Verificar se as vigias estão devidamente fechadas.

Bimestralmente

- Inspeção de funcionamento das calhas e condutores de água pluviais;

Trimestralmente

- Retirar detritos;
- verificar se há rachaduras;

Semestralmente

- Inspeção e reparos do medidor de nível, torneira de bóia, extravasor, sistema automático de funcionamento de bombas, registros de válvulas de pé e de retenção;
- Inspeção periódica da ventilação do ambiente e das aberturas de acesso;
- Controle periódico do nível de água para identificação de possível vazamento;
- Limpeza dos poços de drenagem;
- Serviços de limpeza e desobstrução;
- Serviços de limpeza e desobstrução e calhas e condutores de águas pluviais;
- Reparos de trechos e fixações.

Anualmente

- Proceder à limpeza dos reservatórios;

3. Estrutura Predial e Revestimentos

Semanalmente

- Verificar os revestimentos de pisos cerâmicos e azulejos;
- Verificar o revestimento e estado de conservação do passeio externo;
- Verificar os revestimentos de piso com pedra natural;
- Verificar os revestimentos de parede com pedra natural;
- Verificar o estado das alvenarias, inclusive dos revestimentos;
- Verificar o estado de conservação dos muros;
- Verificar o estado de conservação das construções da área ajardinada;
- Verificar o revestimento de rampas de acesso;
- Verificar a limpeza da pintura de paredes e tetos;

Semestralmente

- Inspecionar a estrutura de concreto aparente, principalmente vigas e pilares;
- Inspecionar as áreas impermeabilizadas: laje de cobertura, jardins, hall externo e entrada etc.;
- Inspecionar o estado das construções dos abrigos de instalações e quadros.

Eventualmente

- Substituir, complementar ou reparar os revestimentos de paredes e pisos existentes, constituídos em geral por peças de cerâmica ou de pedra (granito);
- Realizar pequenas demolições e construções de alvenaria;
- Confeccionar pequenos elementos de concreto;
- Recuperar o perímetro do passeio e limites da área ajardinada;

4. Portas e Portões

Quinzenalmente

- Verificar o funcionamento de molas de piso de pivôs;
- Verificar o alinhamento e o fechamento das portas e portões;
- Verificar o funcionamento e fixação das fechaduras, puxadores e dobradiças;
- Verificar o estado de conservação dos elementos de sinalização;
- Verificar o estado de conservação e o alinhamento dos trilhos dos portões de correr;
- Verificar o estado de conservação das roldanas e lubrificá-las;

- Verificar o estado geral dos pinos de deslizamento;
- Verificar o funcionamento dos portões de entrada;
- Verificar o estado geral da pintura das portas;

5. Serviços Gerais

- Executar pequenos reparos e reforços em mobiliário, desde que não exijam condições técnicas especiais;
- Além das manutenções periódicas, executar reparos nas instalações do edifício, tais como:
- Reparos em pintura, com preparação da base;
Reparos em forros;
- Reparos em esquadrias metálicas, de madeira, ferro ou alumínio;
- Manutenção dos telhados e manutenção das impermeabilizações;
- Manutenção, reparos, montagem/desmontagem de divisórias, portas, fechaduras, e afins;
- Substituição de vidros das esquadrias.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Alicate bomba d'água 10'
2	Alicate cortador, descascador e desencapador de fio
3	Alicate crimpador RJ11 e RJ45 com trava de catraca - rede e telefonia.
4	Alicate de bico ½ cano reto 6"
5	Alicate de compressão para terminais cabo RG6 e RG11
6	Alicate de corte diagonal 6"
7	Alicate de corte rente reforçado
8	Alicate de pressão 10
9	Alicate para prensar terminais p/ fios e cabos 0,5 - 10mm.
10	Alicate para terminais coaxial catracado RG59,58,62,6.
11	Alicate rebitador manual
12	Alicate universal 8"
13	Alicate volt-amperímetro (TRUE RMS) VA-318 MARCA INSTRUTHERM.
14	Arco de serra manual
15	Badisco Digital Com Display Em Cristal Líquido
16	Torno de bancada nº6
17	Moto Esmeril de bancada 1/2CV 220V
18	Bomba para Graxa manual de 0,5 a 1kg
19	Broca de aço rápido (jogo)
20	Brocas de vídea (jogo)
21	Broxa para pintor
22	Caixa p/ ferramentas plástica entre as dimensões mínimas de 40 a 50cm comprim.
23	Carrinho de mão capacidade 60L, pneu com câmara.
24	Carro Aberto para Ferramentas (Ref: Tramontina)
25	Cavadeira reta tipo alavanca, material: aço carbono e cabo : madeira
26	Chave B.L.I enroladeira para telefonia.
27	Chave cortador de tubo manual, ½" a 6"
28	Chave de boca nº 10 e 11

29	Chave de boca nº 12 e 13
30	Chave de fenda ¼ x 6"
31	Chave de fenda ¼ x 8
32	Chave de fenda 1/8 x 6
33	Chave fenda 1/8 x 3
34	Chave fenda 3/16 x 4
35	Chave Inglesa 24"
36	Chave inglesa 4"
37	Chave Inglesa 6"
38	Chave para lavatório em ferro fundido, não extensível, para bitolas de 3/8 a 1.1/4 polegadas
39	Chave philips 1/8 x 3
40	Chave philips 3/16 x 4
41	Chave phillips 3/16 x 3"
42	Chave phillips ¼ x 5"
43	Punch Down para inserção em terminais de rede RJ45.
44	Chaves de grifo nº 10
45	Chaves de grifo nº 12
46	Chaves de grifo nº 14
47	Chaves de grifo nº 18
48	Chaves de grifo nº 24
49	Chaves de grifo nº 36
50	Chaves de grifo nº 48
51	Chaves de grifo nº 08
52	Colher de pedreiro 8"
53	Decapador para cabos de rede.
54	Desempenadeira de alumínio para aplicação de rejunte
55	Desentupidor de esgotos, pias, ralos e banheiras
56	Enxada Larg: 30cm Cabo: 150cm
57	Escada de alumínio de 12, degraus
58	Escada de alumínio de 5 degraus
59	Esquadro de carpinteiro
60	Estilete (cartucho com 10 lâminas)
61	Estilete profissional (com lâmina de 18 mm para trabalho pesado com empunhadura de borracha anti-deslizante)
62	Ferro de solda 100W.
63	Ferro de solda 40W (com ponta fina)
64	Formões (jogo) – 3/8", ½", 5/8", ¾"
65	Furadeira elétrica profissional, velocidade variável e reversível, mandril até ½", DEWALT mod. DW508K
66	Furadeira elétrica, mandril até 3/8"
67	Jogo de chave ALLEN 1,5mm à 10mm.
68	Jogo de chave hexagonal de 1/2 a 9/16
69	Jogo de chaves combinadas 6 à 32mm.
70	Jogo de chaves de boca, 6 a 22mm
71	Jogo de chaves de fenda c/ 6 peças
72	Jogo de chaves Torx de T7 à T40.

73	Jogo de Soquetes Sextavados 1/2 Profissional (Aço cromo vanádio temperado-Encaixe de 1/2" 20 Soquetes Sextavados (mm): 10 à 32mm)
74	Jogo de tarraxas de 1,0" a 2,0" de ferro galvanizado
75	Lanterna recarregável de 15 Leds.
76	Lima chata 6" bastarda
77	Lima chata de 8" bastarda
78	Lima redonda 6" bastarda
79	Linha p/ pedreiro Carretel: 100m
80	Lixadeira elétrica (p/metal)
81	Localizador de cabos de rede (UTP 4 pares) e de cabos de telefonia.
82	Lupa com cabo (60mm de diâmetro)
83	Luvras p/ eletricista de 500V classe 00 tipo 2
84	Maçarico a gás combustível
85	Maleta para ferramentas com divisórias (42x37x11cm)
86	Máquina de copiar chaves NR 02 220V Gold ou Similar
87	Máquina de solda (elétrica)
88	Máquina Desentupidora Elétrica - TL50 - Bi-volt - Motor de 1/2 HP.
89	Martelo unha 34cm
90	Mascara protetora de solda
91	Nível de bolha laser 500
92	Pá (reta e com bico) com cabo
93	Parafusadeira velocidade variável 1/4" 700watts.
94	Picaretas (ponta fina / ponta larga)
95	Pincel para retoque
96	Plaina elétrica
97	Ponteiro 10"
98	Prumo de pedreiro
99	Rádio portátil talkabout
100	Rolo p/ pintura
101	Serra circular elétrica
102	Serra elétrica tico-tico
103	Serrote de 22"
104	Sugador de solda
105	Suporte para ferro de solda
106	Talhadeira 130 x 15mm
107	Talhadeira 150 x 15mm
108	Talhadeira 250 x 20mm
109	Termômetro Digital MINIPA c/ mira lazer.
110	Tesoura para Cabista/eletricista TES.
111	Testador de cabo de rede p/ RJ11 e RJ45.
112	Teste de tensão neon
113	Trena, 5m
114	Fogão 2 bocas
115	Panela de pressão 7L
116	Panela tipo Caçarola
117	Prato para refeição

118	Colher para refeição tipo sopa
119	Copo Plástico 300ml
120	Máscara Multiuso poeira (Caixa 50 peças)

5.5.1. Utensílios de Apoio Operacional e Alimentação de Campo

Considerando que as atividades de manutenção predial descritas no Estudo Técnico Preliminar são executadas em áreas remotas e de difícil acesso, muitas vezes sem infraestrutura adequada para preparo ou consumo de refeições, justifica-se a necessidade de disponibilização de utensílios básicos de apoio logístico e operacional aos profissionais designados.

Os itens listados abaixo têm finalidade estritamente funcional, destinada ao apoio das equipes durante a execução dos serviços, não possuindo caráter doméstico ou recreativo, mas sim de autossustentação em campo, conforme o regime de trabalho estabelecido para os Oficiais de Manutenção:

- **Fogão de 2 bocas:** destinado ao preparo e aquecimento de refeições rápidas nas frentes de trabalho, garantindo alimentação adequada aos servidores em locais sem refeitório. O modelo compacto atende a pequenas equipes, assegurando eficiência e economia de combustível.
- **Panela de pressão 7L:** possibilita o cozimento rápido de alimentos, otimizando o uso do gás e reduzindo o tempo de preparo, especialmente em áreas com restrição de insumos energéticos.
- **Panela tipo caçarola:** utilizada para preparo de refeições variadas em quantidade suficiente para pequenos grupos de trabalhadores, assegurando condições básicas de alimentação durante a execução das atividades.
- **Prato para refeição, colher tipo sopa e copo plástico reutilizável:** utensílios individuais destinados ao consumo de alimentos e bebidas, garantindo higiene e redução de resíduos, em consonância com os critérios de sustentabilidade.
- **Máscara multiuso:** classificada como Equipamento de Proteção Individual (EPI), obrigatória conforme as Normas Regulamentadoras nº 6 e nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego. Protege o trabalhador contra poeira, respingos, odores e partículas em suspensão, comuns nas atividades de manutenção predial, pintura e limpeza.

A disponibilização desses utensílios assegura condições mínimas de salubridade, segurança e dignidade laboral aos profissionais em campo, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e responsabilidade socioambiental previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 11, inciso IV.

Dessa forma, os itens listados são considerados essenciais ao pleno cumprimento do objeto contratual, devendo permanecer contemplados no planejamento da contratação.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido[A9] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quantidade
1	Calça comprida, tipo jeans ou brim	2
2	camisas	2

3	jalecos	2
4	Pares de sapato ou botina de segurança	2
5	Pares de luvas de vaqueta	1
6	Óculos de proteção	1
7	Par de luva de cobertura (proteção) para luva isolante conforme NR10	1
8	Par de meia	4
9	Casaco de frio ou Japona	1
10	Cinto de Náilon	1

5.7.1.2. Os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.7.2.. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.7.2.1. Calça: modelo tradicional com bolso tipo sacola na perna;

5.7.2.2. Camisa de manga comprida e curta: 100% algodão, gola polo, com bolso frontal;

5.7.2.3. Jaleco de manga curta: 80% poliéster e 20% viscose;

5.7.2.4. Sapato: borracha e couro sintético, com bico revestido de aço;

5.7.2.5. Meia: 100% algodão

5.7.2.6. Casaco de frio ou japona material: tactel

5.7.2.7. Cinto de náilon.

5.7.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5.9. Diárias

5.9.1 As diárias serão concedidas por ida de afastamento da sede do serviço, destinando-se a indenizar o empregado por despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

5.9.2 O empregado fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

- quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede;
- no dia do retorno à sede do serviço;
- quando a União custear, por meio diverso as despesas de pousada;
- quando o empregado ficar hospedado em imóvel pertencente a União ou que esteja sob administração do Governo brasileiro ou de suas entidades.

Será previsto o quantitativo de 09 (nove) diárias, tendo como base avaliação da equipe técnica do SESANI /XINGU juntamente com a equipe de planejamento do Dsei XINGU responsável pela contratação, sendo estipulado esse quantitativo como o máximo estimado de diárias durante cada mês da prestação de serviços. Observando que os serviços de manutenção predial nunca forma fornecidos no âmbito do Dsei Xingu.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidades pactuadas para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133 /2021. (IN05/17 - art. 62).

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.26. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.26.1. fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

6.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando[A5] -se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.33.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.33.1.3.7. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.34.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.34.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.34.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.34.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.34.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.35. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.36. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.38. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.39. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.40. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.41. No caso de sociedades diversas[A9], tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.42. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.45. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.46. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.47. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.48. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.49. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.50. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.51. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.52. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.53. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.54. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.55. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.56. Cabe ao gestor do contrato:

6.56.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.56.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.56.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.56.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.56.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.56.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.56.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.56.8. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no IMR.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Os indicadores mínimos de desempenho que serão aferidos pela equipe de fiscalização do contrato, estão descritos no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, que é parte integrante deste Termo de Referência (Anexo), neste documento é possível observar as atividades mais relevantes que implicam na qualidade do serviço, as consequências possíveis quando da não observância de tais indicadores, além dos resultados esperados, fazendo correlação entre o número de ocorrências e a qualidade da prestação do serviço;

7.4.2. Os indicadores descritos no IMR são objetivamente mensuráveis e compreensíveis, estando adequados à natureza da atividade e sendo facilmente coletáveis, facilitando o trabalho da equipe de fiscalização do contrato bem como sua relação com a representação da futura licitante contratada;

7.4.3. O IMR descreve de maneira detalhada os indicadores de desempenho mínimos esperados, com a finalidade de disciplinar o pagamento à conformidade qualitativa dos serviços prestados e os resultados efetivamente obtidos na execução do objeto, cabe salientar que tais indicadores e as metas estabelecidas estão organizados de maneira sistemática, com a aferição de resultados realizada através de registros e controle efetivo, para que não reste dúvida quanto à qualidade da execução do serviço, com a previsão de pagamentos proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas;

7.4.4. O não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não relevantes ou críticos, a critério do órgão, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

7.4.5. O instrumento de medição de resultados – IMR deverá ser aplicado, preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidades pactuadas;

7.4.6. A Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato poderá se valer de outros mecanismos de controle e aferição da qualidade dos serviços, sempre que se fizer necessário, comunicando de maneira clara e objetiva à Contratada que se valerá de tais expedientes para acompanhamento dos serviços prestados;

7.4.7. A Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato deverá definir o procedimento de verificação do cumprimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução, devendo explicitar à Contratada, sempre que se fizer necessário, os meios de verificação, que deverão estar em consonância com este Termo de Referência e com o Instrumento de Medição de Resultados.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (*dias*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de compensação financeira de correção monetária.

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = encargos monetários;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

I = (TX)	I =	(6/100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta - Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta -Depósito Vinculada

7.40. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.41. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.42. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.43. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.44.O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.45. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.45.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.45.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.45.3. Multa sobre o FGTS; e

7.45.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.46. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.47. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.48. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.49. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.50. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.51. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.52. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.53. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

Pagamento pelo fato gerador

7.54. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o Contratante adotará os seguintes procedimentos:

7.55. Serão objeto de pagamento mensal ao Contratado o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D da IN SEGES/MP n.º 5/2017:

1. Módulo 1: Composição da Remuneração;

2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;

3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;

4. Submódulo 4.2: Substituto na Intrajornada;

5. Módulo 5: Insumos; e

6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

7.55. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao Contratado, devendo ser pagos pela Administração ao Contratado somente na ocorrência do seu fato gerador;

7.55.1. . A não ocorrência dos fatos geradores discriminados neste item não gera direito adquirido para o Contratado das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no contrato.

7.56. As verbas discriminadas no item anterior somente serão liberadas nas seguintes condições:

7.56.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

7.56.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

7.56.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;

7.56.4. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e

7.56.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte cinco) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO] sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de [empreitada por preço global]

9.3. O regime de execução do contrato será como base as seguintes características:

9.3.1 As propostas referentes ao Grupo deverão considerar valores referentes a auxílio transporte de cada município onde haverá a prestação de serviço, por passagem, vale salientar que o valor em destaque é atualizado anualmente, devendo a contratada realizar a atualização de valores sempre que houver mudança de preços praticados, solicitando em seguida reajuste de preços através de replanilhamento;

8.2.2 O horário de execução dos serviços será de segunda a sexta-feira, com carga horária de 40 horas semanais, distribuídas dentro do horário de funcionamento de cada localidade.

9.4. Dos benefícios previstos:

9.4.1. A licitante deverá elaborar as planilhas de custos e de formação de preços baseados nos pisos salariais e demais exigências da Convenção Coletiva de Trabalho, desde que seja vigente na jurisdição de Mato Grosso, atentando para os valores de auxílio transporte e vale alimentação.

9.4.2. De acordo com a conveniência do serviço e as necessidades da Administração do DSEI Xingu, os horários de início e final do expediente poderão ser alterados, bem como o horário do intervalo de almoço, respeitando os limites de carga horária estabelecidos pela legislação trabalhista.

9.4.3. Os benefícios aos terceirizados são os previstos em Convenção Coletiva de Trabalho SEEAC/MT 2025 /2025 e CLT, ou seja, garantia do pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente, Prêmio Assiduidade – Cesta Básica, Auxílio Alimentação, Vale Transporte e demais previstos em CCT.

9.5. Do Preposto da Contratada

9.5.1. A Contratada manterá, durante todo o período de vigência do contrato, um Preposto, com fins de representa-la administrativamente, sempre que necessário, devendo indica-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identificação e do CPF, endereço e telefones residencial e de celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros.

9.5.2. O Preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

9.5.3. A Contratada orientará o seu Preposto quanto à necessidade e acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

9.5.4. Na designação do Preposto é vedada a indicação dos próprios empregados (responsáveis pela prestação dos serviços junto à Contratante) para o desempenho de tal função.

9.5.5. O Preposto designado não necessitará permanecer em tempo integral à disposição da Contratante, devendo, contudo, serem observadas todas as exigências relativas à sua vinculação ao Contrato, inclusive no tocante à disponibilização de todas as informações requeridos, de forma a garantir o pronto atendimento às quaisquer solicitações da Contratante.

9.6. Dos adicionais de insalubridade e periculosidade

Nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal, a Administração Pública deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assim, toda decisão administrativa deve estar devidamente motivada e amparada em razões técnicas e legais que demonstrem sua conveniência e oportunidade.

O art. 195, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dispõe que a caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade far-se-ão através de perícia a cargo de médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.

De igual modo, as orientações expedidas pelos órgãos de controle, a exemplo do Tribunal de Contas da União (TCU), indicam que, antes da contratação de terceiros para a emissão de laudos técnicos, o órgão deve demonstrar o esgotamento das alternativas em ordem de precedência, quais sejam:

- a) utilização de servidores do próprio quadro, caso possuam habilitação técnica;
- b) solicitação de apoio ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS);
- c) celebração de instrumentos de cooperação com outros órgãos públicos que disponham de corpo técnico habilitado;
- d) somente na impossibilidade das anteriores, contratação de empresa especializada.

No caso concreto, verifica-se que o órgão não dispõe em seu quadro funcional de servidores com especialização em medicina do trabalho ou engenharia de segurança do trabalho, impossibilitando a execução interna do serviço. Ademais, conforme informações prestadas pela área demandante, o SIASS local não possui disponibilidade operacional para atender à demanda, conforme documento SEI (0051073728) e não há convênios ou instrumentos de cooperação vigentes com outros entes públicos para a realização do serviço, além de não ter havido resposta diante dos ofícios solicitados aos órgãos públicos e federais conforme solicitação realizada, conforme documento SEI (0050990277).

Diante desse cenário, fica a cargo da contratada a contratação de empresa especializada para emissão dos laudos de insalubridade e periculosidade sendo essa a solução mais adequada e eficiente, garantindo o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, bem como a elaboração de laudos técnicos por profissionais habilitados e com a necessária independência técnica.

9.6.1. A Contratada, caso considere pertinente, deverá emitir um laudo técnico no **prazo máximo de 60 (sessenta) dias**, por meio de profissional da área de segurança do trabalho e devidamente registrado no Ministério de Trabalho e Emprego, por sua conta, com a finalidade de observar as áreas e serviços nos locais de trabalho do DSEI Xingu- MT que sejam insalubres ou consideradas perigosas observando - se o disposto na Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho.

9.6.2. A contratada depois de evidenciado as “ÁREAS INSALUBRES OU DE PERICULOSIDADE POR LAUDO TÉCNICO” por engenheiro de segurança de trabalho ou médico do trabalho, poderá solicitar a repactuação (reequilíbrio econômico e financeiro) das planilhas de custo e formação de preços, conforme Parecer nº 014 /2018/NLC/ENALIC/PGF/AGU.

9.6.3. Periculosidade – Para Sérgio Pinto Martins “São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador (art. 183 da CLT)”.

Exigências de habilitação

9.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.8. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.15. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.16. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.26. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.27. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.28. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais], já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas.

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.28.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.28.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos.

9.33.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.33.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.34. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Justificativa para a Exigência de Qualificação Econômico-Financeira

A exigência de qualificação econômico-financeira tem como objetivo assegurar a capacidade da licitante de honrar com os compromissos financeiros decorrentes da execução do contrato, especialmente em se tratando de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, como é o caso da manutenção predial.

Tais serviços envolvem obrigações trabalhistas mensais (salários, encargos sociais, benefícios), aquisição de materiais e insumos, e eventuais custos com equipamentos e ferramentas. Assim, torna-se imprescindível garantir que a empresa contratada possua saúde financeira compatível com o porte e duração do contrato, de forma a evitar riscos à continuidade da prestação dos serviços.

A exigência está fundamentada no artigo 69 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que autoriza a Administração a requerer documentos que comprovem a boa situação financeira da empresa, tais como:

Qualificação Técnica

9.35. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.35.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.36. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em plena validade;

9.36.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico - Operacional

9.37. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.37.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.37.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.37.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.37.1.3. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, no mínimo, número de postos de trabalho equivalente ao da contratação;

9.37.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.37.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.37.4. O fornecedor disponibilizará [A28] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.37.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 787.065,25 (Setecentos e oitenta e sete mil, sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

FUNÇÃO	CBO	LOTAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO DO POSTO	QTD ESTIMADA MENSAL	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
OFICIAL DE SERVIÇOS GERAIS (TÉCNICO DE MANUTENÇÃO)	5143	SEDE DO DSEI XINGU/SESANI - CANARANA /MT	R\$ 10.250,35	5	R\$ 51.251,77	R\$ 615.021,25
DIÁRIAS			R\$ 318,60	45	R\$ 14.337,00	172.044,00
TOTAL ESTIMADO DO GRUPO						R\$ 787.065,25

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10.4. Este órgão usou AFERIÇÃO DO PREÇO DE MERCADO PELAS TABELAS OFICIAIS, para equiparação dos preços praticados no mercado de Canarana - MT, contudo para evitar preços acima do mercado do Mato Grosso, considerando as grandes distâncias para fretes e produtos com preços mais elevados que outras regiões.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) Gestão/unidade: 257041/000001;

II) Fonte de recursos: A Cargo da CGPO;

III) Programa de trabalho: 234696;

IV) Elemento de despesa: 339037;

V) Plano interno: [...].

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

[Canarana], [31] de [Julho] de [2025].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1. Não se aplica

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1. Não se aplica

15. ANEXO - IMR

ANEXO I - IMR

INDICADORES DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA

1. QUANTIDADE DE MANUTNÇÕES PREVENTIVAS (MP)

ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	GARANTIR QUE SERÃO REALIZADAS AS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS CONFORME ROTINAS ESTABELECIDAS
META A CUMPRIR	MP = 95%
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	ORDEM DE SERVIÇO
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	PELO SISTEMA DE GESTÃO DA MANUTENÇÃO
PERIODICIDADE	MENSAL
MECANISMO DE CÁLCULO	$\Sigma(n/N) \times 100\%$ onde: n = quantidade de manutenção preventivas realizadas N = quantidade de preventivas programadas
INÍCIO DE VIGÊNCIA	IMEDIATAMENTE APÓS ASSINATURA DO CONTRATO
FAIXAS DE DESCONTO NO PAGAMENTO	MP ≥ 95% - desconto 0 MP < 95% - desconto (1 – MP) x 0,2
SANÇÕES	Se MP <95%: 1ª ocorrência – advertência Reincidência – infração de grau 2 (conforme Tabela 1 do Termo de Referência)
OBSERVAÇÕES	O PLANO DE MANUTENÇÃO ATRASADO DEVERÁ SER ATUALIZADO EM ATÉ 30 DIAS

ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	LEVANTAMENTO DO OCORRIDO NO PERÍODO
META A CUMPRIR	ENTREGA DO RT ATÉ O 10º DIA PÓS O FECHAMENTO DO PERÍODO DE MEDIÇÃO
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	ENTREGA DO RT
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	PELA FISCALIZAÇÃO
PERIODICIDADE	MENSAL
MECANISMO DE CÁLCULO	SOBRE O VALOR DA FATURA MENSAL
INÍCIO DE VIGÊNCIA	30 DIAS APÓS ASSINATURA DO CONTRATO
FAIXAS DE DESCONTO NO PAGAMENTO	SE ENTREGAR O RT COMPLETO ATÉ O 10º DIA - DESCONTO 0%. SE ENTREGAR O RT APÓS O 10º DIA/EOU INCOMPLETO - DESCONTO 0,75%.
SANÇÕES	SE ENTREGAR O RELATÓRIO APÓS O 10º DIA/EOU INCOMPLETO: 1ª OCORRÊNCIA - ADVERTÊNCIA REINCIDÊNCIA - INFRAÇÃO DE GRAU 1
OBSERVAÇÕES	

2. RELATÓRIO TÉCNICO MENSAL DE ATIVIDADES

O relatório técnico mensal envolve os serviços executados e deve ser assinado pelo preposto, contendo:

1. Descrição dos serviços executados no mês, bem como falhas e testes, incluindo a data, o horário e o local;
2. Relação de peças, componentes, equipamentos, instrumentos, sistemas e materiais utilizados;
3. Relação de serviços em andamento com estimativa de prazo de conclusão, e a executar com estimativa de prazo de início;
4. Relação de serviços executados com tempo de execução e custo dividido em mão de obra, peças, materiais, quantitativos;
5. Relação de equipamentos calibrados;
6. Resumo das anormalidades e dos fatos ocorridos no período, incluindo a falta de energia ou água e picos de consumo de energia ou de água;
7. Relação de pendências, razões de sua existência e quais destas dependem de solução do CONTRATANTE;
8. Acidentes de trabalho porventura ocorridos;
9. Estudos e levantamentos realizados;
10. Informações sobre a situação dos sistemas e equipamentos, indicando deficiências;
11. Sugestões sobre reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada;
12. Sugestões de modificações nas instalações, objetivando otimizar os sistemas e economizar energia/água;
13. Relação de peças, componentes, equipamentos, instrumentos, sistemas e materiais necessários para a execução dos serviços no mês seguinte.

3. DESCONTO SOBRE A FATURA (DF)

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. INFRAÇÕES	DESCONTO FATURA (DF) %
1	IMR		
1.1	QUANTIDADE DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (MP)		
1.4	RELATÓRIO TÉCNICO MENSAL (RT)		

2	INFRAÇÕES		
2.1	NÃO UTILIZAR O UNIFORME ADEQUADO OU INCOMPLETO		
2.2	DEIXAR DISPONIBILIZAR FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PREVISTOS NO SUBITEM 5.5 DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA		
2.3	NÃO PAGAMENTO OU ATRASO DOS SALÁRIOS E BENFÍCIOS DOS FUNCIONÁRIOS		
2.4	NÃO UTILIZAR OS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL ADEQUADOS		
2.5	NÃO REPOR FUNCIONÁRIO EM CASO DE AUSÊNCIA OU FALTAS		
2.6	DESCARTE DE MATERIAIS EM LOCAIS INADEQUADOS e/ou DENTRO DA ÁREA DO HUPES, QUE NÃO A INDICADA PELA FISCALIZAÇÃO		
2.7	ALIMENTAR O SISTEMA DE GESTÃO DA MANUTENÇÃO COM DADOS INCONSISTENTES e/ou DESATUALIZADOS		
	Total Desconta Fatura		

- CÁLCULO DO VALOR DA NOTA FISCAL / FATURA

O VALOR DA FATURA (VF) DE CADA MÊS CORRESPONDE Á:

$$VF=(1-D)\times VM+VSE+VP+VMD$$

VF = VALOR DA NOTA FISCAL/FATURA

VM = VALOR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA;

VSE = VALOR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL EVENTUAL, SOB DEMANDA;

VP = VALOR MATERIAIS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO, SOB DEMANDA.

VMD = VALOR MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO (QUANDO DE SUA REALIZAÇÃO)

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MILTON MARTINS DE SOUZA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 14:42:47.

WULKAI SUIA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 15:06:21.

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XINGU

Estudo Técnico Preliminar 41/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 25051.000867/2024-76

2. Descrição da necessidade

O presente processo tem por objetivo garantir a operação de todas as atividades do Distrito Sanitário Especial Indígena Xingu, no tocante a levar o conhecimento, trabalhar habilidades e promover o bem-estar de todos os funcionários e usuários, tendo como finalidade, a melhoria dos índices da saúde nas aldeias. Pensando desta forma, e para garantir as atividades em todas as unidades, a administração promove através deste pleito, a contratação de uma empresa que efetue os serviços de manutenção e reparos civis, elétricos e hidráulicos em todas as edificações que compõem o Distrito Sanitário Especial Indígena Xingu.

Destaca - se que os serviços dessa natureza nunca foram prestados no âmbito do DSEI-XINGU, portanto é de extrema necessidade a contratação de mão- de - obra com o objetivo do atendimento aos reparos das edificações que assistenciam as comunidades indígenas, além de abrigar os profissionais contratados (no caso dos alojamentos), SEDE do Distrito, Casai 's e Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI).

O referido processo visa ao aprimoramento e eficiência da contratação de uma empresa, que realize os serviços descritos com a devida presteza e economicidade, tendo em vista que, dependendo do tipo de serviço que não seja executado com agilidade, devido ao processo legal e nem sempre rápido, pode ensejar sérios transtornos e desperdícios, além de inviabilizar a utilização de algum ou de vários locais públicos;

O modelo de contratação refere-se à prestação de serviços de manutenção predial, com cobertura total de peças e materiais, visando criar-se um histórico rico e detalhado dos serviços realizados, peças reparadas e substituídas, ocorrências nos equipamentos e todas as demais informações necessárias que venham compor o histórico de manutenção e facilitar a gestão futura dos serviços de manutenção na Sede do DSEI Xingu e suas unidades.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SESANI/DSEI XINGU/SESAI/MS	WULKAI SUIÁ

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos Internos

A contratada deverá atender as solicitações da Fiscalização, executando-as de acordo com as orientações e especificações técnicas previamente apresentadas com estrita observância ao planejamento estabelecido.

Os funcionários disponibilizados pela contratada deverão possuir qualificação compatível com as atividades descritas, sendo facultado a fiscalização solicitar o afastamento de profissionais que não cumpram com as determinações técnicas ou operacionais.

A contratada deverá cumprir rigorosamente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais decorrentes da legislação vigente, bem como manter atualizados os documentos comprobatórios de regularidade.

Requisitos Técnicos

A prestação dos serviços deverá observar:

- O atendimento às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, quando cabível, normas internacionais;
- Os padrões de desempenho, segurança e qualidade dos serviços de manutenção predial civil, elétrica e hidráulica;
- A rastreabilidade dos serviços e peças aplicadas, garantindo um histórico detalhado para fins de controle e gestão futura.

Será exigida, ainda, a utilização de equipamentos, ferramentas e EPIs adequados e em conformidade com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente no tocante à segurança e saúde do trabalhador.

Requisitos de Sustentabilidade

Em consonância com o dispositivo do inciso IV do art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, a contratação deverá observar os seguintes critérios e práticas sustentáveis:

- Preferência, sempre que tecnicamente viável, por materiais de menor impacto ambiental, recicláveis ou provenientes de fontes sustentáveis;
- Redução da geração de resíduos durante os serviços e descarte ambientalmente adequado dos materiais substituídos;
- Incentivo à contratação de mão de obra local e/ou de empresas que promovam a inclusão social, responsabilidade ambiental e desenvolvimento regional;
- Eficiência energética na escolha de equipamentos e soluções de reparo e manutenção;
- Adoção de práticas que minimizem o consumo de água, energia e demais insumos naturais;

Essas práticas deverão estar alinhadas com os princípios da economicidade, da eficiência e da responsabilidade socioambiental.

Requisitos de Vigilância Sanitária

Considerando a natureza das unidades atendidas (Unidades Básicas de Saúde Indígena - UBSIs, CASAI's e Sede do DSEI), é imprescindível que os serviços observem os critérios de vigilância sanitária vigentes. Dentre eles:

- A não interferência no funcionamento dos serviços de saúde e na salubridade dos ambientes durante os reparos;
- A utilização de materiais e insumos com registro ou notificação junto à ANVISA, quando aplicável;
- A garantia de boas práticas na execução dos serviços, especialmente em áreas sensíveis como cozinhas, banheiros e áreas de atendimento à saúde;
- A correta limpeza e sanitização das áreas ao término dos serviços.

Requisitos Jurídicos

A contratada deverá apresentar, durante a fase de habilitação e sempre que solicitado durante a execução contratual:

- Documentação comprobatória da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária;
- Comprovação de aptidão para desempenho de atividades compatível com o objeto contratado, inclusive por meio de atestados técnicos, quando necessário;
- Cumprimento das disposições contratuais previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente aquelas relacionadas à integridade, transparência e idoneidade da empresa.

Requisitos Externos

Lei 14.133/21

Instrução Normativa nº 05/2017 que regulamenta a contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal.

Justificativa para Não Exigência de Escritório

A equipe técnica, após análise criteriosa, concluiu que **não há necessidade de exigir a instalação de um escritório físico** pela contratada para o gerenciamento dos 5 (cinco) postos de Oficiais de Manutenção no âmbito do SESANI. A justificativa baseia-se nos seguintes aspectos:

1. **Número Reduzido de Colaboradores:** O gerenciamento de 5 (cinco) profissionais não demanda uma estrutura física dedicada, podendo ser realizado de forma remota ou em escritório já existente.
2. **Uso de Estrutura Existente:** A contratada poderá utilizar sua própria infraestrutura, caso disponha de escritório adequado, evitando custos desnecessários.
3. **Trabalho em Home Office:** A gestão remota, por meio de ferramentas de comunicação e gerenciamento online, é plenamente viável e eficiente.
4. **Redução de Custos:** A não exigência de escritório físico contribui para a diminuição de gastos com aluguel, energia, água e deslocamento de funcionários, refletindo-se em propostas mais competitivas.
5. **Flexibilidade e Eficiência:** A gestão remota proporciona maior agilidade e adaptabilidade, sem comprometer a qualidade do serviço.
6. **Conformidade com o Objeto Contratual:** A execução do objeto não será prejudicada, uma vez que as atividades de gerenciamento podem ser realizadas de forma remota ou em estrutura já existente.

Dessa forma, a equipe técnica entende que a **não exigência de instalação de escritório** não restringe a competitividade da licitação e contribui para a otimização de recursos, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência.

Justificativa para Não Decretação de Sigilo

A não decretação de sigilo é justificada pelos seguintes motivos:

1. **Transparência:** A divulgação do Termo de Referência garante o acesso público às informações, promovendo a transparência na administração pública.
2. **Ausência de Riscos:** O conteúdo do documento não apresenta riscos à segurança nacional, às relações internacionais ou à integridade de pessoas.
3. **Conformidade Legal:** A classificação como informação acessível está em conformidade com a LAI e com os princípios constitucionais.
4. O Termo de Referência contém informações técnicas e operacionais relacionadas à contratação de serviços de manutenção, sem dados sensíveis ou estratégicos que possam comprometer a segurança nacional, as relações internacionais ou a integridade de pessoas.
5. A divulgação do documento não prejudica a execução do objeto contratual nem se enquadra nos pressupostos para decretação de sigilo previstos no Art. 23 da LAI.

Classificação:

O Termo de Referência é classificado como **acessível ao público**, em conformidade com o inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal e com os princípios da transparência e da publicidade.

5. Levantamento de Mercado

Esta contratação tem como objetivo a prestação de serviços especializados em manutenção predial, devendo a empresa contratada empregar profissionais residentes, com competência técnica comprovada para a execução das atividades necessárias. Ressalta-se que a mão de obra deve ser exclusiva, ou seja, a empresa contratada deverá disponibilizar funcionário(s) dedicado(s) integralmente ao SESANI (Serviço de Saneamento e Edificações Ambiental Indígena) do DSEI Xingu, visando garantir a realização das manutenções prediais nas unidades de saúde localizadas no Parque Indígena do Xingu e seus municípios de abrangência.

A solução definida pela equipe técnica, que melhor atende às necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu (DSEI Xingu), foi a adoção de **mão de obra exclusiva**. Essa decisão deve-se à natureza especializada dos serviços requeridos, que incluem: assentamento de piso, preparo de concreto (com manuseio de betoneira mecanizada ou preparo manual), levantamento de alvenaria, reboco de parede, emassamento de parede, reparo em cabos de baixa tensão, troca de lâmpadas, instalação de lâmpadas, puxada de cabos nas unidades de saúde, além de reparos no telhado e madeiramento, furo em parede com manuseio de furadeira, e corte de revestimento cerâmico ou azulejado, sempre que necessário.

A contratação de profissionais dedicados exclusivamente ao SESANI (Serviço de Saneamento e Edificações Ambiental Indígena) do DSEI Xingu garantirá a execução eficiente e contínua desses serviços, essenciais para o funcionamento adequado das unidades de saúde no Parque Indígena do Xingu.

6. Descrição da solução como um todo

Esta contratação tem como objetivo a prestação de serviços especializados em manutenção predial, devendo a empresa contratada empregar profissionais residentes, com competência técnica comprovada para a execução das atividades necessárias. Ressalta-se que a mão de obra deve ser exclusiva, ou seja, a empresa contratada deverá disponibilizar funcionário(s) dedicado(s) integralmente ao SESANI (Serviço de Saneamento e Edificações Ambiental Indígena) do DSEI Xingu, visando garantir a realização das manutenções prediais nas unidades de saúde localizadas no Parque Indígena do Xingu e seus municípios de abrangência.

Além disso, no âmbito do esgotamento sanitário, há a necessidade de reparos em banheiros, como a reconstrução de pisos para passagem de tubulações de esgoto e abastecimento de água, nivelamento de pisos para garantir a correta inclinação e escoamento da água, e desentupimento de tubulações. Também estão incluídos a instalação de bacias sanitárias e reparos em seus sistemas de descarga, sejam acoplados à bacia ou por descida pressurizada, além do manuseio de chuveiros elétricos, com a possibilidade de substituição de suas resistências, quando necessário.

No que diz respeito às instalações de água, é essencial a manutenção do reservatório superior, envolvendo recorte de tubulação, lixamento de tubulação, instalação de descidas de água e reparos na boia da caixa.

A manutenção ocorrerá em todas as unidades de saúde administradas pelo DSEI Xingu, garantindo a adequada funcionalidade e segurança desses espaços essenciais para a população indígena.

A contratação de profissionais dedicados exclusivamente ao SESANI (Serviço de Saneamento e Edificações Ambiental Indígena) do DSEI Xingu garantirá a execução eficiente e contínua desses serviços, essenciais para o funcionamento adequado das unidades de saúde no Parque Indígena do Xingu.

- **Assentamento de piso**

O **assentamento de piso** é uma etapa crucial em obras e reformas, e o processo pode variar dependendo do tipo de piso escolhido (cerâmica, porcelanato, vinílico, madeira, etc.).

- **Levantamento de Alvenaria**

Levantamento de alvenaria é uma das etapas mais importantes na construção civil, consistindo na construção de paredes ou muros utilizando blocos, tijolos ou outros materiais de alvenaria.

- **Reboco de Parede**

Reboco de parede é a etapa final do acabamento de uma alvenaria, responsável por deixar a superfície lisa, uniforme e pronta para receber pintura ou outro tipo de revestimento.

- **Chapisco**

O **chapisco** é a primeira camada de argamassa aplicada sobre uma superfície (como alvenaria ou concreto) para garantir a aderência das camadas subsequentes, como o emboço e o reboco. Ele é caracterizado por sua textura áspera, que proporciona uma superfície ideal para a fixação das próximas camadas de acabamento.

- **Emassamento de Parede**

O **emassamento de parede**, também conhecido como **emboço**, é a etapa intermediária do acabamento de uma parede, realizada após o chapisco e antes do reboco. Ele tem como principal função regularizar a superfície, cobrindo irregularidades e preparando a parede para a camada final de acabamento.

- **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**

Os **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** são dispositivos ou acessórios utilizados para proteger os trabalhadores contra riscos à saúde e segurança durante a execução de suas atividades. Na construção civil, o uso de EPIs é essencial para prevenir acidentes e garantir a integridade física dos profissionais.

EPIs mais comuns na construção civil

1. Capacete de segurança

- **Função:** Protege a cabeça contra impactos, quedas de objetos e choques elétricos.
- **Uso:** Obrigatório em todas as áreas da obra.

2. Óculos de proteção

- **Função:** Protege os olhos contra poeira, partículas, respingos de produtos químicos e radiação.
- **Uso:** Indicado para atividades como corte de materiais, soldagem e aplicação de produtos químicos.

3. Protetor auricular (abafador de ruídos ou plugue)

- **Função:** Reduz a exposição a ruídos excessivos, prevenindo danos à audição.
- **Uso:** Necessário em ambientes com máquinas barulhentas, como britadeiras ou serras.

4. Máscara respiratória

- **Função:** Protege o sistema respiratório contra poeira, gases, vapores e partículas tóxicas.
- **Uso:** Indicado para atividades como corte de cerâmica, aplicação de tintas ou manipulação de produtos químicos.

5. Luvas de proteção

- **Função:** Protege as mãos contra cortes, abrasões, produtos químicos e temperaturas extremas.
- **Uso:** Existem diferentes tipos de luvas, como:
 - **Luvas de couro:** Para manuseio de materiais ásperos.
 - **Luvas de borracha:** Para contato com produtos químicos.

- **Luvras anti-corte:** Para atividades com ferramentas cortantes.

6. Cinto de segurança (cinturão de segurança)

- **Função:** Previne quedas em trabalhos em altura.
- **Uso:** Obrigatório em atividades como montagem de estruturas, telhados ou andaimes.

7. Botas de segurança

- **Função:** Protege os pés contra quedas de objetos, perfurações, escorregões e choques elétricos.
- **Uso:** Deve ter biqueira de aço e solado antiderrapante.

8. Vestimentas de proteção

- **Função:** Protege o corpo contra produtos químicos, respingos de materiais e intempéries.
- **Uso:** Exemplos incluem:
 - **Avental de couro:** Para soldagem.
 - **Jaqueta refletiva:** Para maior visibilidade em áreas externas.

9. Mangote (manga protetora)

- **Função:** Protege os braços contra queimaduras, cortes e respingos de produtos químicos.
- **Uso:** Indicado para soldagem e manuseio de materiais quentes.

10. Creme protetor

- **Função:** Protege a pele contra produtos químicos, óleos e graxas.
- **Uso:** Aplicado antes do início das atividades.

• Cabos de baixa tensão

Reparos em **cabos de baixa tensão** (geralmente até 1000V em corrente alternada ou 1500V em corrente contínua) são comuns em instalações elétricas residenciais, comerciais e industriais. Esses reparos devem ser realizados com cuidado, seguindo normas de segurança e boas práticas para evitar acidentes e garantir a funcionalidade do sistema.

Materiais e ferramentas necessários

1. **Ferramentas:** Alicates de corte, alicate decapador, chave de fenda, chave Phillips, tesoura de eletricista, multímetro.
2. **Materiais:** Fita isolante, conectores (como bornes ou terminais), cabo novo (se necessário), luva termoretrátil.
3. **EPs:** Luvas de borracha, óculos de proteção, calçados isolantes, capacete (se necessário).

• Instalação de Lâmpadas

A instalação de lâmpadas é uma tarefa relativamente simples, mas que exige atenção e cuidados com a segurança, especialmente ao lidar com eletricidade.

• Desentupimento de Tubulações

O **desentupimento de tubulações** é uma tarefa essencial para manter o bom funcionamento de sistemas hidráulicos, seja em residências, comércios ou indústrias. Dependendo da gravidade do entupimento, o problema pode ser resolvido com métodos simples ou exigir equipamentos profissionais.

O **nivelamento de pisos** para garantir a **correta inclinação e escoamento da água** é essencial em áreas como banheiros, varandas, lavanderias e garagens, onde o acúmulo de água pode causar problemas como infiltrações, mofo e danos à estrutura.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Quantidade de funcionários

Com base no objeto desse estudo técnico, a proposta é alocar **05 Oficiais de Serviços Gerais (Técnicos de Manutenção)** na **sede do DSEI Xingu**, localizada em **Canarana/MT**, com a responsabilidade de atender às demandas de manutenção e serviços gerais nos **04 Polos Base de (Wawi, Leonardo, Pavurú e Diauarum)**, além das **04 Casai's (Casas de Apoio à Saúde Indígena)** alocadas nas cidades de Canarana/MT, Querência/MT, Gaúcha do Norte/MT e Sinop/MT, além da própria **sede do DSEI Xingu** conforme tabela de localização e distâncias dos pontos de trabalho em relação a sede administrativa a seguir. Como os polos não possuem unidades administrativas, os técnicos ficarão lotados em Canarana e se deslocarão conforme as necessidades operacionais.

ESTRUTURAS FÍSICAS DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO XINGU - DSEI (DISTÂNCIAS E LOCALIZAÇÃO)								
POLOS BASE								
QUANTIDADE	MUNICÍPIO	NOME	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		DISTÂNCIA DE CANARANA/MT (SEDE)			
			LATITUDE	LONGITUDE	Leito Pavimentado (Km)	Leito Natural (Km)	Fluvial (Km)	Total (Km)
1	GAÚCHA DO NORTE/MT	LEONARDO	12°11'52.93" S	53°22'38.14" O	90	220	-	310
1	QUERÊNCIA / MT	WAWI	11°43'50.90" S	52°55'39.03" O	57	220	-	277
1	FELIZ NATAL /MT	PAVURU	11°44'34.81" S	53°36'39.33" O	57	248	40	345
1	SÃO FELIX DO ARAGUAIA/MT	DIAUARUM	11°11'57.05" S	53°14'12.62" O	57	248	47	352
CASA DE APOIO A SAÚDE INDÍGENA (CASAI's)								
QUANTIDADE	MUNICÍPIO	NOME	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		DISTÂNCIA DE CANARANA/MT (SEDE)			
			LATITUDE	LONGITUDE	Leito Pavimentado (Km)	Leito Natural (Km)	Fluvial (Km)	Total (Km)
1	GAÚCHA DO NORTE/MT	CASAI GAÚCHA	13°10'57.10" S	53°15'23.80" O	90	90	-	180
1	QUERÊNCIA/MT	CASAI QUERÊNCIA	12°35'09.1" S	52°13'05.77" O	-	120	-	120
1	CANARANA/MT	CASAI CANARANA	13°33'43.60" S	52°16'38.20" O	2	-	-	2
1	SINOP/MT	CASAI SINOP	11°48'43.2" S	55°36'32.20" O	660	300	-	960

Quadro de áreas das edificações das Unidades Básicas de Saúde presente nos Polos Base e Alojamentos das equipes multidisciplinares EMSI, vide anexos.

ESTRUTURAS FÍSICAS DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO XINGU - DSEI						
POLOS BASE						
QUANTIDADE	MUNICÍPIO	NOME	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		URSI	ALOJAMENTO EQUIPE
			LATITUDE	LONGITUDE	(ÁREA CONSTRUÍDA)	(ÁREA CONSTRUÍDA)
1	GAÚCHA DO NORTE/MT	LEONARDO	12°11'52.93" S	53°22'38.14" O	283,00 m²	160,97 m²
1	QUERÊNCIA /MT	WAWI	11°43'50.90" S	52°55'39.03" O	195,43 m²	112,06 m²
1	FELIZ NATAL /MT	PAVURU	11°44'34.81" S	53°56'39.33" O	334,10 m²	112,06 m²
1	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT	DIAUARUM	11°11'57.05" S	53°14'12.62" O	449,00 m²	160,97 m²
CASA DE APOIO A SAÚDE INDÍGENA (CASAI's)						
QUANTIDADE	MUNICÍPIO	NOME	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUADRO DE ÁREAS (M²)	
			LATITUDE	LONGITUDE		
1	GAÚCHA DO NORTE/MT	CASAI GAÚCHA	13°10'57.10" S	53°15'23.80" O	642,83 m²	
1	QUERÊNCIA/MT	CASAI QUERÊNCIA	12°35'08.1" S	52°13'05.7" O	559,11 m²	
1	CANARANA/MT	CASAI CANARANA	13°32'43.60" S	52°16'38.20" O	1224,67 m²	
1	SINOP/MT	CASAI SINOP	11°48'43.2" S	55°36'32.20" O	1885,43 m²	

Diante do exposto e com base na documentação anexa, justifica-se a necessidade do quantitativo proposto, considerando as peculiaridades específicas e desafiadoras inerentes à prestação de serviços de saúde indígena. O Parque Indígena do Xingu possui uma extensa área territorial, com acessos predominantemente remotos, realizados por vias não pavimentadas em leito natural. Durante o período chuvoso, o deslocamento torna-se possível apenas por meio fluvial em alguns locais.

As edificações existentes apresentam ampla estrutura física e demandam manutenções periódicas para garantir a continuidade e a segurança das atividades desenvolvidas. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de dispor de um quantitativo mínimo de profissionais e recursos capazes de serem alocados estrategicamente nos locais mencionados, de modo a viabilizar a execução adequada das ações de manutenção predial necessárias.

Abaixo, destaco os principais pontos e considerações para a implementação dessa proposta:

7.1. Estruturação da Proposta

- **Quantitativo de Técnicos:** 05 Oficiais de Serviços Gerais.
- **Lotação:** Sede do DSEI Xingu, em Canarana/MT.
- **Áreas de Atuação:**
 - **4 Polos Base:** Wawi, Leonardo, Pavuru e Diauarum.
 - **Casai's:** 04 unidades (Casai Gaúcha / Casai Canarana / Casai Querência / Casai Sinop)
 - **Sede do DSEI Xingu:** Atendimento local.

7.2. Deslocamento dos Técnicos

- **Demandas do Setor:** Os técnicos se deslocarão de Canarana para os polos e Casai's conforme a necessidade, garantindo cobertura e suporte técnico em todas as unidades.
- **Logística de Deslocamento:**
 - **Transporte:** É necessário definir meios de transporte adequados (veículos oficiais, por exemplo) e garantir recursos para combustível e manutenção dos veículos.
 - **Planejamento de Rotas:** Estabelecer um cronograma de visitas periódicas e atendimentos emergenciais, considerando as distâncias e acessibilidade dos locais.

- **Comunicação:** Implementar um sistema eficiente de comunicação para receber e priorizar demandas.

7.3. Benefícios da Proposta

- **Centralização Administrativa:** A lotação dos técnicos na sede do DSEI Xingu facilita a gestão e o controle das atividades.
- **Cobertura Ampliada:** Com 05 técnicos, é possível atender de forma ágil e eficiente todas as unidades (polos, Casai's e sede).
- **Otimização de Recursos:** A alocação centralizada reduz custos com infraestrutura administrativa nos polos.

7.4. Desafios e Recomendações

- **Deslocamentos Frequentes:** Os técnicos precisarão se deslocar com frequência, o que exige um planejamento logístico robusto e recursos adequados.
- **Condições de Trabalho:** Garantir que os técnicos tenham equipamentos, ferramentas e EPIs necessários para realizar os serviços.
- **Comunicação e Suporte:** Estabelecer um sistema de comunicação eficiente para que as demandas sejam reportadas e atendidas rapidamente.
- **Treinamento e Capacitação:** Oferecer treinamentos específicos para os técnicos, considerando as particularidades das unidades de saúde indígena e dos polos base.

7.5. Cronograma de Atendimento

- Sugere-se a criação de um cronograma de visitas periódicas aos polos e Casai's, com flexibilidade para atendimentos emergenciais. Exemplo:
 - **Semanal:** Visitas programadas a cada polo e Casai.
 - **Emergencial:** Deslocamento imediato em caso de demandas urgentes.

7.6. Recursos Necessários

- **Veículos Oficiais:** Para transporte dos técnicos e equipamentos.
- **Ferramentas e Equipamentos:** Conjunto completo de ferramentas para manutenção predial, elétrica, hidráulica, etc.
 - **Utensílios de Apoio Operacional e Alimentação de Campo**

Considerando que as atividades de manutenção predial descritas neste ETP são realizadas em áreas remotas, muitas delas sem infraestrutura de refeitório, cozinha ou serviços de alimentação, justifica-se o uso dos seguintes utensílios: fogão de 2 bocas, panela de pressão (7L), panela tipo caçarola, pratos, colheres tipo sopa, copos plásticos reutilizáveis e máscaras multiuso.

Tais itens têm finalidade exclusivamente operacional, voltada ao preparo e consumo de refeições pelos profissionais lotados temporariamente nos polos de trabalho, garantindo condições adequadas de alimentação, higiene e segurança.

A máscara multiuso, em especial, enquadra-se como Equipamento de Proteção Individual (EPI), atendendo às Normas Regulamentadoras nº 6 e nº 15 do Ministério do Trabalho, essenciais para a proteção contra poeira, respingos e partículas em suspensão.

Ressalta-se que a inclusão desses itens está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, art. 11, inciso IV, e às boas práticas de vigilância sanitária exigidas para a execução das atividades em campo.

- **EPIs:** Equipamentos de proteção individual para garantir a segurança dos técnicos.
- **Orçamento:** Recursos financeiros para cobrir custos de deslocamento, combustível, alimentação e diárias (se necessário).

Quantidade de diárias

As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço, destinando-se a indenizar o empregado por despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

O empregado fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

- I - nos deslocamentos dentro do território nacional;
- a) quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede;
- b) no dia do retorno à sede de serviço;
- c) quando a União custear, por meio diverso, as despesas de pousada;
- d) quando o empregado ficar hospedado em imóvel pertencente à União ou que esteja sob administração do Governo brasileiro ou de suas entidades.

Será previsto o quantitativo de 09 (nove) diárias, definido a partir de uma previsão analisada pelo SESANI/XINGU, visto que o Distrito não possui histórico de manutenções ou outras solicitações advindas das unidades administrativas que compõem o DSEI/XINGU.

Considerando que são 5 (cinco) funcionários terceirizados e 09 (nove) diárias para cada funcionários, chegamos ao estimado de 45 (quarenta e cinco) diárias mensais para a prestação de serviços.

Valor da Diária

O valor da diária será de R\$ 318,60 (duzentos e noventa e cinco reais), de acordo com a Convenção Coletiva MT000110/2025.

7.7. Considerações Finais

A proposta de alocar os técnicos na sede do DSEI Xingu e deslocá-los conforme as demandas é viável, desde que sejam garantidos os recursos necessários para logística, comunicação e suporte. Essa estrutura permite uma gestão centralizada e eficiente, garantindo o atendimento adequado a todas as unidades sob a responsabilidade do DSEI Xingu.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 787.065,25

Função	CBO	Lotação	Valor Unitário Estimado	Qtd Estimada Mensal	Valor Estimado Mensal	Valor Estimado Anual
OFICIAL DE SERVIÇOS GERAIS (TÉCNICO DE MANUTENÇÃO)	5143	Sede do Dsei Xingu/SESANI Canarana/MT	R\$ 10.250,35	5	R\$ 51.251,77	R\$ 615.021,25
DIÁRIAS			R\$ 318,60	45	R\$ 14.337,00	R\$ 172.044,00

8.1. Lei de Acesso a Informação

8.1.1. A contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

8.1.2. Todas as informações, com exceção de dados pessoais presentes no processo, serão classificados com acesso público, podendo ser acessados através do sistema SEI (usuário externo), haja vista, que os serviços demandados são comuns ao DSEI XINGU;

8.1.3. A íntegra do Termo de Referência e Edital serão publicados em mídia digital (Portal nacional de Contratações Públicas) e www.gov.br/compras (antigo comprasnet), apara acesso de interessados, visto que trata-se de informação /contratação comum

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Opta -se pelo não parcelamento do objeto para o não comprometimento do funcionamento do órgão, visto a dificuldade de execução de um plano de manutenção predial das edificações por empresas diferentes. Além disso, do ponto de vista técnico e econômico observa-se que uma mesma contratação que disponibilize os referidos serviços possibilita ganho em economia de escala, além do fato de facilitar a fiscalização dos serviços prestados, sendo mais oneroso, do ponto de vista logístico, o parcelamento do objeto.

O custo administrativo de preparação do contrato, publicações, preenchimento de formulários e outros seriam multiplicados por no caso de parcelamento por empresa, não sendo vantajoso para a Administração, visto que perfeitamente pode ser prestado em um único contrato.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com os valores institucionais de Proatividade (antecipando-se aos fatos com ações preventivas e promovendo o aperfeiçoamento dos serviços) e Qualidade de Vida (criando condições favoráveis ao bem estar, saúde, segurança, integração social e desenvolvimento das capacidades humanas), garantindo melhores condições de trabalho.

A contratação está vinculada ao PGC 2024 conforme demonstrado no documento Documento de Formalização da Demanda 170/2024;

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atuar na execução das soluções das demandas que chegam nesta coordenação de manutenção predial, que não podem ser executados pelos servidores deste órgão.

Otimização de aproveitamento de recursos humanos e/ou materiais.

13. Providências a serem Adotadas

As providências a serem adotadas são aquelas previstas pela equipe de Planejamento conforme descrito no documento Mapa de Gerenciamento de Riscos 26/202, que orientam a atuação da Administração Pública durante o processo de Contratação do fornecedor bem como Gestão do contrato.

Considerando a natureza técnica e especializada do objeto desta licitação, bem como a ausência de mulheres vítimas de violência doméstica capacitadas no mercado local para atender ao percentual mínimo, justifica-se a não exigência do quesito previsto no Art. 25, inciso IX, da Lei 14.133/2021. Ressalta-se que a administração adota outras medidas de inclusão social e promoção da igualdade de gênero, conforme previsto em políticas internas.

O DSEI Xingu adota o regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para os servidores lotados na sede, em Canarana/MT. Em situações que demandem a realização de horas extras, incluindo atividades em território indígena, finais de semana ou feriados, será adotado o sistema de compensação por folga, conforme previsto na legislação trabalhista e nas normas internas. As horas extras trabalhadas serão devidamente registradas e compensadas, garantindo o direito ao descanso proporcional e o equilíbrio entre as demandas operacionais e o bem-estar dos servidores.

Devido à complexidade das atividades e à necessidade de avaliação in loco, a equipe técnica identificou a inviabilidade de emitir o laudo técnico antes da contratação. Dessa forma, a responsabilidade pela emissão do laudo e pela adoção das medidas necessárias é atribuída à contratada, conforme expresso no Termo de Referência.

A equipe técnica deve seguir um processo cuidadoso para verificar se os serviços a serem contratados envolvem **condições insalubres**, conforme exigido pela legislação trabalhista e pelas normas de segurança do trabalho. Caso seja identificada a necessidade de um **laudo técnico**, mas haja inviabilidade de providenciá-lo, a responsabilidade pode ser atribuída à contratada, desde que devidamente justificada e informada no **Termo de Referência**.

1. Verificação de Condições Insalubres

A insalubridade é caracterizada pela exposição dos trabalhadores a agentes nocivos à saúde, como ruído excessivo, calor, frio, produtos químicos, entre outros, conforme definido na **Norma Regulamentadora 15 (NR-15)** do Ministério do Trabalho.

- **Laudo Técnico:** A equipe técnica deve verificar a necessidade de um laudo técnico, emitido por profissional habilitado (engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho), para identificar a existência de insalubridade.
- **Avaliação Preliminar:** Caso a equipe técnica identifique indícios de insalubridade, deve solicitar o laudo para confirmar as condições.

2. Consideração nos Custos e no Termo de Referência

- **Estimativa de Custos:** Se o laudo técnico confirmar a existência de insalubridade, os custos adicionais (como adicional de insalubridade e equipamentos de proteção) devem ser incluídos na estimativa de custos do contrato.
- **Informação no Termo de Referência:** O Termo de Referência deve informar claramente as condições insalubres e os requisitos para mitigação dos riscos.

3. Inviabilidade de Emissão do Laudo Técnico

Caso a equipe técnica identifique a **inviabilidade de providenciar o laudo técnico** antes da contratação, a responsabilidade pela emissão do laudo pode ser atribuída à contratada. Essa decisão deve ser **justificada e expressa no Termo de Referência**.

4. Responsabilidade da Contratada

A contratada será responsável por:

- Emitir o **laudo técnico** sobre a existência ou não de insalubridade no ambiente de trabalho dos Oficiais de Manutenção.
- Adotar as medidas necessárias para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores, incluindo o pagamento de **adicional de insalubridade**, se aplicável.
- Fornecer **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** adequados, conforme determinação do laudo técnico.

5. Redação Sugerida para o Termo de Referência

Abaixo, apresento um exemplo de como essa questão pode ser redigida no Termo de Referência:

Verificação de Condições Insalubres

A equipe técnica verificou a possibilidade de condições insalubres no ambiente de trabalho dos Oficiais de Manutenção. No entanto, devido à inviabilidade de providenciar o laudo técnico antes da contratação, a responsabilidade pela emissão do laudo técnico, conforme previsto na Norma Regulamentadora 15 (NR-15), é atribuída à contratada.

Responsabilidades da Contratada

- Emitir laudo técnico, elaborado por profissional habilitado, sobre a existência ou não de insalubridade no ambiente de trabalho.
- Adotar as medidas necessárias para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores, incluindo o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e o pagamento de adicional de insalubridade, se aplicável.
- Apresentar cópia do laudo técnico à administração contratante no prazo de 30 (trinta) dias após o início da execução do contrato.

Custos Adicionais

Caso o laudo técnico confirme a existência de condições insalubres, os custos decorrentes (adicional de insalubridade, EPIs, etc.) serão de responsabilidade da contratada e devem estar previstos em sua proposta orçamentária.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A Constituição Federal estabeleceu, no art. 170, inciso VI, como um dos princípios da ordem econômica a defesa do meio ambiente, quanto ao impacto ambiental dos serviços e de seus processos de prestação. No art. 225, caput, destaca-se o dever constitucional de o Estado preservar o meio ambiente, o que se efetiva com o uso de poder de compra. O inciso IV, a seu turno, traz a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para toda obra ou atividade causadora de significativa degradação do meio ambiente.

Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a qual prevê expressamente que as especificações técnicas para aquisições de bens e contratações de obras e serviços deverão conter critérios ambientais nos processos de extração, fabricação, utilização e descarte de matérias-primas, sem frustrar o caráter competitivo do certame.

Destaque-se da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente o Princípio 15, que traduz o Princípio da Precaução, nos seguintes termos: “Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental. ”

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Materiais menos agressivos ao meio ambiente;

Produtos concentrados, que utilizam menor quantidade de matéria prima e água na sua fabricação e acondicionados em embalagens menores;

Produtos com embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar;

Os produtos deverão ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme determina a legislação (www.anvisa.gov.br/saneantes/legis/index.htm).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de planejamento da contratação declara viável esta contratação, considerando que está alinhado com o Planejamento anual de contratações para o ano de 2024.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MILTON MARTINS DE SOUZA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 14:49:17.

WULKAI SUIA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 15:00:17.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1_Anexo I_Caracterização dos SAA.pdf (461.77 KB)
- Anexo II - PROJETO ARQUITETÔNICO - ALOJAMENTO DIAUARUM.pdf (233.6 KB)
- Anexo III - PROJETO ARQUITETÔNICO - ALOJAMENTO LEONARDO.pdf (233.8 KB)
- Anexo IV - PROJETO ARQUITETÔNICO - ALOJAMENTO PAVURU.pdf (505.22 KB)
- Anexo V - PROJETO ARQUITETÔNICO - ALOJAMENTO WAWI.pdf (504.73 KB)
- Anexo VI - PROJETO ARQUITETÔNICO - CASAI GAÚCHA.pdf (1.18 MB)
- Anexo VII - PROJETO ARQUITETÔNICO - CASAI QUERÊNCIA.pdf (211.69 KB)
- Anexo VIII - PROJETO ARQUITETÔNICO - CASAI SINOP.pdf (27.67 MB)
- Anexo IX - PROJETO ARQUITETÔNICO - UBSI DIAUARUM.pdf (1.54 MB)
- Anexo X - PROJETO ARQUITETÔNICO - UBSI LEONARDO.pdf (446.95 KB)
- Anexo XI - PROJETO ARQUITETÔNICO - UBSI PAVURU.pdf (913.14 KB)
- Anexo XII - PROJETO ARQUITETÔNICO - UBSI WAWI.pdf (417.83 KB)
- Anexo XIII - PROJETO ARQUITETÔNICO - CASAI CANARANA_organized_compressed_organized.pdf (12.87 MB)



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO XINGU - DSEI/XINGU
SERVIÇO DE EDIFICAÇÕES E SANEAMENTO AMBIENTAL INDÍGENA – SESANI

OBJETO: MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NO ÂMBITO DO DISTRITO SANITÁRIO DE SAÚDE INDÍGENA DO XINGU – DSEI XINGU

PROCESSO: 25051.000193/2022-48

LOCAL: DSEI XINGU

MUNICÍPIO: CANARANA

ESTADO: MATO GROSSO

CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DO LOTE 01

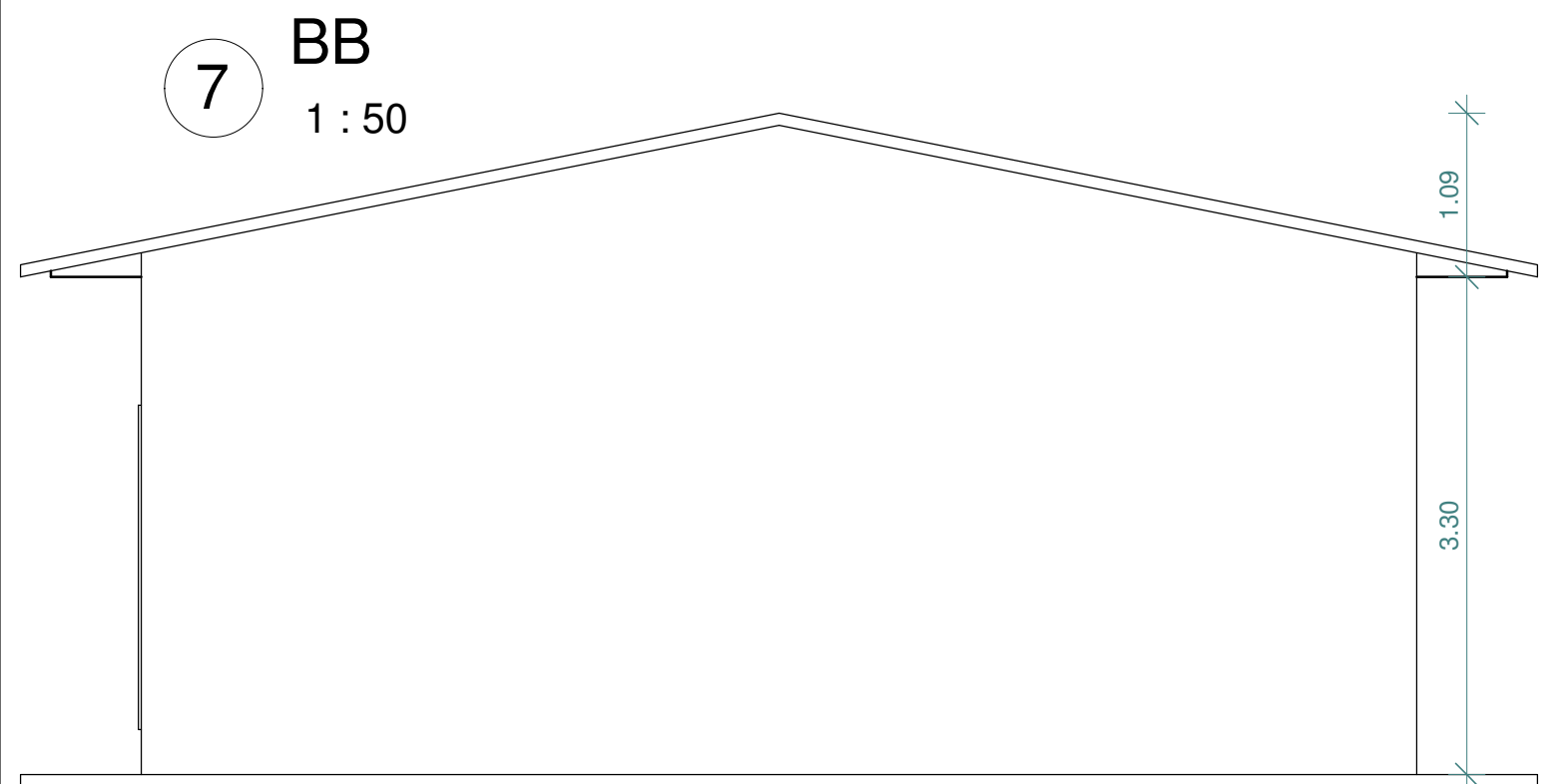
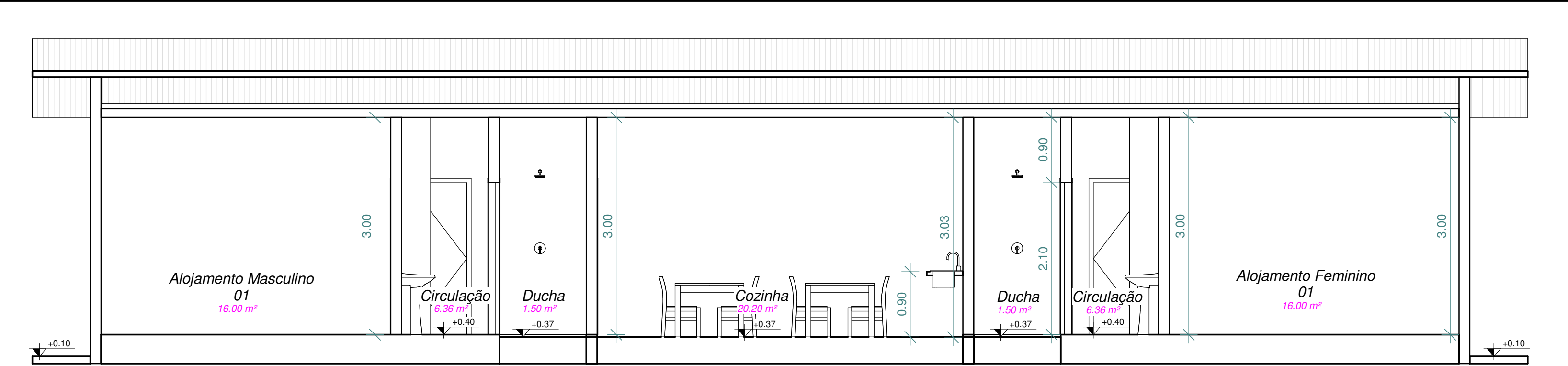
N	MUNICÍPIO	POLO BASE	ALDEIA	COORDENADAS GEOGRÁFICAS		PRINCIPAL FONTE DE CAPTAÇÃO	CARACT. DO POÇO					ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA			RESERVATÓRIO		BOMBA INSTALADA				PLACAS		TRATAMENTO DA ÁGUA	ACESSO
				LAT	LONG		PROF. (M)	N.E. (M)	N.D. (M)	VAZÃO (M3/H)	EDUTOR (POL)	FONTE DE ENERGIA	NÚMERO DE FASES	POTÊNCIA INSTALADA (W)	MATERIAL	VOLUME (L)	POTÊNCIA BOMBA SOLAR (kw ou W)	POTÊNCIA BOMBA ELÉTRICA (cv)	MARCA	PROF. DA BOMBA (m)	Nº PLACAS	POTÊNCIA (W)		
1	CANARANA	LEONARDO	LAGO AZUL	-12,82972222	-52,82833333	Subterrânea	27,00	7,35	11,06	7,920	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	300	Poietieno	5.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	22,00	4	90	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-30	Terrestre
2	CANARANA	LEONARDO	KULUENE	-12,84637000	-52,81104600	Subterrânea	38,00	7,32	15,39	7,333	3/4	Sistema Solar	Não aplicável	300	Poietieno	10.000	250W	-	S/I	30,00	2	90	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-31	Terrestre
3	QUERÊNCIA	LEONARDO	AFUKURU	-12,514862	-53,004033	Subterrânea	66,00	15,45	16,9	7,492	1 1/2	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietieno	10.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	30,00	6	60	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-32	Terrestre + Fluvial
4	QUERÊNCIA	LEONARDO	TANGURO	-12,600000	-52,923611	Subterrânea	43,00	15,33	17,25	6,812	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	480	Poietieno	10.000	-	1,00	S/I	30,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-33	Terrestre + Fluvial
5	CANARANA	LEONARDO	PEDRA / KUNLÉ	-12,805556	-52,848889	Subterrânea	54,00	7,81	14,19	8,703	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	200	Poietieno	5.000	750W	-	S/I	24,00	2	420	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-34	Terrestre
6	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	SABÁ	-12,862222	-52,824722	Subterrânea	30,00	9,00	12,00	-	-	Rede elétrica	Não aplicável	S/I	Poietieno	3.000	-	0,75	S/I	S/I	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-35	Terrestre + Fluvial
7	QUERÊNCIA	LEONARDO	PARANATU	-12,587000	-52,605833	Subterrânea	30,00	9,00	12,00	-	-	Sistema Solar	Não aplicável	S/I	Poietieno	1.000	500 W	-	-	S/I	S/I	S/I	-	Terrestre
8	QUERÊNCIA	LEONARDO	TANGURINHO	-12,689444	-52,61111111	Subterrânea	30,00	9,00	12,00	4,00	1 1/4	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietieno	10.000	-	1,00	EBARA	18,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-37	Terrestre
9	QUERÊNCIA	LEONARDO	TUPEKU	-12,551944	-52,601944	Subterrânea	30,00	9,00	12,00	4,00	1 1/4	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietieno	5.000	-	1,00	EBARA	18,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-38	Terrestre
10	QUERÊNCIA	LEONARDO	KURUMIN	-12,680833	-52,626111	Subterrânea	30,00	9,00	12,00	4,00	1 1/4	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietieno	10.000	-	1,00	EBARA	18,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-39	Terrestre
11	QUERÊNCIA	LEONARDO	SAPEZAL / JAGUMA (NOVA)	-12,638611	-52,732222	Subterrânea	30,00	9,00	12,00	4,00	1 1/4	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietieno	5.000	250W	-	S/I	18,00	1	330	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-40	Terrestre
12	QUERÊNCIA	WAWI	PÓLO WAWI (ABANDONADO)	-11,868611	-52,902778	Superficial	30,00	17,01	18,02	2,676	1 1/4	Grupo gerador	Monofásico	7500	Poietieno	3.000	-	0,50	ELETROPAS ESUB 3/8	26,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-41	Terrestre
13	QUERÊNCIA	WAWI	NGOSSOVO	-11,529167	-53,019167	Superficial	64,00	10,18	15,50	8,165	1 1/2	Grupo gerador	S/I	S/I	Poietieno	5.000	-	0,50	CLAW	26,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-42	Terrestre
14	QUERÊNCIA	WAWI	KHKATXI	-11,865833	-52,900000	Superficial	61,00	13,30	14,75	7,742	1 1/2	Grupo gerador	Monofásico	7500	Poietieno	10.000	-	1,00	EBARA 68	40,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-43	Terrestre
15	QUERÊNCIA	WAWI	BEIRA RIO (Horehuakho)	-11,607222	-52,961667	Superficial	55,00	6,03	11,83	8,80	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	320	Poietieno	5.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	30,00	4	80	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-44	Terrestre
16	QUERÊNCIA	WAWI	SÃO ROPTON / YARAMÁ / IA	-11,636944	-52,942222	Superficial	58,00	8,13	11,83	8,165	1 1/2	Grupo gerador	S/I	S/I	Poietieno	5.000	-	0,50	CLAW	36,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-45	Terrestre
17	QUERÊNCIA	WAWI	FAZENDA RONKÓ	-11,8792160	-52,94936000	Subterrânea	68,00	15,37	19,35	7,333	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	250	Poietieno	5.000	1,40	-	GRUNDOS CP1 1044	38,00	5	50	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-46	Terrestre
18	QUERÊNCIA	WAWI	KHKATXI NOVO	-11,8647750	-52,89913600	Subterrânea	41,00	14,31	26,05	10,00	-	Grupo gerador	Monofásico	7500	Poietieno	20.000	-	1,00	MS BOMBAS 4MS 5/6 FF	24,00	4	410	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-47	Terrestre

CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DO LOTE 02

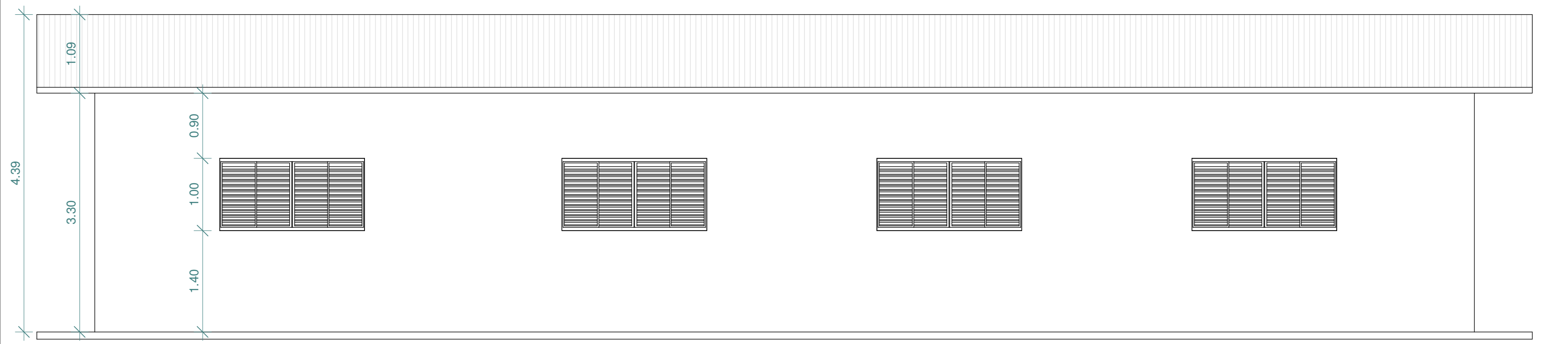
N	MUNICÍPIO	POLO BASE	ALDEIA	COORDENADAS GEOGRÁFICAS		PRINCIPAL FONTE DE CAPTAÇÃO	CARACT. DO POÇO					ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA			RESERVATÓRIO		BOMBA INSTALADA			PLACAS		TRATAMENTO DA ÁGUA	ACESSO	
				LAT	LONG		PROF. (M)	N.E. (M)	N.D. (M)	VAZÃO (M3/H)	EDUTOR (POL)	FONTE DE ENERGIA	NÚMERO DE FASES	POTÊNCIA INSTALADA(W)	MATERIAL	VOLUME (L)	POTÊNCIA BOMBA SOLAR (KW)	POTÊNCIA BOMBA ELÉTRICA (CV)	MARCA	PROF. DA BOMBA(m)	Nº PLACAS			POTÊNCIA (W)
1	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	PÓLO LEONARDO	-12,19777778	-53,37722222	Subterrânea	58,00	11,98	16,14	7,543	1 1/2	Grupo gerador	Trifásico	20.000	Poietieno	10.000	-	2,00	FRANKLIN ELÉTRIC 2445-089	26,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-30	Terrestre + Fluvial
2	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	SAUÇA / SAIDÃO	-12,26250000	-52,35305556	Subterrânea	43,00	8,52	14,2	7,86	1 1/2 E 1 1/4	Sistema Solar	Não aplicável	350	Poietieno	5.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	30,00	7	50	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-31	Terrestre + Fluvial
3	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	WAUJRA / PYULAGA	-12,24805556	-53,58222222	Subterrânea	68,00	9,81	13,74	8,337	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	800	Poietieno	10.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	26,00	S/I	S/I	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-32	Terrestre + Fluvial
4	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	KUKURO	-12,351078	-53,209396	Subterrânea	60,00	8,00	14,46	16,05	1 1/2	Grupo gerador	Monofásico	7500	Metálico	15.000	-	2,00	LEÃO M8 4-230	46,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-33	Terrestre + Fluvial
5	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	UTAWANA /CTL KURISEVO	-12,99138889	-53,43694444	Subterrânea	50,00	13,88	18,26	7,295	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	450	Poietieno	10.000	-	1,00	S/I	26,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-34	Terrestre + Fluvial
				-12,991472	-53,436972																		Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-35	
6	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	CTL BATOWI	-12,99472222	-53,97138889	Subterrânea	32,00	8,65	16,13	8,531	PEAD 20mm	Rede elétrica	Monofásico	5000	Poietieno	5.000	-	0,50	EBARA	26,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-36	Terrestre + Fluvial
7	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	AGATA (BARRANCO QUEIMADO)	-12,76666667	-52,91416667	Subterrânea	60,00	8,13	12,31	8,337	1 1/2	Rede elétrica	Não aplicável	-	Poietieno	5.000	-	1,00	ELETROPAPZ	40,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-37	Terrestre + Fluvial
8	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	AWETI	-12,38277778	-53,39222222	Subterrânea	32,00	8,65	16,13	8,53	1 1/2 E 1 1/4	Sistema Solar	Não aplicável	380	Poietieno	5.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	30,00	4	95	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-38	Terrestre + Fluvial
9	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	ULUPUENE	-12,90361111	-53,89055556	Subterrânea	30,00	8,00	10,00	4,00	40 mm *	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietieno	10.000	-	1,00	EBARA	18,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-39	Terrestre + Fluvial
10	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	LAHATUA	-12,553773	-53,108028	Subterrânea	45,00	13,12	16,25	8,08	1 1/2	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietieno	3.000	-	0,75	THEBE	32,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-40	Terrestre + Fluvial
11	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	MIRASSOL	-12,982778	-53,231944	Subterrânea	30,00	7,00	10,00	4,00	40 mm *	Rede elétrica	Monofásico	5000	Poietieno	10.000	-	1,00	EBARA	18,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-41	Terrestre
12	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	PARAISO	-12,728441	-52,967577	Subterrânea	30,00	8,00	10,00	4,00	40mm e 25mm*	Sistema Solar	Não aplicável	190	Poietieno	5.000	-	1,00	S/I	18,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-42	Terrestre + Fluvial
13	QUERÊNCIA	LEONARDO	JACARÉ	-12,005833	-53,401111	Subterrânea	42,00	14,60	17,84	7,09	PEAD 20mm	Grupo gerador	Monofásico	3000	Poietieno	5.000	-	1,00	EBARA	30,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-43	Terrestre + Fluvial
14	QUERÊNCIA	LEONARDO	KALAPALO	-12,161111	-53,257222	Subterrânea	68,00	10,76	13,94	7,92	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	1200	Poietieno	10.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	26,00	24	50	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-44	Terrestre + Fluvial
15	QUERÊNCIA	LEONARDO	MATIPU	-12,230556	-53,186111	Subterrânea	36,00	15,00	17,44	5,97	1 1/4	Grupo gerador	Monofásico	3000	Poietieno	5.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	30,00	6	50	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-45	Terrestre + Fluvial
16	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	KAMAYURÁ	-12,153611	-53,432222	Subterrânea	60,00	4,46	7,84	8,80	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	1200	Poietieno	20.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	22,00	24	50	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-46	Terrestre + Fluvial
17	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	MEHINAKO	-12,641389	-53,445278	Subterrânea	45,00	10,27	14,23	8,64	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	1200	Poietieno	10.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	26,00	2	330	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-47	Terrestre
18	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	VELHA	-12,210833	-53,391389	Subterrânea	56,00	7,33	11,14	8,80	1 1/2	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietieno	5.000	-	0,50	EBARA	30,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-48	Terrestre + Fluvial
19	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	YARAMU	-12,850549	-53,382688	Subterrânea	50,00	9,81	14,77	6,36	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	300	Poietieno	5.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	26,00	6	50	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-49	Terrestre + Fluvial
20	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	YAWALAPITI	-12,166111	-53,344444	Subterrânea	46,00	11,23	17,00	7,01	1 1/2	Grupo gerador	Monofásico	12500	Poietieno	10.000	-	2,00	CLAW	26,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-50	Terrestre + Fluvial
21	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	NARUVOTU	-12,964444	-52,903333	Subterrânea	30,00	-	-	-	40 mm *	Rede elétrica	S/I	S/I	Poietieno	3.000	-	1,00	EBARA	18,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-51	Terrestre
22	GAUÇA DO NORTE	LEONARDO	POLUSHAYO	-12,288889	-52,344722	Subterrânea	30,00	8,00	10,00	4,00	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	S/I	Poietieno	5.000	-	0,50	CLAW	26,00	1	330	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-52	Terrestre + Fluvial
23	QUERÊNCIA	LEONARDO	MATIPU NOVA	-12,245000	-52,185556	Subterrânea	30,00	4,00	40 mm *	Sistema Solar	Não aplicável	S/I	S/I	570	Poietieno	5.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	26,00	6	95	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-53	Terrestre + Fluvial

24	GAOCHA DO NORTE	LEONARDO	CARAMUJO	-12,793333	-52,966667	Subterrânea	30,00	7,32	15,39	7,33	1 1/2	Sistema Solar	S/I	180	Poietileno	3.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	S/I	4	90	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-54	Terrestre	
25	GAOCHA DO NORTE	LEONARDO	MAYENE	-12,526389	-52,157778	Subterrânea	30,00	-	-	4,00	1 1/2 E 40mm *	Grupo gerador	S/I	S/I	Poietileno	5.000	250W	-	S/I	24,00	2	90	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-55	Terrestre	
26	GAOCHA DO NORTE	LEONARDO	KAWPUNA	-12,994167	-53,120000	Subterrânea	30,00	-	-	4,00	1 1/4	Sistema Solar	Não aplicável	990	Poietileno	5.000	-	1,00	S/I	18,00	S/I	S/I	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-56	Terrestre	
27	GAOCHA DO NORTE	LEONARDO	NEKUPAE	-12,930444	-53,169444	Subterrânea	30,00	-	-	4,00	40 mm *	Rede elétrica	Não aplicável	5000	Poietileno	3.000	-	1,00	THEBE	18,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-57	Terrestre	
28	GAOCHA DO NORTE	LEONARDO	SALVE JORGE	-12,347222	-53,327500	Subterrânea	30,00	-	-	4,00	1 1/4	Sistema Solar	Não aplicável	990	Poietileno	3.000	1000W	-	S/I	18,00	3	300	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-58	Terrestre + Fluvial	
29	GAOCHA DO NORTE	LEONARDO	AMARU	-12,147222	-53,342222	Subterrânea	30,00	-	-	4,00	40 mm *	Sistema Solar	Não aplicável	990	Poietileno	3.000	-	0,50	S/I	18,00	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-59	Terrestre + Fluvial	
30	GAOCHA DO NORTE	LEONARDO	ATURUA	-12,998889	-53,681667	Subterrânea	30,00	-	-	4,00	40 mm *	Sistema Solar	Não aplicável	990	Poietileno	5.000	1000W	-	S/I	18,00	3	300	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-60	Terrestre	
31	QUERÊNCIA	LEONARDO	NAFUKUA	-12,105223	-53,294378	Subterrânea	30,00	9,27	12,38	4,00	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	1200	Poietileno	5.000	1000W	-	S/I	26,00	3	300	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-61	Terrestre	
32	GAOCHA DO NORTE	LEONARDO	NOVA KAMAYURÁ	-12,086444	-53,451222	Subterrânea	43,00	7,46	10,64	7,92	-	Sistema Solar	Não aplicável	1200	Poietileno	10.000	-	1,00	MS BOMBAS 4MS 5/6 FF	S/I	28,00	4	410	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-62	Terrestre + Fluvial
33	GAOCHA DO NORTE	LEONARDO	YAWALPITI NOVO	-12,164950	-53,335706	Subterrânea	44,00	16,29	20,86	10,00	-	Sistema Solar	Não aplicável	-	Poietileno	20.000	-	1,00	MS BOMBAS 4MS 5/6 FF	S/I	24,00	4	410	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-63	Terrestre + Fluvial

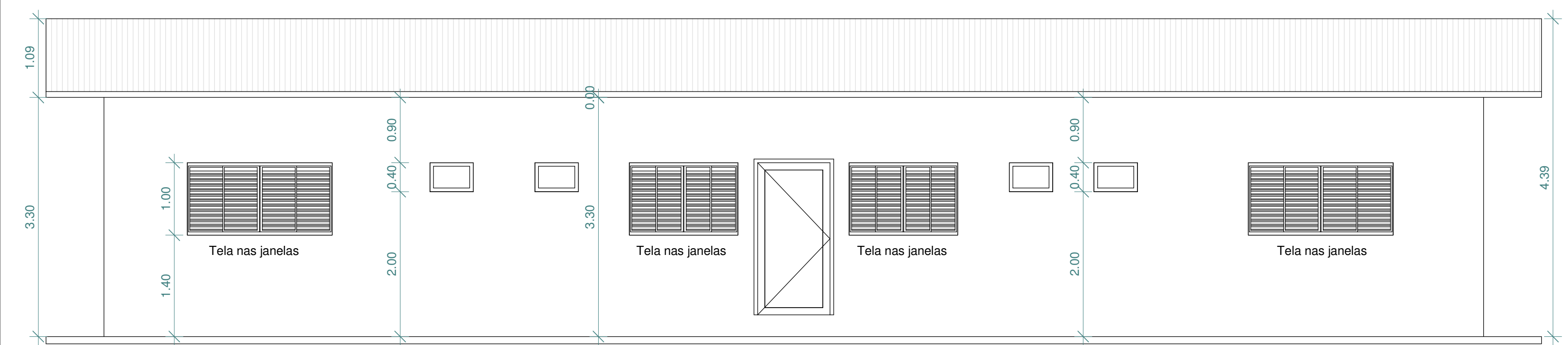
CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DO LOTE 03																										
N	MUNICÍPIO	POLO BASE	ALDEIA	COORDENADAS GEOGRÁFICAS		PRINCIPAL FONTE DE CAPTAÇÃO	CARACT. DO POÇO				ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA				RESERVATÓRIO		BOMBA INSTALADA		BOMBA INSTALADA		PLACAS		TRATAMENTO DA ÁGUA	ACESSO		
				LAT	LONG		PROF. (M)	N.E. (M)	N.D. (M)	VAZÃO (M3/H)	EDUTOR (POL)	FONTE DE ENERGIA	NÚMERO DE FASES	TENSÃO (V)	MATERIAL	VOLUME (L)	POTÊNCIA BOMBA SOLAR (W)	POTÊNCIA BOMBA ELÉTRICA (cv)	MARCA	PROF. DA BOMBA	Nº PLACAS	POTÊNCIA (W)				
1	QUERÊNCIA	PAVURU	ILHA GRANDE	-11,498868	-53,458753	Subterrânea	54,00	10,28	12,44	7,660	1 1/2 E 1 1/4	Grupo gerador	Trifásico	12500	Poietileno	10.000	-	2,00	CLAW	36,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-30	Terrestre + Fluvial	
2	FELIZ NATAL	PAVURU	BARRANCO ALTO	-11,5515475	-53,531020	Subterrânea	62,00	8,43	12,31	6,984	1 1/2	Grupo gerador	Monofásico	3500	Poietileno	5.000	-	0,75	RIO PRETO	36,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-31	Terrestre + Fluvial	
3	FELIZ NATAL	PAVURU	TRÊS IRMÃOS / EIRWI	-11,632444	-53,579945	Subterrânea	30,00	-	-	4,00	-	Sistema Solar	Não aplicável	180	Poietileno	5.000	250W	-	S/I	36,00	2	90	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-32	Terrestre + Fluvial	
4	FELIZ NATAL	PAVURU	POLO PAVURU	-11,7388819	-53,62490333	Subterrânea	62,00	12,70	14,65	7,207	1 1/2 E 1 1/4	Grupo gerador	Trifásico	30000	Poietileno	20.000	-	2,00	CLAW	32,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-33	Terrestre + Fluvial	
	FELIZ NATAL	PAVURU	ARAYO	-11,7443733	-53,62435278	Subterrânea	50,00	17,45	19,75	6,63	1 1/2	Grupo gerador	Monofásico	12500	Poietileno	5.000	-	2,00	S/I	36,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-34	Terrestre + Fluvial	
6	FELIZ NATAL	PAVURU	BOA ESPERANÇA	-11,8570822	-53,594191389	Subterrânea	50,00	12,46	16,21	6,563	1 1/2	Grupo gerador	Não aplicável	S/I	Poietileno	5.000	-	0,75	S/I	36,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-35	Terrestre + Fluvial	
7	FELIZ NATAL	PAVURU	MORENÁ	-11,9296719	-53,55588500	Subterrânea	56,00	13,60	15,18	7,627	1 1/2 E 1 1/4	Sistema Solar	Não aplicável	1200	Poietileno	20.000	-	2,00	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	36,00	24	50	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-36	Terrestre + Fluvial	
8	FELIZ NATAL	PAVURU	ARIUAK / PYULEWENE	-12,0685211	-53,856484167	Subterrânea	60,00	9,90	12,45	7,115	1 1/2 E 1 1/4	Sistema Solar	Não aplicável	300	Poietileno	5.000	-	2,00	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	36,00	6	50	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-37	Terrestre + Fluvial	
9	FELIZ NATAL	PAVURU	STEINEN	-12,0845325	-53,94693667	Subterrânea	45,00	10,25	13,14	5,475	1 1/2	Grupo gerador	Não aplicável	S/I	Poietileno	5.000	-	0,50	S/I	30,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-38	Terrestre + Fluvial	
10	NOVA UBRATANA	PAVURU	TUPARÁ	-12,2099278	-53,36726333	Subterrânea	47,00	9,25	12,33	7,69	1 1/2 E 1 1/4	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietileno	5.000	-	1,00	EBARA	34,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-39	Terrestre + Fluvial	
11	NOVA UBRATANA	PAVURU	PIRINOP	-	-	Subterrânea	30,00	-	-	4,00	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	300	Poietileno	S/I	-	1,00	S/I	22,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-40	Terrestre + Fluvial	
12	PARANATINGA	PAVURU	RAWO	-12,2577692	-53,99866667	Subterrânea	30,00	9,00	12,00	4,00	40mm	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietileno	5.000	250W	-	S/I	18,00	2	90	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-41	Terrestre + Fluvial	
13	FELIZ NATAL	DIAUARIUM	GUARUJÁ	-11,4743644	-53,51272333	Subterrânea	42,00	8,83	12,30	5,345	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	250	Poietileno	10.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	30,00	5	50	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-42	Terrestre + Fluvial	
14	QUERÊNCIA	DIAUARIUM	JATIKAP	-11,4703653	-53,498216111	Subterrânea	30,00	8,20	11,10	4,000	25 e 32mm	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietileno	3.000	-	0,50	CLAW	18,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-43	Terrestre + Fluvial	
15	QUERÊNCIA	DIAUARIUM	TUARARÉ	-11,4370347	-53,39715278	Subterrânea	55,00	13,57	17,20	5,765	25mm	Grupo gerador	Monofásico	4500	Poietileno	15.000	-	0,50	EBARA	28,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-44	Terrestre + Fluvial	
16	QUERÊNCIA	DIAUARIUM	SAMAUMA	-11,3829778	-53,35841139	Subterrânea	30,00	7,80	10,60	4,000	32mm	Sistema Solar	Não aplicável	600	Poietileno	5.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	18,00	4	150	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-45	Terrestre + Fluvial	
17	QUERÊNCIA	DIAUARIUM	MOITARÁ	-11,3742219	-53,35054833	Subterrânea	55,00	7,66	12,65	7,759	1 1/2e25mm	Sistema Solar	Não aplicável	330	Poietileno	5.000	250W	-	S/I	30,00	1	330	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-46	Terrestre + Fluvial	
18	QUERÊNCIA	DIAUARIUM	3 VIZINHOS	-11,3339989	-53,3178222	Subterrânea	65,00	7,22	14,72	7,178	1 1/2 E 1 1/4	Sistema Solar	Não aplicável	300	Poietileno	5.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	26,00	6	50	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-47	Terrestre + Fluvial	
19	QUERÊNCIA	DIAUARIUM	11 DE SETEMBRO E YTAPOP	-11,3279731	-53,2060397	Subterrânea	64,00	9,57	14,90	7,660	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	330	Poietileno	10.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	25,00	2	335	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-48	Terrestre + Fluvial	
20	QUERÊNCIA	DIAUARIUM	TRÊS BURITIS	-11,2864117	-53,27152583	Subterrânea	30,00	6,40	7,60	4,000	25 e 32mm	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietileno	3.000	-	0,50	CLAW	18,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-49	Terrestre + Fluvial	
21	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	DIAUARIUM	POLO DIAUARIUM	-11,1991819	-53,2368381	Subterrânea	62,00	10,23	16,70	7,400	1 1/2	Grupo gerador	Monofásico	7500	Poietileno	10.000	-	1,00	SCHNEIDER 7 ESTÁGIOS	30,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-50	Terrestre + Fluvial	
22	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	DIAUARIUM	CAPIVARA	-11,0938740	-53,259579	Subterrânea	39,00	6,69	9,15	6,729	1 1/2	Grupo gerador	Monofásico	7500	Poietileno	20.000	-	2,00	CLAW	30,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-51	Terrestre + Fluvial	
23	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	DIAUARIUM	PEQUIZAL	-11,0478907	-53,278136	Subterrânea	69,00	7,53	10,35	6,377	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	300	Poietileno	5.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	30,00	3	100	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-52	Terrestre + Fluvial	
24	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	DIAUARIUM	PAKSAMBA	-11,0295922	-53,286991	Subterrânea	65,00	13,26	18,30	5,651	1 1/2 E 1 1/4	Sistema Solar	Não aplicável	480	Poietileno	5.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	30,00	8	60	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-53	Terrestre + Fluvial	
25	MARCELÂNDIA	DIAUARIUM	TUBA TUBA	-10,9476730	-53,315122	Subterrânea	66,00	10,55	12,84	7,603	1 1/2 E 1 1/4	Grupo gerador	Monofásico	6500	Poietileno	10.000	-	0,75	S/I	42,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-54	Terrestre + Fluvial	
26	MARCELÂNDIA	DIAUARIUM	CAÇARA	-10,856240	-53,223051	Subterrânea	66,00	7,52	9,97	8,602	1 1/2 E 1 1/4	Sistema Solar	Não aplicável	300	Poietileno	5.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	42,00	4	90	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-55	Terrestre + Fluvial	
27	SÃO JOSÉ DO XIINGU	DIAUARIUM	RIO PRETO	-10,8014460	-52,761158	Subterrânea	-	-	-	-	-	Rede elétrica	-	S/I	Poietileno	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-56	Terrestre	
28	SÃO JOSÉ DO XIINGU	DIAUARIUM	KAMAU	-10,8014456	-52,7611583	Subterrânea	55,00	-	-	7,956	1 1/4	Rede elétrica	Monofásico	5000	Poietileno	10.000	-	0,50	ESUB 4/4	24,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-57	Terrestre	
29	MARCELÂNDIA	DIAUARIUM	AYPORÉ	-11,0453967	-53,4226675	Subterrânea	29,00	4,85	15,50	7,214	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	750	Poietileno	5.000	750W	-	LORENZET - ECDORIVE	42,00	10	75	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-58	Terrestre + Fluvial	
30	MARCELÂNDIA	DIAUARIUM	KAMAÇARI	-11,0519722	-53,464461	Subterrânea	-	-	-	-	-	S/I	S/I	S/I	Poietileno	1.000	250 W	-	S/I	S/I	2	90	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-59	Terrestre + Fluvial	
31	MARCELÂNDIA	DIAUARIUM	MUPADÁ	-11,0782600	-53,229292	Subterrânea	11,00	2,30	2,30	2,000	PEAD 20mm	Sistema Solar	Não aplicável	190	Poietileno	5.000	S/I	S/I	S/I	S/I	6,00	S/I	S/I	S/I	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-60	Terrestre + Fluvial
32	FELIZ NATAL	DIAUARIUM	PARANATANA	-11,0960200	-53,514782	Subterrânea	66,00	11,00	19,75	5,746	1 1/2 e 25mm	Sistema Solar	Não aplicável	330	Poietileno	5.000	250 W	-	S/I	36,00	1	330	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-61	Terrestre + Fluvial	
33	FELIZ NATAL	DIAUARIUM	3 PATOS/ MANITO	-11,4743660	-53,512723	Subterrânea	65,00	7,10	13,11	5,887	1 1/2 E 1 1/4	Sistema Solar	Não aplicável	300	Poietileno	5.000	250W	-	S/I	30,00	2	90	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-62	Terrestre + Fluvial	
34	FELIZ NATAL	DIAUARIUM	SOBRADINHO	-11,2552240	-53,756979	Subterrânea	67,00	6,00	8,23	8,900	1 1/2	Grupo gerador	Trifásico	20000	Poietileno	5.000	-	1,50	ELETROPAPZ	30,00	-	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-63	Terrestre + Fluvial	
35	FELIZ NATAL	DIAUARIUM	MARAKÁ	-11,2953160	-53,780091	Subterrânea	65,00	7,00	10,24	7,073	1 1/2	Sistema Solar	Não aplicável	280	Poietileno	10.000	1,40	-	GRUNDOS SQF 2.5.2 (HÍBRIDA)	30,00	4	75	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-64	Terrestre + Fluvial	
36	MARCELÂNDIA	DIAUARIUM	PAIGREDA	-10,8525560	-53,202833	Subterrânea	34,00	-	-	-	-	Sistema Solar	Não aplicável	-	-	-	-	1,00	THEREBE	2	330	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-65	Terrestre + Fluvial	
37	FELIZ NATAL	DIAUARIUM	IGUAÇU	-11,3252220	-53,789139	Subterrânea	34,00	-	-	-	-	Sistema Solar	Não aplicável	-	-	-	-	1,00	THEREBE	2	330	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-66	Terrestre + Fluvial	
38	FELIZ NATAL	DIAUARIUM	BOM JESUS	-11,1521940	-53,643944	Subterrânea	2	-	-	-	-	Sistema Solar	Não aplicável	-	-	-	-	1,00	THEREBE	2	330	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-67	Terrestre + Fluvial	
39	MARCELÂNDIA	DIAUARIUM	MAIDIKÁ	-10,9940890	-53,342236	Subterrânea	33,00	-	-	-	-	Sistema Solar	Não aplicável	-	-	-	-	1,00	THEREBE	2	330	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-68	Terrestre + Fluvial	
40	FELIZ NATAL	DIAUARIUM	JATYATÁ	-11,2591940	-53,291528	Subterrânea	33,00	-	-	-	-	Sistema Solar	Não aplicável	-	-	-	-	1,00	THEREBE	2	330	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-69	Terrestre + Fluvial	
41	FELIZ NATAL	PAVURU	KANINÉ	-11,5727220	-53,555861	Subterrânea	32,00	-	-	-	-	Sistema Solar	Não aplicável	-	-	-	-	1,00	THEREBE	2	330	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-70	Terrestre + Fluvial	
42	GAOCHA DO NORTE	PAVURU	KUMARI	-11,6154890	-53,575817	Subterrânea	33,00	-	-	-	-	Sistema Solar	Não aplicável	-	-	-	-	1,00	THEREBE	2	330	-	-	Desinfecção com cloro pastilha a ser instalado conforme processo 25051.000706/2021-71	Terrestre + Fluvial	



2 Elevação Lateral Direita e Esquerda
1:50



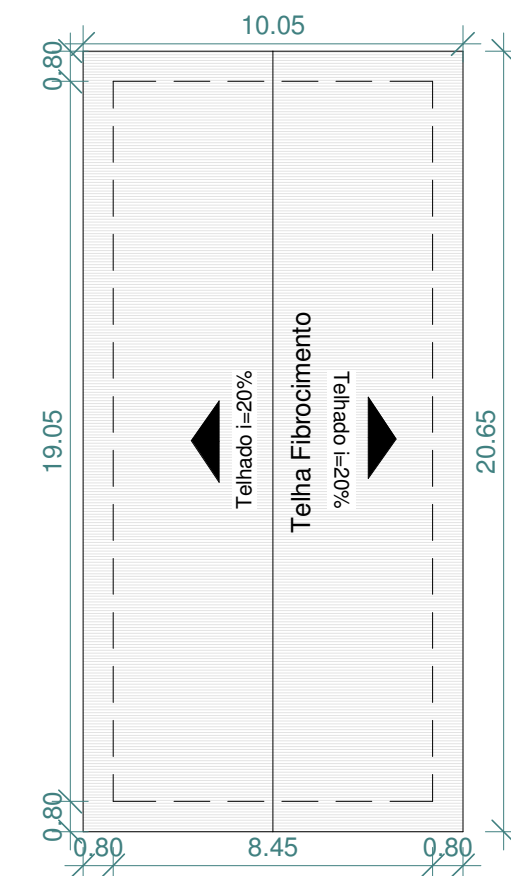
5 Elevação Posterior
1:50



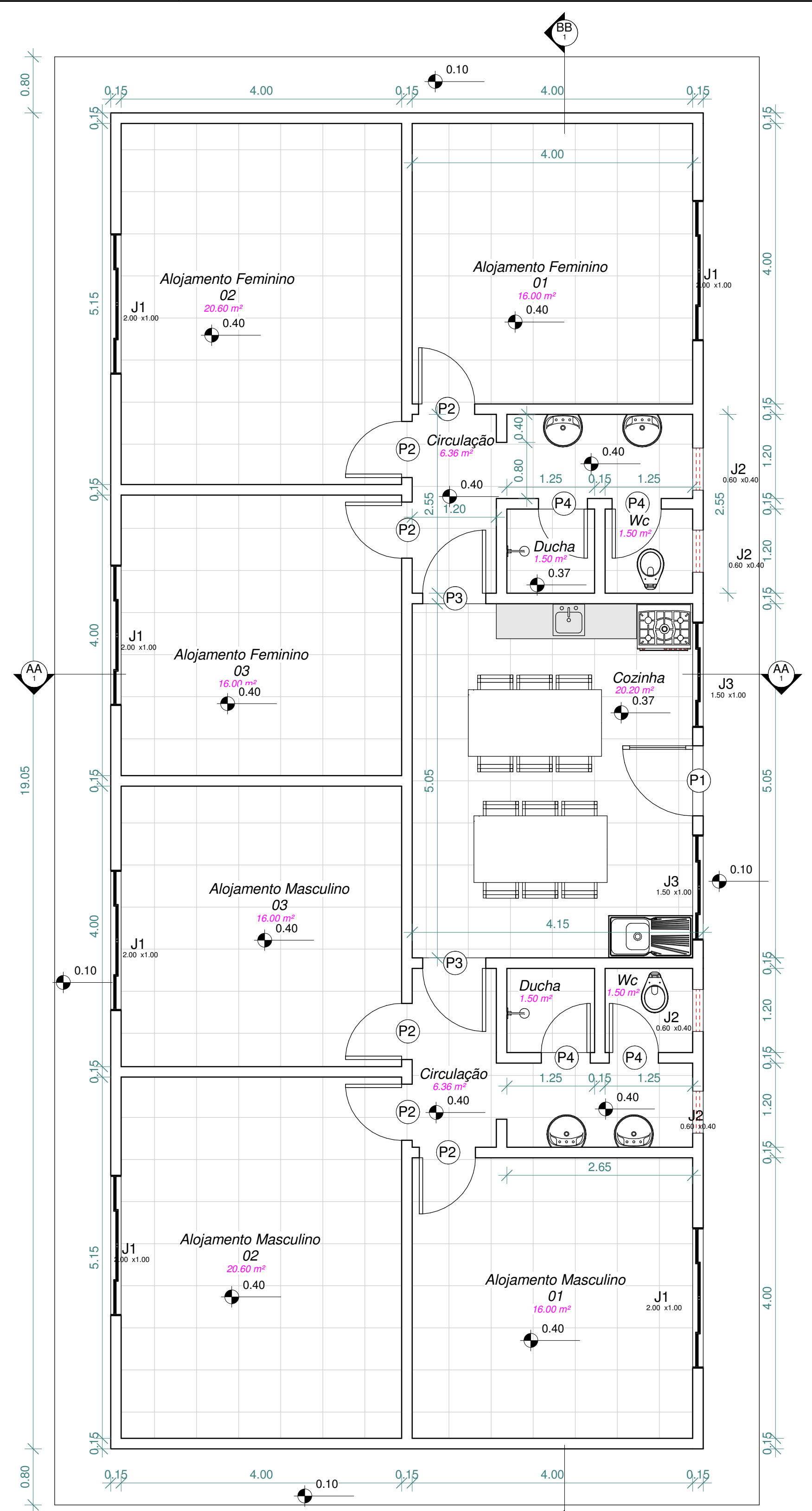
3 Elevação Principal.
1:50

Tabela de Janelas				
Tipo	Quantidade	Dimensões	Descrição	Peitoril
J1	6	200x100 cm	Janela tipo veneziana com 4 folhas de correr	110 cm
J2	4	60 x 40 cm	Janela basculante em ferro com pintura á óleo e vidro incolor comum	170 cm
J3	2	150 x 100 cm	Janela tipo veneziana com 4 folhas de correr	110 cm

Tabela de Portas				
Tipo	Quantidade	Dimensões	Descrição	
P1	1	100 x 210 cm	Porta em aço de abrir	
P2	6	80x210cm	Porta em aço de abrir	
P3	2	90 x210 cm	Porta em aço de abrir	
P4	4	70x210cm	Porta em aço de abrir	



4 Cobertura e Locação
1:200



1 Planta Baixa - Térreo
1:50

ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO:
Alojamento para EMSI (equipe multidisciplinar de saúde indígena)
Plantas: Baixa e de cobertura
Cortes: AA, BB
Fachadas: principal , posterior, lareta direita e esquerda
Tabelas: portas, janelas e áreas

CIDADES:
Polo Base Diauarum - São Felix do Araguaia-MT

PROPRIETÁRIO:

APROVAÇÃO:

PROPRIETÁRIO:
DSEI XINGU - SESAI
MINISTÉRIO DA SAÚDE
CNPJ
00394544/0045-04

SAÚDE INDÍGENA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA XINGU

ÁREA A CONSTRUIR:
160,97 m²

FOLHA:
1/1

COORDENADAS:
S 11° 11' 55.5" W 53° 14' 10.6"

DATA:
16/04/2014

ALDEIA:
Polo Diauarum

GEO-ALDEIA:
51314

POLO:
Polo Diauarum

FINALIDADE:
Alojamento

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PROJETO:

LEONICE IVANI BRENTANO
ENGENHEIRA CIVIL
CREA 120 938 6950

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo. Direitos autorais reservados ao autor e Responsável Técnico, nos termos da Lei nº 5.810, de 19/02/1986, Lei dos Direitos Autorais.

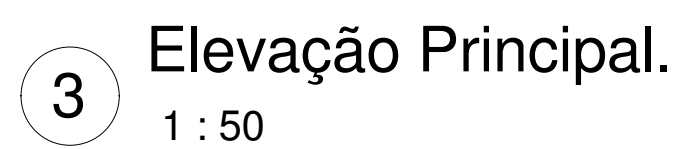
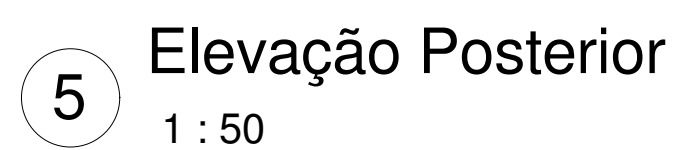
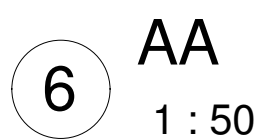


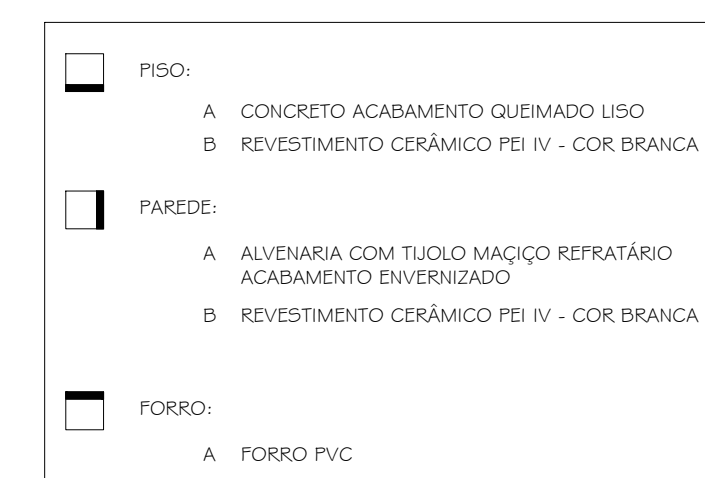
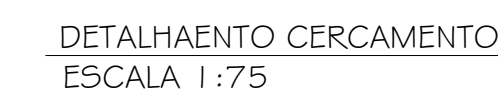
Tabela de Portas			
Tipo	Quantidade	Dimensões	Descrição
P1	1	100 x 210 cm	Porta em aço de abrir
P2	6	80x210cm	Porta em aço de abrir
P3	2	90 x210 cm	Porta em aço de abrir
P4	4	70x310cm	Porta em aço de abrir



 SAÚDE INDÍGENA		MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA XINGU	
CONTEÚDO: Alojamento para EMSI (equipe multidisciplinar de saúde indígena) Plantas: Baixa e de cobertura Cortes: AA, BB Fachadas: principal , posterior, lateral direita e esquerda Tabelas: portas, janelas e áreas	ÁREA A CONSTRUIR: 160,97 m²	FOLHA: 1/1	
CIDADE: Polo Base Leonardo Vilas Boas - Gaúcha do norte-MT	COORDENADAS: S:12°11'55.1" W:-052°22'46.6"	DATA: 16/04/2014	
	ALDEIA: Polo Leonardo	COORDENADAS: 51315	
	POLO: Polo Leonardo	FINALIDADE: Alojamento	
PROPRIETÁRIO:	APROVAÇÃO:	RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PROJETO:	
DSEI XINGU - SESAI MINISTÉRIO DA SAÚDE CNPJ 00394544/0045-04		LEONICE IVANI BRENTANO ENGENHEIRA CIVIL CREA 120 938 6950	



171




José Guilherme Miranda Damou
Engenheiro Civil
CREA 2019066249/MT



SESAI | SECRETARIA DE
SAÚDE INDÍGENA

TITULO: ALOJAMENTO EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE SAÚDE INDÍGENA - EMSI

LOCAL: PÓLO BASE WAWI, QUERÊNCIA/MT

PROPRIETÁRIO: DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO XINGU - DSEI XINGU

RESPONSÁVEL:

SESANI ÁREA TÉCNICA

PRANCHA:	ARQUITET
DATA:	

RA	ÁREA TOTAL: 112,06m²
	ESCALA:

FOLHA:	1 /
--------	-----

17

TERRENO

TABELA DE REVESTIMENTOS EXTERNOS		
	Pisos externos	Área
Cafetaria e sanitários bloco recepção e atendimento a ser construído		25,14 m²
Cafetaria no setor de bloco atendimento a ser construído		17,91 m²
Cafetaria sem cobertura a ser construído		24,21 m²
Cafetaria grade a ser construída		10,45 m²
Piso em área para playground a ser construído		16,21 m²
Piso em grama (gramado) a ser construído		346,63 m²
Piso Heteroflexo a ser construído		357,71 m²
Programa a ser construído (revestimento)		286,50 m²

MC - PORTAS (DETALHADO)										
CÓD	DESCRIÇÃO	QT	LARG.	ALTURA	SOLEIRA	VERGA	ÁREA	ÁREA TOT.	PNT.	UN
PD1	Porta pequena	1	1,50 m	2,30 m	1,50 m	1,50 m	3,30 m²	3,30 m²	6,60 m²	
PD1	Porta de veículo	1	3,24 m	2,30 m	2,24 m	2,24 m	7,64 m²	7,64 m²	14,87 m²	MP
TOTAL	2	2			6,04 m	6,04 m	10,94 m²	10,94 m²	21,47 m²	

MC - TELHADO DA PASSARELA E CHURRASQUEIRA A CONSTRUIR	
DESCRIÇÃO	ÁREA
Telha Colonial tipo Cipa Canal	175,57 m²

MC - GRADIL				
DESCRIÇÃO	QTD	ALTURA	COMPRIMENTO	ÁREA
Gradil postes	1	1,80	1,80	3,24 m²
Gradil postes	1	2,00	1,80	3,60 m²
Gradil postes	1	2,20	1,80	3,96 m²
Gradil postes	1	2,21	20,95	50,37 m²
Gradil postes	1	2,41	20,11	52,48 m²
Gradil postes	1	2,54	19,29	54,42 m²
Gradil postes	1	2,68	18,48	56,19 m²
Gradil postes	1	2,88	17,70	58,09 m²
Gradil postes	1	2,93	16,95	59,92 m²
Gradil postes	1	2,96	16,23	61,68 m²
Gradil postes	1	3,00	15,54	63,38 m²
Gradil postes	1	3,05	14,88	65,03 m²
Gradil postes	1	3,10	14,25	66,63 m²
Gradil postes	1	3,20	13,64	68,18 m²
Gradil postes	1	3,29	13,05	69,68 m²
Gradil postes	1	3,39	12,48	71,14 m²
Gradil postes	1	3,50	11,93	72,56 m²
Gradil postes	1	3,62	11,40	73,94 m²
Gradil postes	1	3,76	10,89	75,28 m²
Gradil postes	1	3,92	10,40	76,59 m²
Gradil postes	1	4,09	9,93	77,87 m²
Gradil postes	1	4,28	9,48	79,12 m²
Gradil postes	1	4,48	9,04	80,35 m²
Gradil postes	1	4,69	8,62	81,56 m²
Gradil postes	1	4,91	8,21	82,74 m²
Gradil postes	1	5,15	7,82	83,89 m²
Gradil postes	1	5,40	7,44	85,02 m²
Gradil postes	1	5,67	7,07	86,13 m²
Gradil postes	1	5,95	6,71	87,22 m²
Gradil postes	1	6,25	6,36	88,29 m²
Gradil postes	1	6,57	6,02	89,34 m²
Gradil postes	1	6,90	5,68	90,37 m²
Gradil postes	1	7,25	5,35	91,38 m²
Gradil postes	1	7,61	5,03	92,37 m²
Gradil postes	1	7,99	4,72	93,34 m²
Gradil postes	1	8,39	4,42	94,29 m²
Gradil postes	1	8,80	4,13	95,22 m²
Gradil postes	1	9,23	3,84	96,13 m²
Gradil postes	1	9,68	3,56	97,02 m²
Gradil postes	1	10,15	3,29	97,89 m²
Gradil postes	1	10,64	3,03	98,74 m²
Gradil postes	1	11,15	2,77	99,57 m²
Gradil postes	1	11,67	2,52	100,38 m²
Gradil postes	1	12,21	2,28	101,17 m²
Gradil postes	1	12,76	2,04	101,94 m²
Gradil postes	1	13,33	1,81	102,69 m²
Gradil postes	1	13,91	1,59	103,42 m²
Gradil postes	1	14,51	1,38	104,13 m²
Gradil postes	1	15,12	1,18	104,82 m²
Gradil postes	1	15,75	1,00	105,49 m²
Gradil postes	1	16,40	0,82	106,14 m²
Gradil postes	1	17,07	0,65	106,77 m²
Gradil postes	1	17,76	0,49	107,38 m²
Gradil postes	1	18,47	0,34	107,97 m²
Gradil postes	1	19,20	0,20	108,54 m²
Gradil postes	1	19,95	0,07	109,09 m²
Gradil postes	1	20,72	0,00	109,62 m²
Gradil postes	1	21,51	0,00	110,13 m²
Gradil postes	1	22,32	0,00	110,62 m²
Gradil postes	1	23,15	0,00	111,09 m²
Gradil postes	1	24,00	0,00	111,54 m²
Gradil postes	1	24,87	0,00	111,97 m²
Gradil postes	1	25,76	0,00	112,38 m²
Gradil postes	1	26,67	0,00	112,77 m²
Gradil postes	1	27,60	0,00	113,14 m²
Gradil postes	1	28,55	0,00	113,49 m²
Gradil postes	1	29,52	0,00	113,82 m²
Gradil postes	1	30,51	0,00	114,13 m²
Gradil postes	1	31,52	0,00	114,42 m²
Gradil postes	1	32,55	0,00	114,69 m²
Gradil postes	1	33,60	0,00	114,96 m²
Gradil postes	1	34,67	0,00	115,21 m²
Gradil postes	1	35,76	0,00	115,46 m²
Gradil postes	1	36,87	0,00	115,69 m²
Gradil postes	1	38,00	0,00	115,92 m²
Gradil postes	1	39,15	0,00	116,13 m²
Gradil postes	1	40,32	0,00	116,34 m²
Gradil postes	1	41,51	0,00	116,53 m²
Gradil postes	1	42,72	0,00	116,70 m²
Gradil postes	1	43,95	0,00	116,85 m²
Gradil postes	1	45,20	0,00	116,98 m²
Gradil postes	1	46,47	0,00	117,09 m²
Gradil postes	1	47,76	0,00	117,18 m²
Gradil postes	1	49,07	0,00	117,25 m²
Gradil postes	1	50,40	0,00	117,30 m²
Gradil postes	1	51,75	0,00	117,33 m²
Gradil postes	1	53,12	0,00	117,34 m²
Gradil postes	1	54,51	0,00	117,33 m²
Gradil postes	1	55,92	0,00	117,30 m²
Gradil postes	1	57,35	0,00	117,25 m²
Gradil postes	1	58,80	0,00	117,18 m²
Gradil postes	1	60,27	0,00	117,09 m²
Gradil postes	1	61,76	0,00	116,98 m²
Gradil postes	1	63,27	0,00	116,85 m²
Gradil postes	1	64,80	0,00	116,70 m²
Gradil postes	1	66,35	0,00	116,53 m²
Gradil postes	1	67,92	0,00	116,34 m²
Gradil postes	1	69,51	0,00	116,13 m²
Gradil postes	1	71,12	0,00	115,92 m²
Gradil postes	1	72,75	0,00	115,69 m²
Gradil postes	1	74,40	0,00	115,46 m²
Gradil postes	1	76,07	0,00	115,21 m²
Gradil postes	1	77,76	0,00	114,96 m²
Gradil postes	1	79,47	0,00	114,69 m²
Gradil postes	1	81,20	0,00	114,42 m²
Gradil postes	1	82,95	0,00	114,13 m²
Gradil postes	1	84,72	0,00	113,82 m²
Gradil postes	1	86,51	0,00	113,49 m²
Gradil postes	1	88,32	0,00	113,14 m²
Gradil postes	1	90,15	0,00	112,77 m²
Gradil postes	1	92,00	0,00	112,38 m²
Gradil postes	1	93,87	0,00	111,97 m²
Gradil postes	1	95,76	0,00	111,54 m²
Gradil postes	1	97,67	0,00	111,09 m²
Gradil postes	1	99,60	0,00	110,62 m²
Gradil postes	1	101,55	0,00	110,13 m²
Gradil postes	1	103,52	0,00	109,62 m²
Gradil postes	1	105,51	0,00	109,09 m²
Gradil postes	1	107,52	0,00	108,54 m²
Gradil postes	1	109,55	0,00	107,97 m²
Gradil postes	1	111,60	0,00	107,38 m²
Gradil postes	1	113,67	0,00	106,77 m²
Gradil postes	1	115,76	0,00	106,14 m²
Gradil postes	1	117,87	0,00	105,49 m²
Gradil postes	1	119,99	0,00	104,82 m²
Gradil postes	1	122,13	0,00	104,13 m²
Gradil postes	1	124,29	0,00	103,42 m²
Gradil postes	1	126,47	0,00	102,69 m²
Gradil postes	1	128,67	0,00	101,94 m²
Gradil postes	1	130,89	0,00	101,17 m²
Gradil postes	1	133,13	0,00	100,38 m²
Gradil postes	1	135,39	0,00	99,57 m²
Gradil postes	1	137,67	0,00	98,74 m²
Gradil postes	1	139,97	0,00	97,89 m²
Gradil postes	1	142,29	0,00	97,02 m²
Gradil postes	1	144,63	0,00	96,13 m²
Gradil postes	1	146,99	0,00	95,22 m²
Gradil postes	1	149,37	0,00	94,29 m²
Gradil postes	1	151,77	0,00	93,34 m²
Gradil postes	1	154,19	0,00	92,37 m²
Gradil postes	1	156,63	0,00	91,38 m²
Gradil postes	1	159,09	0,00	90,37 m²
Gradil postes	1	161,57	0,00	89,34 m²
Gradil postes	1	164,07	0,00	88,29 m²
Gradil postes	1	166,59	0,00	87,22 m²
Gradil postes	1	169,13	0,00	86,13 m²
Gradil postes	1	171,69	0,00	85,02 m²
Gradil postes	1	174,27	0,00	83,89 m²
Gradil postes	1	176,87	0,00	82,74 m²
Gradil postes	1	179,49	0,00	81,56 m²
Gradil postes	1	182,13	0,00	80,35 m²
Gradil postes	1	184,79	0,00	79,12 m²
Gradil postes	1	187,47	0,00	77,87 m²
Gradil postes	1	190,17	0,00	76,59 m²
Gradil postes	1	192,89	0,00	75,28 m²
Gradil postes	1	195,63	0,00	73,94 m²
Gradil postes	1	198,39	0,00	72,56 m²
Gradil postes	1	201,17	0,00	71,14 m²
Gradil postes	1	203,97	0,00	69,68 m²
Gradil postes	1	206,79	0,00	68,18 m²
Gradil postes	1	209,63	0,00	66,63 m²
Gradil postes	1	212,49	0,00	65,03 m²
Gradil postes	1	215,37	0,00	63,38 m²
Gradil postes	1	218,27	0,00	61,68 m²
Gradil postes	1	221,19	0,00	59,92 m²
Gradil postes	1	224,13	0,00	58,09 m²
Gradil postes	1	227,09	0,00	56,19 m²
Gradil postes	1	230,07	0,00	54,42 m²
Gradil postes	1	233,07	0,00	52,48 m²
Gradil postes	1	236,09	0,00	50,37 m²
Gradil postes	1	239,13	0,00	48,18 m²
Gradil postes	1	242,19	0,00	45,92 m²
Gradil postes	1	245,27	0,00	43,59 m²
Gradil postes	1	248,37	0,00	41,20 m²
Gradil postes	1	251,49	0,00	38,75 m²
Gradil postes	1	254,63	0,00	36,25 m²
Gradil postes	1	257,79	0,00	33,70 m²
Gradil postes	1	260,97	0,00	31,11 m²
Gradil postes	1	264,17	0,00	28,48 m²
Gradil postes	1	267,39	0,00	25,81 m²
Gradil postes	1	270,63	0,00	23,10 m²
Gradil postes	1	273,89	0,00	20,35 m²
Gradil postes	1	277,17	0,00	17,57 m²
Gradil postes	1	280,47	0,00	14,75 m²
Gradil postes	1	283,79	0,00	11,89 m²
Gradil postes	1	287,13	0,00	8,99 m²
Gradil postes	1	290,49	0,00	6,05 m²
Gradil postes	1	293,87	0,00	3,07 m²
Gradil postes	1	297,27	0,00	0,05 m²
Gradil postes	1	300,69	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	304,13	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	307,59	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	311,07	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	314,57	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	318,09	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	321,63	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	325,19	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	328,77	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	332,37	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	335,99	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	339,63	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	343,29	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	346,97	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	350,67	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	354,39	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	358,13	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	361,89	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	365,67	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	369,47	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	373,29	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	377,13	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	380,99	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	384,87	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	388,77	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	392,69	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	396,63	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	400,59	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	404,57	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	408,57	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	412,59	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	416,63	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	420,69	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	424,77	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	428,87	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	432,99	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	437,13	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	441,29	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	445,47	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	449,67	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	453,89	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	458,13	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	462,39	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	466,67	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	470,97	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	475,29	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	479,63	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	483,99	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	488,37	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	492,77	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	497,19	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	501,63	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	506,09	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	510,57	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	515,07	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	519,59	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	524,13	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	528,69	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	533,27	0,00	0,00 m²
Gradil postes	1	537,87	0,00	

<u>QUADRO DE ÁREAS</u>	
ÁREA DO TERRENO (m ²)	10.000 m ²
ÁREA COBERTA (m ²)	2.116,61 m ²
ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	1.224,67 m ²

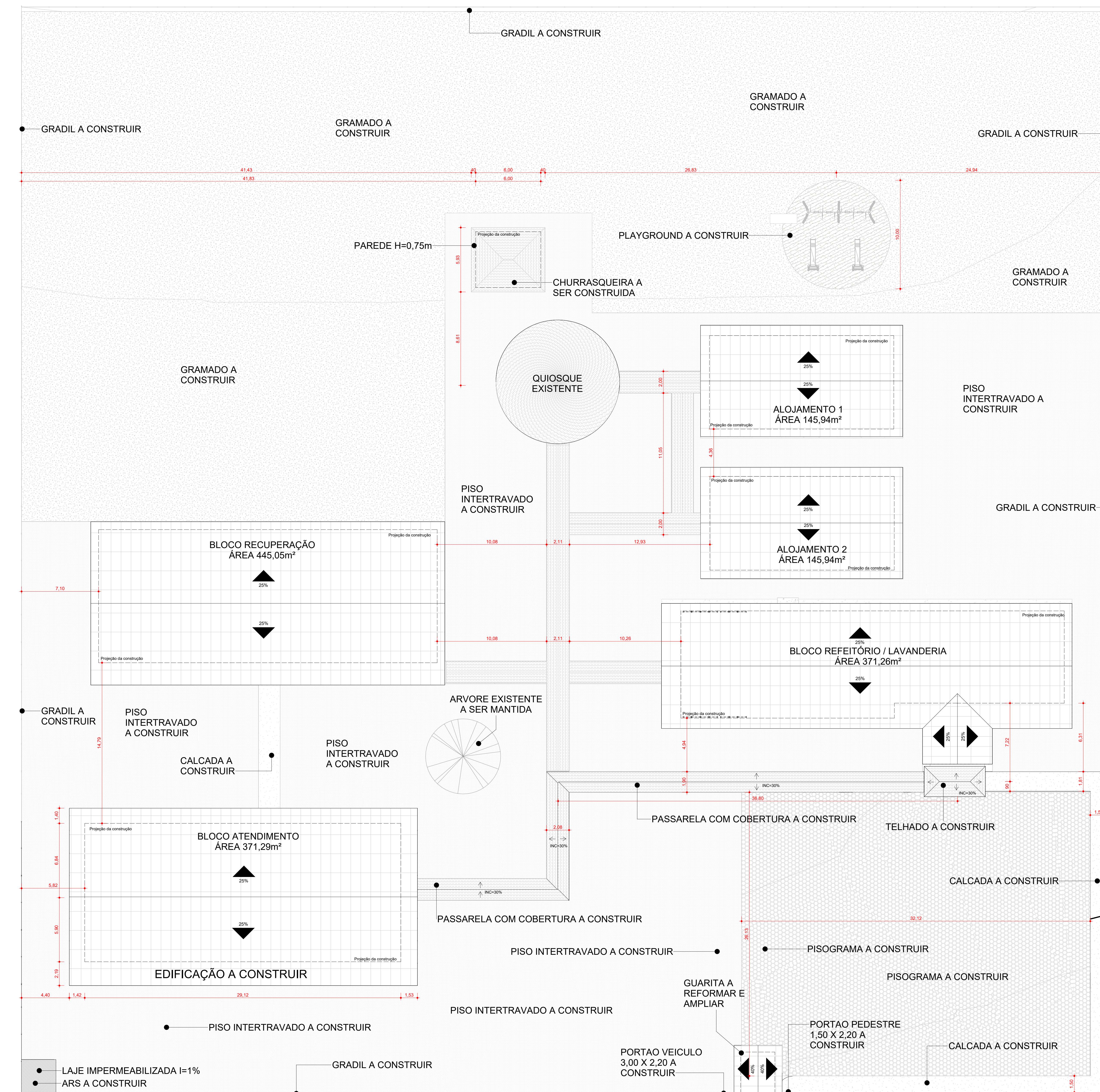
03					
02					
01					
REV	DATA	AUTOR	PROJETISTA	SETOR/DEPART.	ÓRGÃO



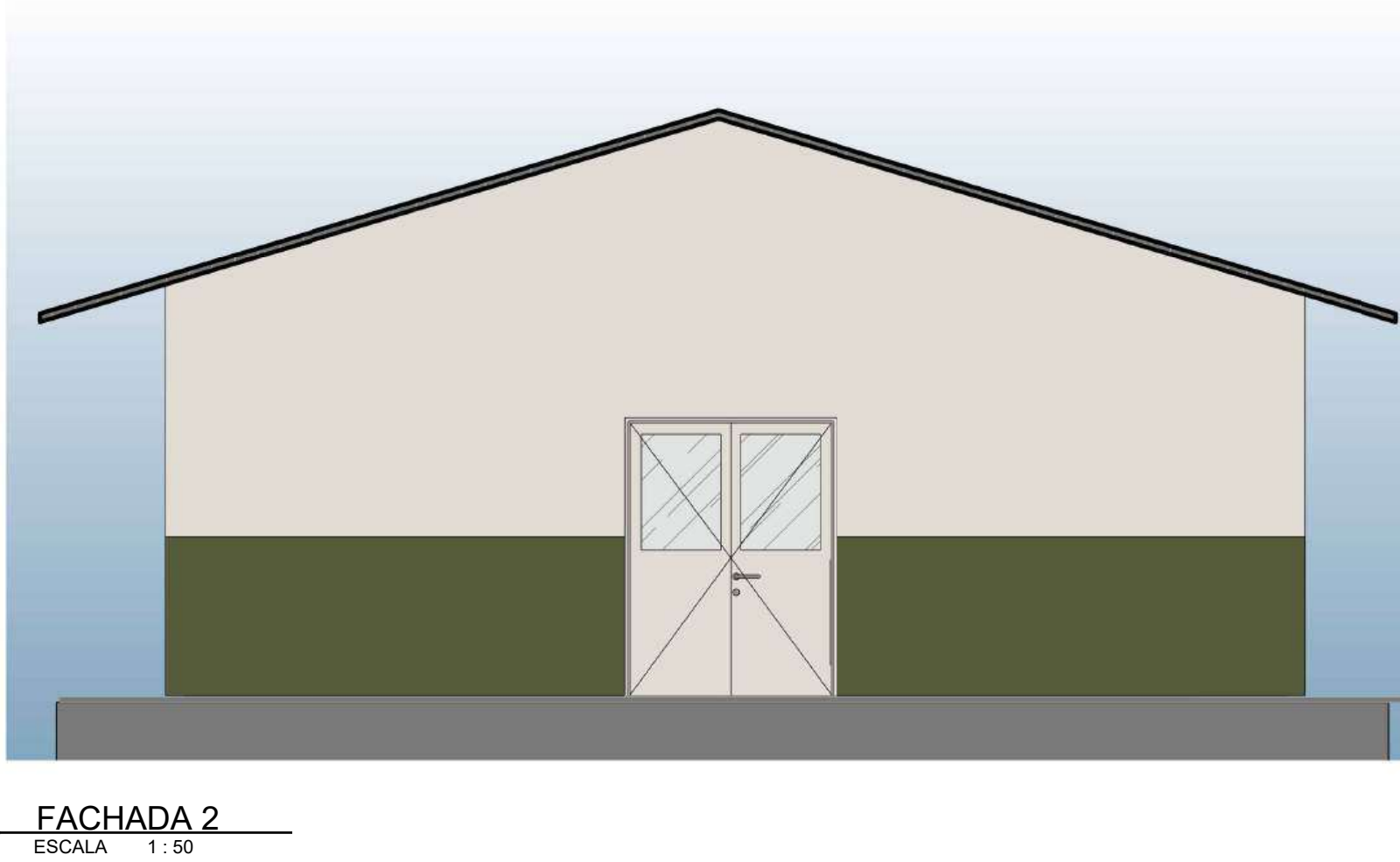
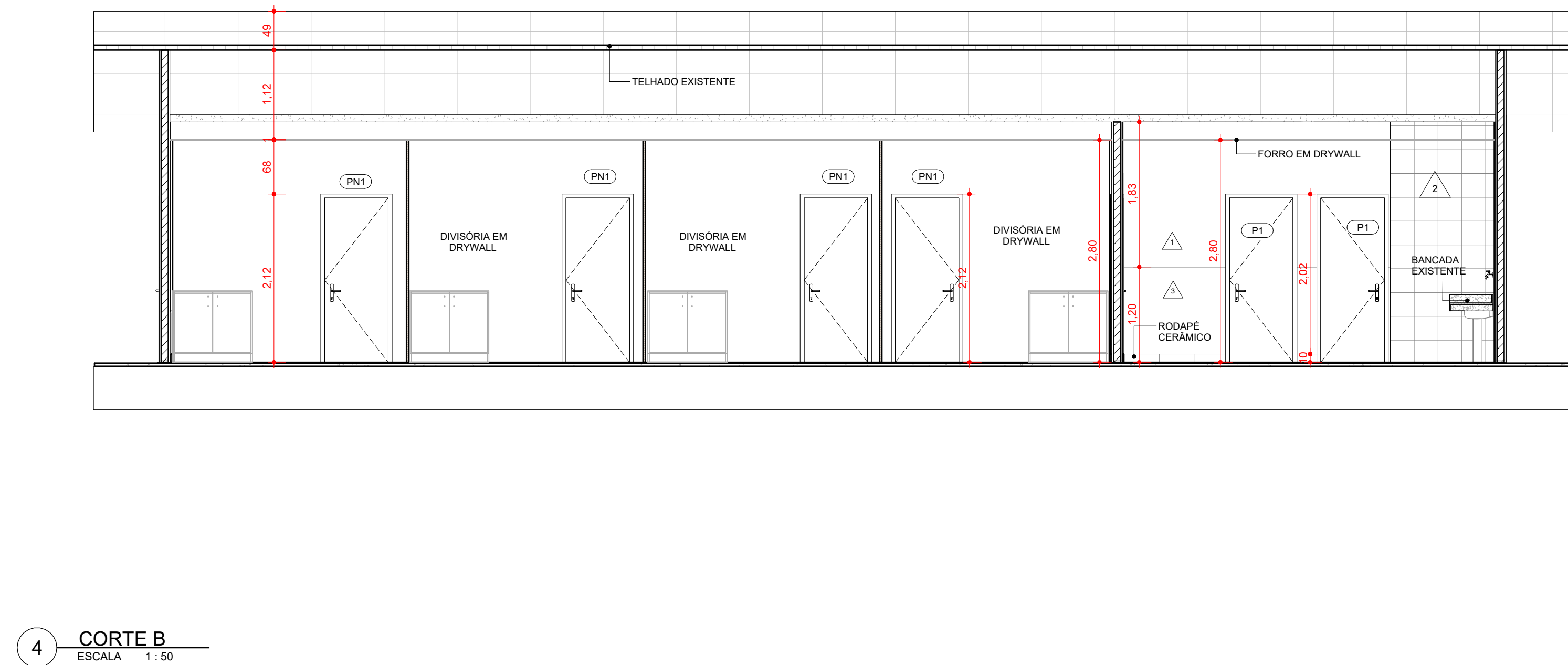
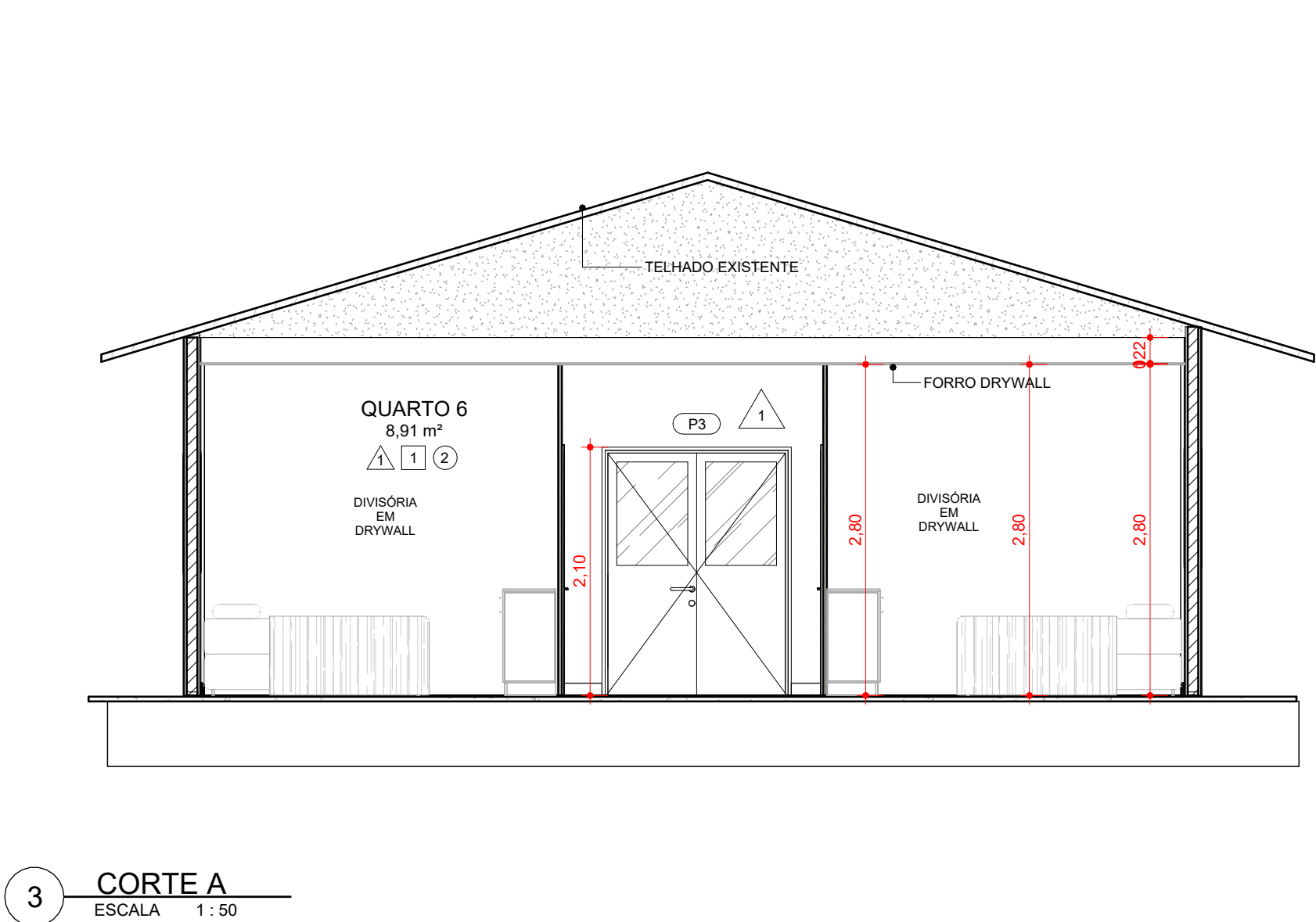
PROJETO EXECUTIVO

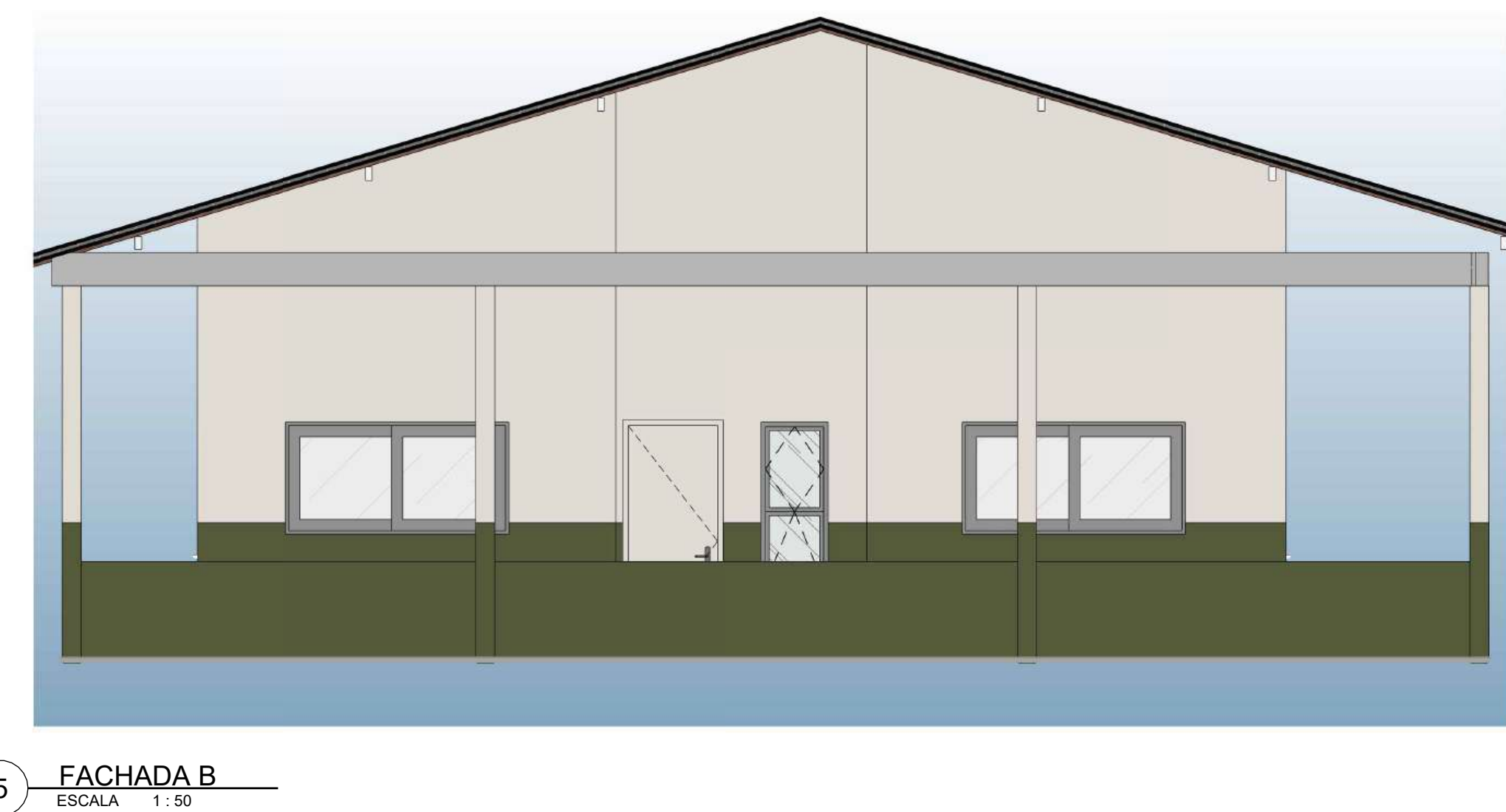
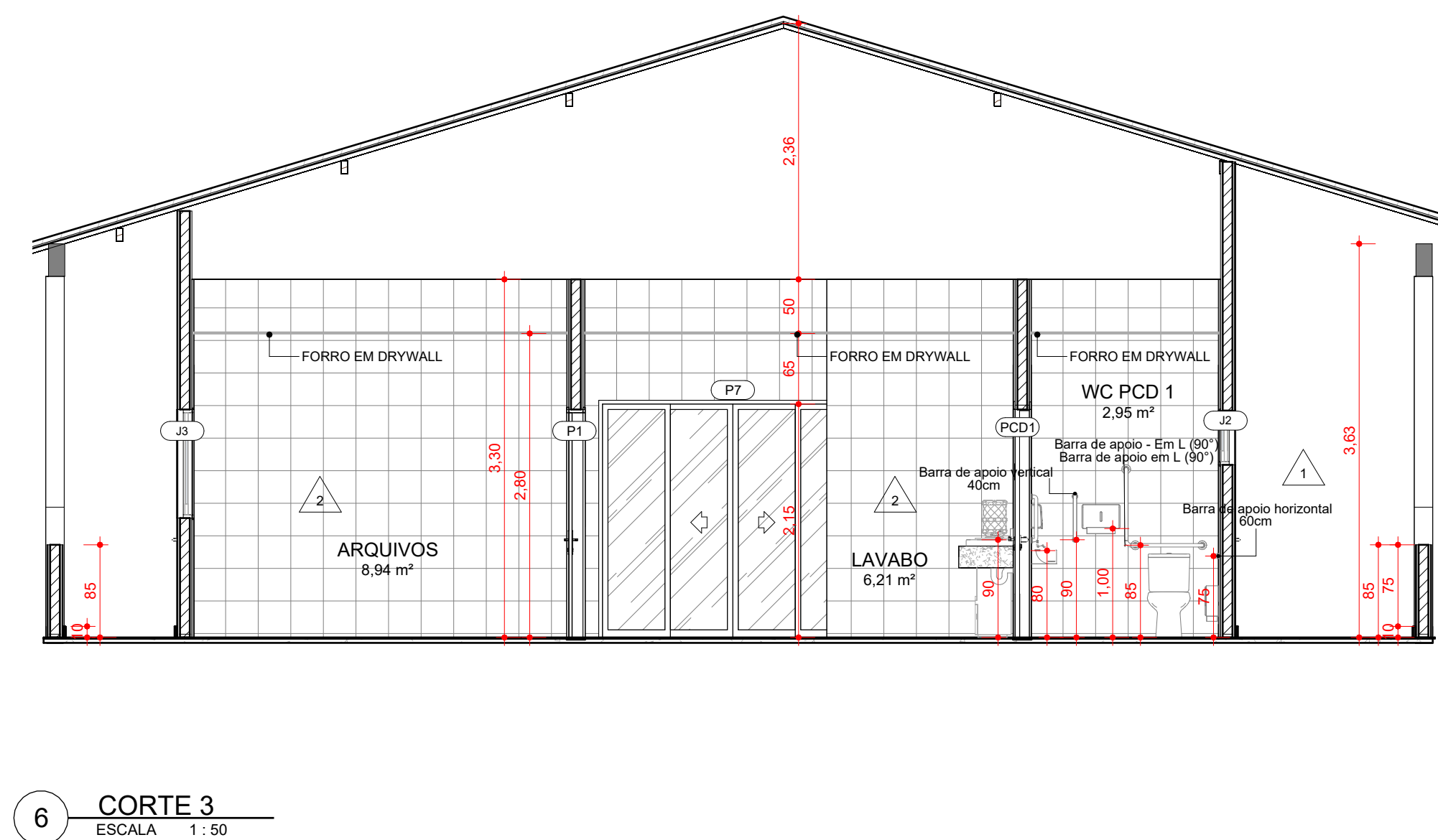
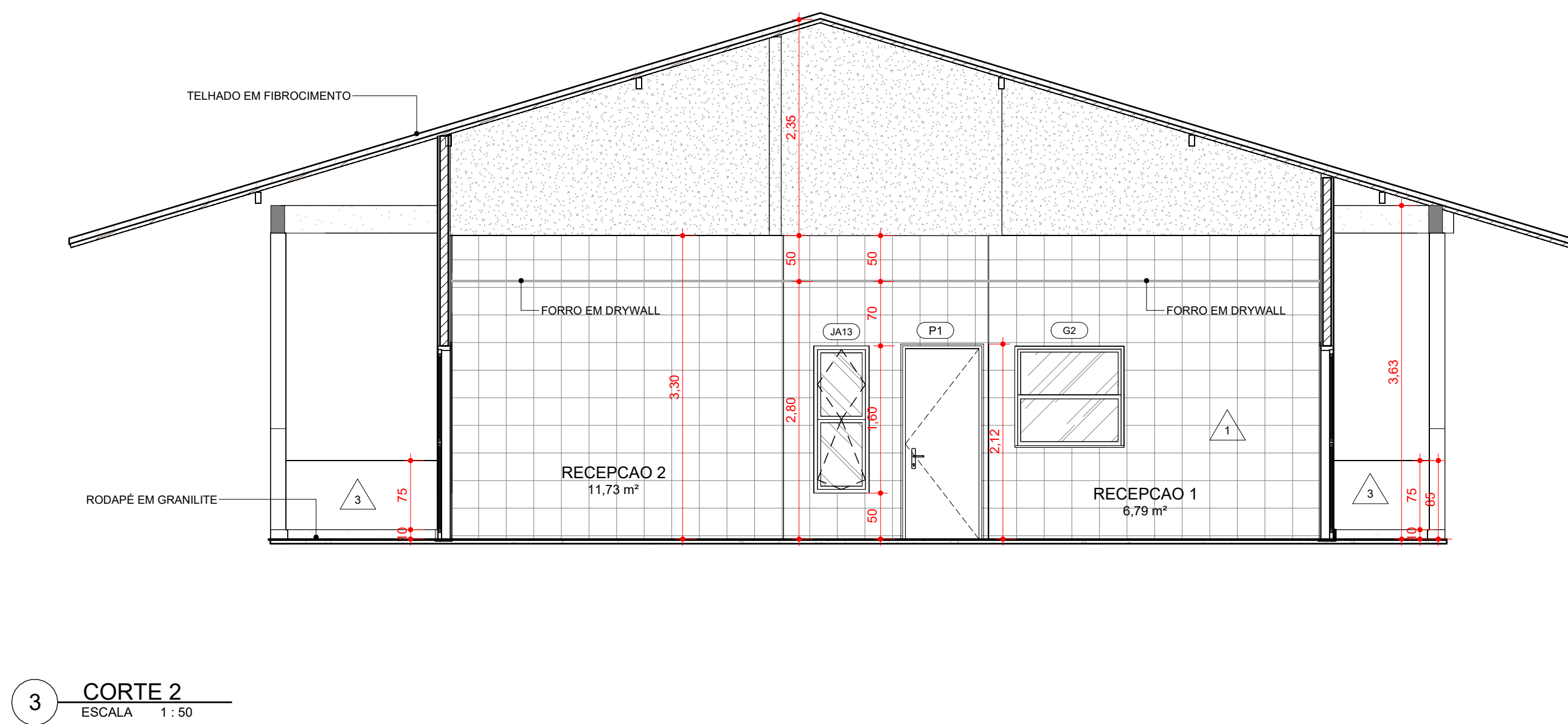
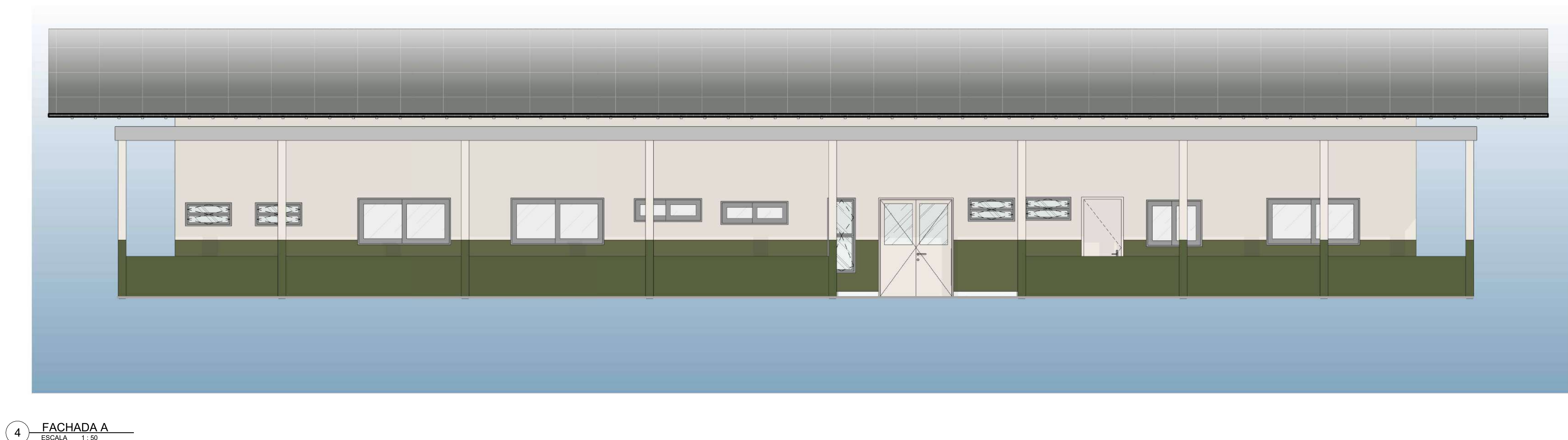
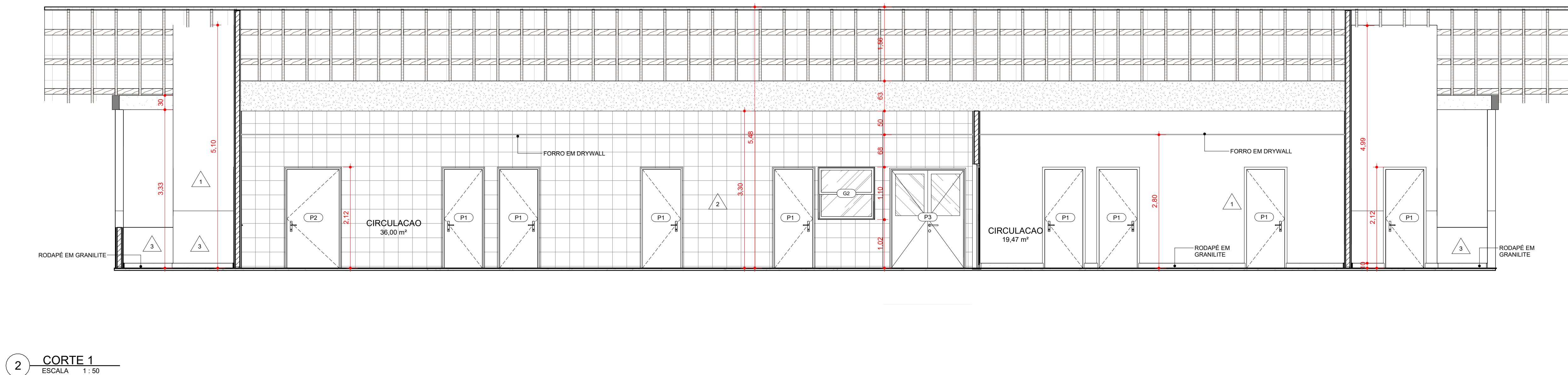
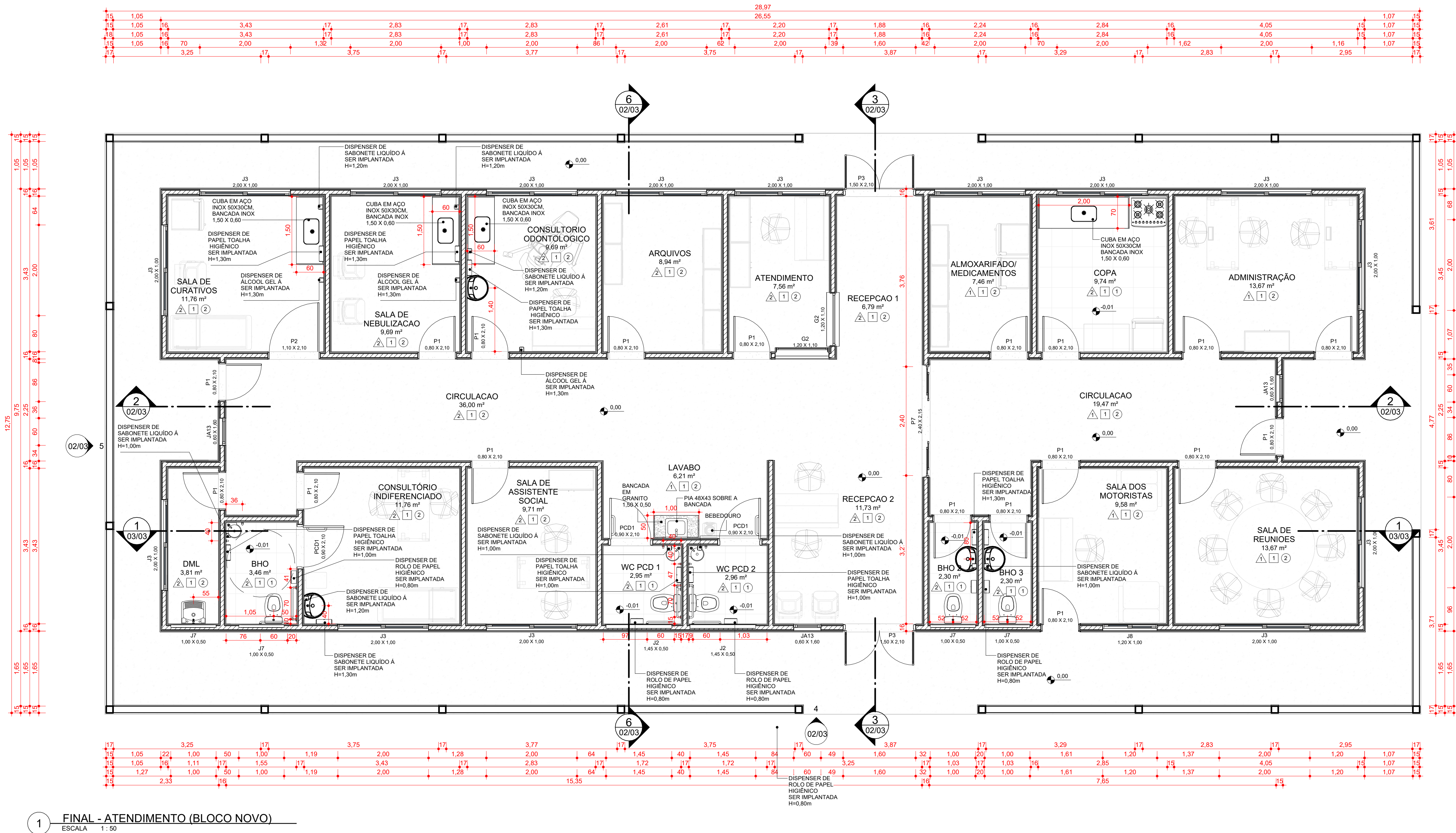
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA CANARANA - MT			
ENDEREÇO: RUA MONDIAL, 1378, MORADA DO SOL, CANARANA-MT			
PROPRIETÁRIO: DSEI XINGU			DATA: 19/06/2024
AUTOR DO PROJETO: SAMUEL BARBOSA NASCIMENTO			CRECA/CA: A157798-0
TÉCNICO AUXILIAR	REVISADO POR:	CRECA/CA2	
ASSINATURAS:		GR CODE ART/INT:	
_____ AUTOR DO PROJETO		_____ PROPRIETÁRIO	
DISCIPLINA DO PROJETO		GR CODE PROJETO:	
<p>PROJETO DE ARQUITETURA</p> <p>COBERTURA E QUANTITATIVO</p>			
CONTEÚDO			
NR:	TPO:		03/04
25051.000984/2022-78.CASAI ARQ.DE 01	CASAI		

O conteúdo deste documento é de propriedade da SESA. É proibida a sua reprodução, armazenamento, transmissão ou qualquer uso não autorizado.



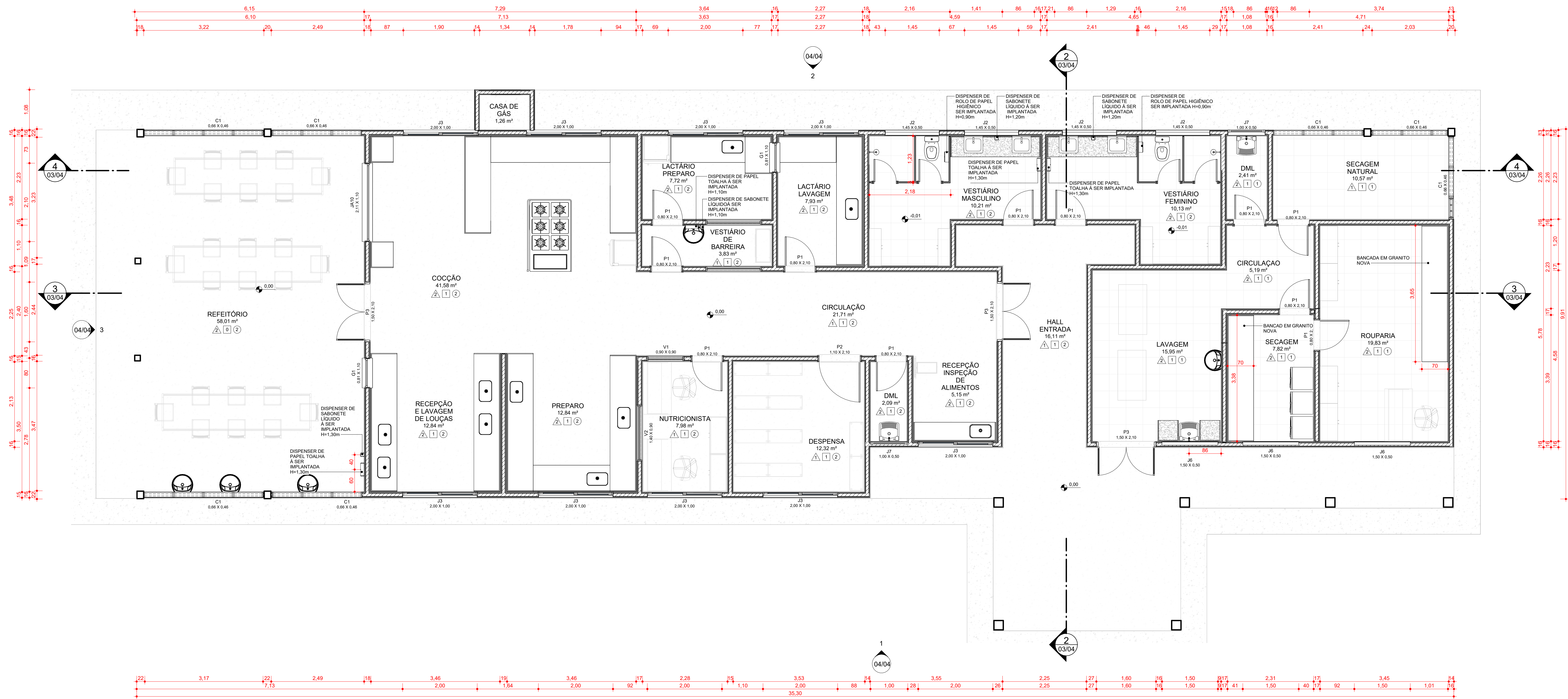
1 COBERTURA
ESCALA 1 : 150





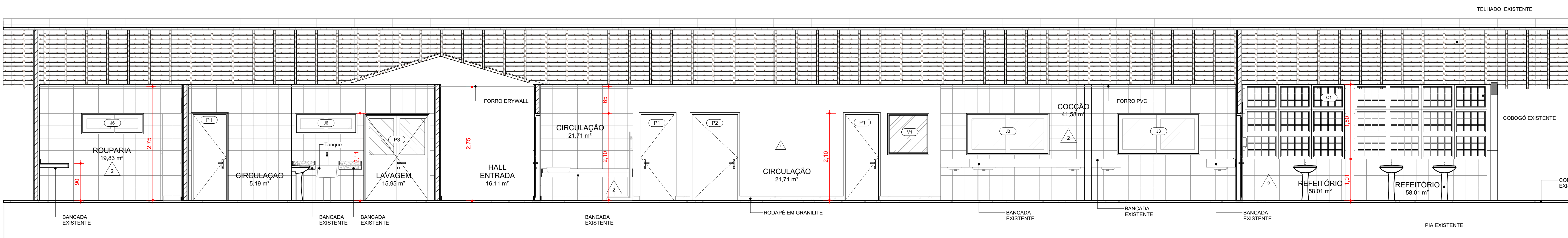
MATERIAIS	
PAREDES	
1	Pintura Latex Acrílico Gelo Seco
2	Revestimento Cerâmico Habitat Martim Glacé
3	Pintura Latex Acrílico Gelo Seco em Pó Latex Acrílico Bonasol
PISO	
1	Piso Cerâmico Habitat Martim Glacé
2	Piso granilite
3	Piso intertravado
TETO	
4	O ambiente não possui teto
1	Forno em drywall

03					
02					
01					
REV	DATA	AUTOR	PROJETISTA	SETOR/DEPART.	ÓRGÃO
REVISÕES					
SESAI SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA					
MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA					
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E DETERMINANTES AMBIENTAIS DA SAÚDE INDÍGENA COORDENAÇÃO GERAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO PARA SAÚDE INDÍGENA COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO					
PROJETO EXECUTIVO					
OBJ: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA CANARANA - MT					
ENDEREÇO: RUA MONDAI, 1378, MORADA DO SOL, CANARANA-MT					
PROPRIETÁRIO: DSEI XINGU			DATA: 19/06/2024		
AUTOR DO PROJETO: SAMUEL BARBOSA NASCIMENTO			DESENHISTA: A157788-0		
TÉCNICO AUXILIAR:			DESENHISTA: A157788-0		
ASSINATURAS:			GRUPO ARTISTAS:		
AUTOR DO PROJETO			PROPRIETÁRIO		
DISCIPLINA DO PROJETO:			GRUPO PROJETO:		
CONTÉUDO:			PROJETO DE ARQUITETURA		
			PLANTA BAIXA, CORTES E FACHADAS		
Nº:			TÍTULO:		
25051.000984/2022-78-CASAI.ARQ.DE.01			CASAI		
			02/03		



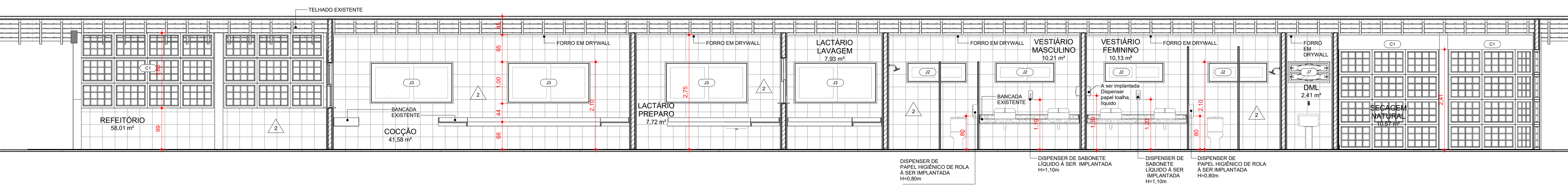
1 FINAL - LAVANDERIA

ESCALA 1:50



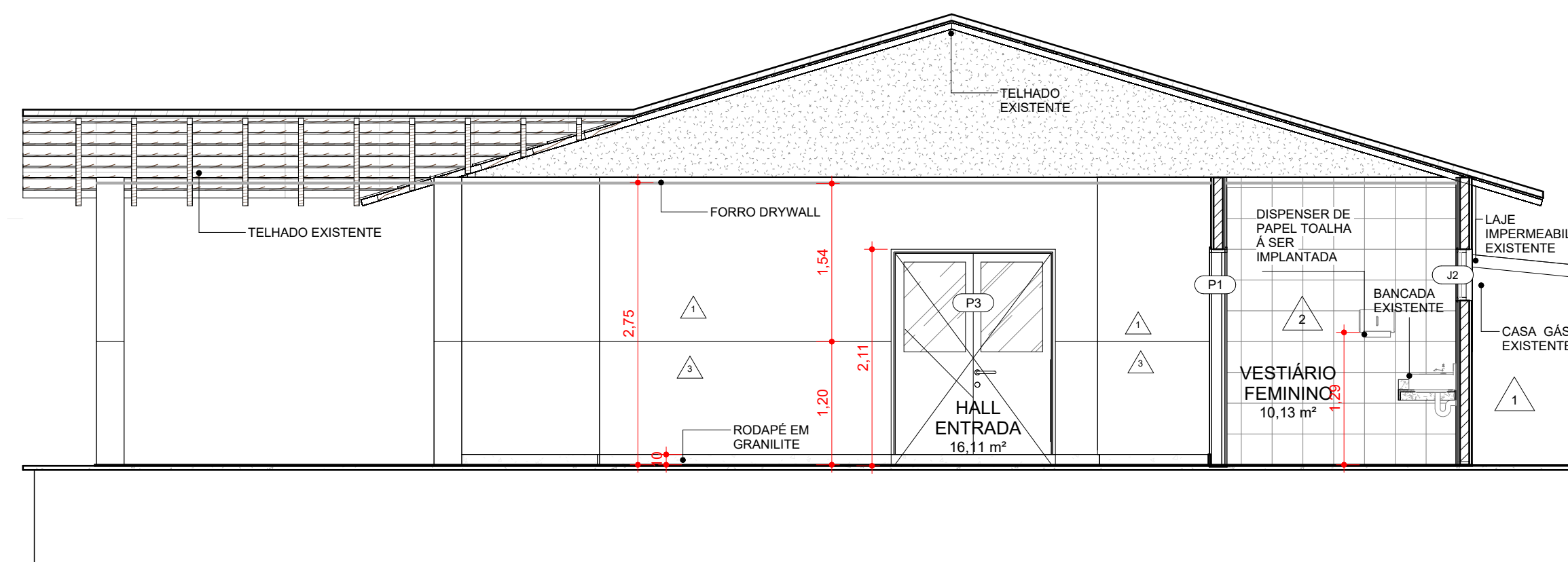
3 CORTE 1

ESCALA 1:50



4 CORTE 2

ESCALA 1:50

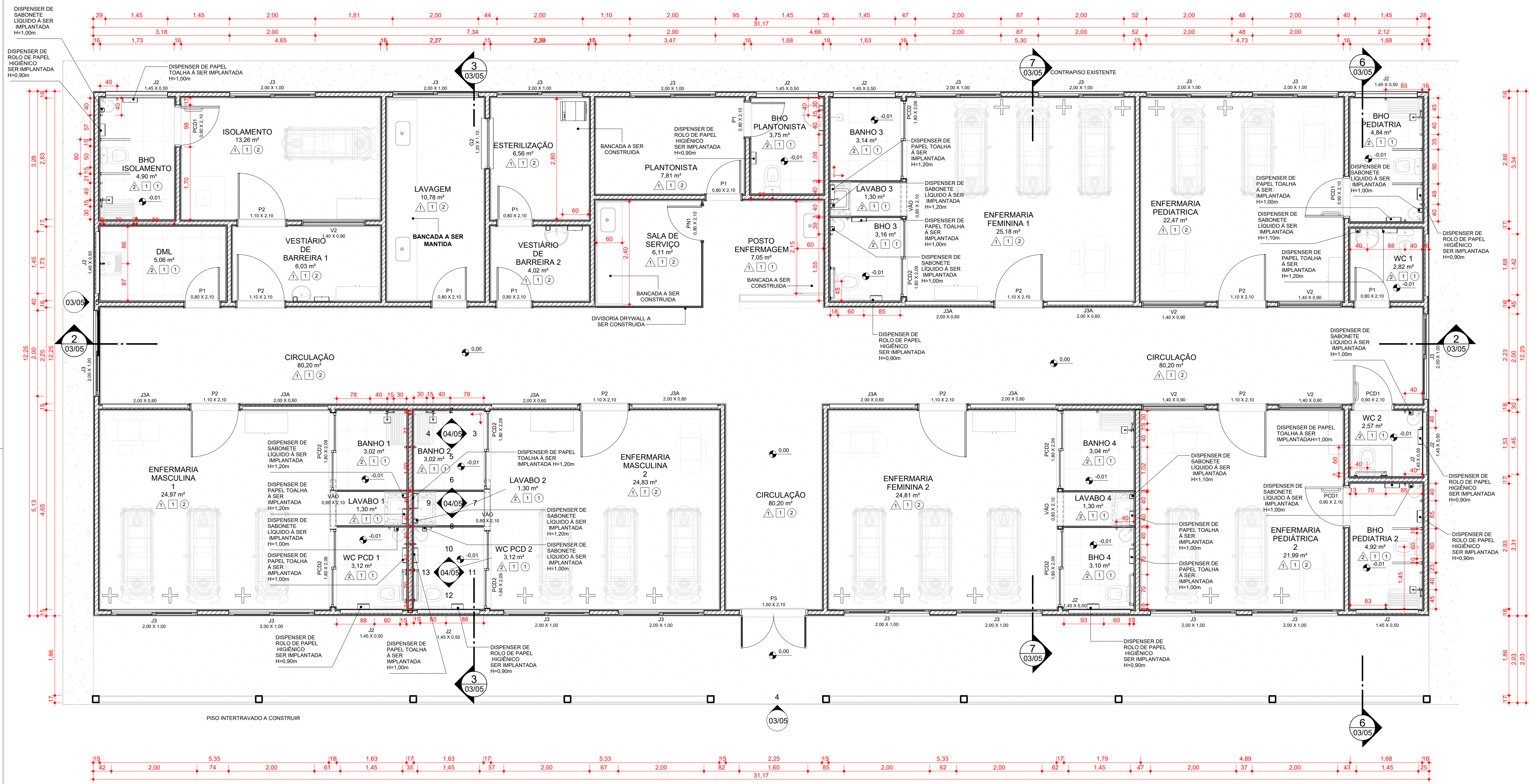


2 CORTE 3

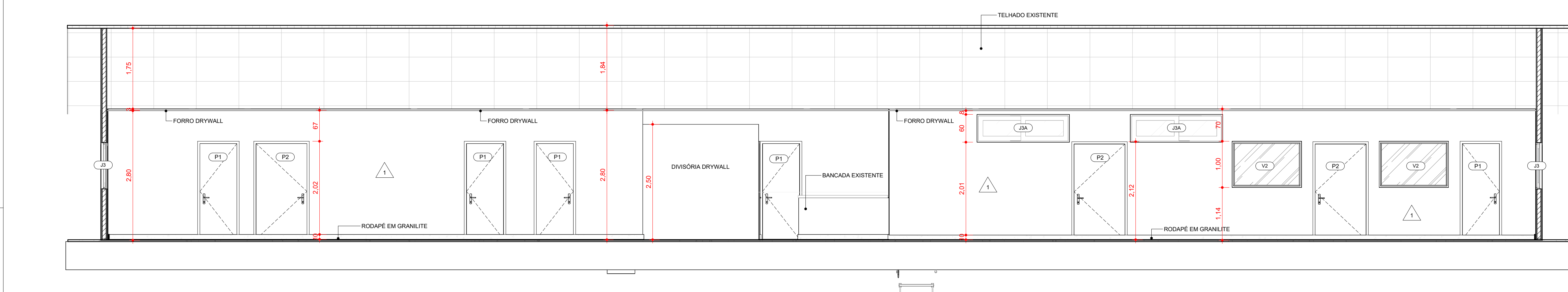
ESCALA 1:50

MATERIAIS	
PAREDES	
1	Pintura Látex Acrílica Cora SBC
2	Revestimento Cerâmico Habitat Marfim 45x45cm
3	Pintura Látex Acrílica Gelo SBC e PPG
4	Latex Acrí. Borsai
PISO	
1	Piso Cerâmico Habitat Marfim 45x45cm
2	Piso granito
3	Piso intertravado
TETO	
1	O ambiente não possui forro
2	Forro em drywall

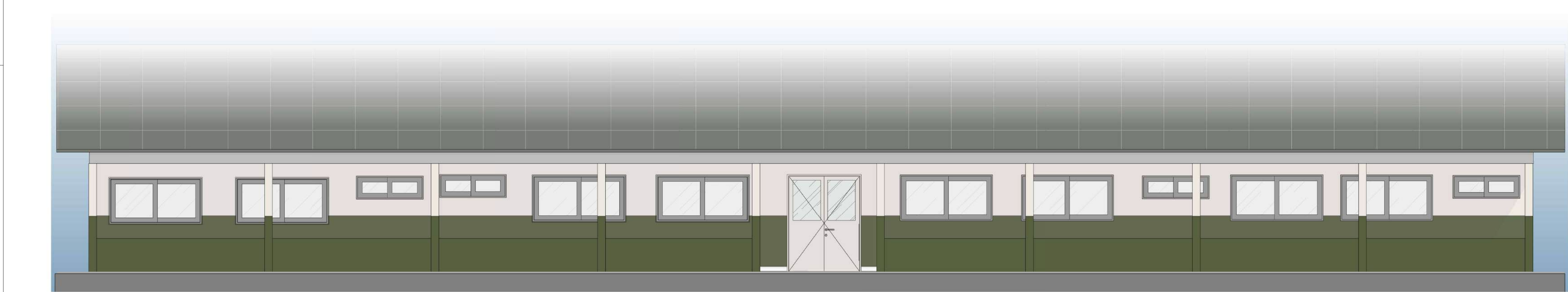
03					
02					
01					
REV	DATA	AUTOR	PROJETISTA	SETOR/DEPART.	ÓRGÃO
REVISÕES					
SESAI SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA					
MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA					
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E DETERMINANTES AMBIENTAIS DA SAÚDE INDÍGENA COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO PARA SAÚDE INDÍGENA COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO					
PROJETO EXECUTIVO					
OBJ: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA CANARANA - MT					
ENDEREÇO: RUA MONDRIAN, 1378, MORADA DO SOL, CANARANA-MT					
PROPRIETÁRIO: DSEI XINGU			DATA: 18/06/2024		
AUTOR DO PROJETO: SAMUEL BARBOSA NASCIMENTO			CRIAÇÃO: A157788-0		
TÉCNICO AUXILIAR:			CRIAÇÃO:		
ASSINATURAS:			GR. CÓD. ARTIST.		
AUTOR DO PROJETO			PROPRIETÁRIO		
DISCIPLINA DO PROJETO:			GR. CÓD. PROJETO:		
CONTÉUDO:			PROJETO DE ARQUITETURA		
			PLANTA BAIXA E CORTES		
Nº:			TPO:		
25051.000984/2022-78.CASAI.ARQ.DE.01			CASAI		
					03/04



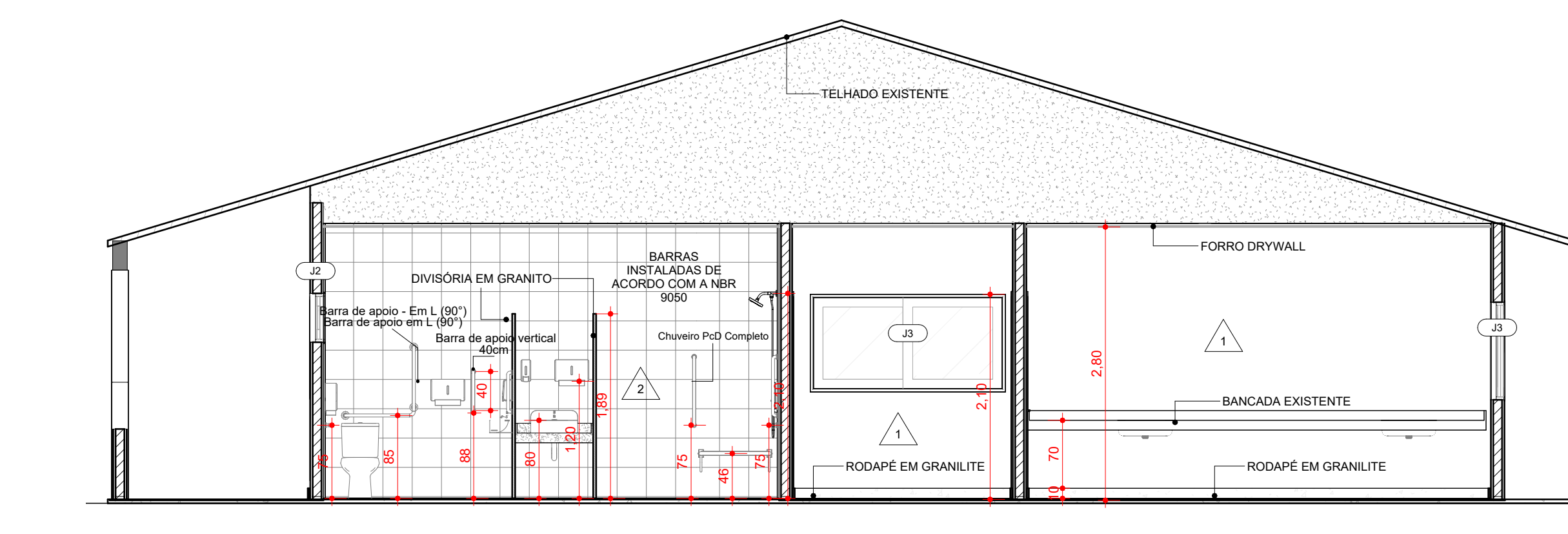
1 FINAL - RECUPERAÇÃO
ESCALA 1:50



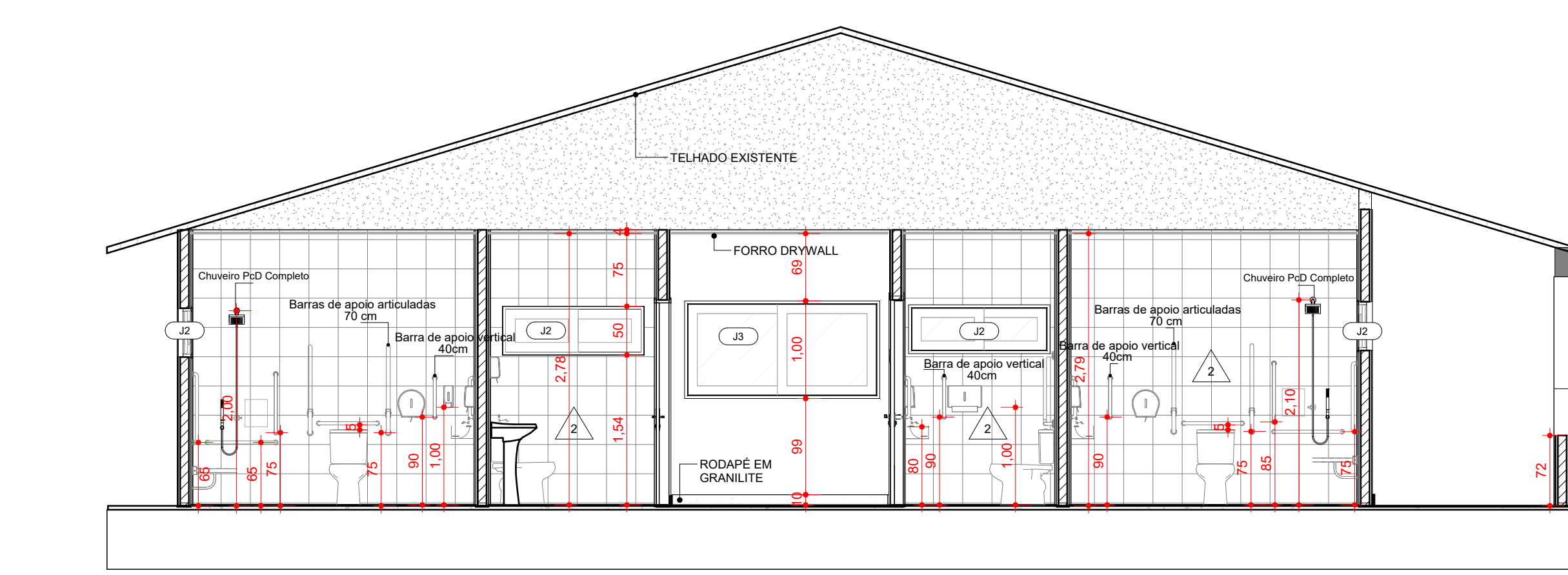
2 CORTE 1
ESCALA 1:50



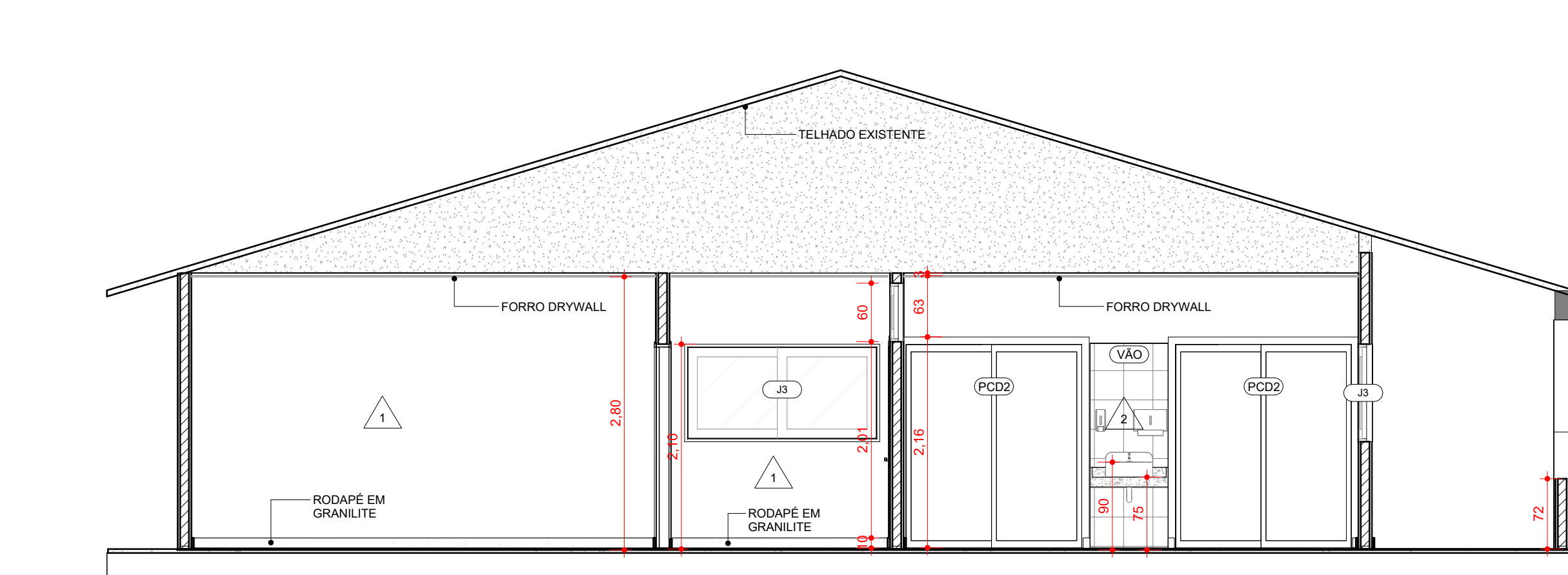
4 FACHADA A
ESCALA 1:50



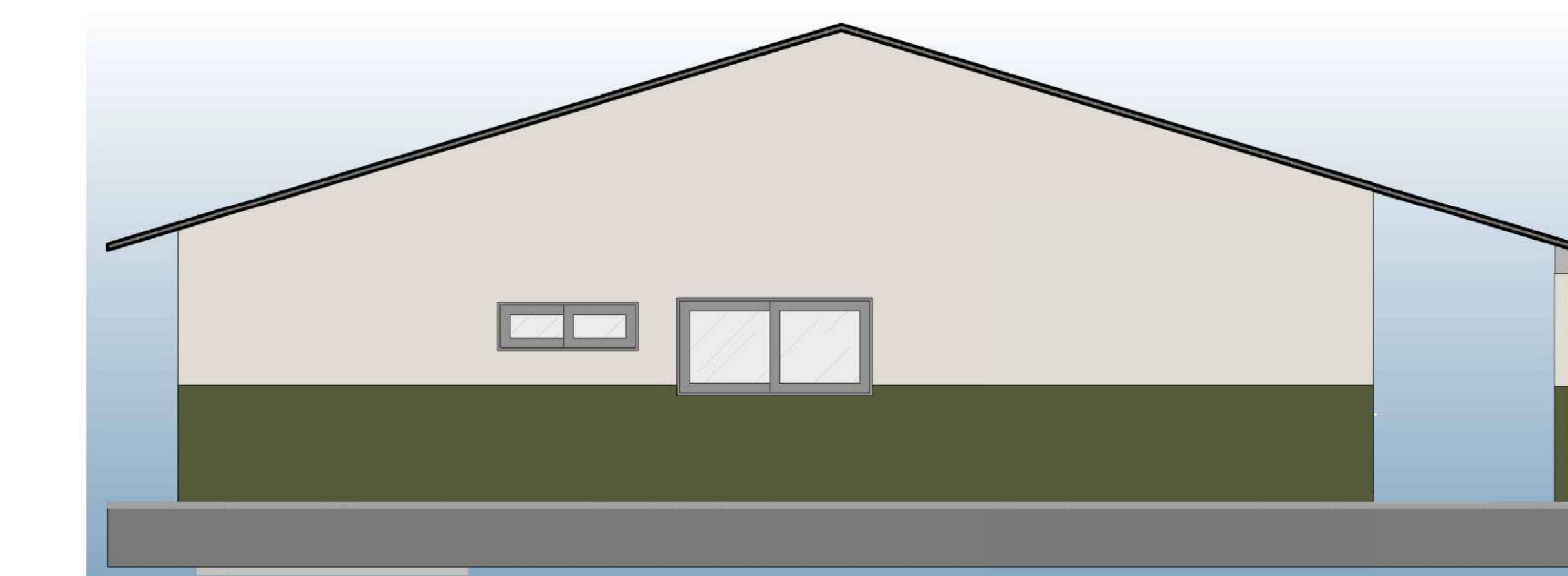
3 CORTE 2
ESCALA 1:50



6 CORTE 3
ESCALA 1:50



7 CORTE 4
ESCALA 1:50

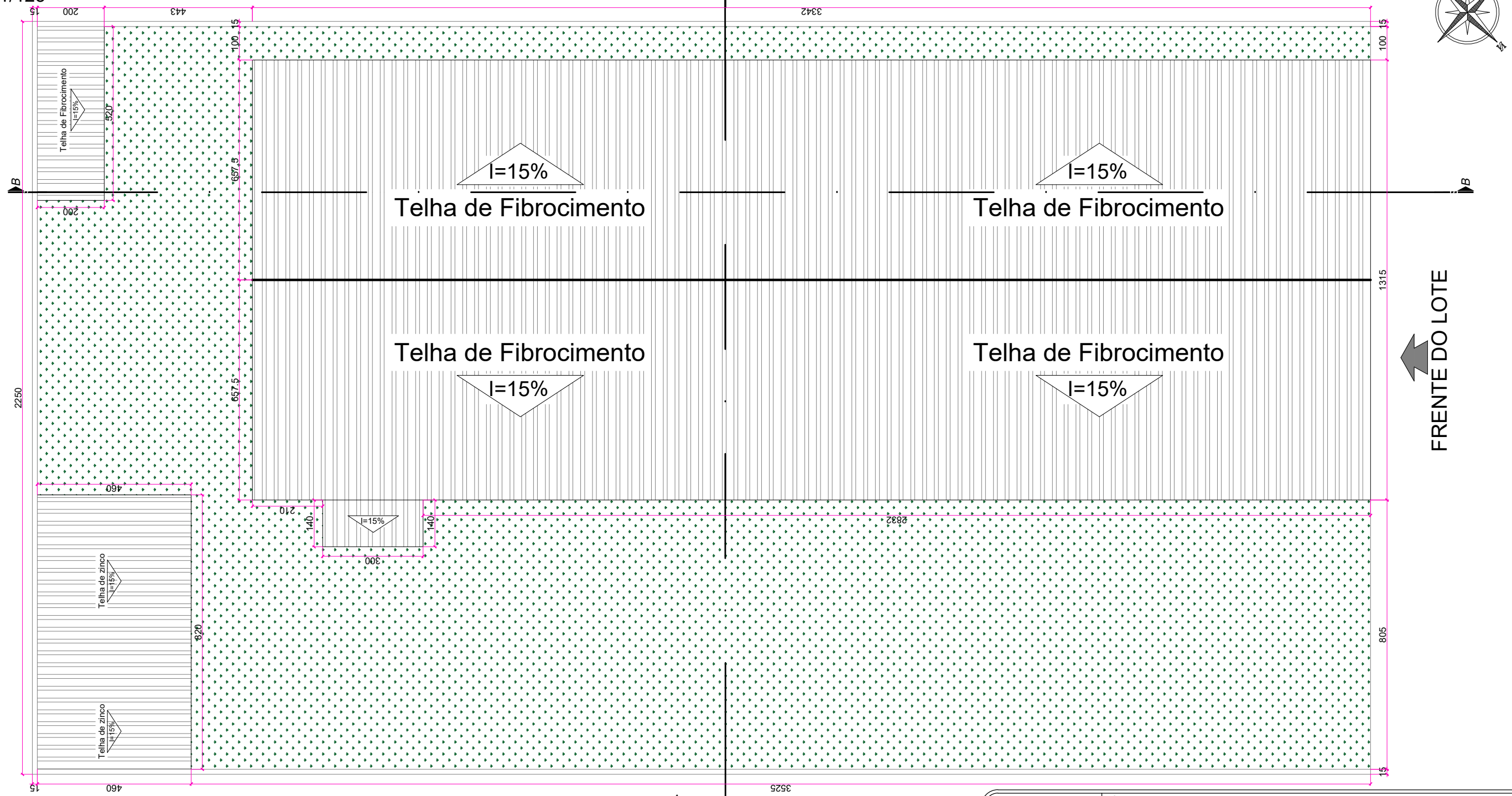


5 FACHADA B
ESCALA 1:50

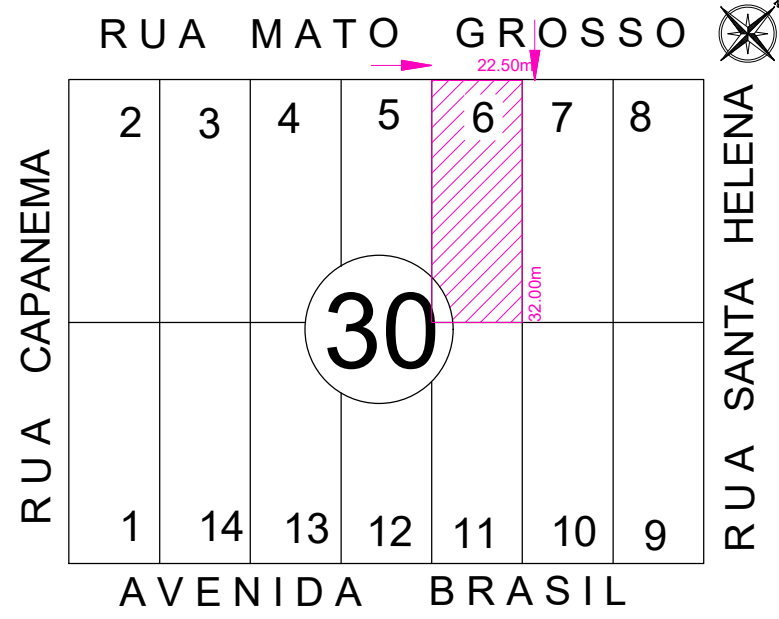
MATERIAIS	
PAREDES	
	Plafar Leste
	Acrylic Gelo
	Revestimento Cerâmico Híbrido
	Plafar Leste Acil
	Gelo Seco e Frio
	Leste Acil Sinter
PISO	
	Piso Cerâmico Híbrido
	Piso Granito
	Piso Intertravado
TETO	
	O ambiente não possui forro
	Forro em drywall

03					
02					
01					
REV	DATA	AUTOR	PROJETISTA	SETOR/DEPART.	ÓRGÃO
REVISÕES					
SESAI SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA					
MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA					
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E DETERMINANTES AMBIENTAIS DA SAÚDE INDÍGENA COORDENAÇÃO GERAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO PARA SAÚDE INDÍGENA COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO					
PROJETO EXECUTIVO					
OBJ: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA CANARANA - MT					
ENDEREÇO: RUA MONDA, 1378, MORADA DO SOL, CANARANA-MT					
PROPRIETÁRIO: DSEI XINGU			DATA: 18/09/2024		
AUTOR DO PROJETO: SAMUEL BARBOSA NASCIMENTO			DESENHADOR: A157789-0		
TÉCNICO AUXILIAR:			DESENHADOR: A157789-0		
ASSINATURAS:			REVISADO POR:		
AUTOR DO PROJETO			PROPRIETÁRIO		
DISCIPLINA DO PROJETO:			GRUPO PROJETO:		
CONTEÚDO:			GRUPO PROJETO:		
PROJETO DE ARQUITETURA			GRUPO PROJETO:		
PLANTA BAIXA, CORTES E FACHADAS			GRUPO PROJETO:		
Nº: 25051.000984/2022-78.CASAI.ARQ.DE.01			TPO: CASAI		
			03/05		

01 Planta de Cobertura e Implantação
1/125



02 Planta de Situação
1/1000



PREFEITURA:

PRANCHA:
01/04

ALINE MAGALHÃES
ARQUITETA E URBANISTA

TÍTULO:
PROJETO ARQUITETÔNICO PRÉDIO MISTO

OBJETO: PLANTA DE SITUAÇÃO | PLANTA DE COBERTURA E IMPLANTAÇÃO

ENDEREÇO:
RUA MATO GROSSO, QUADRA 35,
LOTE 06, CENTRO, GAÚCHA DO NORTE-MT.

PROPRIETÁRIO:
CLAIR TEREZINHA BOGORNI
CPF: 430881989-04

RESPONSÁVEL TÉCNICO:
ALINE Y. TOGOE FERNANDES MAGALHÃES
CAU N° A100228-7 MT

QUADRO DE ÁREAS:
ÁREA DO LOTE: 900 m²
ÁREA CONSTRUÍDA :642,83m²
TAXA DE OCUPAÇÃO: 49%

ÁREA DE COBERTURA: 185,51 m²



TABELA DE ESQUADRIAS

COD	TIPO	LARGURA	ALTURA	PARAPEITO	MATERIAL	QTD	ÁREA (m²)
J1	Janela basculante	60	40	170	Aço Galvanizado	5	0.24
J2	Janela de correr 4 folhas	200	100	110	Aço Galvanizado	8	2.00
J3	Janela basculante	60	60	140	Aço Galvanizado	3	0.36
J4	Janela de correr 4 folhas	150	100	80	Aço Galvanizado	1	1.50
J5	Janela de correr 4 folhas	200	100	-98	Aço Galvanizado	3	2.00
J6	Janela basculante	60	40	170	Aço e Vidro	2	0.24
J7	Janela de correr 4 folhas	150	100	100	Aço Galvanizado	1	1.50
J8	Janela de correr 4 folhas	150	100	-98	Aço Galvanizado	1	1.50
J9	Janela de correr 4 folhas	150	100	110	Aço Galvanizado	5	1.50
P1	Porta de abrir	90	210	-	Aço Galvanizado	3	1.89
P2	Porta de abrir	70	210	-	Aço Galvanizado	4	1.47
P3	Porta de abrir	80	210	-	Madeira	9	1.68
P4	Porta de abrir	90	210	-	Madeira	1	1.89
P5	Porta de abrir	80	210	-	Aço Galvanizado	9	1.68
P6	Porta de abrir	70	210	-	Madeira	1	1.47
P7	Porta de abrir	80	210	-	Aço e Vidro	1	1.68
P8	Porta de correr externa	285	250	-	Aço Galvanizado	1	7.13
PJ1	Porta-janela 4 folhas	275	210	-	Aço e Vidro	1	5.78

PREFEITURA:

PRANCHA:

02/04

ALINE MAGALHÃES
ARQUITETA E URBANISTA

TÍTULO:

PROJETO ARQUITETÔNICO PRÉDIO MISTO

OBJETO: PLANTA-BAIXA PAVIMENTO TÉRREO

ENDEREÇO:

RUA MATO GROSSO, QUADRA 35,
LOTE 06, CENTRO, GAÚCHA DO NORTE-MT.

PROPRIETÁRIO:

CLAIR TEREZINHA BOGORNI
CPF: 430881989-04

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

ALINE Y. TOGOE FERNANDES MAGALHÃES
CAU N° A100228-7 MT

QUADRO DE ÁREAS:
ÁREA DO LOTE: 900 m²
ÁREA CONSTRUÍDA :642,83m²
TAXA DE OCUPAÇÃO: 49%

ÁREA DE COBERTURA: 185,51 m²

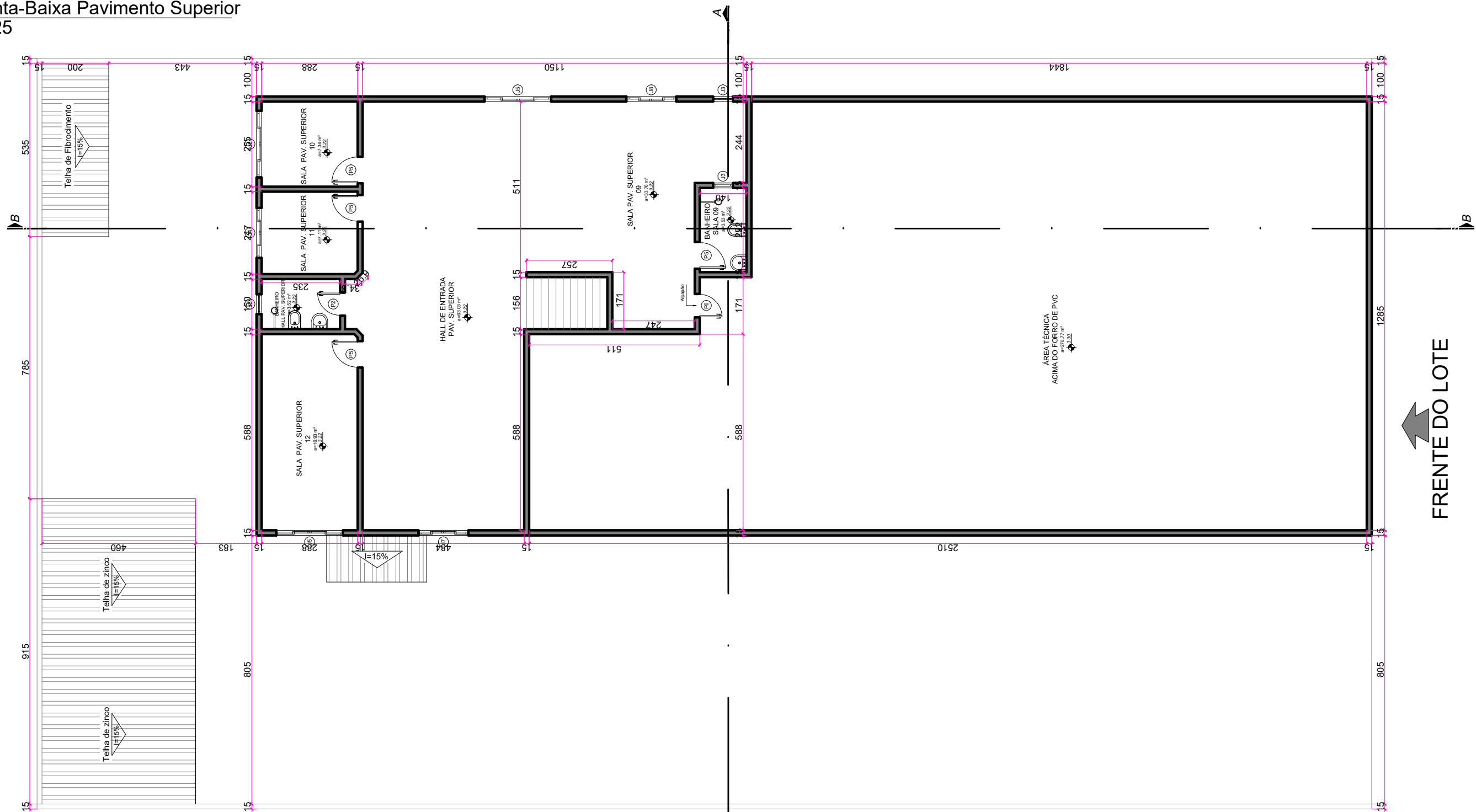


TABELA DE ESQUADRIAS

COD	TIPO	LARGURA	ALTURA	PARAPEITO	MATERIAL	QTD	ÁREA (m²)
J1	Janela basculante	60	40	170	Aço Galvanizado	5	0.24
J2	Janela de correr 4 folhas	200	100	110	Aço Galvanizado	8	2.00
J3	Janela basculante	60	60	140	Aço Galvanizado	3	0.36
J4	Janela de correr 4 folhas	150	100	80	Aço Galvanizado	1	1.50
J5	Janela de correr 4 folhas	200	100	-98	Aço Galvanizado	3	2.00
J6	Janela basculante	60	40	170	Aço e Vidro	2	0.24
J7	Janela de correr 4 folhas	150	100	100	Aço Galvanizado	1	1.50
J8	Janela de correr 4 folhas	150	100	-98	Aço Galvanizado	1	1.50
J9	Janela de correr 4 folhas	150	100	110	Aço Galvanizado	5	1.50
P1	Porta de abrir	90	210	-	Aço Galvanizado	3	1.89
P2	Porta de abrir	70	210	-	Aço Galvanizado	4	1.47
P3	Porta de abrir	80	210	-	Madeira	9	1.68
P4	Porta de abrir	90	210	-	Madeira	1	1.89
P5	Porta de abrir	80	210	-	Aço Galvanizado	9	1.68
P6	Porta de abrir	70	210	-	Madeira	1	1.47
P7	Porta de abrir	80	210	-	Aço e Vidro	1	1.68
P8	Porta de correr externa	285	250	-	Aço Galvanizado	1	7.13
PJ1	Porta-janela 4 folhas	275	210	-	Aço e Vidro	1	5.78

PREFEITURA:

PRANCHA:

03/04

ALINE MAGALHÃES
ARQUITETA E URBANISTA

TÍTULO:

PROJETO ARQUITETÔNICO PRÉDIO MISTO

OBJETO: PLANTA-BAIXA PAVIMENTO SUPERIOR

ENDEREÇO:

RUA MATO GROSSO, QUADRA 35,
LOTE 06, CENTRO, GAÚCHA DO NORTE-MT.

PROPRIETÁRIO:

CLAIR TEREZINHA BOGORNI
CPF: 430881989-04

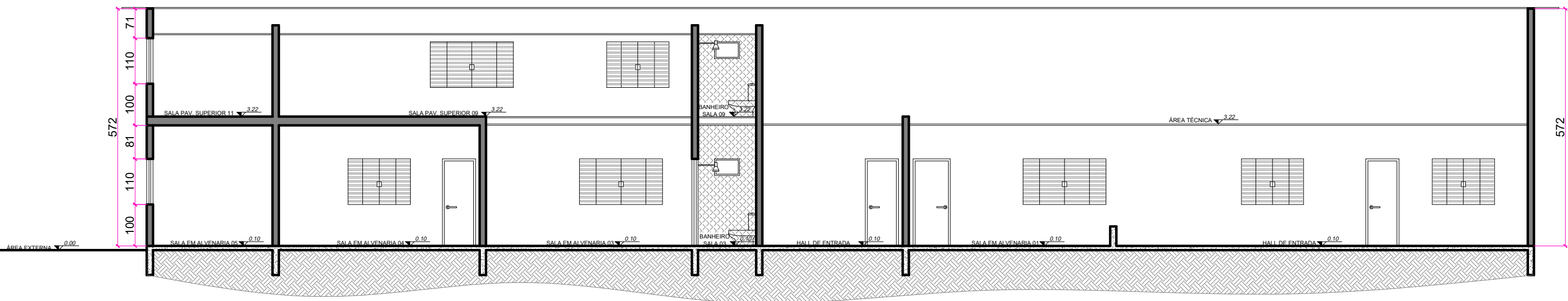
RESPONSÁVEL TÉCNICO:

ALINE Y. TOGOE FERNANDES MAGALHÃES
CAU N° A100228-7 MT

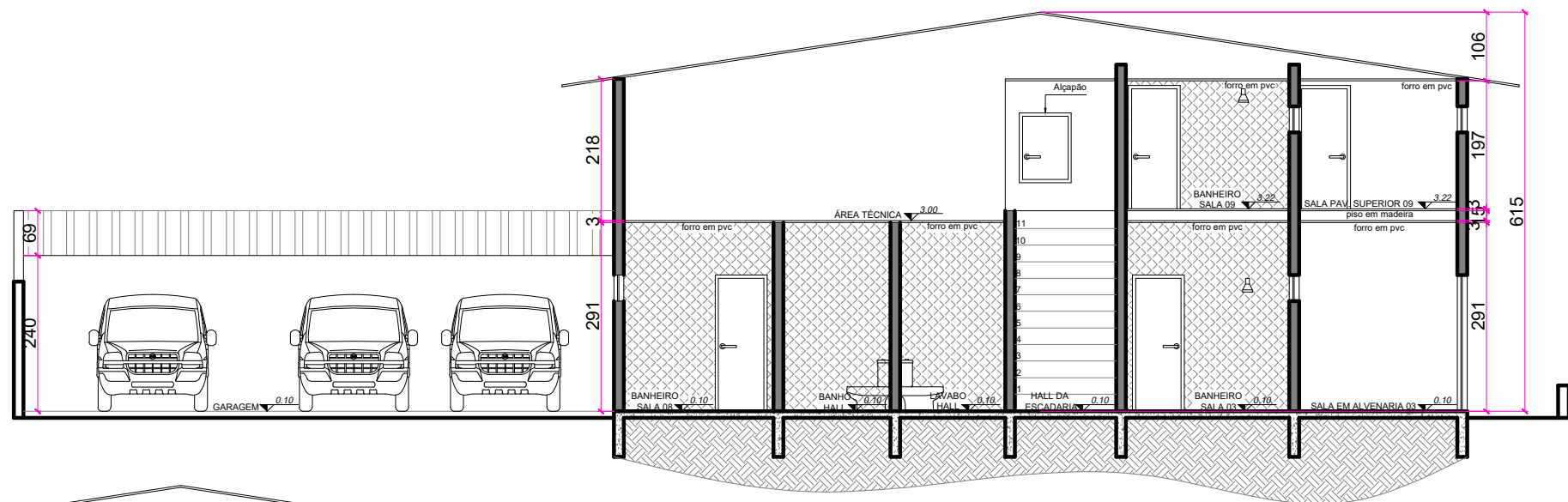
QUADRO DE ÁREAS:
ÁREA DO LOTE: 900 m²
ÁREA CONSTRUÍDA :642,83m²
TAXA DE OCUPAÇÃO: 49%

ÁREA DE COBERTURA: 185,51 m²

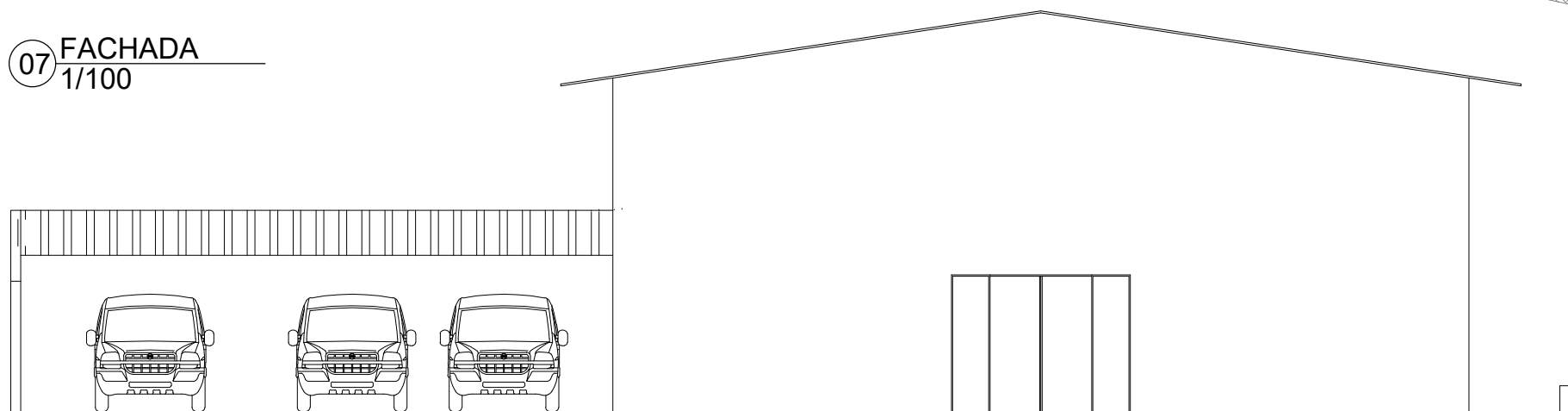
05 Corte BB
1/100



06 Corte AA
1/100



07 FACHADA
1/100



PREFEITURA:

PRANCHA:

04/04

ALINE MAGALHÃES
ARQUITETA E URBANISTA

TÍTULO:

PROJETO ARQUITETÔNICO PRÉDIO MISTO

OBJETO: CORTES E FACHADAS

ENDEREÇO:

RUA MATO GROSSO, QUADRA 35,
LOTE 06, CENTRO, GAÚCHA DO NORTE-MT.

PROPRIETÁRIO:

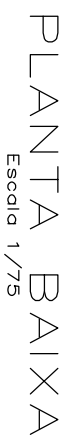
CLAIR TEREZINHA BOGORNÍ
CPF: 430881989-04

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

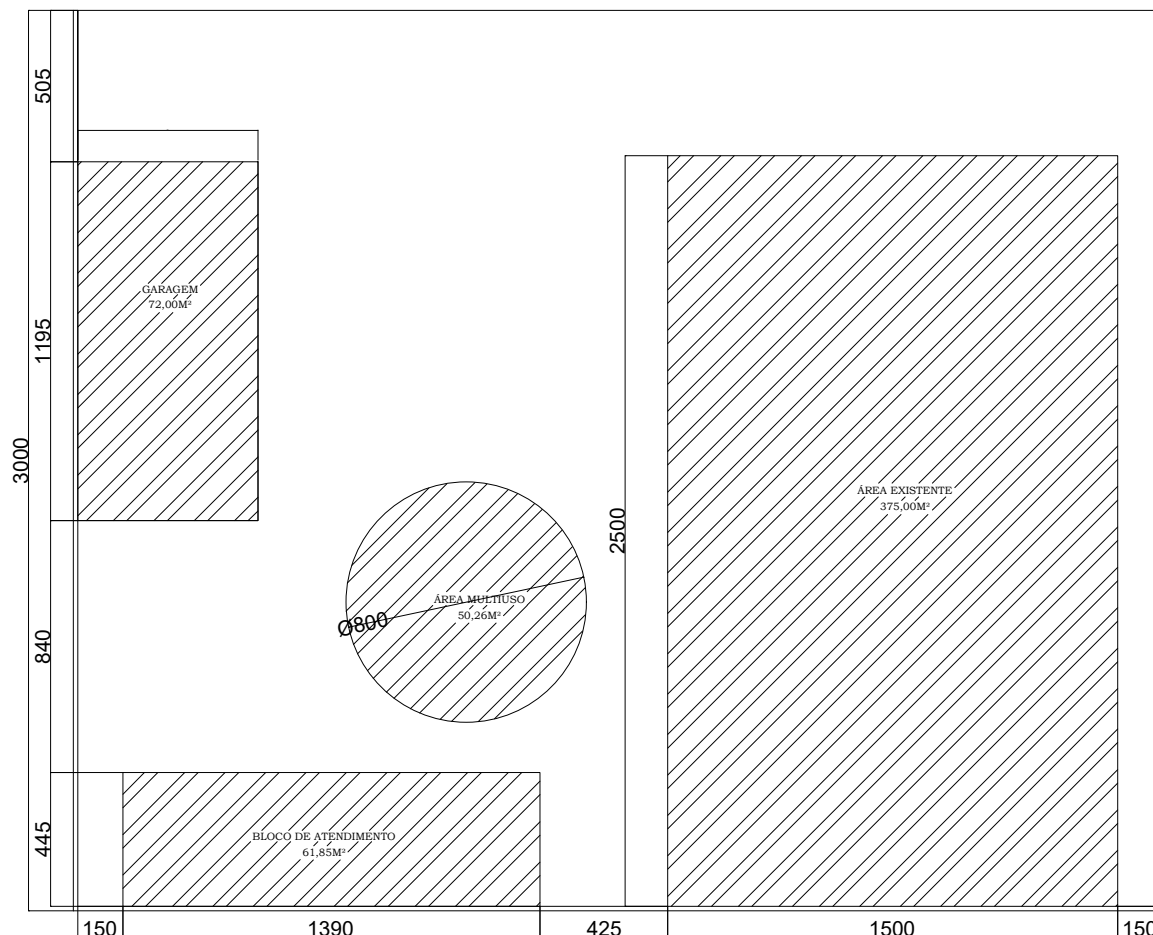
ALINE Y. TOGOE FERNANDES MAGALHÃES
CAU N° A100228-7 MT

QUADRO DE ÁREAS:
ÁREA DO LOTE: 900 m²
ÁREA CONSTRUÍDA :642,83m²
TAXA DE OCUPAÇÃO: 49%

ÁREA DE COBERTURA: 185,51 m²

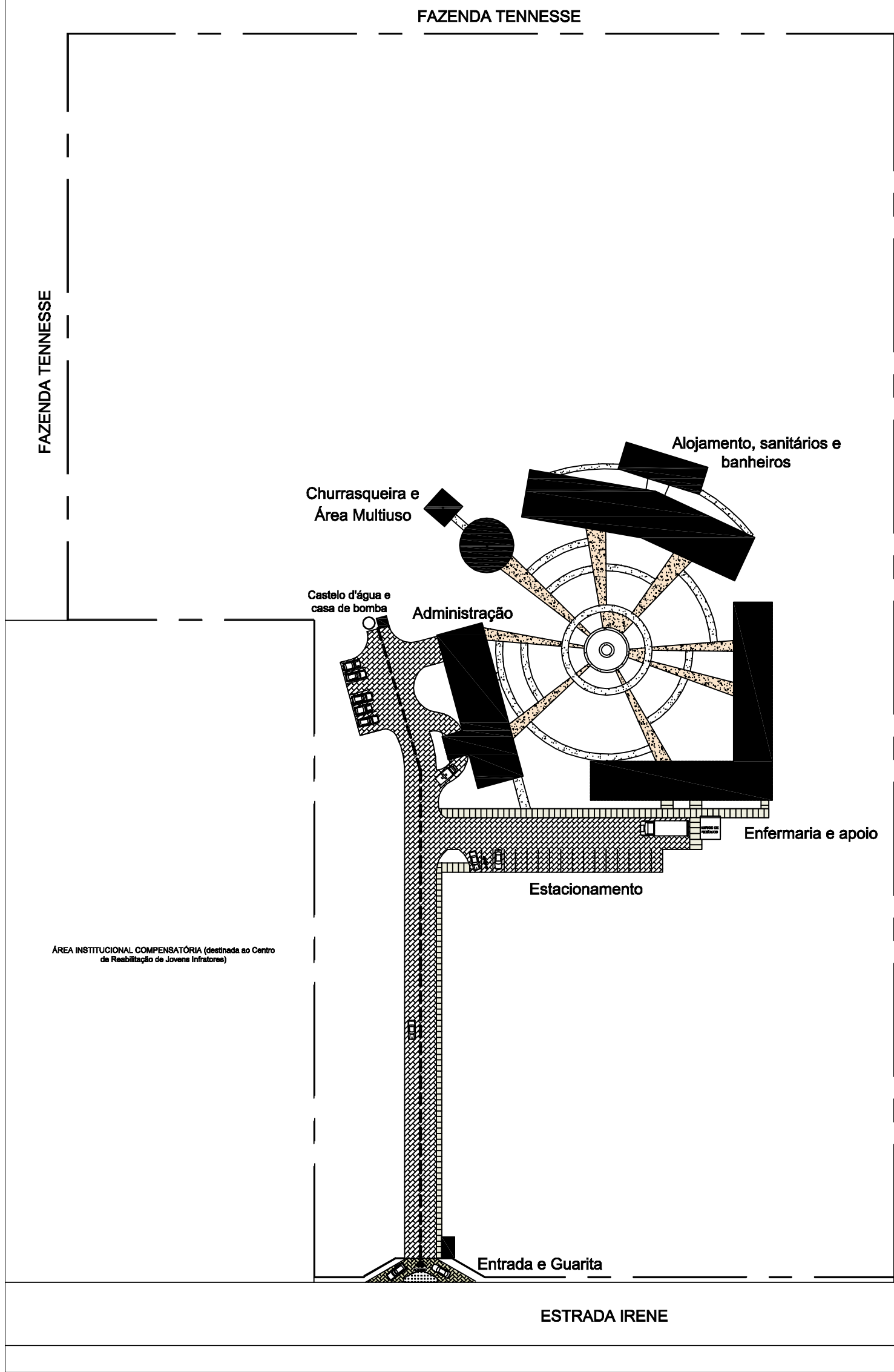
01/04

Avenida Norberto Schwantes

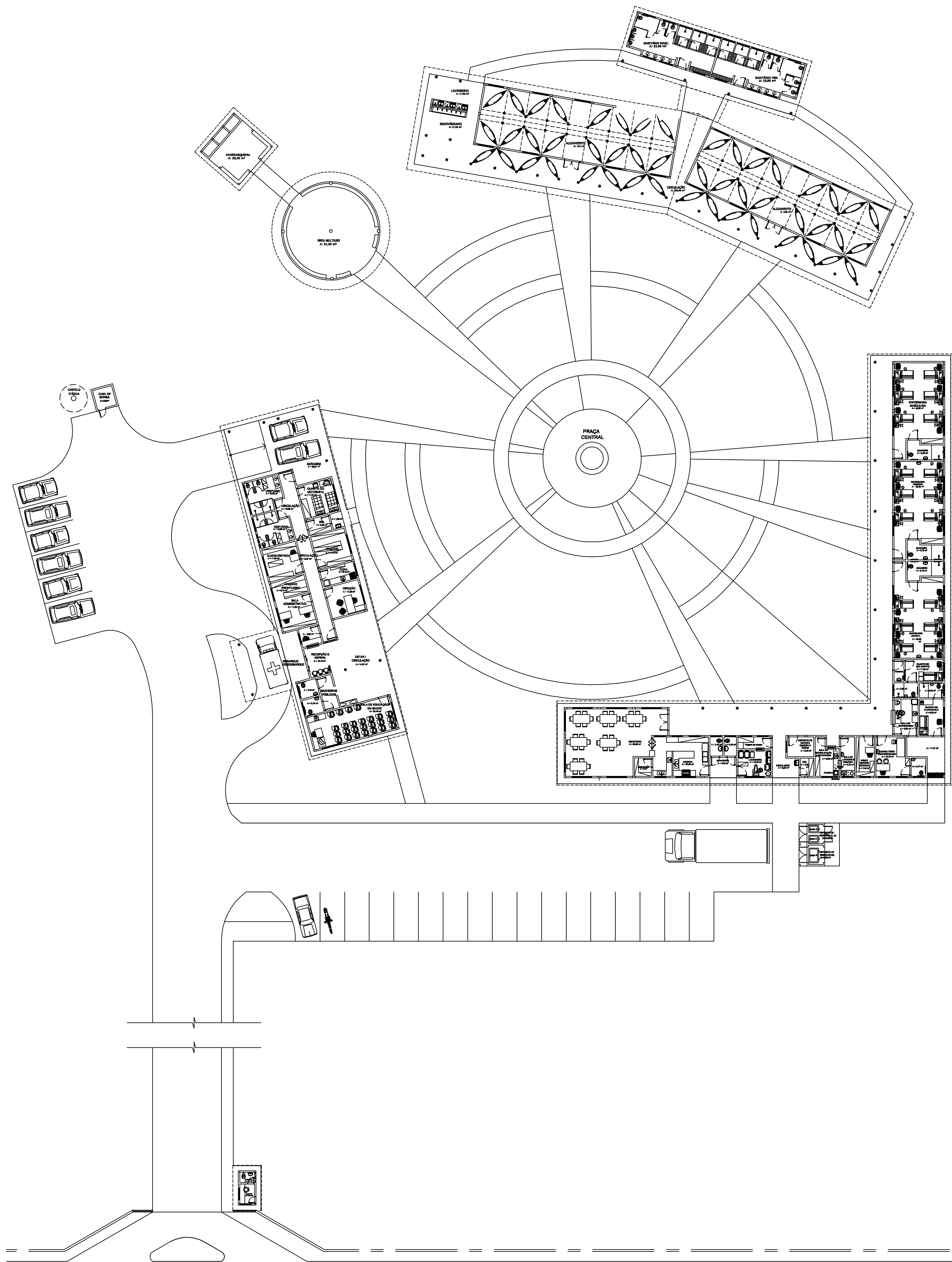


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO GERAL
Escala: 1/250

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA - DSEI - XINGU		
AMPLIAÇÃO DA CASAI DE QUERÊNCIA		
Local da Obra:		
Avenida Norberto Schwantes, 1384, Nova Querência, Querência - MT		
Proprietário:		
DSEI - XINGU		
Responsáveis Técnicos:		
Eng.º Civil Diego Chamma - CREA-SC 115847-3		
Título		Folha
Planta de Implantação Geral		12/12
Escala	Data	
1/250	Fevereiro/2018	Arquivo



Planta de Situação (Terreno hipotético)
ESCALA 1:1000



Implantação
ESCALA 1:250

ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS							
○	PISO						
1	Piso em granilina polida cor cinza em cimento comum, 17 mm de espessura acabada, em módulos de no máximo 100 x 100 cm, com junta plástica na cor cinza. Rodapés do mesmo material com 10 cm de altura e cantos arredondados.						
2	Piso cimentado de argamassa de cimento e areia, traço 1:3 (em volume), com acabamento desempenado, executado sobre lastro de brita e terreno altamente aploado.						
3	Piso em blocos de concreto intertravados pré-fabricados assentados sobre camada de areia e camada de brita n. 01, sobre solo compactado, cor natural.						
△	PAREDE						
1	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cor: Amarelo Bem-me-Quer (Z064), ref. Suvinil, Coral ou equivalente.						
2	Revestimento em placas cerâmicas esmaltadas, med. 20 x 20 cm ou 30 x 30 cm, com aplicação do piso ao teto, cor branca. Rejunite anti-mofo, cor branca.						
3	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cores: Marrom Caça Caqui (P282) até altura de 0,90 m; e Amarelo Grão-de-Bico (D033) acima de 0,90 m, ref. Suvinil, Coral ou equivalente.						
□	TETO						
1	Laje rebocada com aplicação de látex PVA, na cor branca, sobre massa corrida PVA.						

OBS: - Toda cerâmica utilizada deve ter índice de absorção de água menor que 4%. As juntas devem ter largura mínima (de acordo com o material e as dimensões das placas) e a base deve ser epoxi.
- As quinas das paredes deverão ser protegidas com cantoneiras em alumínio ou PVC.

CAIXILHOS									
DESCRIÇÃO - JANELAS		TIPO	MAT. 1	MAT. 2	FOLHAS	LARG.	ALT.	PEIT.	QNT.
J01	Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparafusada pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente; 4 folhas de correr - vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	4 FOLHAS	2,00	1,10	1,00	31
J02	Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparafusada pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente; 2 folhas de correr - vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	2 FOLHAS	1,10	1,10	1,00	23
J03	Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparafusada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASCULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANALADO	4 FOLHAS	1,30	0,60	1,50	26
J04	Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparafusada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASCULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANALADO	4 FOLHAS	1,10	0,60	1,50	18
J05	Caixilho em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA, 3 FOLHAS DE VIDRO TEMPERADO INCOLOR 04 mm	1,20	1,00	1,10	1
J06	Caixilho em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA, 3 FOLHAS DE VIDRO TEMPERADO INCOLOR 04 mm	0,90	0,60	1,10	1

OBS: - As janelas da recepção e da sala de armazenagem de medicamentos deverão ter grade de alumínio instalada internamente à edificação.

DESCRIÇÃO - PORTAS		TIPO	MAT.	FOLHAS	LARG.	ALT.	QNT.
P01	Porta com estrutura em alumínio anodizado, cor natural, 02 folhas de abrir, conforme projeto; vidro comum incolor 04 mm (liso); ferragens e acessórios em alumínio, cor natural.	ABRIR	ALUMÍNIO	2 FOLHAS	1,80	2,10	4
P02	Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente. Fechaduras, dobradiças (3 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA	0,80	2,10	46
P03	Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA, INSTALADA A 20 cm DO PISO	0,60	1,60	15
P04	Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA, INSTALADA A 20 cm DO PISO	0,80	1,60	8
P05	Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 2 folhas vai-e-vem, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente. Revestimento em chapa de aço inox até altura de 1,40. Visor em vidro temperado 4 mm com moldura emborrachada. Fechaduras, dobradiças sistema vai-e-vem (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	VAI-E-VEM	MADERA	2 FOLHAS	1,00	2,10	2
P06	Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente, 02 folhas de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	2 FOLHAS	1,60 (2 x 0,80)	2,10	5
P07	Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente, 01 folha de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	1 FOLHA	0,80	2,10	1

OBS: - Nas portas dos sanitários de PNE devem ser instalados puxadores horizontais (tipo barra), de comprimento 40 cm, localizados a uma distância de 10 cm da face onde se encontra a dobradiça, à altura de 90 cm em relação ao piso.

NOTAS	
01	Cobertura em telha cerâmica colonial (tipo capa-canal), com inclinação mínima de 30% e máxima de 40%. O percentual de inclinação deverá ser revisto, caso haja substituição do tipo de telha.
02	Gradis da fachada principal com estrutura composta por perfis em chapas metálicas verticais e arames horizontais, em malha 65 x 132 mm, e moldura eletrofundida reforçada, pilares de fixação em perfil retangular tubular (para chumbamento ou aparafusamento), chumbadores de expansão ou químicos para fixação dos pilares com sapatas para aparafusamento e parafusos sextavados ou anti-roubo em aço inoxidável. Pintura eletrostática na cor verde em base galvanizada.

QUADRO DE ÁREAS CONSTRUÍDAS:	
BLOCO DE ATENDIMENTO	646,34 M2
BLOCO DE APOIO	393,14 M2
BLOCO DE ALOJAMENTO E VESTIÁRIO	657,99 M2
ÁREA MULTIUSO	113,10 M2
CHURRASQUEIRA	36,00 M2
ABRIGO DE RESÍDUOS	20,88 M2
GUARITA	13,34 M2
CASA DE BOMBAS	4,64 M2
ÁREA TOTAL	1885,43 M2

OBSERVAÇÕES:	
1	- CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL, FAZENDO AS DEVIDAS ADAPTAÇÕES
2	- AS COTAS PREVALECEM SOBRE OS DESENHOS
3	- TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS



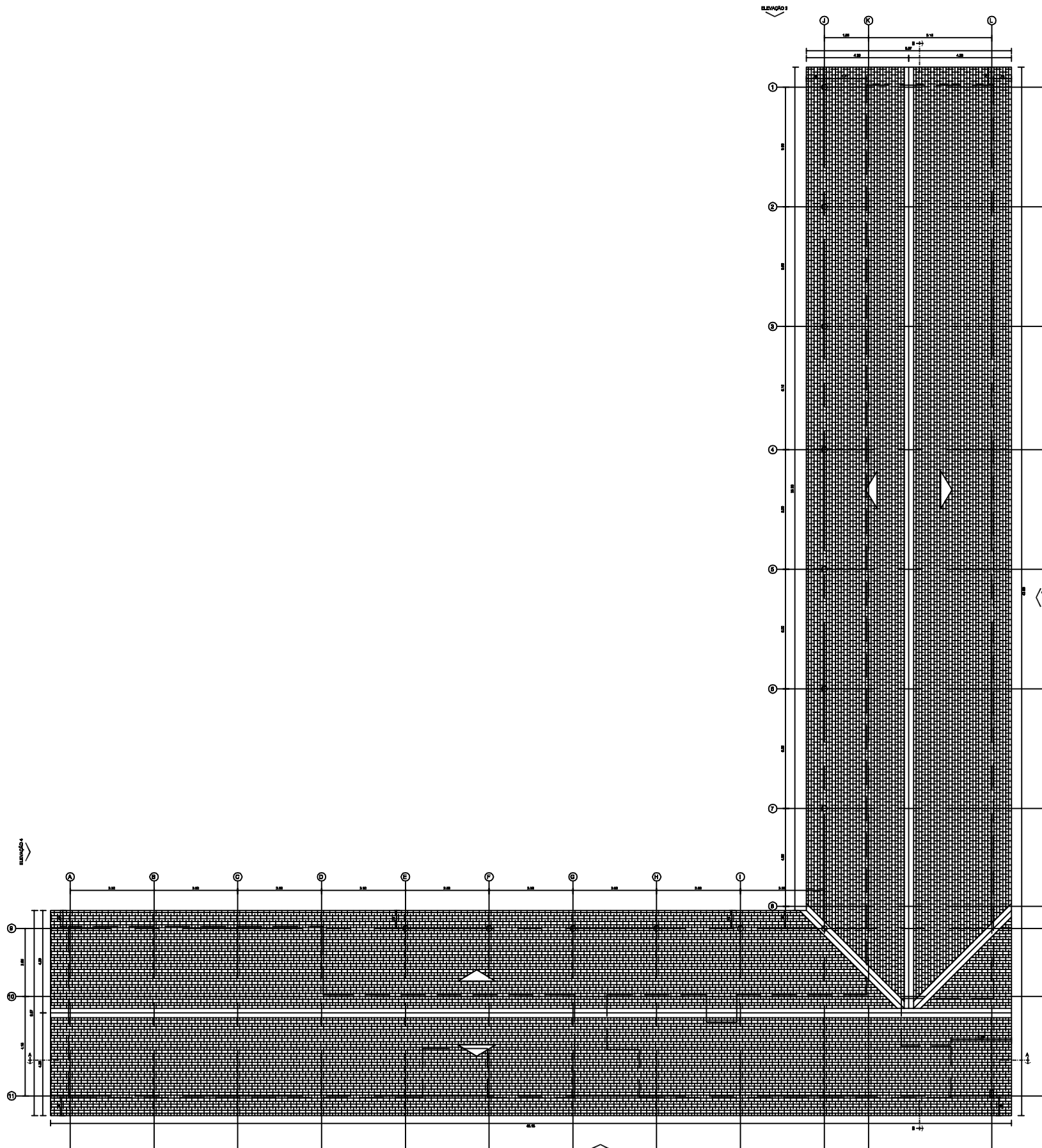
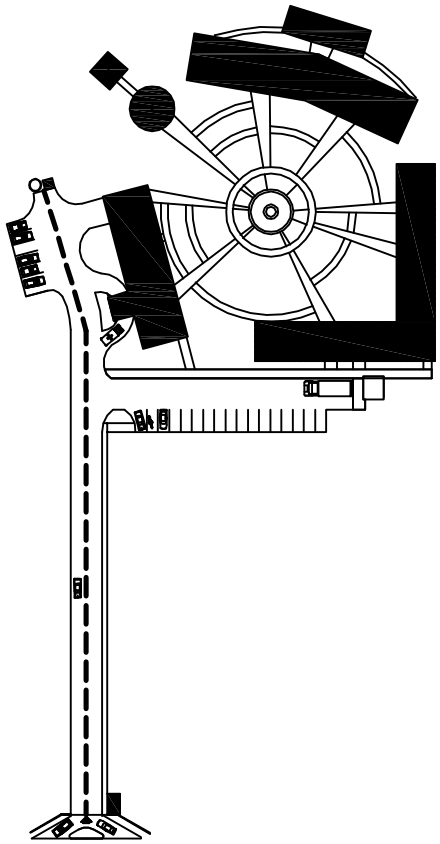
SECRETARIA ESPECIAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA - MINISTÉRIO DA SAÚDE

ARQUITETURA	PROJETO EXECUTIVO
REVISÕES	MUNICÍPIO / UF:
1	DSEI:
2	ALDEIA:
3	
4	

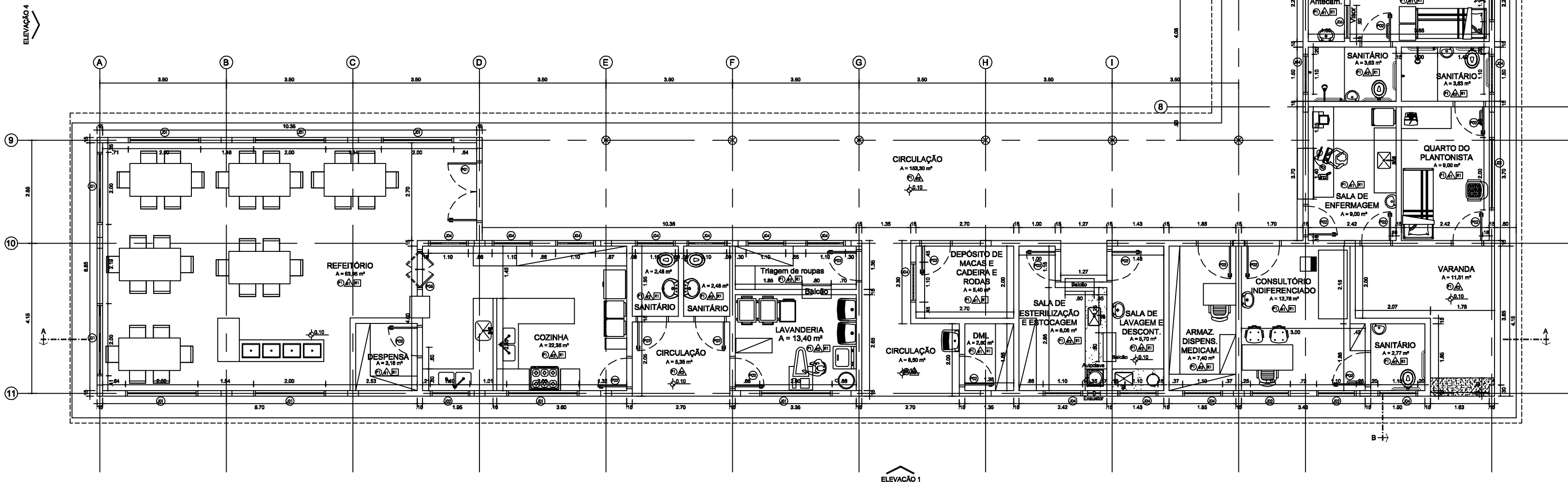
CASAI DE REFERÊNCIA

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: NOME / CREA / CAU	
COLABORADORES: NOME / CREA / CAU	
PLANTA DE SITUAÇÃO E PLANTA DE IMPLANTAÇÃO	CASAI REFERENCIA.dwg
21/05/2012	1/500 e 1 / 250

DIEDI/CGESA/DASI/SESA/MS UNIDADE II - MINISTÉRIO DA SAÚDE - SEP 110 NORTE - BLOCO A - 4º ANDAR SALA 406 - ASA NORTE - BRÁSILIA - DF - CEP: 70750-621 TELEFONE: (61) 3315-5924	01/07
--	-------



Planta de Cobertura Bloco de Atendimento
ESCALA 1:200



Planta Baixa Bloco de Atendimento
ESCALA 1:100

ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS

PISO	
1	Piso em granilina polida cor cinza em cimento comum, 17 mm de espessura acabada, em módulos de no máximo 100 x 100 cm, com junta plástica na cor cinza. Rodapés do mesmo material com 10 cm de altura e cantos arredondados.
2	Piso cimentado de argamassa de cimento e areia, traço 1:3 (em volume), com acabamento desempenado, executado sobre lastro de brita e terreno altamente aploado.
3	Piso em blocos de concreto intertravados pré-fabricados assentados sobre camada de areia e camada de brita n. 01, sobre solo compactado, cor natural.
PAREDE	
1	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cor: Amarelo Bem-me-Quer (Z064), ref. Suvini, Coral ou equivalente.
2	Revestimento em placas cerâmicas esmaladas, med. 20 x 20 cm ou 30 x 30 cm, com aplicação do piso ao teto, cor branca. Rejunite anti-mol, cor branca.
3	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cores: Marrom Caça Caça (P282) até altura de 0,90 m; e Amarelo Grão-de-Bico (D033) acima de 0,90 m, ref. Suvini, Coral ou equivalente.
TETO	
1	Laje rebocada com aplicação de látex PVA, na cor branca, sobre massa corrida PVA.

OBS: - Toda cerâmica utilizada deve ter índice de absorção de água menor que 4%. As juntas devem ter largura mínima (de acordo com o material e as dimensões das placas) e a base deve ser epxoi.
- As quinas das paredes deverão ser protegidas com cantoneiras em alumínio ou PVC.

CAIXILHOS

DESCRIÇÃO - JANELAS	TIPO	MAT. 1	MAT. 2	FOLHAS	LARG.	ALT.	PEIT.	QNT.
J01 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com esmalte sintético na cor Verde Docce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente; 4 folhas de correr; vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	4 FOLHAS	2,00	1,10	1,00	31
J02 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com esmalte sintético na cor Verde Docce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente; 2 folhas de correr; vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	2 FOLHAS	1,10	1,10	1,00	23
J03 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com esmalte sintético na cor Verde Docce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASCULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANELADO	4 FOLHAS	1,30	0,60	1,50 2,10	26
J04 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASCULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANELADO	4 FOLHAS	1,10	0,60	1,50	18
J05 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA, 40,20 cm de largura e 1,20 m de altura	1,20	1,00	1,10	1
J06 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA, 40,20 cm de largura e 1,20 m de altura	0,90	0,60	1,10	1

OBS: - As janelas da recepção e da sala de armazenagem de medicamentos deverão ter grade de alumínio instalada internamente à edificação.

DESCRIÇÃO - PORTAS	TIPO	MAT.	FOLHAS	LARG.	ALT.	QNT.
P01 Porta com estrutura em alumínio anodizado, cor natural, 02 folhas de abrir, conforme projeto; vidro comum incolor 04 mm (liso); ferragens e acessórios em alumínio, cor natural.	ABRIR	ALUMÍNIO	2 FOLHAS	1,80	2,10	4
P02 Porta em madeira compensada semi-oça encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde Docce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente. Fechaduras, dobradiças (3 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA	0,80	2,10	46
P03 Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA, INSTALADA 20 cm DO PISO	0,60	1,60	15
P04 Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA, INSTALADA 20 cm DO PISO	0,80	1,60	8
P05 Porta em madeira compensada semi-oça encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 2 folhas vai-e-vem, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde Docce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente. Revestimento em chapa de aço inox até altura de 1,40. Visor em vidro temperado 4 mm com moldura emborrachada. Fechaduras, dobradiças sistema vai-e-vem (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	VAI-E-VEM	MADERA	2 FOLHAS	1,00	2,10	2
P06 Porta em ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde Docce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente, 02 folhas de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	2 FOLHAS	1,60 (2 x 0,80)	2,10	5
P07 Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde Docce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente, 01 folha de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	1 FOLHA	0,80	2,10	1

OBS: - Nas portas dos sanitários de PNE devem ser instalados puxadores horizontais (tipo barra), de comprimento 40 cm, localizados a uma distância de 10 cm da face onde se encontra a dobradiça, à altura de 90 cm em relação ao piso.

NOTAS

01 Cobertura em telha cerâmica colonial (tipo capa-canal), com inclinação mínima de 30% e máxima de 40%. O percentual de inclinação deverá ser revisto, caso haja substituição do tipo de telha.

02 Gradis da fachada principal com estrutura composta por perfis em chapas metálicas verticais e arames horizontais, em malha 65 x 132 mm, e moldura eletrofundida reforçada, pilares de fixação em perfil retangular tubular (para chumbamento ou aparafusamento), chumbadores de expansão ou químicos para fixação dos pilares com sapatas para aparafusamento e parafusos sextavados ou anti-roubo em aço inoxidável. Pintura eletrostática na cor verde em base galvanizada.

QUADRO DE ÁREAS CONSTRUÍDAS:

BLOCO DE ATENDIMENTO	646,34 M2
BLOCO DE APOIO	393,14 M2
BLOCO DE ALOJAMENTO E VESTIÁRIO	657,99 M2
ÁREA MULTIUSO	113,10 M2
CHURRASQUEIRA	36,00 M2
ABRIGO DE RESÍDUOS	20,88 M2
GUARITA	13,34 M2
CASA DE BOMBAS	4,64 M2
ÁREA TOTAL	1885,43 M2

OBSERVAÇÕES:

- 1 - CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL, FAZENDO AS DEVIDAS ADAPTAÇÕES
- 2 - AS COTAS PREVALECEM SOBRE OS DESENHOS
- 3 - TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS

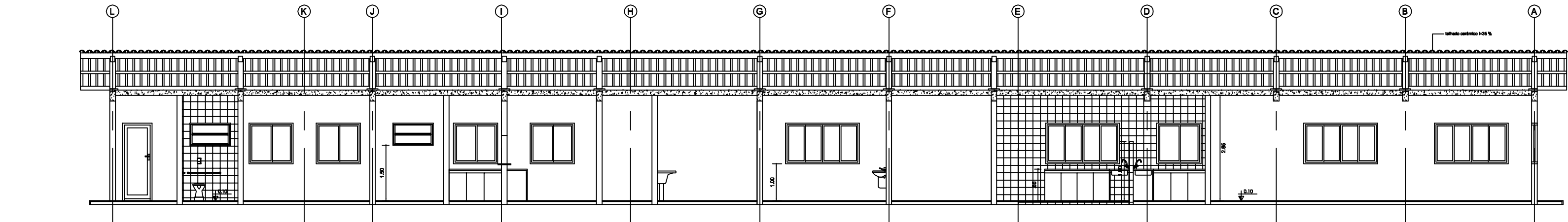


SECRETARIA ESPECIAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA - MINISTÉRIO DA SAÚDE

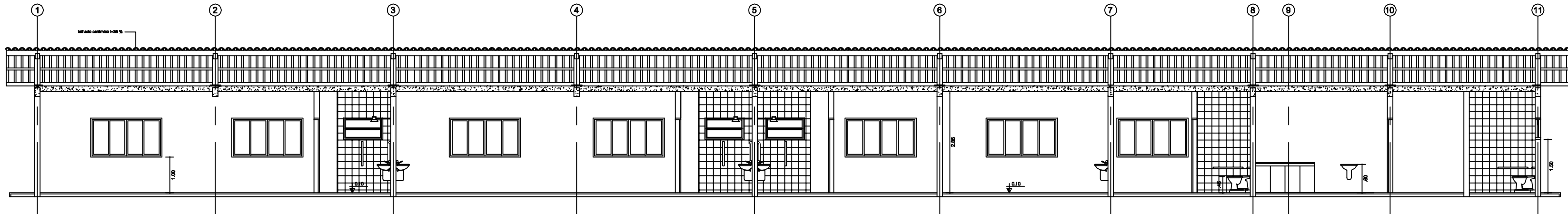
ARQUITETURA	PROJETO EXECUTIVO
REVISÕES	MUNICÍPIO / UF:
1	DSEI:
2	ALDEIA:
3	
4	

CASAI DE REFERÊNCIA

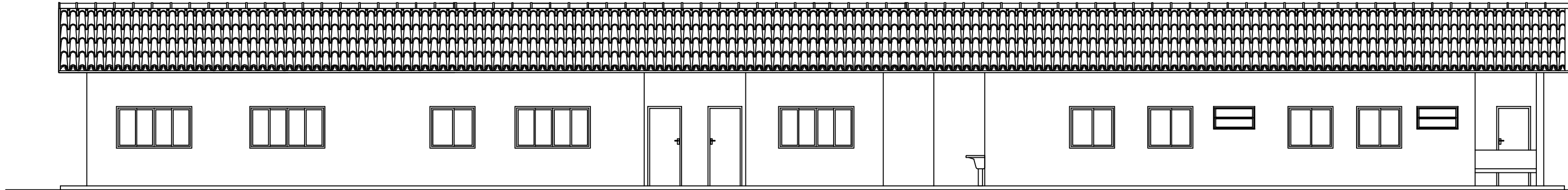
RESPONSÁVEL PELO PROJETO: NOME / CREA / CAU			
COLABORADORES: NOME / CREA / CAU			
PLANTAS - BLOCO DE ATENDIMENTO	CASAI REFERENCIA.dwg	21/05/2012	1/100
DIEDI/CGESA/DASI/SESA/MS UNIDADE II - MINISTÉRIO DA SAÚDE - SEP 710 NORTE - BLOCO A - 4º ANDAR SALA 406 - ASA NORTE - BRÁSLIA - DF - CEP: 70750-021 TELEFONE: (61) 3315-5924			02/07



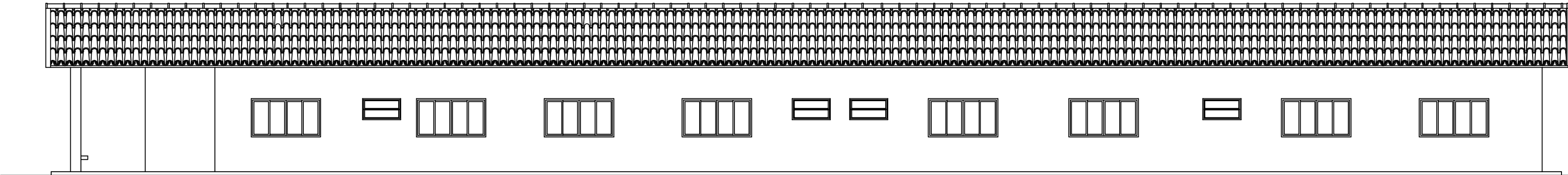
Corte AA
ESCALA 1:100



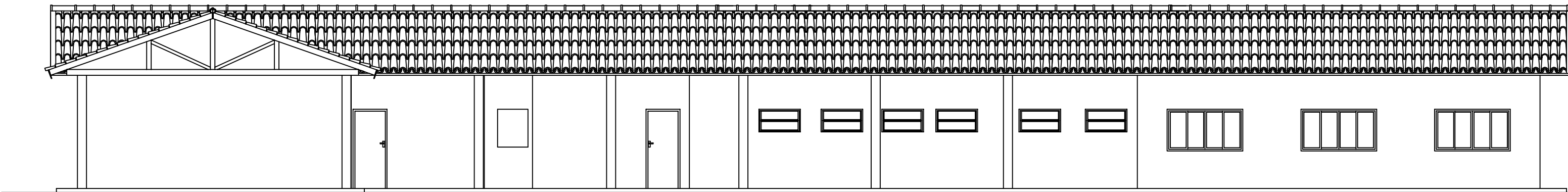
Corte BB
ESCALA 1:100



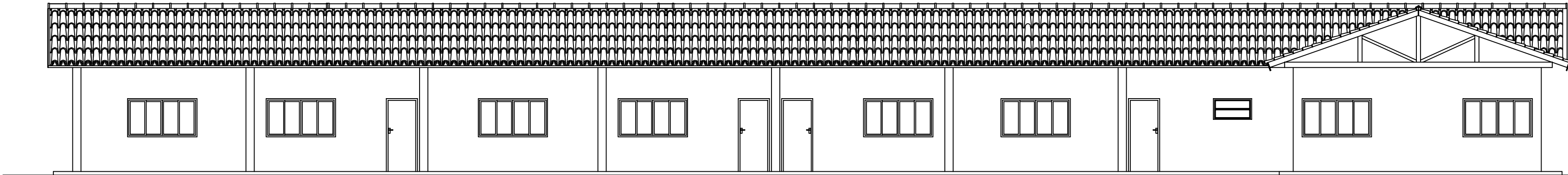
Elevação 1
ESCALA 1:100



Elevação 2
ESCALA 1:100



Elevação 2
ESCALA 1:100



Elevação 4
ESCALA 1:100

ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS

	PISO
1	Piso em granilina polida cor cinza em cimento comum, 17 mm de espessura acabada, em módulos de no máximo 100 x 100 cm, com junta plástica na cor cinza. Rodapés do mesmo material com 10 cm de altura e cantos arredondados.
2	Piso cimentado de argamassa de cimento e areia, traço 1:3 (em volume), com acabamento desempenado, executado sobre lastro de brita e terreno altamente apilado.
3	Piso em blocos de concreto intertravados pré-fabricados assentados sobre camada de areia e camada de brita n. 01, sobre solo compactado, cor natural.
	PAREDE
1	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cor: Amarelo Bem-me-Quer (Z064), ref. <i>Suvini</i> , <i>Coral</i> ou equivalente.
2	Revestimento em placas cerâmicas esmaltadas, med. 20 x 20 cm ou 30 x 30 cm, com aplicação do piso ao teto, cor branca. Rejunite anti-mofo, cor branca.
3	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cores: Marrom Caça Caqui (P282) até altura de 0,90 m; e Amarelo Grão-de-Bico (D033) acima de 0,90 m, ref. <i>Suvini</i> , <i>Coral</i> ou equivalente.
	TETO
1	Laje rebocada com aplicação de látex PVA, na cor branca, sobre massa corrida PVA.

OBS: - Toda cerâmica utilizada deve ter índice de absorção de água menor que 4%. As juntas devem ter largura mínima (de acordo com o material e as dimensões das placas) e a base deve ser epoxi.
- As quinas das paredes deverão ser protegidas com cantoneiras em alumínio ou PVC.

CAIXILHOS

DESCRIÇÃO - JANELAS	TIPO	MAT. 1	MAT. 2	FOLHAS	LARG.	ALT.	PEIT.	QNT.
J01 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparafusada pintada com esmalte sintético na cor Verde <i>Doce de Mamão</i> , ref. <i>Suvini</i> , <i>Coral</i> ou equivalente; 4 folhas de correr; vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	4 FOLHAS	2,00	1,10	1,00	31
J02 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparafusada pintada com esmalte sintético na cor Verde <i>Doce de Mamão</i> , ref. <i>Suvini</i> , <i>Coral</i> ou equivalente; 2 folhas de correr; vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	2 FOLHAS	1,10	1,10	1,00	23
J03 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparafusada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASCULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANALADO	4 FOLHAS	1,30	0,60	1,50 2,10	26
J04 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparafusada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASCULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANALADO	4 FOLHAS	1,10	0,60	1,50	18
J05 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA; 4 FOLHAS DE CORRER (2 FOLHAS DE CORRER E 2 FOLHAS DE CORRER)	1,20	1,00	1,10	1
J06 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA; 4 FOLHAS DE CORRER (2 FOLHAS DE CORRER E 2 FOLHAS DE CORRER)	0,90	0,60	1,10	1

OBS: - As janelas da recepção e da sala de armazenagem de medicamentos deverão ter grade de alumínio instalada internamente à edificação.

DESCRIÇÃO - PORTAS	TIPO	MAT.	FOLHAS	LARG.	ALT.	QNT.
P01 Porta com estrutura em alumínio anodizado, cor natural; 02 folhas de abrir, conforme projeto; vidro comum incolor 04 mm (liso); ferragens e acessórios em alumínio, cor natural.	ABRIR	ALUMÍNIO	2 FOLHAS	1,80	2,10	4
P02 Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde <i>Doce de Mamão</i> , ref. <i>Suvini</i> , <i>Coral</i> ou equivalente. Fechaduras, dobradiças (3 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA	0,80	2,10	46
P03 Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA; INSTALADA A 20 CM DO PISO	0,60	1,60	15
P04 Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA; INSTALADA A 20 CM DO PISO	0,80	1,60	8
P05 Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 2 folhas vai-e-vem, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde <i>Doce de Mamão</i> , ref. <i>Suvini</i> , <i>Coral</i> ou equivalente. Revestimento em chapa de aço inox até altura de 1,40. Visor em vidro temperado 4 mm com moldura emborrachada. Fechaduras, dobradiças sistema vai-e-vem (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	VAI-E-VEM	MADERA	2 FOLHAS	1,00	2,10	2
P06 Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde <i>Doce de Mamão</i> , ref. <i>Suvini</i> , <i>Coral</i> ou equivalente, 02 folhas de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	2 FOLHAS	1,60 (2 x 0,80)	2,10	5
P07 Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde <i>Doce de Mamão</i> , ref. <i>Suvini</i> , <i>Coral</i> ou equivalente, 01 folha de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	1 FOLHA	0,80	2,10	1

OBS: - Nas portas dos sanitários de PNE devem ser instalados puxadores horizontais (tipo barra), de comprimento 40 cm, localizados a uma distância de 10 cm da face onde se encontra a dobradiça, à altura de 90 cm em relação ao piso.

NOTAS

- 01 Cobertura em telha cerâmica colonial (tipo capa-canal), com inclinação mínima de 30% e máxima de 40%. O percentual de inclinação deverá ser revisito, caso haja substituição do tipo de telha.
- 02 Gradis da fachada principal com estrutura composta por perfis em chapas metálicas verticais e arames horizontais, em malha 65 x 132 mm, e moldura eletrofundida reforçada, pilares de fixação em perfil retangular tubular (para chumbamento ou aparafusamento), chumbadores de expansão ou químicos para fixação dos pilares com sapatas para aparafusamento e parafusos sextavados ou anti-roubo em aço inoxidável. Pintura eletrolítica na cor verde em base galvanizada.

QUADRO DE ÁREAS CONSTRUÍDAS:

BLOCO DE ATENDIMENTO	646,34 M2
BLOCO DE APOIO	393,14 M2
BLOCO DE ALOJAMENTO E VESTIÁRIO	657,99 M2
ÁREA MULTIUSO	113,10 M2
CHURRASQUEIRA	36,00 M2
ABRIGO DE RESÍDUOS	20,88 M2
GUARITA	13,34 M2
CASA DE BOMBAS	4,64 M2
ÁREA TOTAL	1885,43 M2

OBSERVAÇÕES:

- 1 - CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL, FAZENDO AS DEVIDAS ADAPTAÇÕES
- 2 - AS COTAS PREVALECEM SOBRE OS DESENHOS
- 3 - TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS

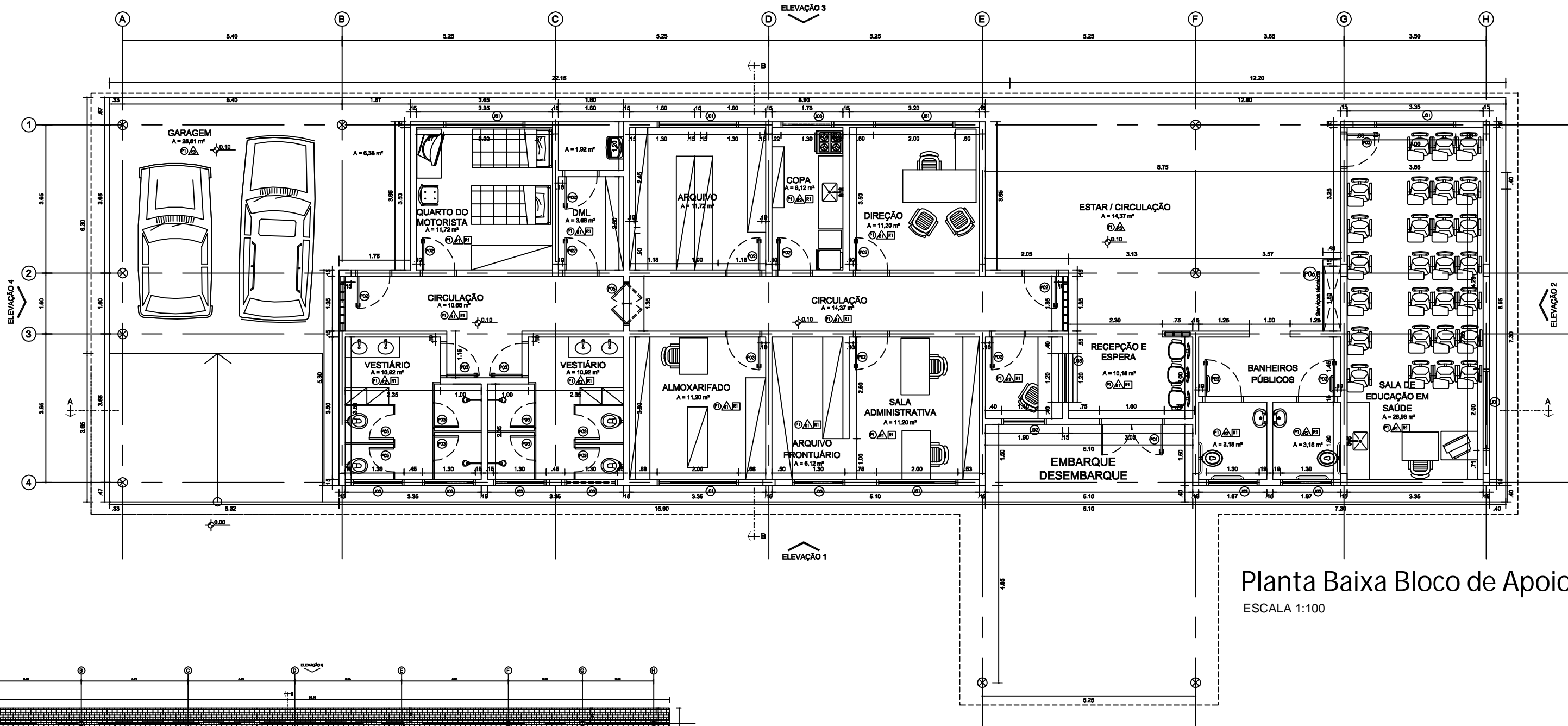


SECRETARIA ESPECIAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA - MINISTÉRIO DA SAÚDE

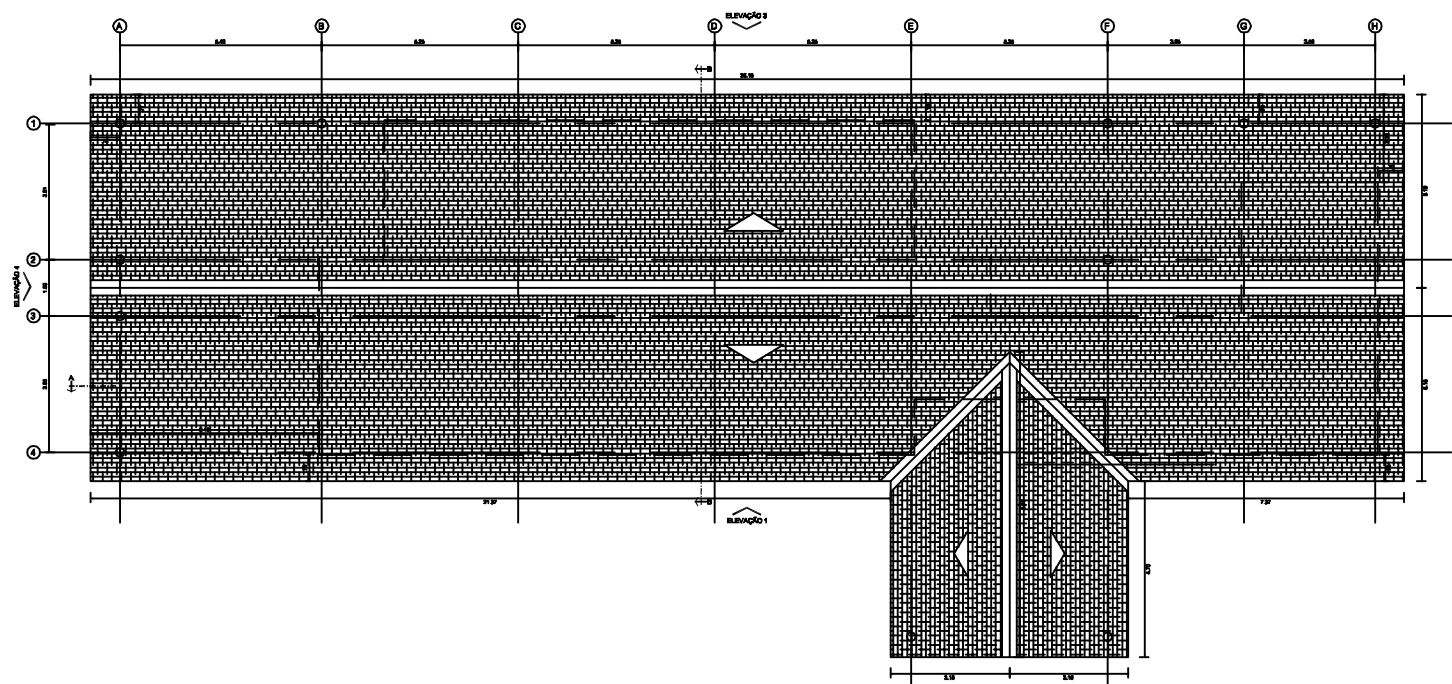
ARQUITETURA	PROJETO EXECUTIVO
REVISÕES	MUNICÍPIO / UF:
1	DSEI:
2	ALDEIA:
3	
4	

CASAI DE REFERÊNCIA

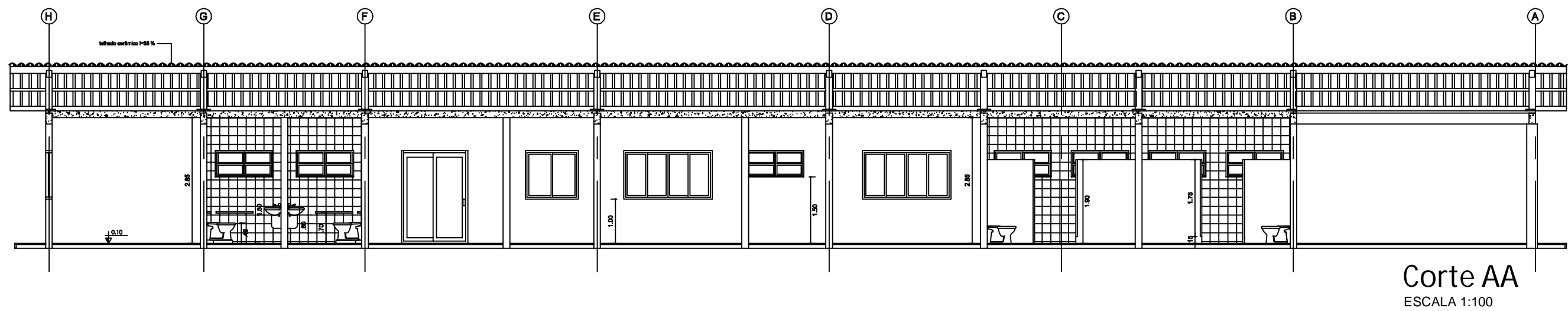
RESPONSÁVEL PELO PROJETO: NOME / CREA / CAU			
COLABORADORES: NOME / CREA / CAU			
CORTES E ELEVACOES - BLOCO DE ATENDIMENTO	CASAI REFERENCIA.dwg	21/05/2012	1/100
DIEDI/CGESA/DASI/SESA/MS UNIDADE II - MINISTÉRIO DA SAÚDE - SEP 910 NORTE - BLOCO A - 4º ANDAR SALA 406 - ASA NORTE - BRASÍLIA - DF - CEP: 70750-621 TELEFONE: (61) 3315-5924			03/07



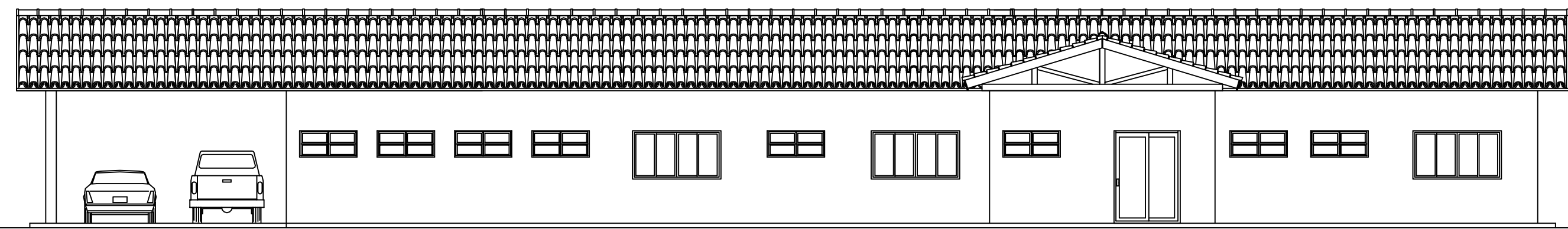
Planta Baixa Bloco de Apoio
ESCALA 1:100



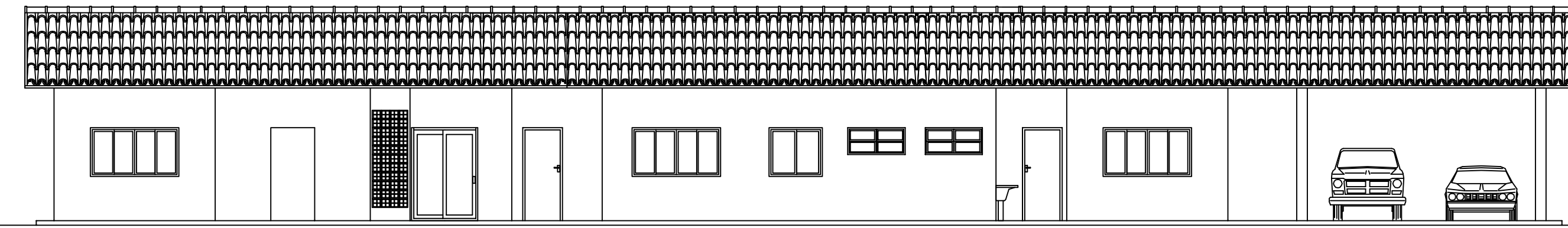
Planta de Cobertura Bloco de Apoio
ESCALA 1:200



Corte AA
ESCALA 1:100

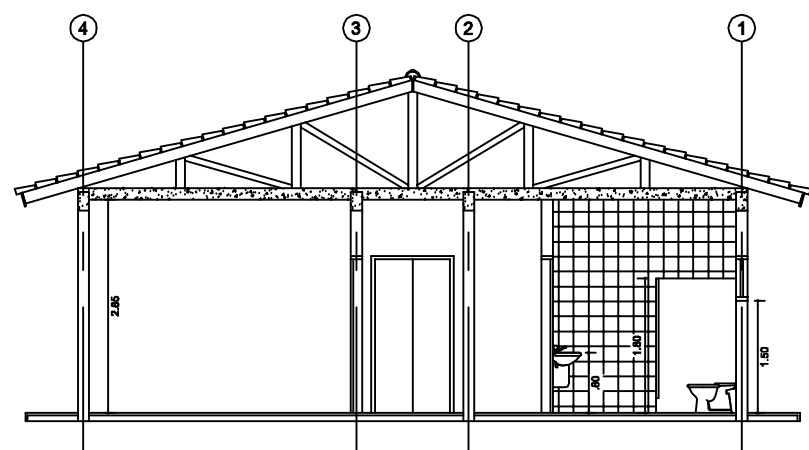
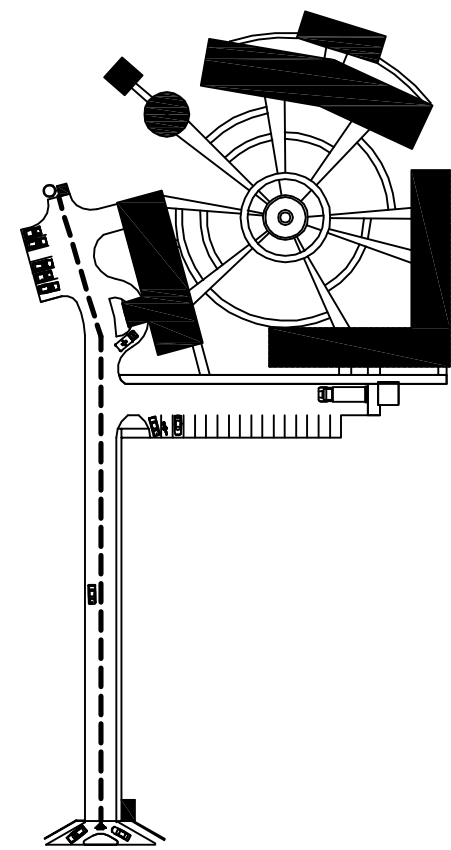


Elevação 1
ESCALA 1:100

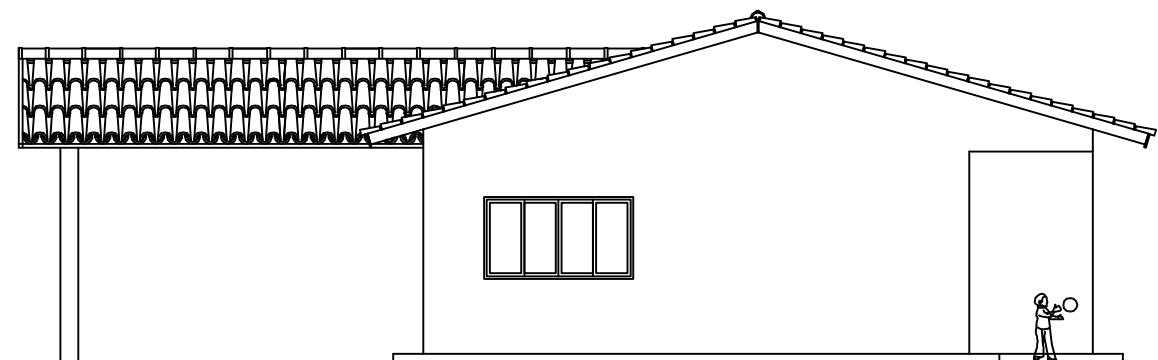


Elevação 3
ESCALA 1:100

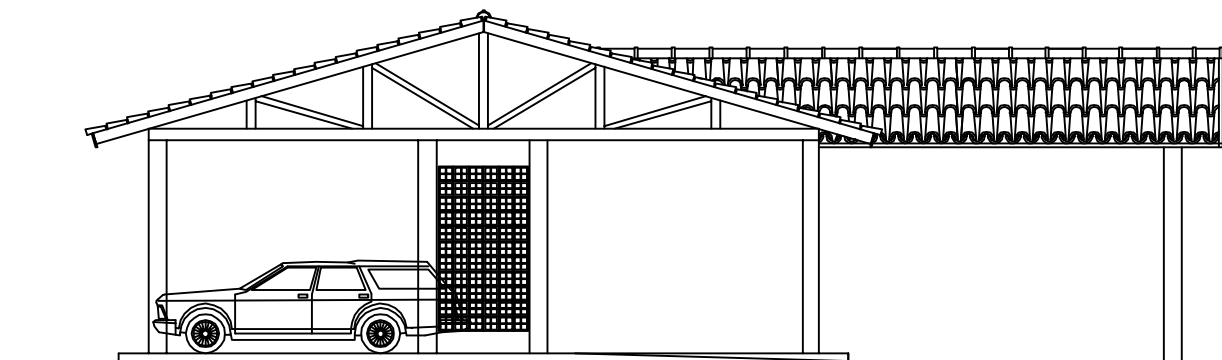
ELEVACÃO 3



Corte BB
ESCALA 1:100



Elevação 2
ESCALA 1:100



Elevação 4
ESCALA 1:100

ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS

○	PISO
1	Piso em granilite polida cor cinza em cimento comum, 17 mm de espessura acabada, em módulos de no máximo 100 x 100 cm, com junta plástica na cor cinza. Rodapés do mesmo material com 10 cm de altura e cantos arredondados.
2	Piso cimentado de argamassa de cimento e areia, traço 1:3 (em volume), com acabamento desempenado, executado sobre lastro de brita e terreno altamente apilado.
3	Piso em blocos de concreto intertravados pré-fabricados assentados sobre camada de areia e camada de brita n. 01, sobre solo compactado, cor natural.
△	PAREDE
1	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cor: Amarelo Bem-me-Quer (Z064), ref. Suvinil, Coral ou equivalente.
2	Revestimento em placas cerâmicas esmaltadas, med. 20 x 20 cm ou 30 x 30 cm, com aplicação do piso ao teto, cor branca. Rejunite anti-mofo, cor branca.
3	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cores: Marrom Caça Caça (P282) até altura de 0,90 m; e Amarelo Grão-de-Bico (D033) acima de 0,90 m, ref. Suvinil, Coral ou equivalente.
□	TETO
1	Laje rebocada com aplicação de látex PVA, na cor branca, sobre massa corrida PVA.

OBS: - Toda cerâmica utilizada deve ter índice de absorção de água menor que 4%. As juntas devem ter largura mínima (de acordo com o material e as dimensões das placas) e a base deve ser epoxi.
- As quinas das paredes deverão ser protegidas com cantoneiras em alumínio ou PVC.

CAIXILHOS

DESCRIÇÃO - JANELAS	TIPO	MAT. 1	MAT. 2	FOLHAS	LARG.	ALT.	PEIT.	QNT.
J01 Caixaio em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente; 4 folhas de correr; vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	4 FOLHAS	2,00	1,10	1,00	31
J02 Caixaio em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente; 2 folhas de correr; vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	2 FOLHAS	1,10	1,10	1,00	23
J03 Caixaio em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASCULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANALADO	4 FOLHAS	1,30	0,60	1,50	26
J04 Caixaio em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASCULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANALADO	4 FOLHAS	1,10	0,60	1,50	18
J05 Caixaio em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA, 40,00 mm de espessura	1,20	1,00	1,10	1
J06 Caixaio em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA, 40,00 mm de espessura	0,90	0,60	1,10	1

OBS: - As janelas da recepção e da sala de armazenagem de medicamentos deverão ter grade de alumínio instalada internamente à edificação.

DESCRIÇÃO - PORTAS	TIPO	MAT.	FOLHAS	LARG.	ALT.	QNT.
P01 Porta com estrutura em alumínio anodizado, cor natural, 02 folhas de abrir, conforme projeto; vidro comum incolor 04 mm (liso); ferragens e acessórios em alumínio, cor natural.	ABRIR	ALUMÍNIO	2 FOLHAS	1,80	2,10	4
P02 Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente. Fechaduras, dobradiças (3 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA	0,80	2,10	46
P03 Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA, INSTALADA A 20 cm DO PISO	0,60	1,60	15
P04 Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA, INSTALADA A 20 cm DO PISO	0,80	1,60	8
P05 Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 2 folhas vai-e-vem, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente. Revestimento em chapa de aço inox até altura de 1,40. Visor em vidro temperado 4 mm com moldura emborrachada. Fechaduras, dobradiças sistema vai-e-vem (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	VAI-E-VEM	MADERA	2 FOLHAS	1,00	2,10	2
P06 Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente, 02 folhas de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	2 FOLHAS	1,60 (2 x 0,80)	2,10	5
P07 Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente, 01 folha de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	1 FOLHA	0,80	2,10	1

OBS: - Nas portas dos sanitários de PNE devem ser instalados puxadores horizontais (tipo barra), de comprimento 40 cm, localizados a uma distância de 10 cm da face onde se encontra a dobradiça, à altura de 90 cm em relação ao piso.

NOTAS

- 01 Cobertura em telha cerâmica colonial (tipo capa-canal), com inclinação mínima de 30% e máxima de 40%. O percentual de inclinação deverá ser revisto, caso haja substituição do tipo de telha.
- 02 Gradis da fachada principal com estrutura composta por perfis em chapas metálicas verticais e arames horizontais, em malha 65 x 132 mm, e moldura eletrofundida reforçada, pilares de fixação em perfil retangular tubular (para chumbamento ou aparafusamento), chumbadores de expansão ou químicos para fixação dos pilares com sapatas para aparafusamento e parafusos sextavados ou anti-roubo em aço inoxidável. Pintura eletroestática na cor verde em base galvanizada.

QUADRO DE ÁREAS CONSTRUÍDAS:

BLOCO DE ATENDIMENTO	646,34 M2
BLOCO DE APOIO	393,14 M2
BLOCO DE ALOJAMENTO E VESTIÁRIO	657,99 M2
ÁREA MULTIUSO	113,10 M2
CHURRASQUEIRA	36,00 M2
ABRIGO DE RESÍDUOS	20,88 M2
GUARITA	13,34 M2
CASA DE BOMBAS	4,64 M2
ÁREA TOTAL	1885,43 M2

OBSERVAÇÕES:

- 1 - CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL, FAZENDO AS DEVIDAS ADAPTAÇÕES
- 2 - AS COTAS PREVALECEM SOBRE OS DESENHOS
- 3 - TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS

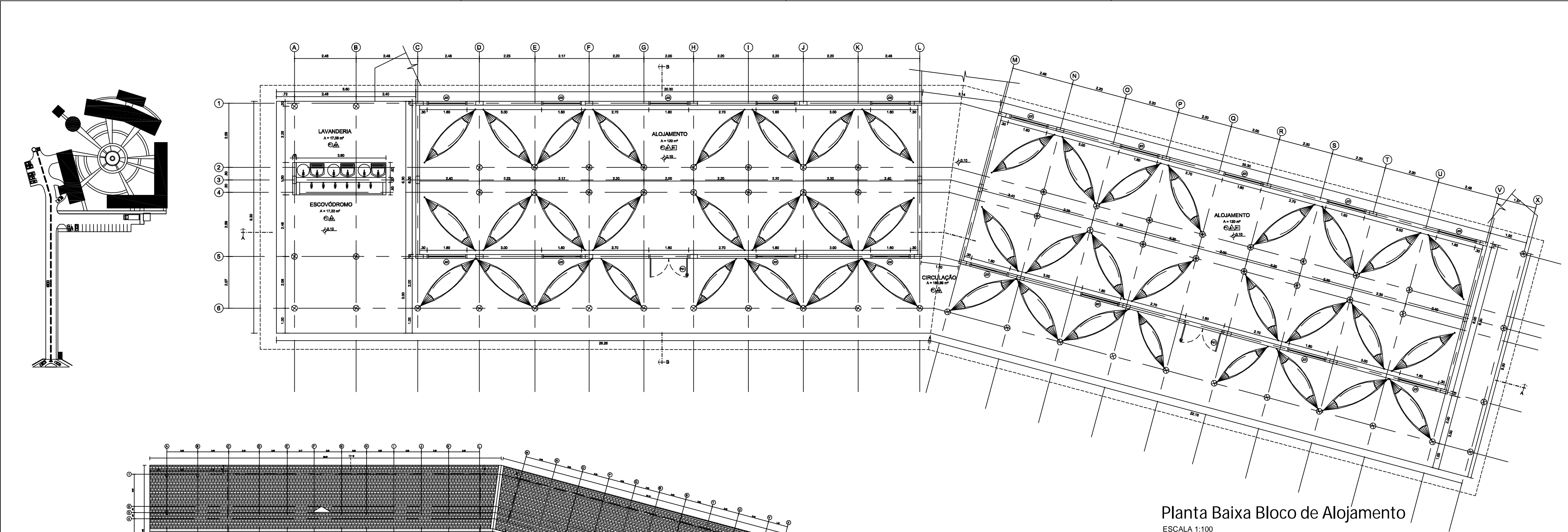


SECRETARIA ESPECIAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA - MINISTÉRIO DA SAÚDE

ARQUITETURA	PROJETO EXECUTIVO
REVISÕES	MUNICÍPIO / UF:
1	DSEI:
2	ALDEIA:
3	
4	

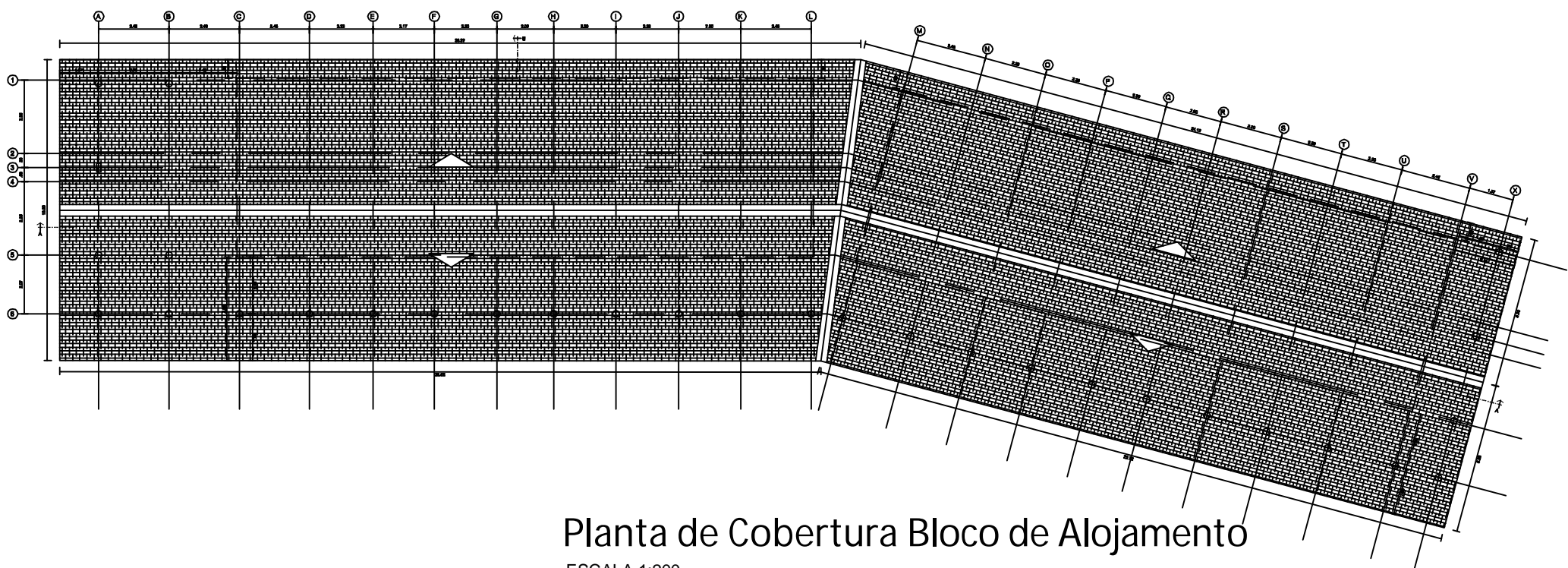
CASAI DE REFERÊNCIA

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: NOME / CREA / CAU	
COLABORADORES: NOME / CREA / CAU	
PLANTAS, CORTES E ELEVACÕES - BLOCO DE APOIO	CASAI REFERENCIA.dwg
	21/05/2012
	1/100
DIEDI/CGESA/DASI/SESA/MS UNIDADE II - MINISTÉRIO DA SAÚDE - SEP 910 NORTE - BLOCO A - 4º ANDAR SALA 406 - ASA NORTE - BRASÍLIA - DF - CEP: 70750-021 TELEFONE: (61) 3315-5924	04/07



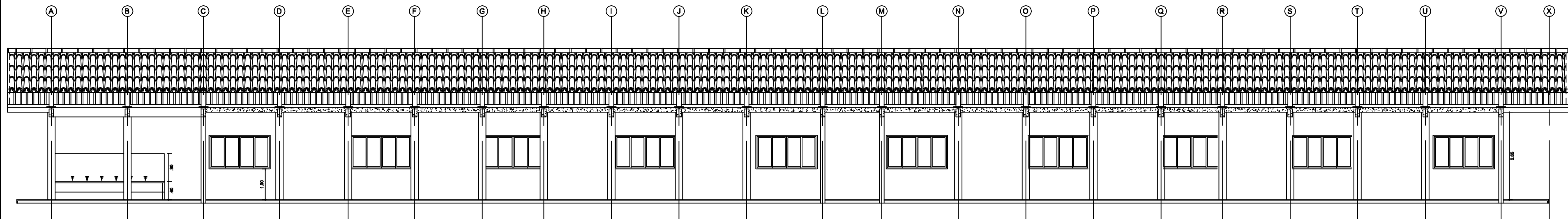
Planta Baixa Bloco de Alojamento

ESCALA 1:100



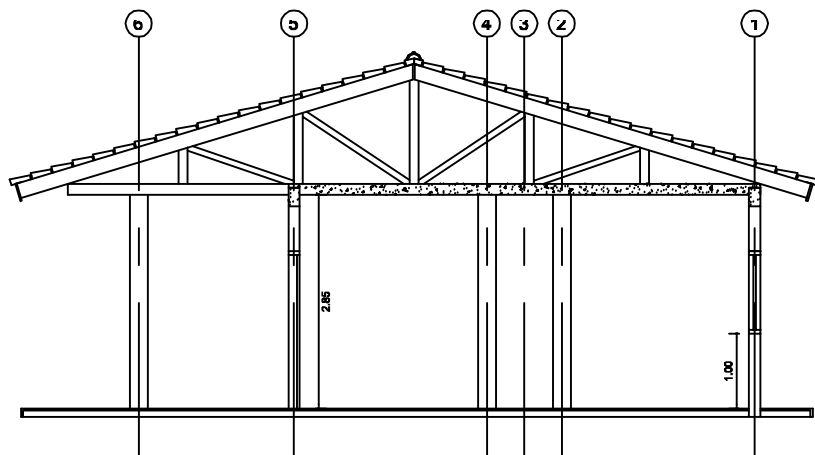
Planta de Cobertura Bloco de Alojamento

ESCALA 1:200



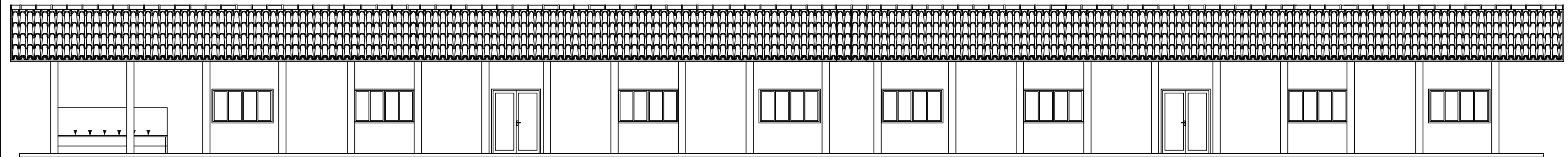
Corte AA

ESCALA 1:100



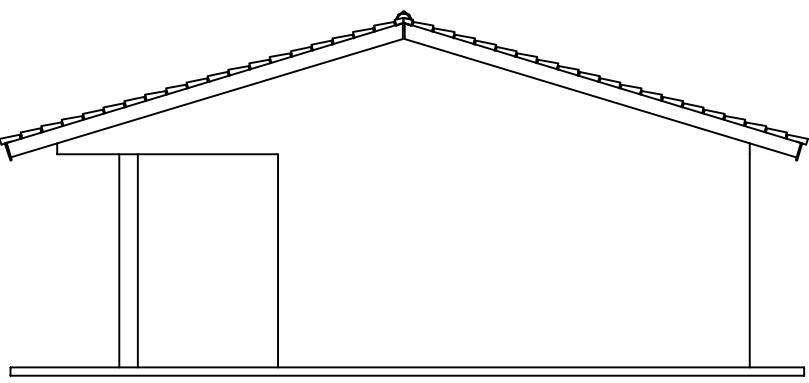
Corte BB

ESCALA 1:100



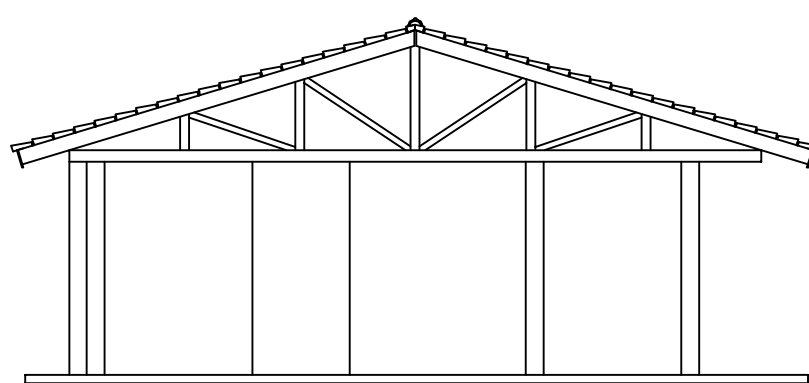
Elevação 1

ESCALA 1:100



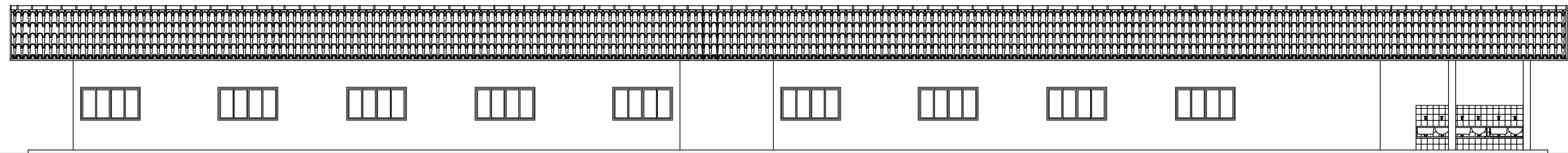
Elevação 2

ESCALA 1:100



Elevação 4

ESCALA 1:100



Elevação 3

ESCALA 1:100

ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS

	PISO
1	Piso em granilite polida cor cinza em cimento comum, 17 mm de espessura acabada, em módulos de no máximo 100 x 100 cm, com junta plástica na cor cinza. Rodapés do mesmo material com 10 cm de altura e cantos arredondados.
2	Piso cimentado de argamassa de cimento e areia, traço 1:3 (em volume), com acabamento desempenado, executado sobre lastro de brita e terreno altamente aploado.
3	Piso em blocos de concreto intertravados pré-fabricados assentados sobre camada de areia e camada de brita n. 01, sobre solo compactado, cor natural.
	PAREDE
1	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cor: Amarelo Bem-me-Quer (Z064), ref. Suvini, Coral ou equivalente.
2	Revestimento em placas cerâmicas esmaltadas, med. 20 x 20 cm ou 30 x 30 cm, com aplicação do piso ao teto, cor branca. Rejunite anti-mofo, cor branca.
3	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cores: Marron Caixa Caqui (P282) até altura de 0,90 m; e Amarelo Grão-de-Bico (D033) acima de 0,90 m, ref. Suvini, Coral ou equivalente.
	TETO
1	Laje rebocada com aplicação de látex PVA, cor branca, sobre massa corrida PVA.

OBS: - Toda cerâmica utilizada deve ter índice de absorção de água menor que 4%. As juntas devem ter largura mínima (de acordo com o material e as dimensões das placas) e a base deve ser epoxi.
- As quinas das paredes deverão ser protegidas com cantoneiras em alumínio ou PVC.

CAIXILHOS

DESCRIÇÃO - JANELAS	TIPO	MAT. 1	MAT. 2	FOLHAS	LARG.	ALT.	PEIT.	QNT.
J01 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparafusada pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente; 4 folhas de correr - vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	4 FOLHAS	2,00	1,10	1,00	31
J02 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparafusada pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente; 2 folhas de correr - vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	2 FOLHAS	1,10	1,10	1,00	23
J03 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparafusada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASCULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANALADO	4 FOLHAS	1,30	0,60	1,50	26
J04 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparafusada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASCULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANALADO	4 FOLHAS	1,10	0,60	1,50	18
J05 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA, 40,00 mm de esp. (2 folhas de vidro temperado incolor 04 mm)	1,20	1,00	1,10	1
J06 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA, 40,00 mm de esp. (2 folhas de vidro temperado incolor 04 mm)	0,90	0,60	1,10	1

OBS: - As janelas da recepção e da sala de armazenagem de medicamentos deverão ter grade de alumínio instalada internamente à edificação.

DESCRIÇÃO - PORTAS	TIPO	MAT.	FOLHAS	LARG.	ALT.	QNT.
P01 Porta com estrutura em alumínio anodizado, cor natural, 02 folhas de abrir, conforme projeto; vidro comum incolor 04 mm (liso); ferragens e acessórios em alumínio, cor natural.	ABRIR	ALUMÍNIO	2 FOLHAS	1,80	2,10	4
P02 Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente. Fechaduras, dobradiças (3 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA	0,80	2,10	46
P03 Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA, INSTALADA A 20 cm DO PISO	0,60	1,60	15
P04 Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 2 folhas vai-e-vem, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente. Revestimento em chapa de aço inox até altura de 1,40. Visor em vidro temperado 4 mm com moldura emborrachada. Fechaduras, dobradiças sistema vai-e-vem (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	2 FOLHAS	0,80	1,60	8
P05 Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 2 folhas vai-e-vem, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente. Revestimento em chapa de aço inox até altura de 1,40. Visor em vidro temperado 4 mm com moldura emborrachada. Fechaduras, dobradiças sistema vai-e-vem (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	VAI-E-VE	MADERA	2 FOLHAS	1,00	2,10	2
P06 Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente, 02 folhas de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	2 FOLHAS	1,60 (2 x 0,80)	2,10	5
P07 Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvini, Coral ou equivalente, 01 folha de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	1 FOLHA	0,80	2,10	1

OBS: - Nas portas dos sanitários de PNE devem ser instalados puxadores horizontais (tipo barra), de comprimento 40 cm, localizados a uma distância de 10 cm da face onde se encontra a dobradiça, à altura de 90 cm em relação ao piso.

NOTAS

- Cobertura em telha cerâmica colonial (tipo capa-canal), com inclinação mínima de 30% e máxima de 40%. O percentual de inclinação deverá ser revisto, caso haja substituição do tipo de telha.
- Gradis da fachada principal com estrutura composta por perfis em chapas metálicas verticais e arames horizontais, em malha 65 x 132 mm, e moldura eletrofundida reforçada, pilares de fixação em perfil retangular tubular (para chumbamento ou aparafusamento), chumbadores de expansão ou químicos para fixação dos pilares com sapatas para aparafusamento e parafusos sextavados ou anti-roubo em aço inoxidável. Pintura eletrostática na cor verde em base galvanizada.

QUADRO DE ÁREAS CONSTRUIDAS:

BLOCO DE ATENDIMENTO	646,34 M2
BLOCO DE APOIO	393,14 M2
BLOCO DE ALOJAMENTO E VESTIÁRIO	657,99 M2
ÁREA MULTIUSO	113,10 M2
CHURRASQUEIRA	36,00 M2
ABRIGO DE RESÍDUOS	20,88 M2
GUARITA	13,34 M2
CASA DE BOMBAS	4,64 M2
ÁREA TOTAL	1885,43 M2

OBSERVAÇÕES:

- CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL, FAZENDO AS DEVIDAS ADAPTAÇÕES
- AS COTAS PREVALECEM SOBRE OS DESENHOS
- TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS



SECRETARIA ESPECIAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA - MINISTÉRIO DA SAÚDE

ARQUITETURA	PROJETO EXECUTIVO
REVISÕES	MUNICÍPIO / UF:
1	DSEI:
2	ALDEIA:
3	
4	

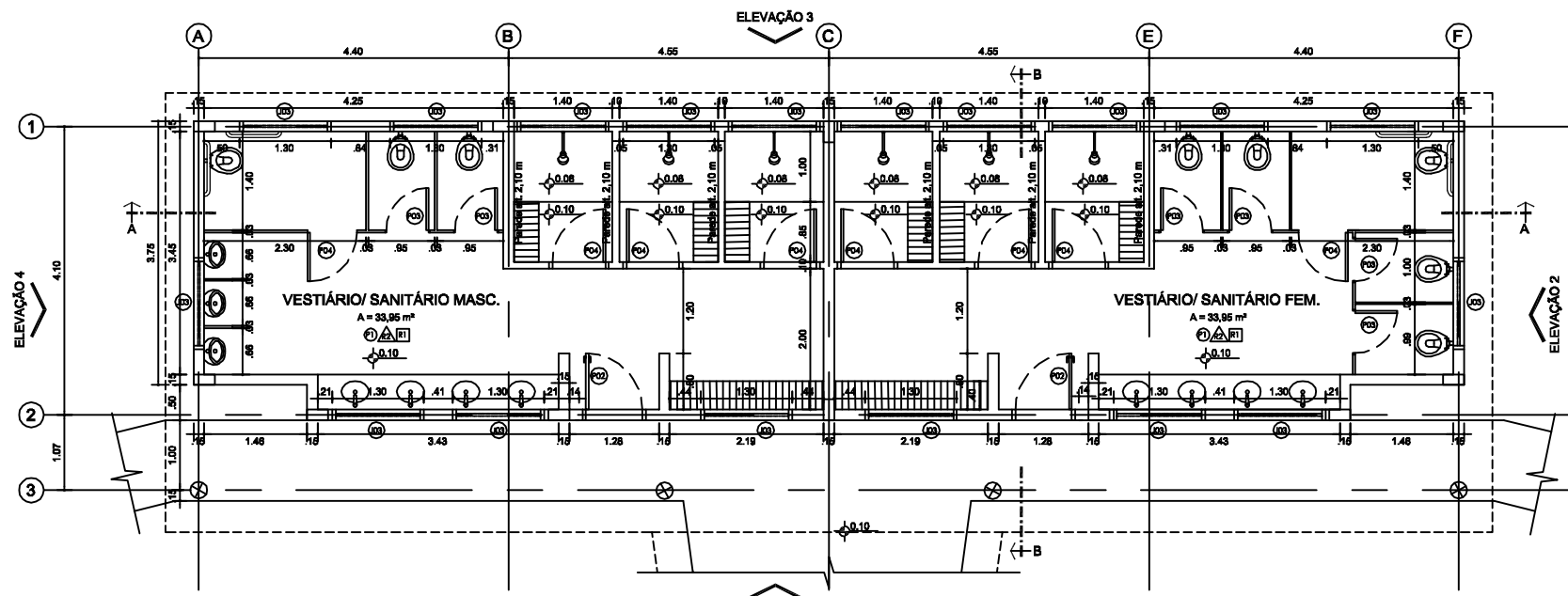
CASAI DE REFERÊNCIA

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: NOME / CREA / CAU

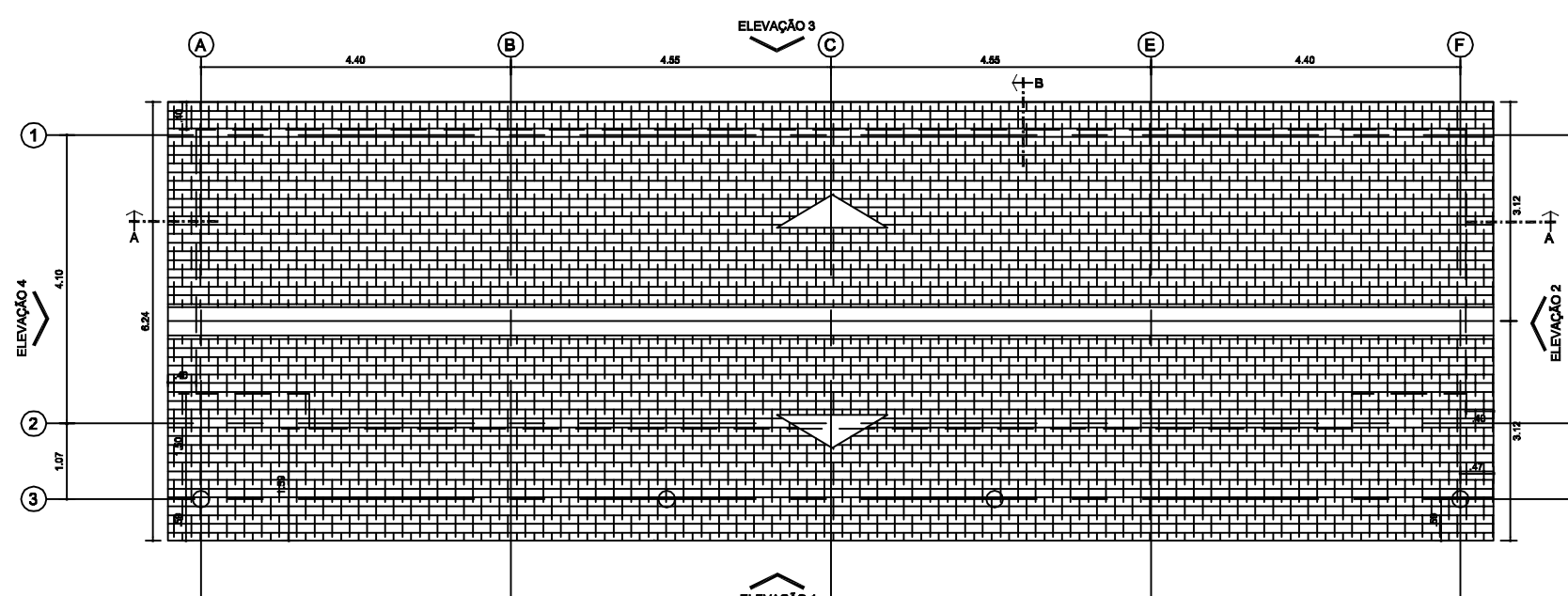
COLABORADORES: NOME / CREA / CAU

PLANTAS, CORTES E ELEVAÇÕES - BLOCO DE ALOJAMENTO	CASAI REFERENCIA.dwg	21/05/2012	1/100
DIEDI/CGESA/DASI/SESA/MS			
UNIDADE II - MINISTÉRIO DA SAÚDE - SEP 910 NORTE - BLOCO A - 4º ANDAR			
SALA 406 - ASA NORTE - BRÁSLIA - DF - CEP: 70750-021			
TELEFONE: (61) 3315-5924			

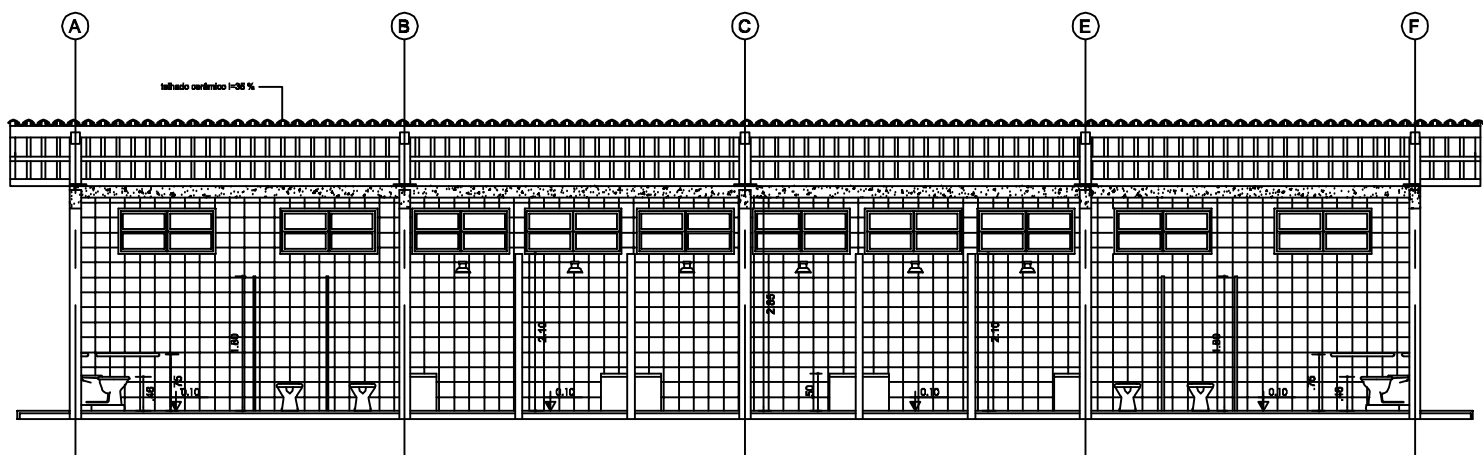
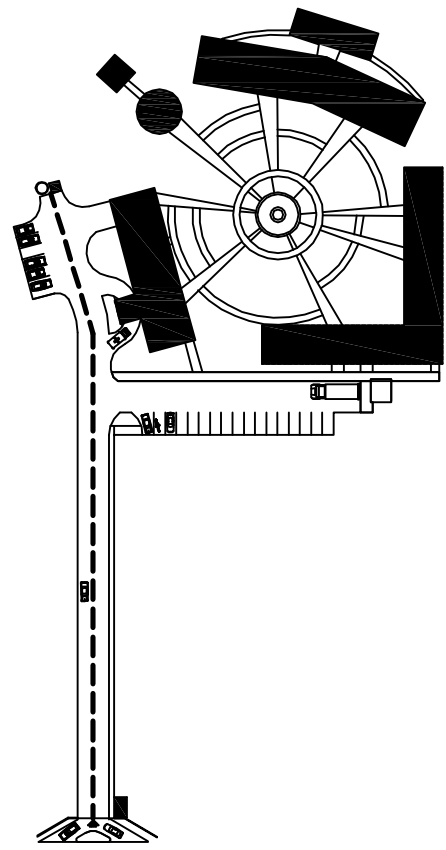
06/07



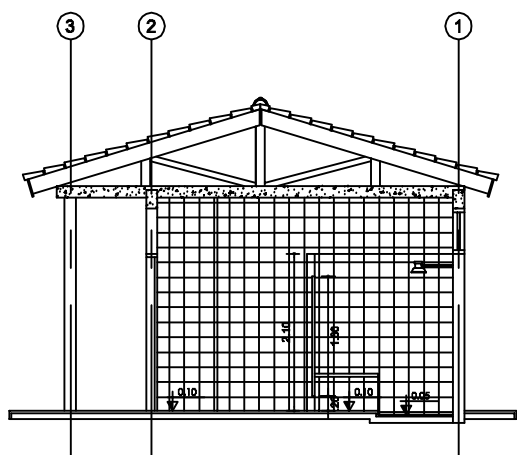
Planta Baixa Bloco de Vestiários
ESCALA 1:100



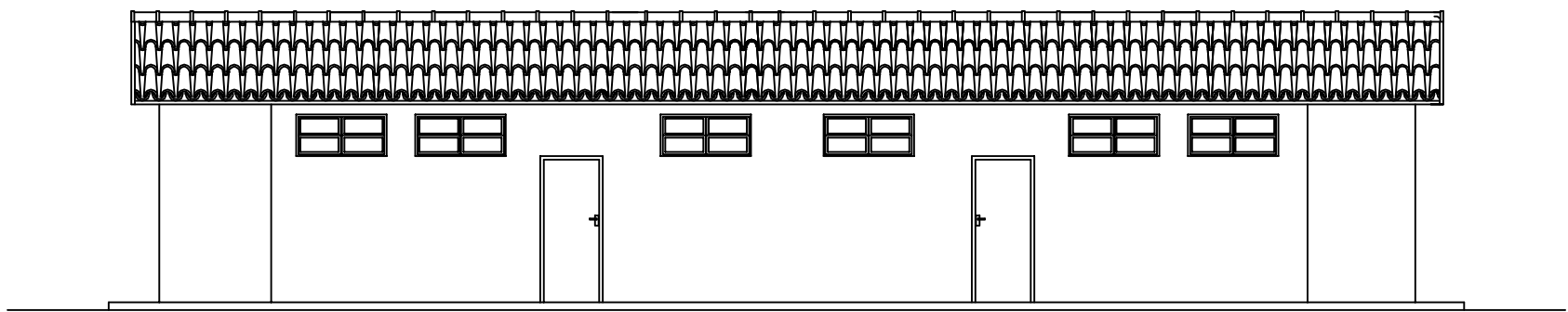
Planta de Cobertura
ESCALA 1:100



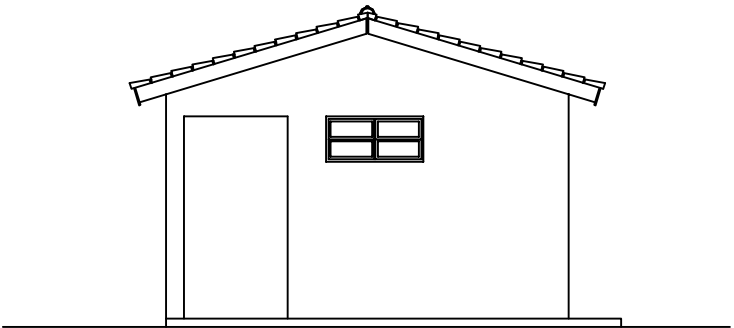
Corte AA
ESCALA 1:100



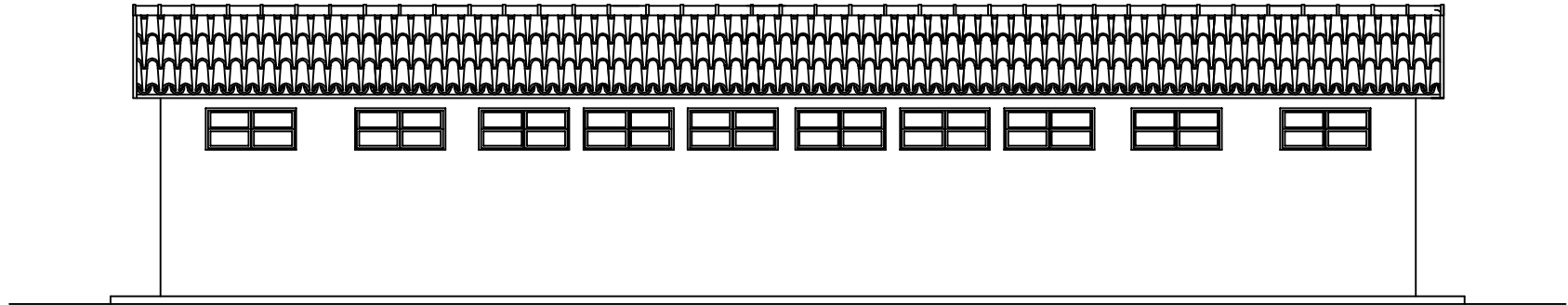
Corte BB
ESCALA 1:100



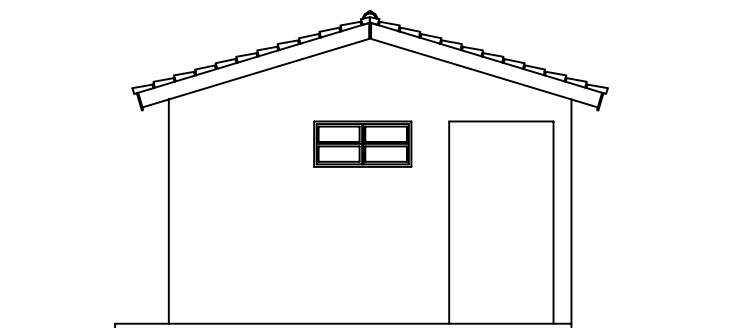
Elevação 1
ESCALA 1:100



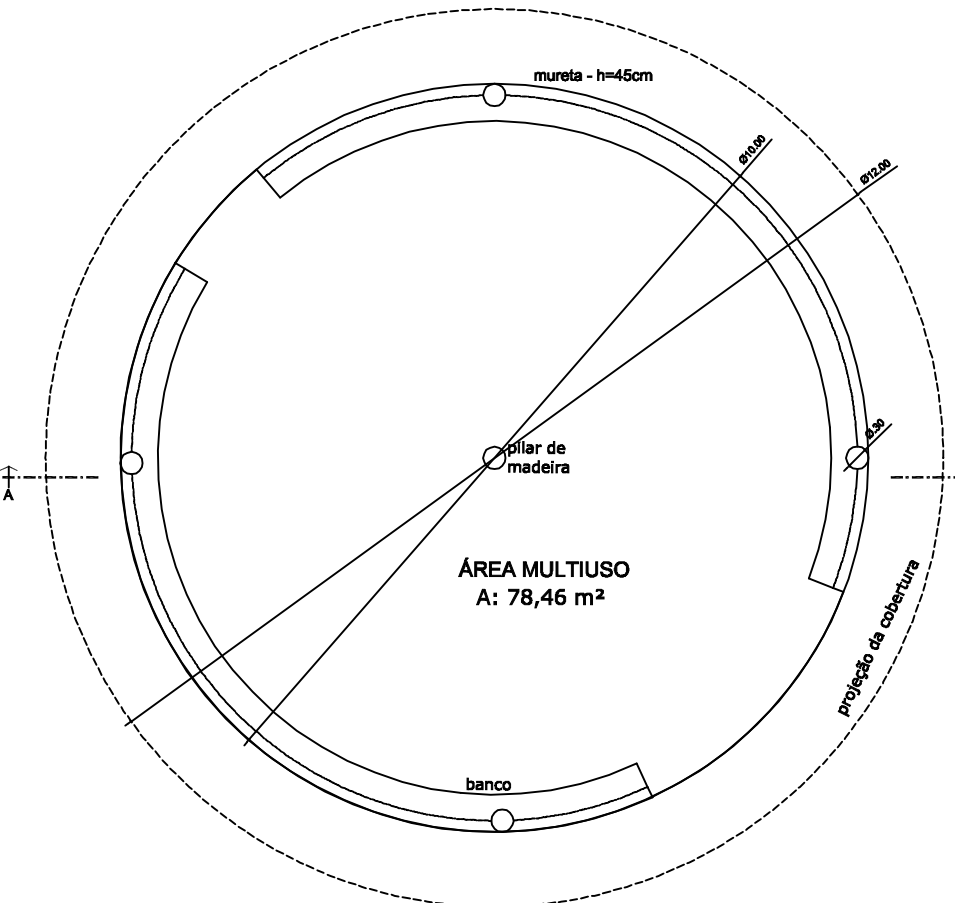
Elevação 2
ESCALA 1:100



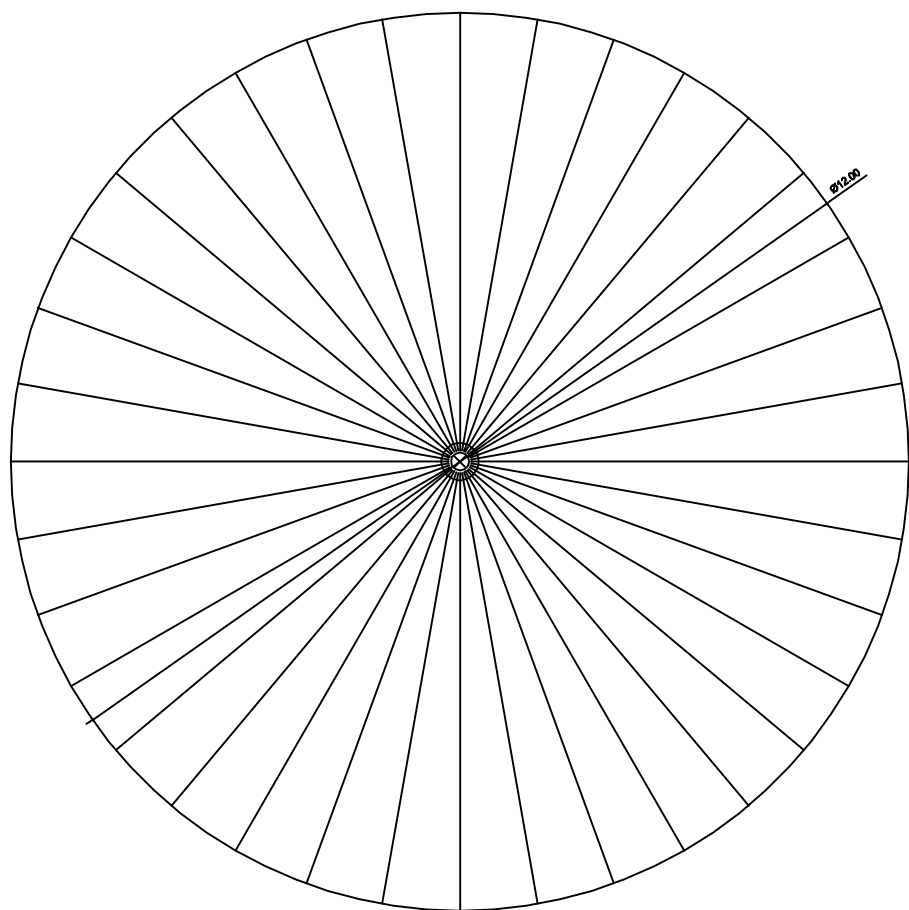
Elevação 3
ESCALA 1:100



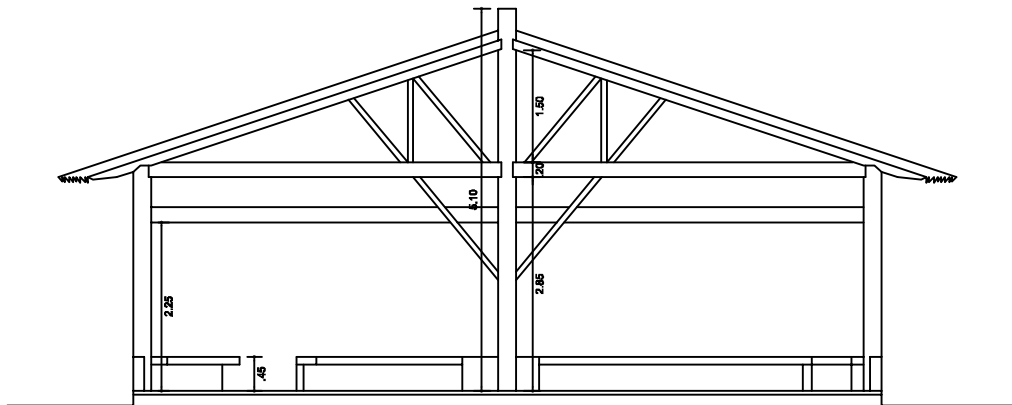
Elevação 4
ESCALA 1:100



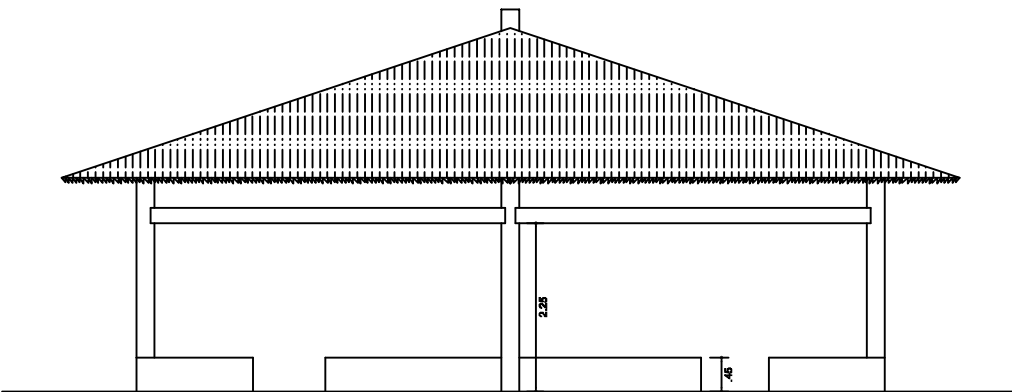
Planta Baixa Área Multiuso
ESCALA 1:100



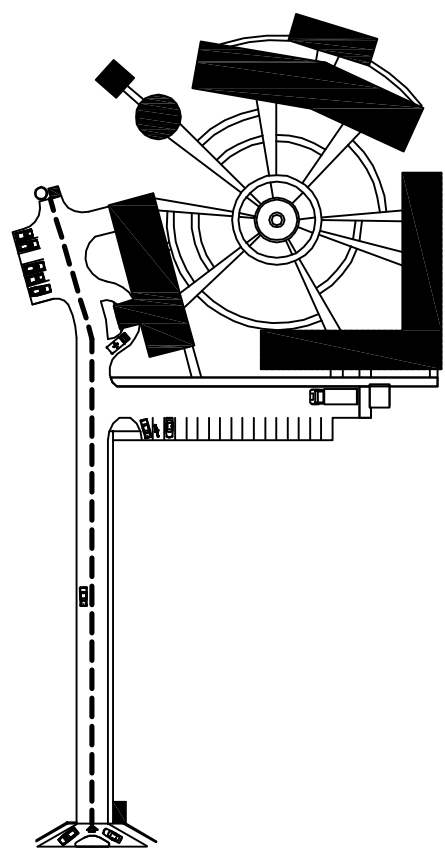
Planta de Cobertura
ESCALA 1:100



Corte AA
ESCALA 1:100



Vista
ESCALA 1:100



ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS

	PISO
1	Piso em granilina polida cor cinza em cimento comum, 17 mm de espessura acabada, em módulos de no máximo 100 x 100 cm, com junta plástica na cor cinza. Rodapés do mesmo material com 10 cm de altura e cantos arredondados.
2	Piso cimentado de argamassa de cimento e areia, traço 1:3 (em volume), com acabamento desempenado, executado sobre lastro de brita e terreno altamente aploado.
3	Piso em blocos de concreto intertravados pré-fabricados assentados sobre camada de areia e camada de brita n. 01, sobre solo compactado, cor natural.
	PAREDE
1	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cor: Amarelo Bem-me-Quer (Z064), ref. <i>Suvini</i> , Coral ou equivalente.
2	Revestimento em placas cerâmicas esmaltadas, med. 20 x 20 cm ou 30 x 30 cm, com aplicação do piso ao teto, cor branca. Rejunite anti-mol, cor branca.
3	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cores: Marron Caça Caqui (P282) até altura de 0,90 m; e Amarelo Grão-de-Bico (D033) acima de 0,90 m, ref. <i>Suvini</i> , Coral ou equivalente.
	TETO
1	Laje rebocada com aplicação de látex PVA, na cor branca, sobre massa corrida PVA.

OBS: - Toda cerâmica utilizada deve ter índice de absorção de água menor que 4%. As juntas devem ter largura mínima (de acordo com o material e as dimensões das placas) e a base deve ser epoxi.
- As quinas das paredes deverão ser protegidas com cantoneiras em alumínio ou PVC.

CAIXILHOS

DESCRIÇÃO - JANELAS	TIPO	MAT. 1	MAT. 2	FOLHAS	LARG.	ALT.	PEIT.	QNT.
J01 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com esmalte sintético na cor Verde Doce de Mamão, ref. <i>Suvini</i> , Coral ou equivalente; 4 folhas de correr; vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	4 FOLHAS	2,00	1,10	1,00	31
J02 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com esmalte sintético na cor Verde Doce de Mamão, ref. <i>Suvini</i> , Coral ou equivalente; 2 folhas de correr; vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	2 FOLHAS	1,10	1,10	1,00	23
J03 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASEULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANELADO	4 FOLHAS	1,30	0,60	1,50 2,10	26
J04 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASEULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANELADO	4 FOLHAS	1,10	0,60	1,50	18
J05 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA, 40,00 cm x 1,40 m	1,20	1,00	1,10	1
J06 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA, 40,00 cm x 1,40 m	0,90	0,60	1,10	1

OBS: - As janelas da recepção e da sala de armazenagem de medicamentos deverão ter grade de alumínio instalada internamente à edificação.

DESCRIÇÃO - PORTAS	TIPO	MAT.	FOLHAS	LARG.	ALT.	QNT.
P01 Porta com estrutura em alumínio anodizado, cor natural, 02 folhas de abrir, conforme projeto; vidro comum incolor 04 mm (liso); ferragens e acessórios em alumínio, cor natural.	ABRIR	ALUMÍNIO	2 FOLHAS	1,80	2,10	4
P02 Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde Doce de Mamão, ref. <i>Suvini</i> , Coral ou equivalente. Fechaduras, dobradiças (3 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA	0,80	2,10	46
P03 Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA, INSTALADA A 20 cm DO PISO	0,60	1,60	15
P04 Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA, INSTALADA A 20 cm DO PISO	0,80	1,60	8
P05 Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 2 folhas vai-e-vem, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde Doce de Mamão, ref. <i>Suvini</i> , Coral ou equivalente. Revestimento em chapa de aço inox até altura de 1,40. Visor em vidro temperado 4 mm com moldura emborrachada. Fechaduras, dobradiças sistema vai-e-vem (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	VAI-E-VEM	MADERA	2 FOLHAS	1,00	2,10	2
P06 Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde Doce de Mamão, ref. <i>Suvini</i> , Coral ou equivalente, 02 folhas de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	2 FOLHAS	1,60 (2 x 0,80)	2,10	5
P07 Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde Doce de Mamão, ref. <i>Suvini</i> , Coral ou equivalente, 01 folha de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	1 FOLHA	0,80	2,10	1

OBS: - Nas portas dos sanitários de PNE devem ser instalados puxadores horizontais (tipo barra), de comprimento 40 cm, localizados a uma distância de 10 cm da face onde se encontra a dobradiça, à altura de 90 cm em relação ao piso.

NOTAS

- 01 Cobertura em telha cerâmica colonial (tipo capa-canal), com inclinação mínima de 30% e máxima de 40%. O percentual de inclinação deverá ser revisto, caso haja substituição do tipo de telha.
- 02 Grade da fachada principal com estrutura composta por perfil em chapas metálicas verticais e arames horizontais, em malha 65 x 132 mm, e moldura eletrofundida reforçada, pilares de fixação em perfil retangular tubular (para chumbamento ou aparafusamento), chumbadores de expansão ou químicos para fixação dos pilares com sapatas para aparafusamento e parafusos sextavados ou anti-roubo em aço inoxidável. Pintura eletrostática na cor verde em base galvanizada.

QUADRO DE ÁREAS CONSTRUÍDAS:

BLOCO DE ATENDIMENTO	646,34 M2
BLOCO DE APOIO	393,14 M2
BLOCO DE ALOJAMENTO E VESTIÁRIO	657,99 M2
ÁREA MULTIUSO	113,10 M2
CHURRASQUEIRA	36,00 M2
ABRIGO DE RESÍDUOS	20,88 M2
GUARITA	13,34 M2
CASA DE BOMBAS	4,64 M2
ÁREA TOTAL	1885,43 M2

OBSERVAÇÕES:

- 1 - CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL, FAZENDO AS DEVIDAS ADAPTAÇÕES
- 2 - AS COTAS PREVALECEM SOBRE OS DESENHOS
- 3 - TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS



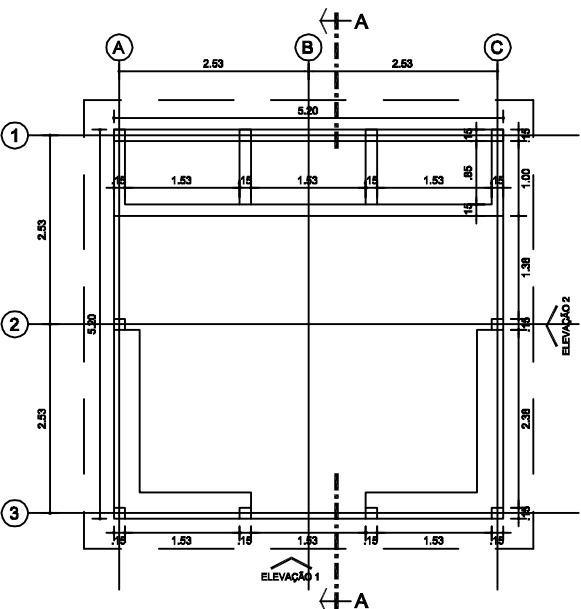
SECRETARIA ESPECIAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA - MINISTÉRIO DA SAÚDE

ARQUITETURA	PROJETO EXECUTIVO
REVISÕES	MUNICÍPIO / UF:
1 _____	DSEI:
2 _____	ALDEIA:
3 _____	
4 _____	

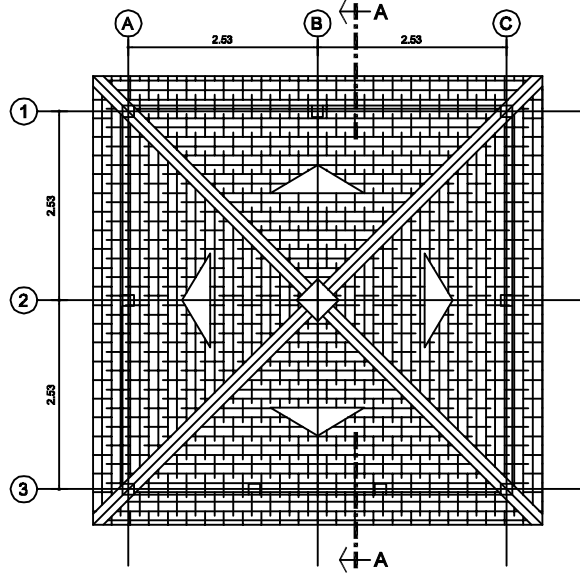
CASAI DE REFERÊNCIA

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: NOME / CREA / CAU
COLABORADORES: NOME / CREA / CAU

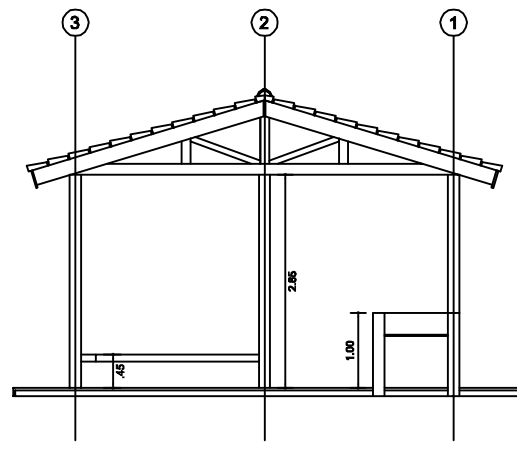
PLANTAS, CORTES E ELEVACOES - VESTIARIOS E AREA MULTIUSO	CASAI REFERENCIA.dwg	21/05/2012	1/100
DIEDI/CGESA/DASI/SESA/MS UNIDADE II - MINISTÉRIO DA SAÚDE - SEP 710 NORTE - BLOCO A - 4º ANDAR SALA 406 - ASA NORTE - BRASÍLIA - DF - CEP: 70750-021 TELEFONE: (61) 3315-5924		06/07	



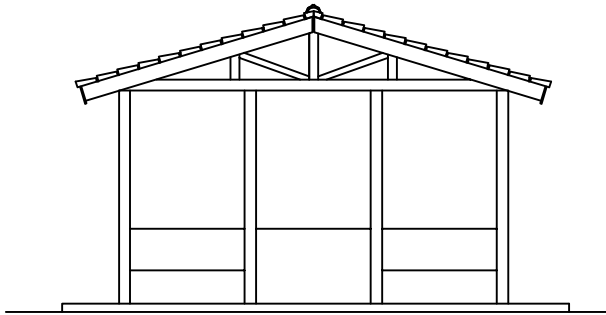
Planta Baixa Churrasqueira
ESCALA 1:100



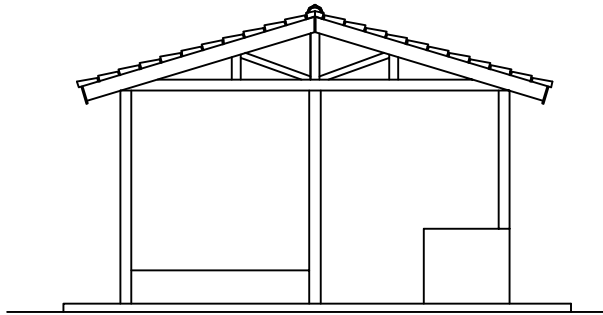
Planta de Cobertura
ESCALA 1:100



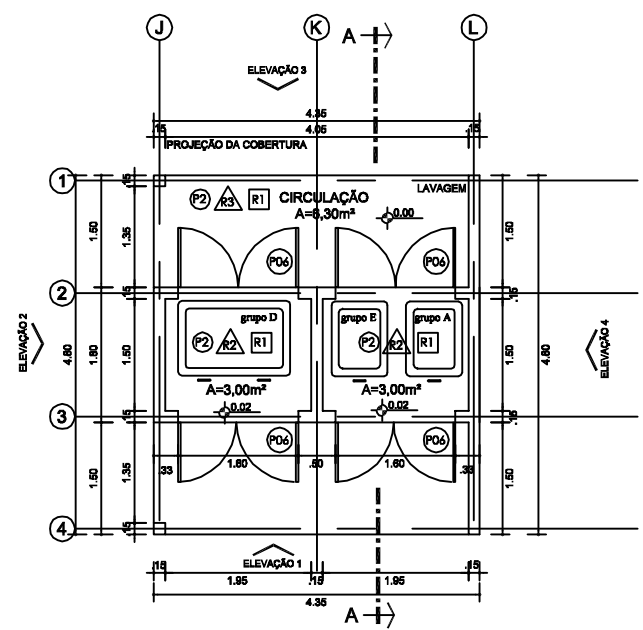
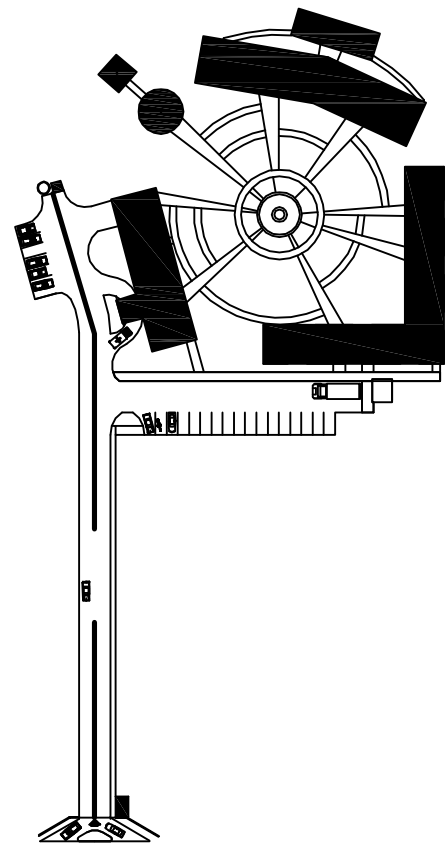
Corte AA
ESCALA 1:100



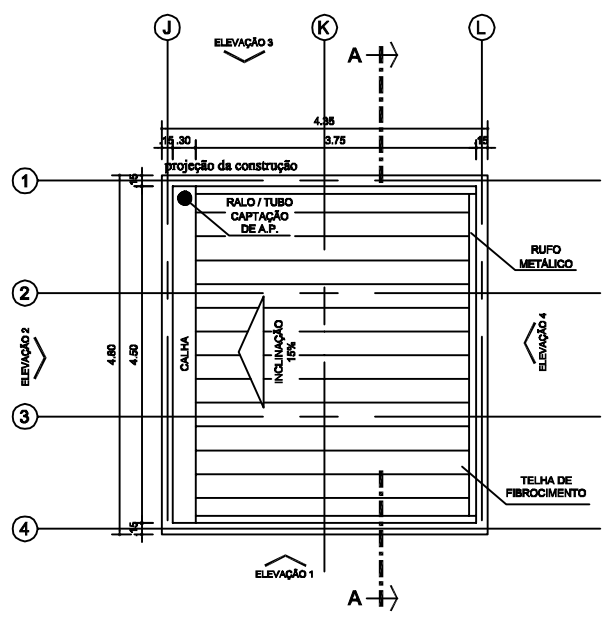
Elevação 1
ESCALA 1:100



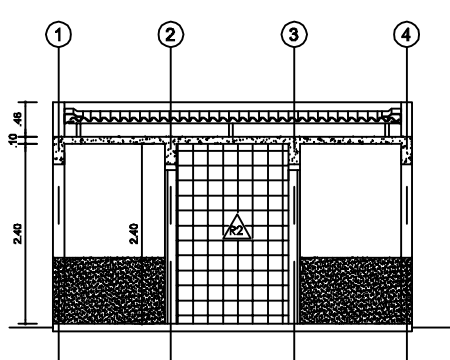
Elevação 2
ESCALA 1:100



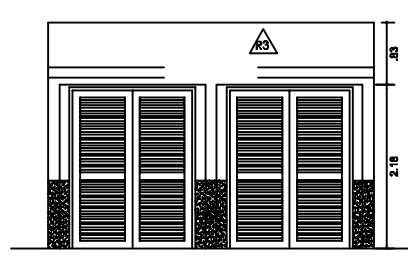
Planta Baixa Abrigo de Resíduos
ESCALA 1:100



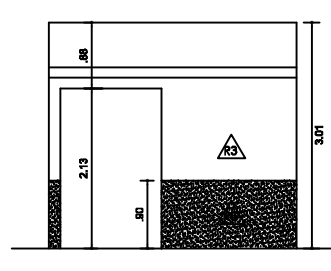
Planta de Cobertura
ESCALA 1:100



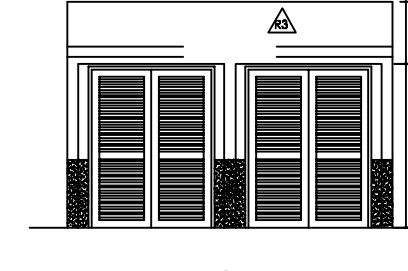
Corte AA
ESCALA 1:100



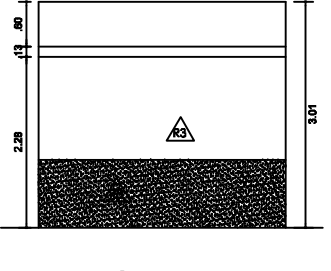
Elevação 1
ESCALA 1:100



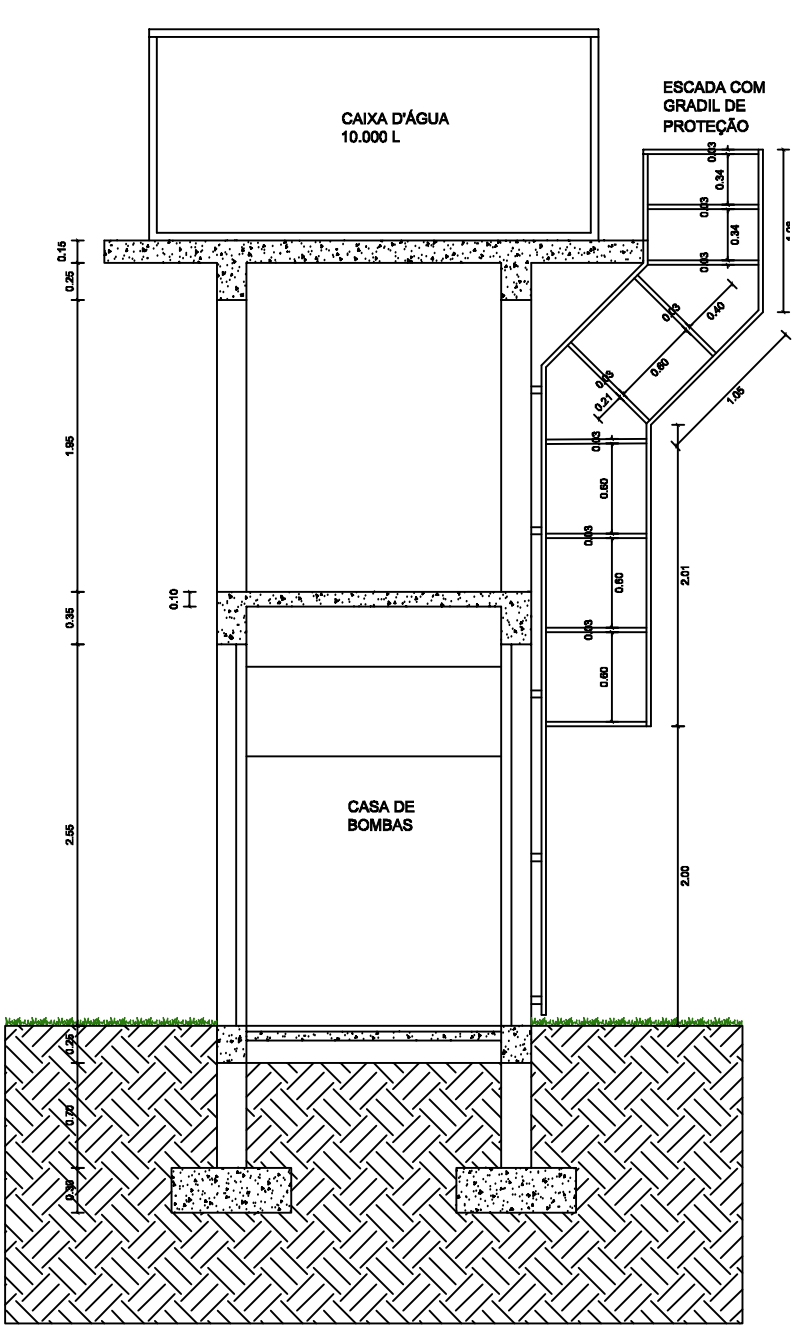
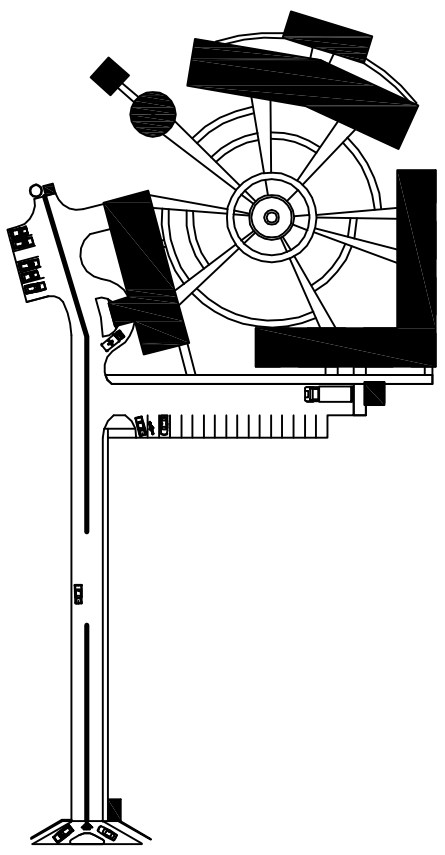
Elevação 2
ESCALA 1:100



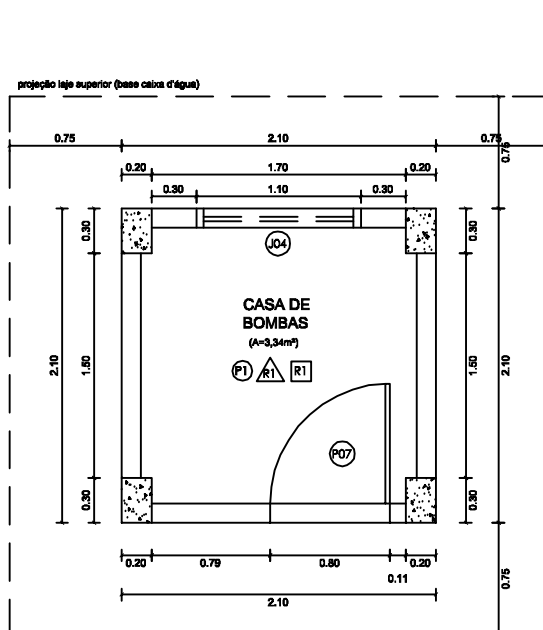
Elevação 3
ESCALA 1:100



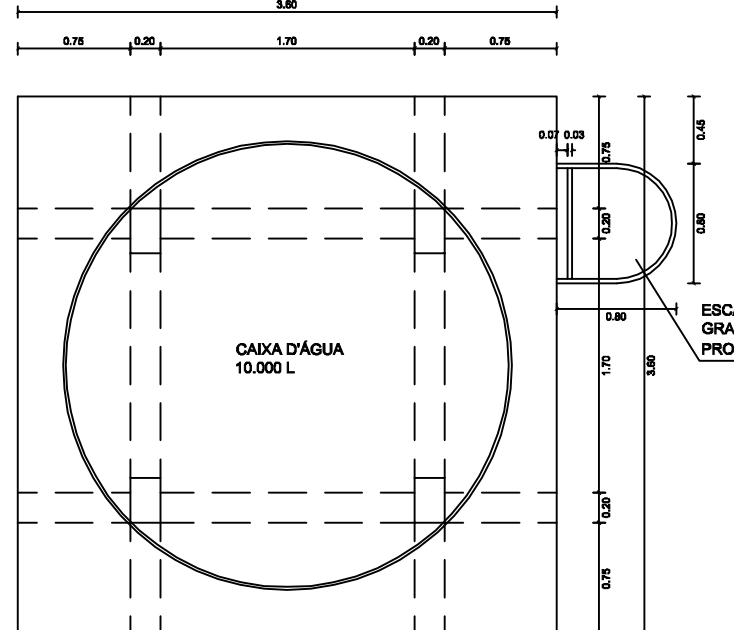
Elevação 4
ESCALA 1:100



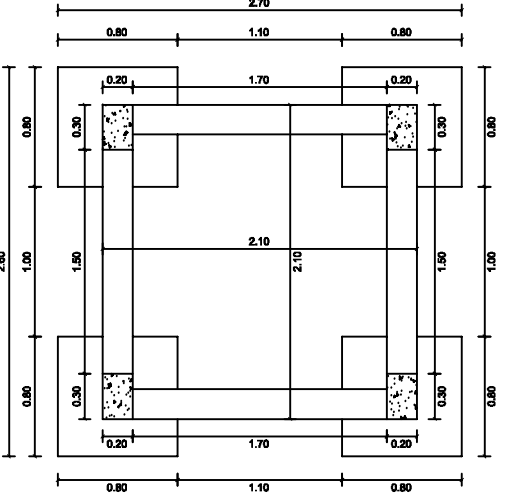
Corte
ESCALA 1:50



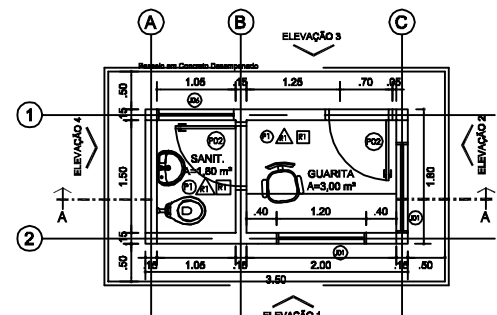
Castelo D'água (Planta Baixa da Casa de Bombas)
ESCALA 1:50



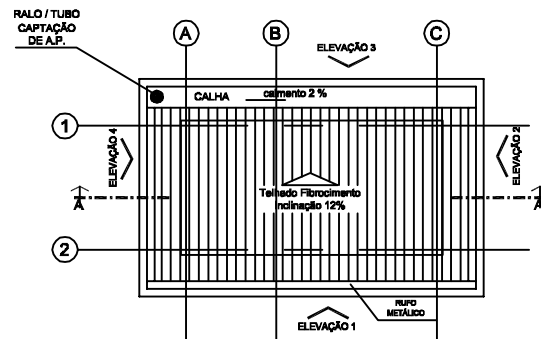
Castelo D'água (Vista Superior)
ESCALA 1:50



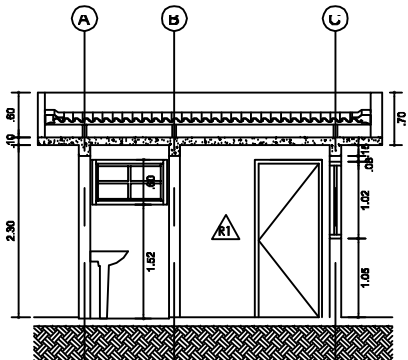
Castelo D'água (Vigas Baldrame e Fundação)
ESCALA 1:50



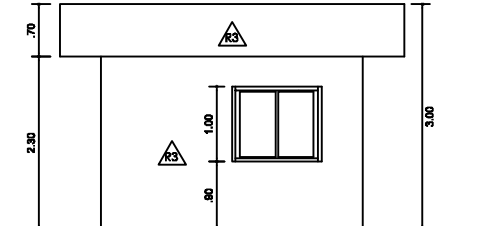
Planta Baixa Guarita
ESCALA 1:100



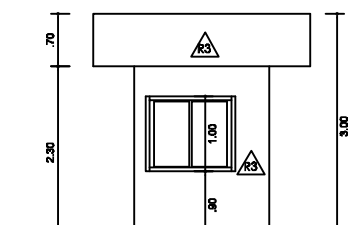
Planta de Cobertura
ESCALA 1:100



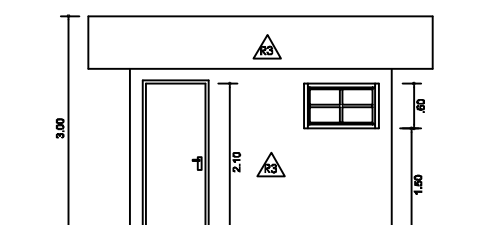
Corte AA
ESCALA 1:100



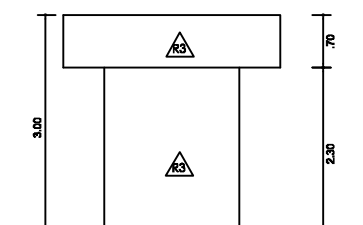
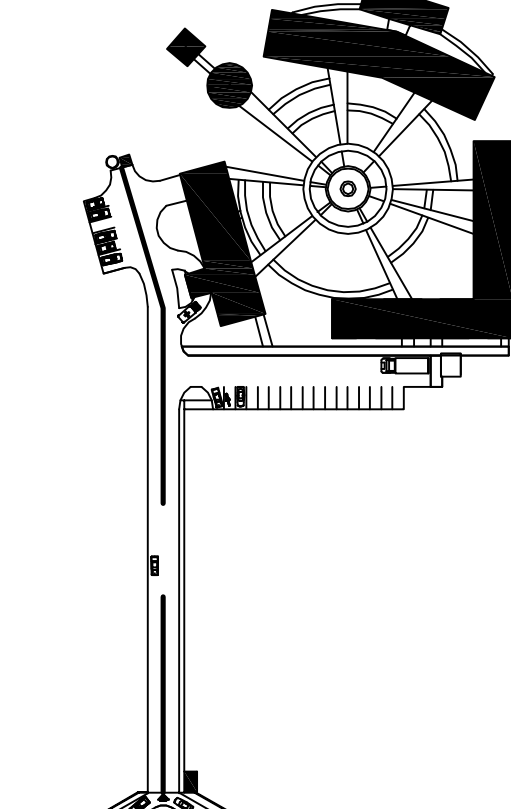
Elevação 1
ESCALA 1:100



Elevação 2
ESCALA 1:100



Elevação 3
ESCALA 1:100



Elevação 4
ESCALA 1:100

ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS

	PISO
1	Piso em granitina polida cor cinza em cimento comum, 17 mm de espessura acabada, em módulos de no máximo 100 x 100 cm, com junta plástica na cor cinza. Rodapés do mesmo material com 10 cm de altura e cantos arredondados.
2	Piso cimentado de argamassa de cimento e areia, traço 1:3 (em volume), com acabamento desempenado, executado sobre lastro de brita e terreno altamente aploado.
3	Piso em blocos de concreto intertravados pré-fabricados assentados sobre camada de areia e camada de brita n. 01, sobre solo compactado, cor natural.
	PAREDE
1	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cor: Amarelo Bem-me-Quer (Z064), ref. Suvinil, Coral ou equivalente.
2	Revestimento em placas cerâmicas esmaltadas, med. 20 x 20 cm ou 30 x 30 cm, com aplicação do piso ao teto, cor branca. Rejunite anti-mofo, cor branca.
3	Pintura em tinta acrílica semi-brilho aplicada em três demãos, sobre base de massa corrida PVA, regularizada e lisa. Cores: Marron Caça-Gato (P282) até altura de 0,90 m; e Amarelo Grão-de-Bico (D033) acima de 0,90 m, ref. Suvinil, Coral ou equivalente.
	TETO
1	Laje rebocada com aplicação de látex PVA, na cor branca, sobre massa corrida PVA.

OBS: - Toda cerâmica utilizada deve ter índice de absorção de água menor que 4%. As juntas devem ter largura mínima (de acordo com o material e as dimensões das placas) e a base deve ser epoxi.
- As quinas das paredes deverão ser protegidas com cantoneiras em alumínio ou PVC.

CAIXILHOS

DESCRIÇÃO - JANELAS	TIPO	MAT. 1	MAT. 2	FOLHAS	LARG.	ALT.	PEIT.	QNT.
J01 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente; 4 folhas de correr; vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	4 FOLHAS	2,00	1,10	1,00	31
J02 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente; 2 folhas de correr; vidro liso incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	CORRER	ALUMÍNIO DE MADEIRA	VIDRO COMUM	2 FOLHAS	1,10	1,10	1,00	23
J03 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASCULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANELADO	4 FOLHAS	1,30	0,60	1,50 2,10	26
J04 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural ou madeira tratada e aparelhada pintada com tinta esmalte na cor verde; 4 folhas basculantes; vidro canalado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	BASCULANTE	ALUMÍNIO DE MADEIRA	CANELADO	4 FOLHAS	1,10	0,60	1,50	18
J05 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA, 40,00 CM DE LARGURA E 1,40 CM DE ALTURA	1,20	1,00	1,10	1
J06 Caixilho em alumínio anodizado, cor natural; 1 folha fixa; vidro temperado incolor 04 mm; ferragens e acessórios em alumínio na cor natural.	FIXO	ALUMÍNIO DE MADEIRA	TEMPERADO	1 FOLHA FIXA, 40,00 CM DE LARGURA E 1,40 CM DE ALTURA	0,90	0,60	1,10	1

OBS: - As janelas da recepção e da sala de armazenagem de medicamentos deverão ter grade de alumínio instalada internamente à edificação.

DESCRIÇÃO - PORTAS	TIPO	MAT.	FOLHAS	LARG.	ALT.	QNT.
P01 Porta com estrutura em alumínio anodizado, cor natural, 02 folhas de abrir, conforme projeto; vidro comum incolor 04 mm (liso); ferragens e acessórios em alumínio, cor natural.	ABRIR	ALUMÍNIO	2 FOLHAS	1,80	2,10	4
P02 Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente. Fechaduras, dobradiças (3 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA	0,80	2,10	46
P03 Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA, INSTALADA A 20 CM DO PISO	0,60	1,60	15
P04 Porta em MDF revestida com laminado melamínico 3mm na cor branco gelo; 1 folha de abrir, batente em chapa metálica nº 16. Fechaduras, dobradiças (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	ABRIR	MADERA	1 FOLHA, INSTALADA A 20 CM DO PISO	0,80	1,60	8
P05 Porta em madeira compensada semi-oca encabeçada em madeira de lei, esp. 35 mm, com pintura em esmalte sintético na cor verde; 2 folhas vai-e-vem, batente em chapa metálica nº 16 com pintura em esmalte sintético, cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente. Revestimento em chapa de aço inox até altura de 1,40. Visor em vidro temperado 4 mm com moldura emborrachada. Fechaduras, dobradiças sistema vai-e-vem (2 por folha) e acessórios em aço cromado.	VAE-E-VE	MADERA	2 FOLHAS	1,00	2,10	2
P06 Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente, 02 folhas de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	2 FOLHAS	1,60 (2 X 0,80)	2,10	5
P07 Porta de ferro com veneziana pintada com esmalte sintético na cor Verde - Doce de Mamão, ref. Suvinil, Coral ou equivalente, 01 folha de abrir, conforme projeto; ferragens e acessórios em aço cromado.	ABRIR	FERRO	1 FOLHA	0,80	2,10	1

OBS: - Nas portas dos sanitários de PNE devem ser instalados puxadores horizontais (tipo barra), de comprimento 40 cm, localizados a uma distância de 10 cm da face onde se encontra a dobradiça, à altura de 90 cm em relação ao piso.

NOTAS

01 Cobertura em telha cerâmica colonial (tipo capa-canal), com inclinação mínima de 30% e máxima de 40%. O percentual de inclinação deverá ser revisto, caso haja substituição do tipo de telha.

02 Gradis da fachada principal com estrutura composta por perfis em chapas metálicas verticais e arames horizontais, em malha 65 x 132 mm, e moldura eletrofundida reforçada, pilares de fixação em perfil retangular tubular (para chumbamento ou aparafusamento), chumbadores de expansão ou químicos para fixação dos pilares com sapatas para aparafusamento e parafusos sextavados ou anti-roubo em aço inoxidável. Pintura eletrolítica na cor verde em base galvanizada.

QUADRO DE ÁREAS CONSTRUIDAS:

BLOCO DE ATENDIMENTO	646,34 M2
BLOCO DE APOIO	393,14 M2
BLOCO DE ALOJAMENTO E VESTIÁRIO	657,99 M2
ÁREA MULTIUSO	113,10 M2
CHURRASQUEIRA	36,00 M2
ABRIGO DE RESÍDUOS	20,88 M2
GUARITA	13,34 M2
CASA DE BOMBAS	4,64 M2
ÁREA TOTAL	1885,43 M2

OBSERVAÇÕES:

- 1 - CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL, FAZENDO AS DEVIDAS ADAPTAÇÕES
- 2 - AS COTAS PREVALECEM SOBRE OS DESENHOS
- 3 - TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS



SECRETARIA ESPECIAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA - MINISTÉRIO DA SAÚDE

ARQUITETURA	PROJETO EXECUTIVO
REVISÕES	MUNICÍPIO / UF:
1	DSEI:
2	ALDEIA:
3	
4	

CASAI DE REFERÊNCIA

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: NOME / CREA / CAU	
COLABORADORES: NOME / CREA / CAU	
CHURRASQUEIRA, ABRIGO DE RESÍDUOS, GUARITA, CASTELO D'ÁGUA E CASA DE BOMBAS	CASAI REFERENCIA.dwg
	21/05/2012
	1/100
DIEDI/CGESA/DASI/SESA/MS UNIDADE II - MINISTÉRIO DA SAÚDE - SEP 110 NORTE - BLOCO A - 4º ANDAR SALA 406 - ASA NORTE - BRÁSILIA - DF - CEP: 70750-021 TELEFONE: (61) 3315-5924	07/07



Of.102 / 2012

Sinop-MT, 11 de Outubro de 2012


Ilmo. Sr
Jamir Alves Ferreira
Chefe do DSEI-Xingu

Prezado Senhor,

Em resposta o ofício n.º 42/2012/CASAI/Sinop DSEI-Xingu, referente ao termo de cedência do imóvel localizado as margens da Br. 163, Km 855, nas proximidades do camping club,

Segue em anexo o parecer jurídico N° 179/2012, autorizando o uso do referido imóvel.

Atenciosamente,


Aumeri Carlos Bampi
Prefeito Municipal em Exercício



ASSESSORIA JURÍDICA
DO MUNICÍPIO DE SINOP



Parecer nº 179/2012

Relatório

Trata-se de solicitação de Parecer Jurídico quanto a possibilidade da celebração de Termo de Cessão de Uso de um imóvel localizado as margens da Br. 163, Km 855, nas proximidades do Camping Club, para instalação da sede da FUNAI/CASAI, até a construção da sede própria.

Resposta

Princípio da Legalidade

A priori, faz-se necessário trazer à baila algumas considerações sobre o Princípio da Legalidade, enfatizando que tal constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais. Isto porque a lei, ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites de atuação administrativa que tenha por objeto a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade. É o princípio básico de todo o direito público.

Referido como um dos sustentáculos da concepção de Estado de Direito e do próprio regime jurídico-administrativo, o princípio da legalidade vem definido no inciso II do artigo 5º da



PROCURADORIA JURÍDICA
DO MUNICÍPIO DE SINOP



Constituição Federal quando nele se faz declarar que: *"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei"*.

A fim de melhor compreensão pelo leigo jurídico, aquele que não atua na seara do direito, a doutrina costuma usar a seguinte expressão: enquanto na atividade particular tudo o que não está proibido é permitido, na administração pública é o inverso, ela **SÓ PODE FAZER O QUE A LEI PERMITE**, deste modo, tudo o que não está permitido é proibido. Toda atividade administrativa é uma atividade infralegal, pois somente é permitido fazer o que a lei autoriza, ou seja, **a vontade da administração pública é a que decorre da lei.**

No campo da administração Pública, como unanimemente reconhecem os constitucionalistas e os administrativistas, afirma-se de modo radicalmente diferente a incidência do princípio da legalidade. Aqui, na dimensão dada pela própria indisponibilidade dos interesses públicos, diz-se que o administrador, em cumprimento ao princípio da legalidade, *"só pode atuar nos termos estabelecidos pela lei"*. Não pode este por atos administrativos de qualquer espécie, proibir ou impor comportamento a terceiro, se ato legislativo não fornecer, em boa dimensão jurídica, amparo a essa pretensão. A lei é seu único e definitivo parâmetro.

Preleciona sobre o tema Celso Antônio
Bandeira de Mello:



PROCURADORIA JURÍDICA
DO MUNICÍPIO DE SINOP

"Para avaliar corretamente o princípio da legalidade e captar-lhe o sentido profundo, cumpre atentar para o fato de que ele é a tradução jurídica de um propósito político: o de submeter os exercentes do poder em concreto - administrativo - a um quadro normativo que embargue favoritismos, perseguições ou desmandos. Pretende-se através da norma geratr, abstrata e impessoal, a lei, editada pelo Poder Legislativo - que é o colégio representativo de todas as tendências (inclusive minoritárias) do corpo social - garantir que a atuação do Executivo nada mais seja senão a concretização da vontade geral".

Portanto haverá de ser sempre o regulamento de uma lei, ou de dispositivos legais objetivamente existentes. Qualquer tentativa em contrário haverá de ser tida como manifestadamente inconstitucional.

Dos Contratos Administrativos

Contrato administrativo é o contrato que a Administração firma com terceiro para atendimento de seus interesses. De acordo com Márcio Fernando Elias Rosa, em seu livro Direito administrativo "O contrato administrativo corresponde, pois, ao contrato



PROCURADORIA JURÍDICA
DO MUNICÍPIO DE SINOP

firmado pela Administração, segundo normas de direito público, com o propósito de solver sua necessidade".

Esses contratos caracterizam-se pela **bilateralidade**, **formalidade** e **onerosidade**. São celebrados, em regra, *intuitu personae*, sendo que essa característica refere-se à responsabilização, mesmo podendo ser personalíssimos.

O contrato administrativo é regido por normas e preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Ressalte-se que os acordos administrativos entre a Administração e particulares devem visar sempre que possível facilitar a consecução do interesse público.

Da Cessão de Uso

Com relação à cessão de uso, ensina Hely Lopes Meirelles que ela se caracteriza, basicamente, por ser um ato de colaboração entre repartições públicas:

"Cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. É ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando. (...) A cessão de uso entre órgãos da mesma



PROCURADORIA JURÍDICA
DO MUNICÍPIO DE SINOP



entidade não exige autorização legislativa e se faz por simples termo e anotação cadastral, pois é ato ordinário de administração através do qual o Executivo distribui seus bens entre suas repartições para melhor atendimento do serviço. (...) Em qualquer hipótese, a cessão de uso é ato de administração interna que não opera a transferência de propriedade e, por isso, dispensa registros externos.

Conclusão

Conforme análise da legislação supra em confronto com a situação fática, conclui esse parecerista pela LEGALIDADE do solicitado.

Sinop-MT, 08 de outubro de 2012.

José Everaldo de Souza Macedo

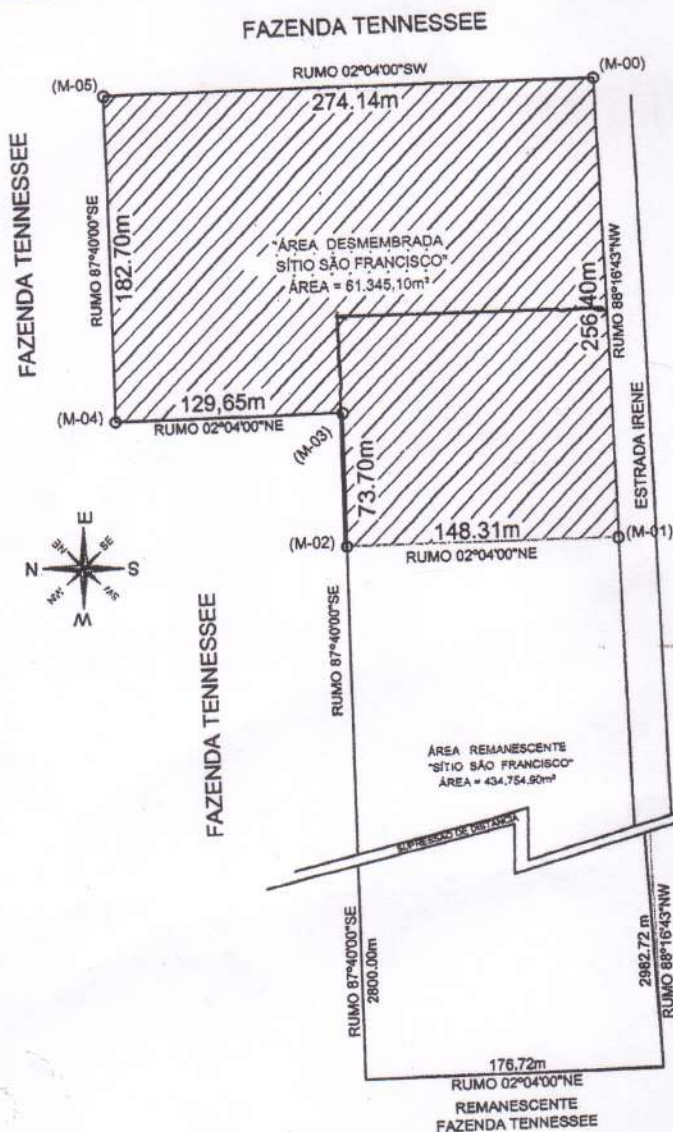
OAB/MT 5347-B

ASSESSOR JURÍDICO

ESCENTE

MEMORIAL DESCRITIVO - SÍTIO SÃO FRANCISCO - área remanescente		Publico: JUAREZ COSTA Vice-Publico: ADRIEN RAMPI Escritório do Cálculo: EDILSON SOEIRA RODRIGUES
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ITALO GUZZO NETO INSCRITO NO CREA 2244/04-04	PROPRIETÁRIO: NAILDO APARECIDO FRANCISCO CPF 484.466.735-63	DATA: 16/12/2006

128,20 m²
 148,31 m²
 CSE - 19.013,34 18,872
 CASAI - 42.331,76
 61.345,10



MEMORIAL DESCRITIVO

ÁREA DESMEMBRADA

O presente memorial refere-se a uma porção de terra denominada "área desmembrada Sítio São Francisco" com área de 61.345,10m², originada de uma área maior com nome de "SÍTIO SÃO FRANCISCO", com 49,61ha, dentro dos seguintes limites e confrontações:

Partindo do marco (M-00) cravado na Estrada Irene, segue no rumo magnético de 88°16'43"NW, na distância de 256,40m, até o marco (M-01); deste marco segue no rumo magnético de 02°04'00"NE, na distância de 148,31m até o (M-02); deste marco segue no rumo magnético de 87°40'00"SE, na distância de 73,70m até o (M-03); deste marco segue no rumo magnético de 02°04'00"NE, na distância de 129,65m até encontrar o (M-04); deste segue no rumo magnético de 87°40'00"SE, na distância de 182,70m até encontrar o (M-05); deste segue no rumo magnético de 02°04'00"SW, na distância de 274,14m até encontrar o (M-00), início deste caminhamento.

ORIGEM:

Sítio São Francisco, área 49,61ha.
 Proprietário: Ivanildo Aparecido Francisco, CPF 494.480.729-53

DESMEMBRAMENTO:

ÁREA DESMEMBRADA SÍTIO SÃO FRANCISCO: área de 61.345,10m² ou 6,135ha.
 Proprietário: IVANILDO APARECIDO FRANCISCO, CPF nº 494.480.729-53

REMANESCENTE:

Sítio São Francisco, área 434.754,90m² ou 43,475ha.
 Proprietário: Ivanildo Aparecido Francisco, CPF 494.480.729-53

MEMORIAL DESCRITIVO - SÍTIO SÃO FRANCISCO - área desmembrada

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ITALO GUZZO NETO
 ENGENHEIRO CIVIL CREA 12484-VD/MT

PROPRIETÁRIO:

IVANILDO APARECIDO FRANCISCO CPF 494.480.729-53

DATA:

16/12/2009

Prefeito: JUAZÉ COSTA

Vice-Prefeito: AUMERI BAMP

Secretário de Câmara: EDILSON ROCHA RODRIGUES



MATRIC.

38.439

FICHA

001

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
1º OFÍCIO DE SINOP - MATO GROSSO
LIVRO Nº 02 - REGISTRO GERAL

DATA:-30.05.11:- UMA ÁREA de 61.345,10m² (SESSENTA E UM MIL, TREZENTOS E QUARENTA E CINCO METROS E DEZ CENTÍMETROS QUADRADOS), desmembrada de área maior, denominada "SÍTIO SÃO FRANCISCO", situada no Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, dentro dos seguintes limites e confrontações:- Partindo do marco (M-00) cravado na Estrada Irene, segue no rumo magnético de 88°16'43"NW, na distância de 256,40 metros, até o marco (M-01); deste marco segue no rumo magnético de 02°04'00"NE, na distância de 148,31 metros até o (M-02); deste marco segue no rumo magnético de 87°40'00"SE, na distância de 73,70 metros, até o (M-03); deste marco segue no rumo magnético de 02°04'00"NE, na distância de 129,65 metros, até encontrar o (M-04); deste segue no rumo magnético de 87°40'00"SE, na distância de 182,70 metros, até encontrar o (M-05); deste segue no rumo magnético de 02°04'00"SW, na distância de 274,14 metros, até encontrar o (M-00), início deste caminhamento. -

PROPRIETÁRIO:- IVANILDO APARECIDO FRANCISCO, brasileiro, Comerciante, portador da CI RG nº 3.613.490-9-SSP/PR, inscrito no CIC nº 494.480.729-53, casado sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, com DULCILENE APARECIDA BUOSI FRANCISCO, brasileira, do Lar, residente e domiciliado na Rua das Nogueiras nº 831, Centro, em Sinop/MT. -***

NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR:- R-01 da Matrícula nº 20.472, do livro nº 02, deste Ofício. Custas R\$ 42,30. O referido é verdade e dou fé. Sinop, 30 de Maio de 2.011. Osvaldo Reiners. Oficial.

AV-01-38.439:- DATA:-30.05.11:- REMISSÃO:- Certifico e dou fé, que conforme Matrícula nº 20.472 do Livro nº 02, deste Ofício, ficou constando o seguinte:- Existe TERMO de Reflorestamento, relativos a 50% do total da propriedade (área maior), fica gravada como de Utilização Limitada, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração, a não ser mediante autorização do IBDF. O atual proprietário se obriga por si seus herdeiros ou sucessores a fazer o presente gravame sempre bom, firme e valioso. REF nº 93.673 do livro nº 01-D. O referido é verdade e dou fé. Sinop, 30 de Maio de 2.011. Osvaldo Reiners. Oficial. -***

1º SERVIÇO REGISTRAL E ANEXOS

CERTIFICO e dou fé que esta cópia é exata reprodução do original desta matrícula e tem valor de certidão.

Sinop-MT, 02 JUN 2011

Osvaldo Reiners
OFICIAL

Jose A. Medeiros de Amorim
OFICIAL SUBSTITUTO

1º Cartório Extra-Judicial
Registros de Imóveis e Registro
de Títulos e Documentos

Osvaldo Reiners
Oficial

Andréa S. Reiners Silva
Oficial Substituta

Adriana Santiago Reiners Rosas
Oficial Substituta

Jose Antonio Medeiros de Amorim
Oficial Substituto

SINOP

MATO GROSSO

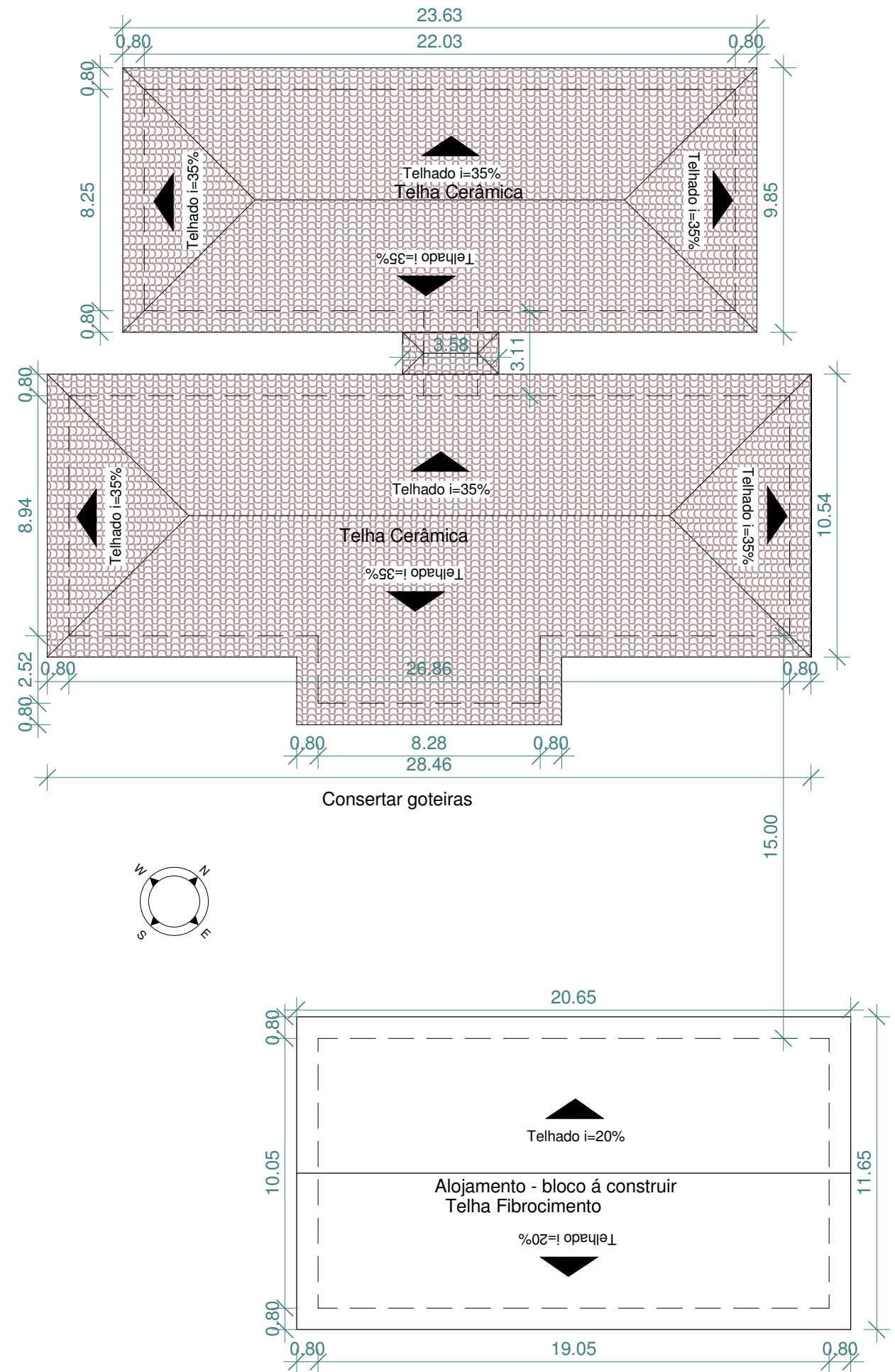


Tabela de Janelas					
Tipo	Quantidade	Dimensões	Descrição	Peitoril	Serviço á executar
J1	2	100 x 50 cm	Janela Maximun-AR em aço	160 m	Lixamento e pintura
J2	19	150 x 100 cm	Janela Veneziana 4 folhas de correr em aço	110 cm	Lixamento e pintura
J3	1	60 x 40 cm	Janela basculante - aço	170 cm	Lixamento e pintura
J4	2	100 x 100 cm	Janela Veneziana 4 folhas de correr em aço	110 cm	Lixamento e pintura

Tabela de Portas				
Tipo	Quantidade	Dimensões	Descrição	Serviço a executar
P1	5	60x210cm	Porta de abrir - macro de madeira	Pintura
P2	19	80x210cm	Porta de abrir - macro de madeira	Pintura



1 Planta Baixa - Térreo
1 : 50



2 Cobertura e Locação
1 : 200

- Piso cerâmico existente - manter
- Contra piso existente

- Trocar telhas quebradas
- Trocar piso cerâmico quebrado
- Retocas calçada
- Refazer emboco em pontos isolados
- Trocar lampadas, interruptores e tomadas

ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO:
REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - POLO DIAUARUM
Plantas: Baixa e de cobertura
Tabelas

LOCAIS:
Polo Base Diauarum - São Felix do Araguaia-MT

PROPRIETÁRIO:

APROVAÇÃO:

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PROJETO:

ÁREA A REFORMAR:
449,00 m²

COORDENADAS:
S 11° 11' 55.5" W 59° 14' 10.8"

ALDEIA:
Polo Diauarum

POLO:
Polo Diauarum

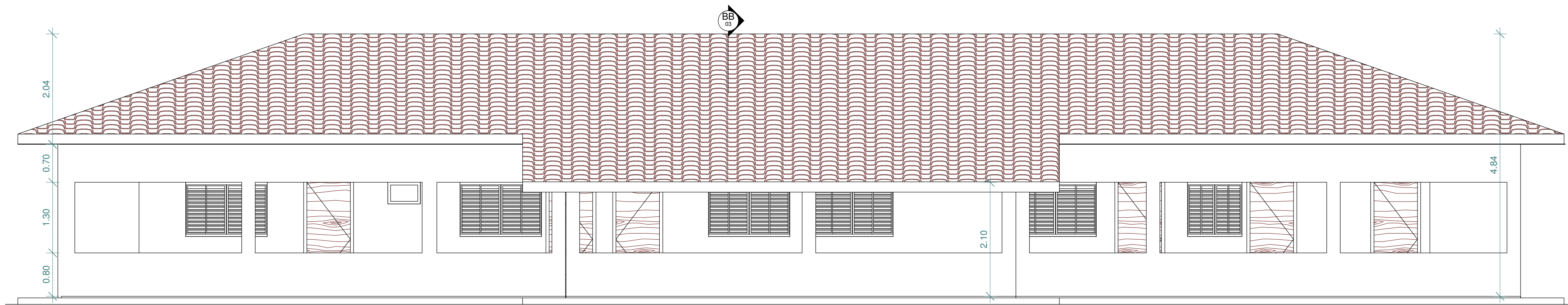
DATA:
16/04/2014

GEO-ALDEIA:
51314

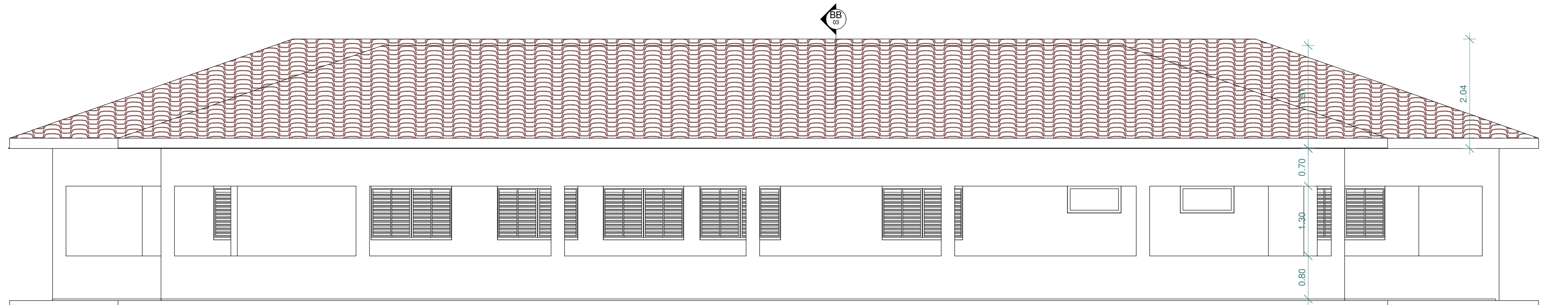
FINALIDADE:
UBS

DSEI XINGU - SESAI
MINISTÉRIO DA SAÚDE
CNPJ
00394544/0045-04

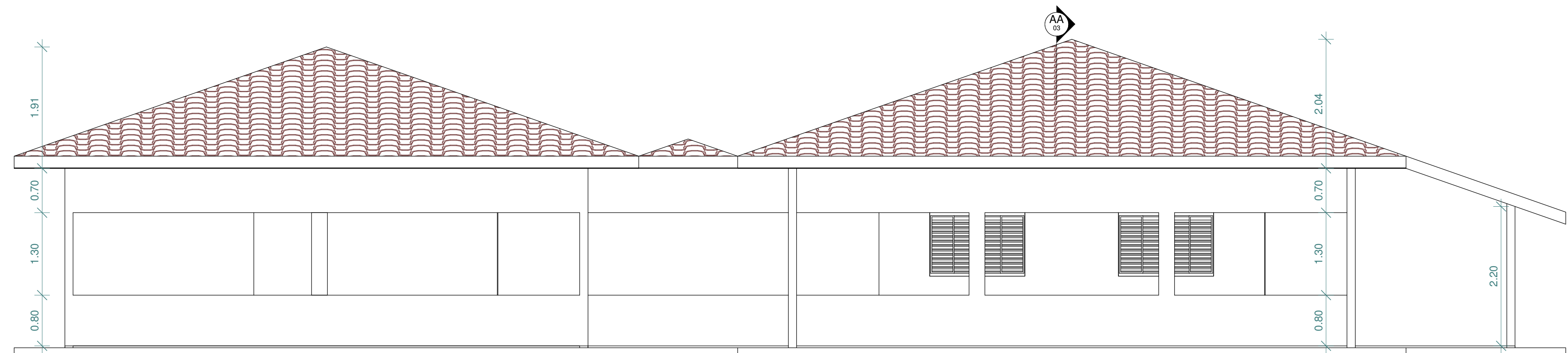
LEONICE IVANI BRENTANO
ENGENHEIRA CIVIL
CREA 120 938 6950



4 Elevação Principal
1 : 50



3 Elevação Posterior
1 : 50



1 Elevação Lateral Direita
1 : 50

ARQUITETÔNICO

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA XINGU

CONTEÚDO:
REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - POLO DIAUARUM
Elevações: Principal, posterior, lateral direita e esquerda

ÁREA A REFORMAR:
449,00 m²

FOLHA:
2/3

COORDENADAS:
S 11° 11' 55.5" W 53° 14' 10.6"

DATA:
16/04/2014

ALDEIA:
Polo Diauarum

GEO-ALDEIA:
51314

LOCAL:
Polo Base Diauarum - São Felix do Araguaia-MT

POLO:
Polo Diauarum

FINALIDADE:
UBS

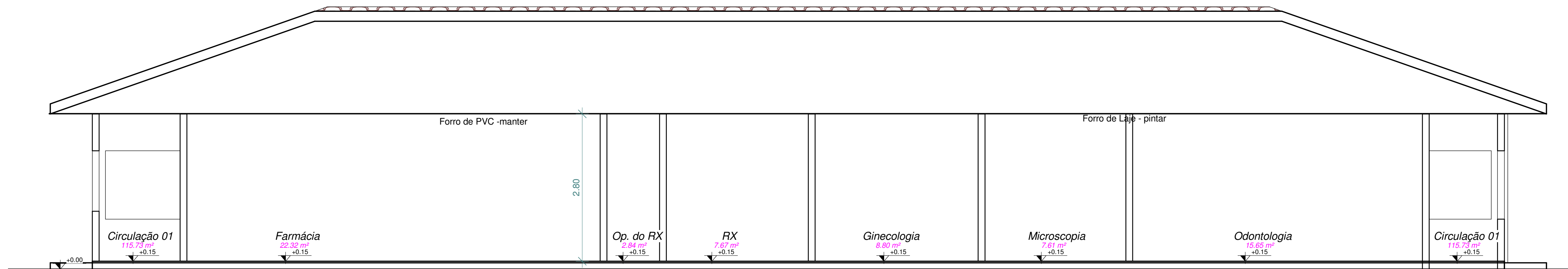
PROPRIETÁRIO:

APROVAÇÃO:

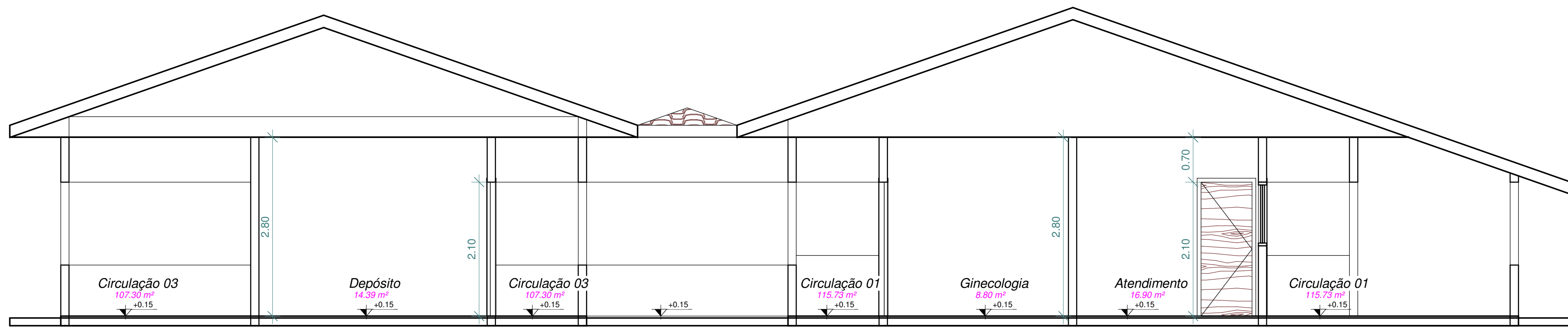
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PROJETO:

DSEI XINGU - SESAI
MINISTÉRIO DA SAÚDE
CNPJ
00394544/0045-04

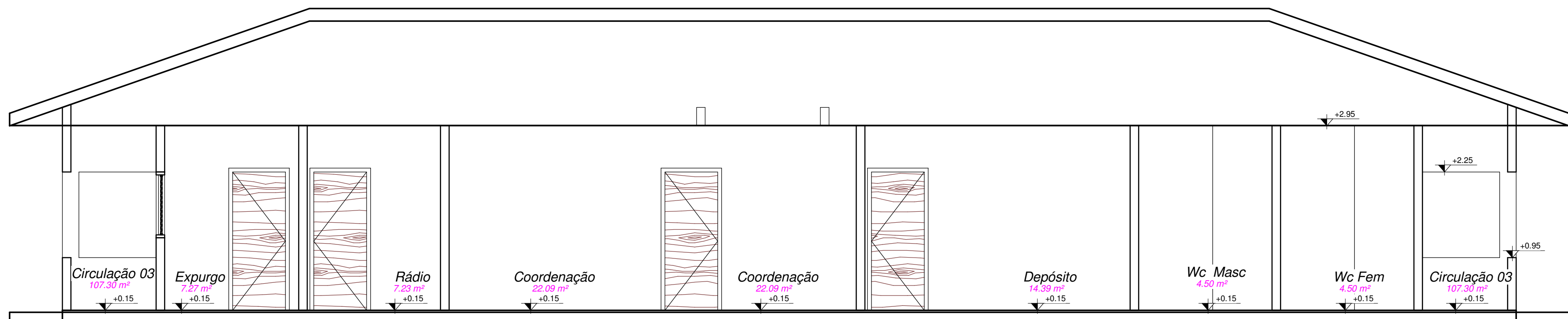
LEONICE IVANI BRENTANO
ENGENHEIRA CIVIL
CREA 120 938 6950



1 AA
1 : 50



2 BB
1 : 50



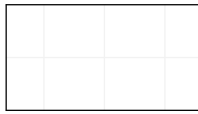
3 CC
1 : 50


ARQUITETÔNICO


CONTEÚDO: REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - POLO DIAUARUM Corte AA, BB e CC		ÁREA A REFORMAR: 449,00 m²	FOLHA: 3/3
COORDENADAS: S 11° 11' 55.5" W 53° 14' 10.8"		ALDEIA: Polo Diauarum	DATA: 16/04/2014
LOCAL: Polo Base Diauarum - São Felix do Araguaia-MT		POLO: Polo Diauarum	GEO-ALDEIA: 51314
PROPRIETÁRIO:		APROVAÇÃO:	RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PROJETO:
DSEI XINGU - SESAI MINISTÉRIO DA SAÚDE CNPJ 00394544/0045-04			LEONICE IVANI BRENTANO ENGENHEIRA CIVIL CREA 120 938 6950

Tabela de Janelas					
Tipo	Quantidade	Dimensões	Descrição	Peitoril	Serviço a executar
J1	14	50 x150 cm	Janela Maximum-AR - aço e vidro comum	60 cm	Pintura
J2	2	50 x 50 cm	Janela Maximum-AR- aço e vidro comum	160 cm	Pintura
J3	4	115 x 60 cm	Janela basculante- aço e vidro comum	150cm	Pintura
J4	7	240 x 115 cm	Janela 4 folhas de correr - aço	95 cm	Pintura

Tabela de Portas				
Tipo	Quantidade	Dimensões	Descrição	Serviço a executar
P1	5	60x210cm	Porta de abrir - aço	Reforma e pintura
P2	15	80x210cm	Porta de abrir - aço	Reforma e pintura
P3	1	150 x 210 cm	Porta de abrir - aço	Reforma e pintura

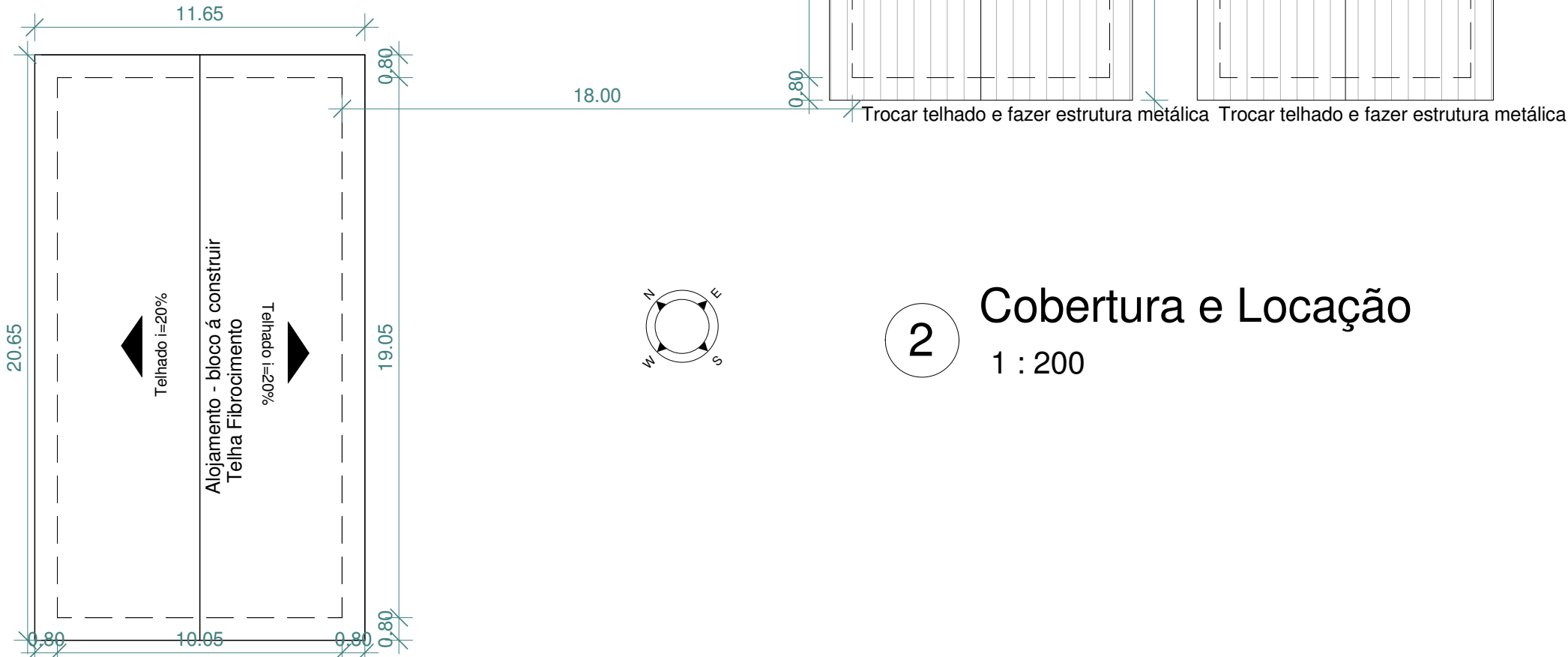
Piso cerâmico existente - manter

Piso granilite - manter

Contra piso - á reformar



1 Planta Baixa - Térreo
1 : 50



2 Cobertura e Locação
1 : 200

ARQUITETÔNICO

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA XINGU

ÁREA A REFORMAR: 283.00 m²

COORDENADOR: S=12°11'59.1" W=053°22'46.8"

ALDEIA: Polo Leonardo

POLO: Polo Leonardo

PROPRIETÁRIO: DSEI XINGU - SESAI

APROVAÇÃO: LEONICE IVANI BRENTANO

CONTEÚDO: REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - POLO LEONARDO

LOCAL: Polo Base Leonardo Villas Boas - Gaúcha do norte-MT

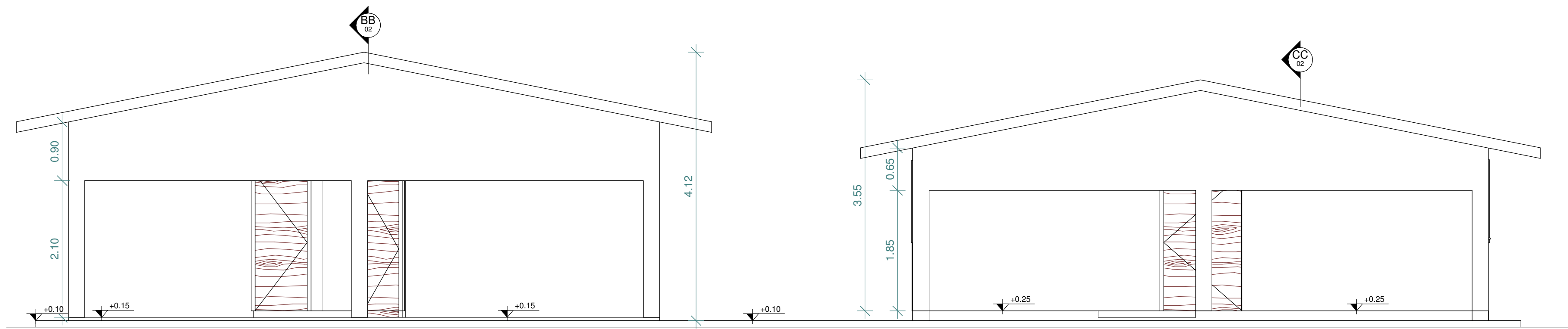
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PROJETO: LEONICE IVANI BRENTANO

FOLHA: 1/2

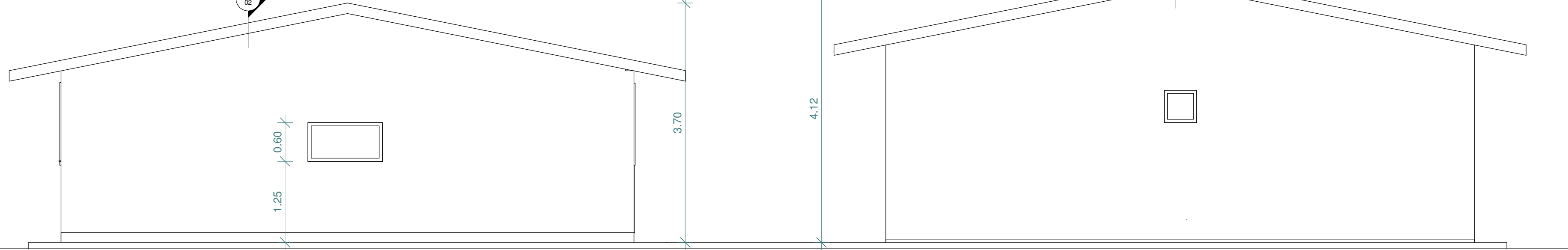
DATA: 11/04/2014

GEO-ALDEIA: 51315

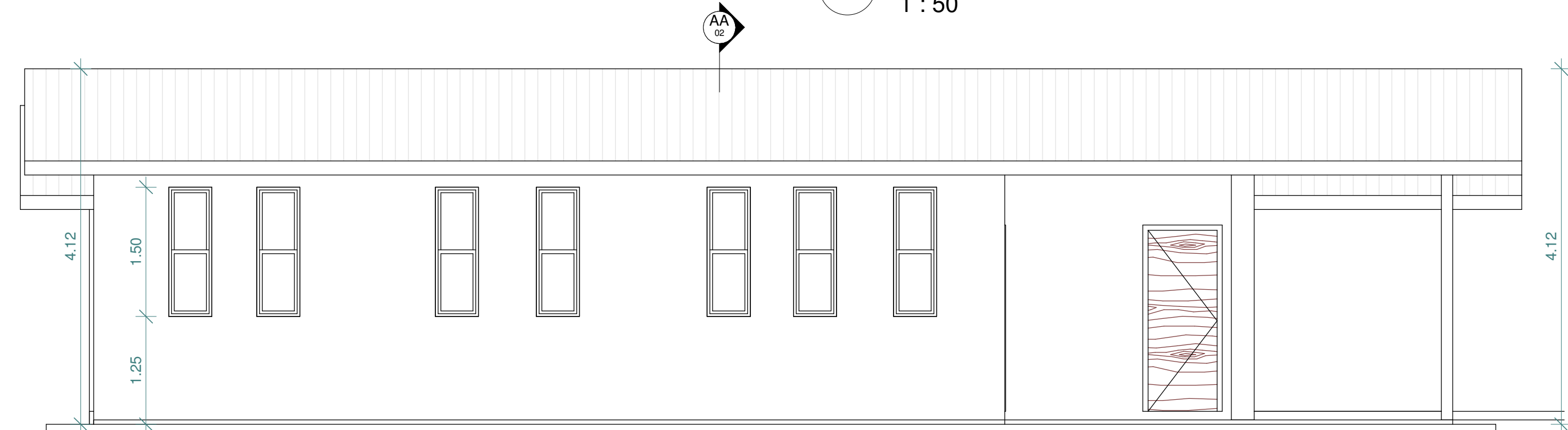
FINALIDADE: UBS



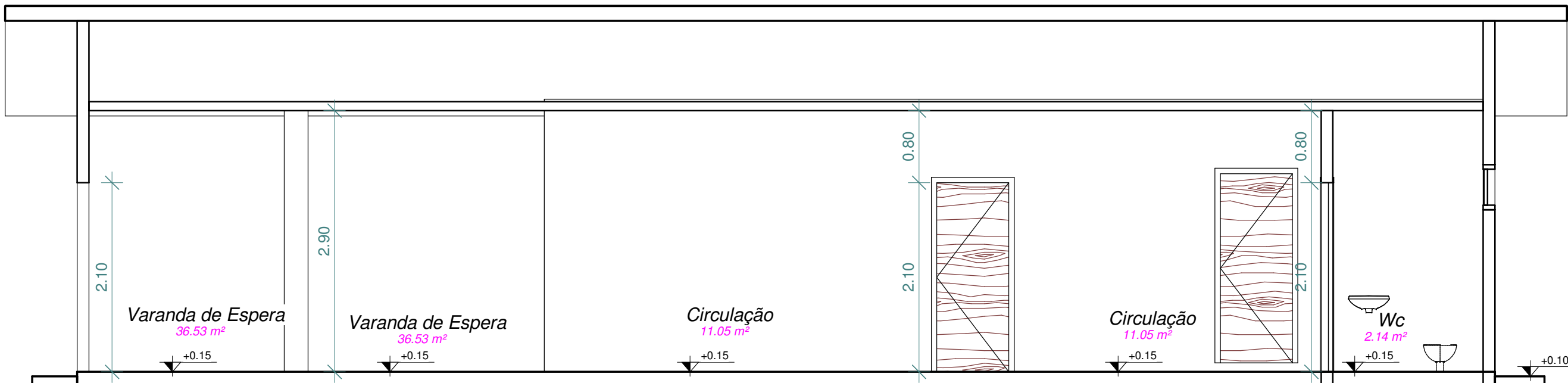
4 Elevação Principal
1 : 50



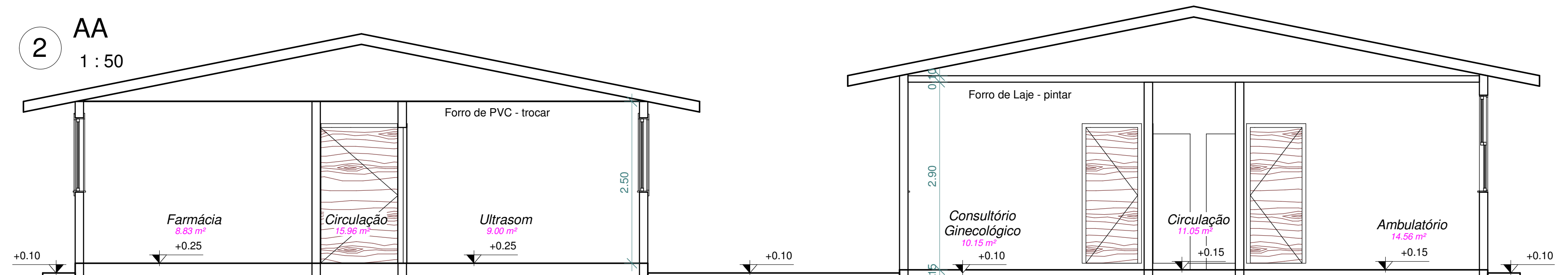
3 Elevação Posterior
1 : 50



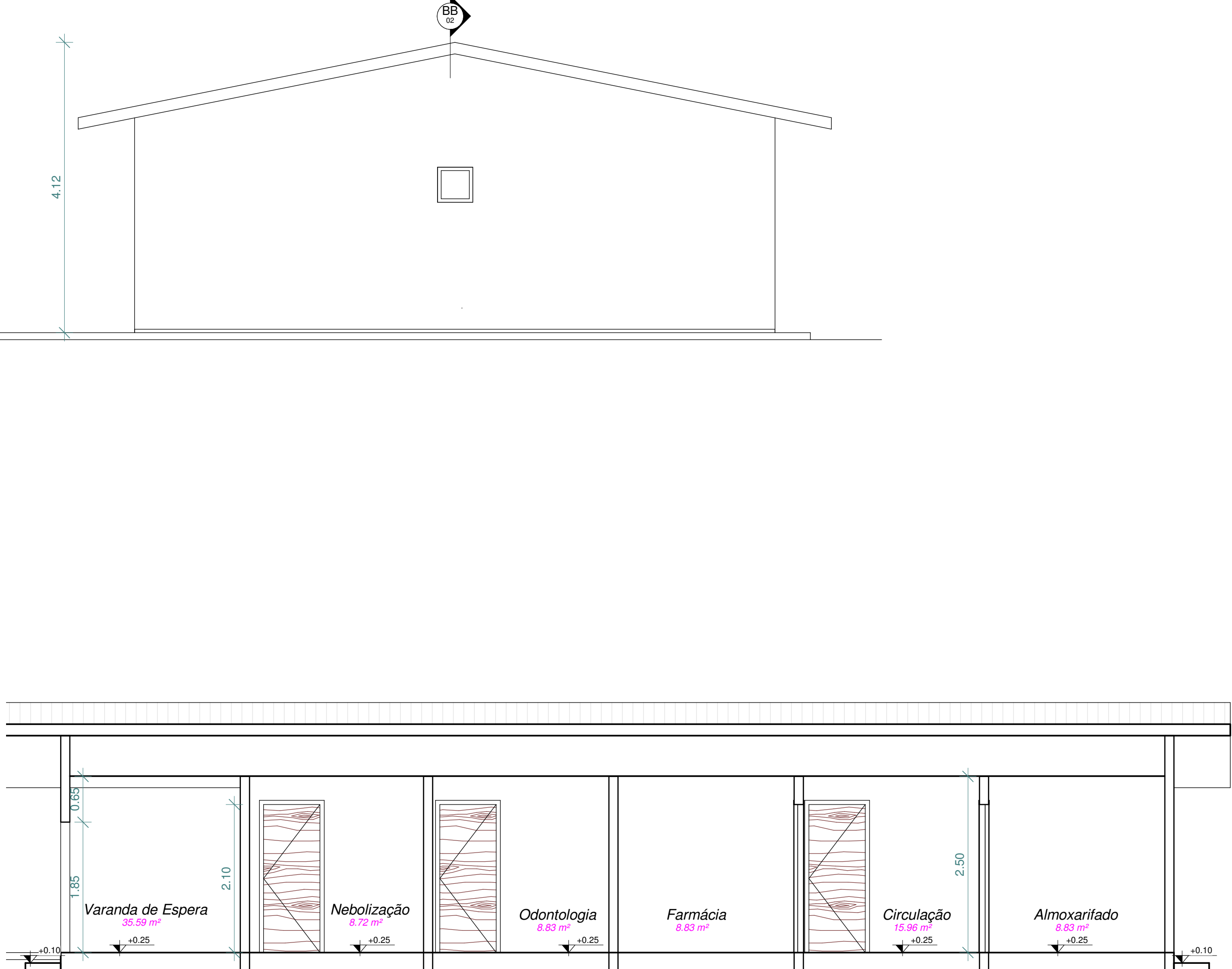
1 Elevação Lateral Direita
1 : 50



5 BB
1 : 50



2 AA
1 : 50



6 CC
1 : 50

ARQUITETÔNICO

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA XINGU

CONTEÚDO:
REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - POLO LEONARDO
Elevações: Principal, posterior, lateral direita
Cortes AA BB e CC

LOCAL:
Polo Base Leonardo Vilas Boas - Gaúcha do norte-MT

PROPRIETÁRIO:
DSEI XINGU - SESAI
MINISTÉRIO DA SAÚDE
CNPJ
00394544/0045-04

ÁREA A REFORMAR:
283,00 m²

COORDENADAS:
S=12°11'59,1" W=053°22'46,6"

ALDEIA:
Polo Leonardo

POLO:
Polo Leonardo

FOLHA:
2/2

DATA:
11/04/2014

GEO-ALDEIA:
51315

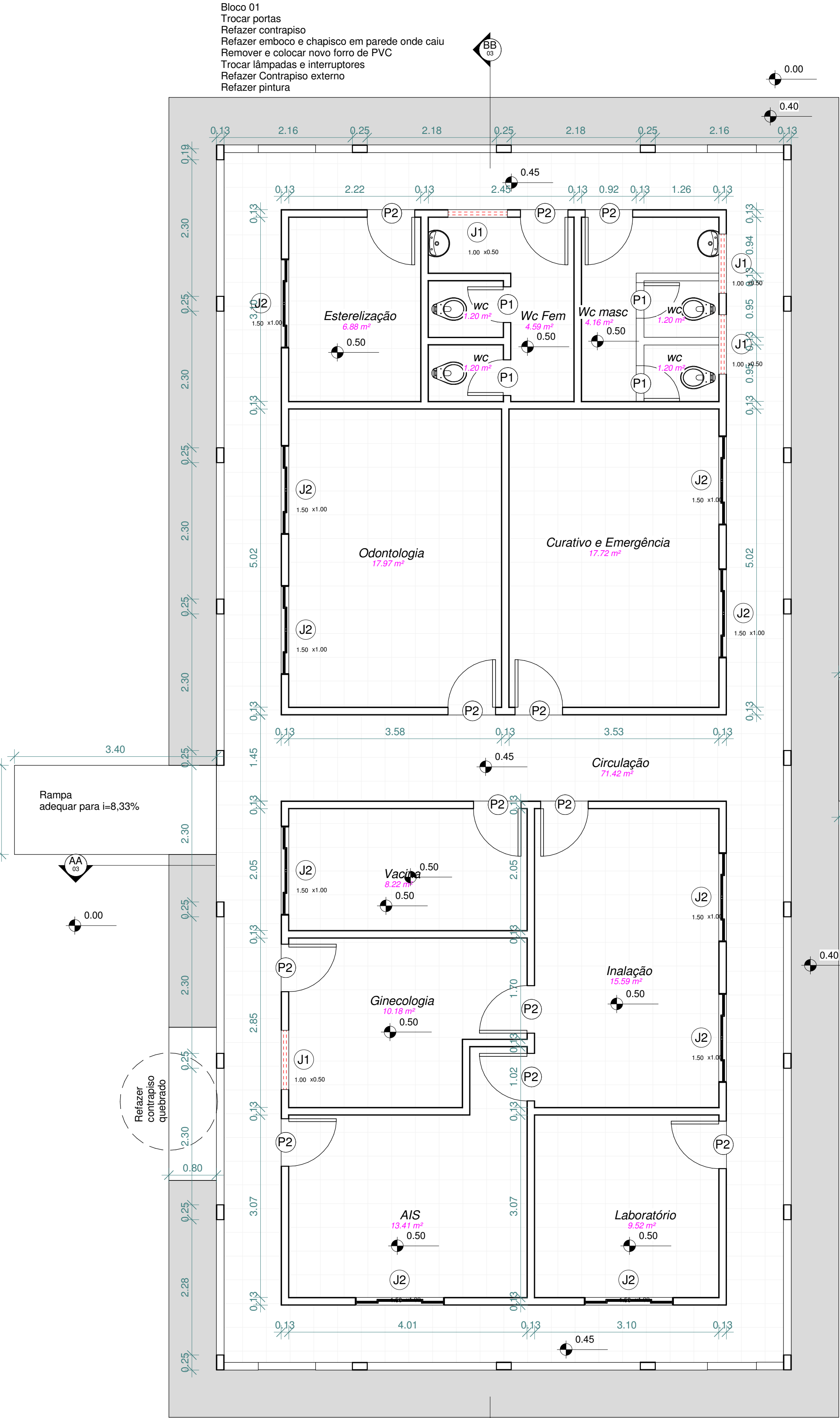
FINALIDADE:
UBS

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PROJETO:

LEONICE IVANI BRENTANO
ENGENHEIRA CIVIL
CREA 120 938 6950

Tabela de Janelas					
Tipo	Quantidade	Dimensões	Descrição	Peitoril	Serviço a executar
E1	4	60 x 40 cm	Elemento Vazado em cerâmica	170 cm	Lixamento e pintura
J1	6	100 x 50 cm	Janela Maximun-AR em aço	160 m	Lixamento, pintura e colocação de vidro transparente comum
J2	10	150 x 100 cm	Janela Veneziana 4 folhas de correr em aço	110 cm	Lixamento e pintura
J3	4	200x100 cm	Janela veneziana com 4 folhas de correr em aço	110 cm	Lixamento e pintura

Tabela de Portas				
Tipo	Quantidade	Dimensões	Descrição	Serviço a executar
P1	10	60x210cm	Porta veneziana de abrir	Remoção da porta antiga, assentamento de nova porta em aço e pintura
P2	14	80x210cm	Porta veneziana de abrir	Remoção da porta antiga, assentamento de nova porta em aço e pintura
P3	2	70x210cm	Porta veneziana de abrir	Remoção da porta antiga, assentamento de nova porta em aço e pintura

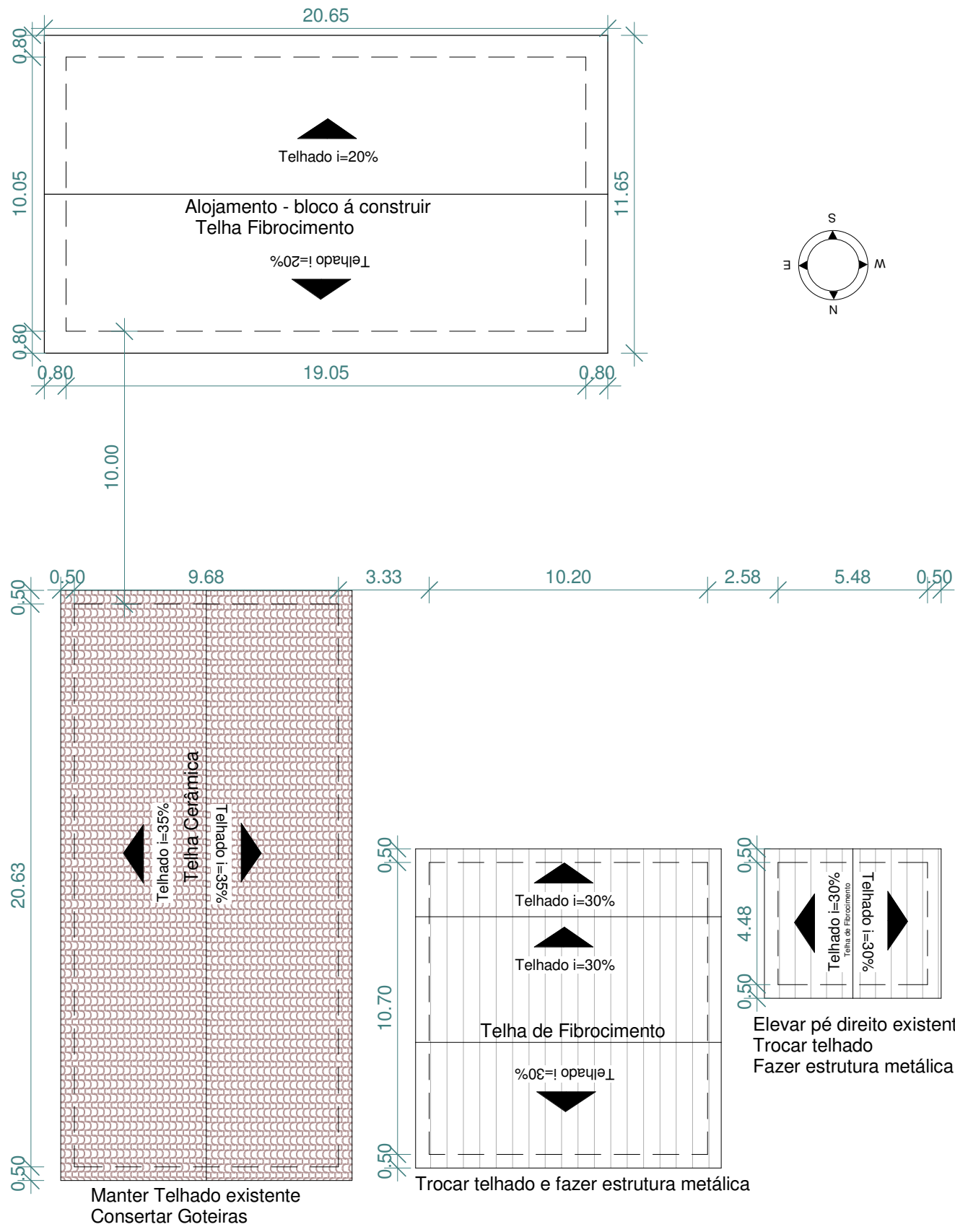
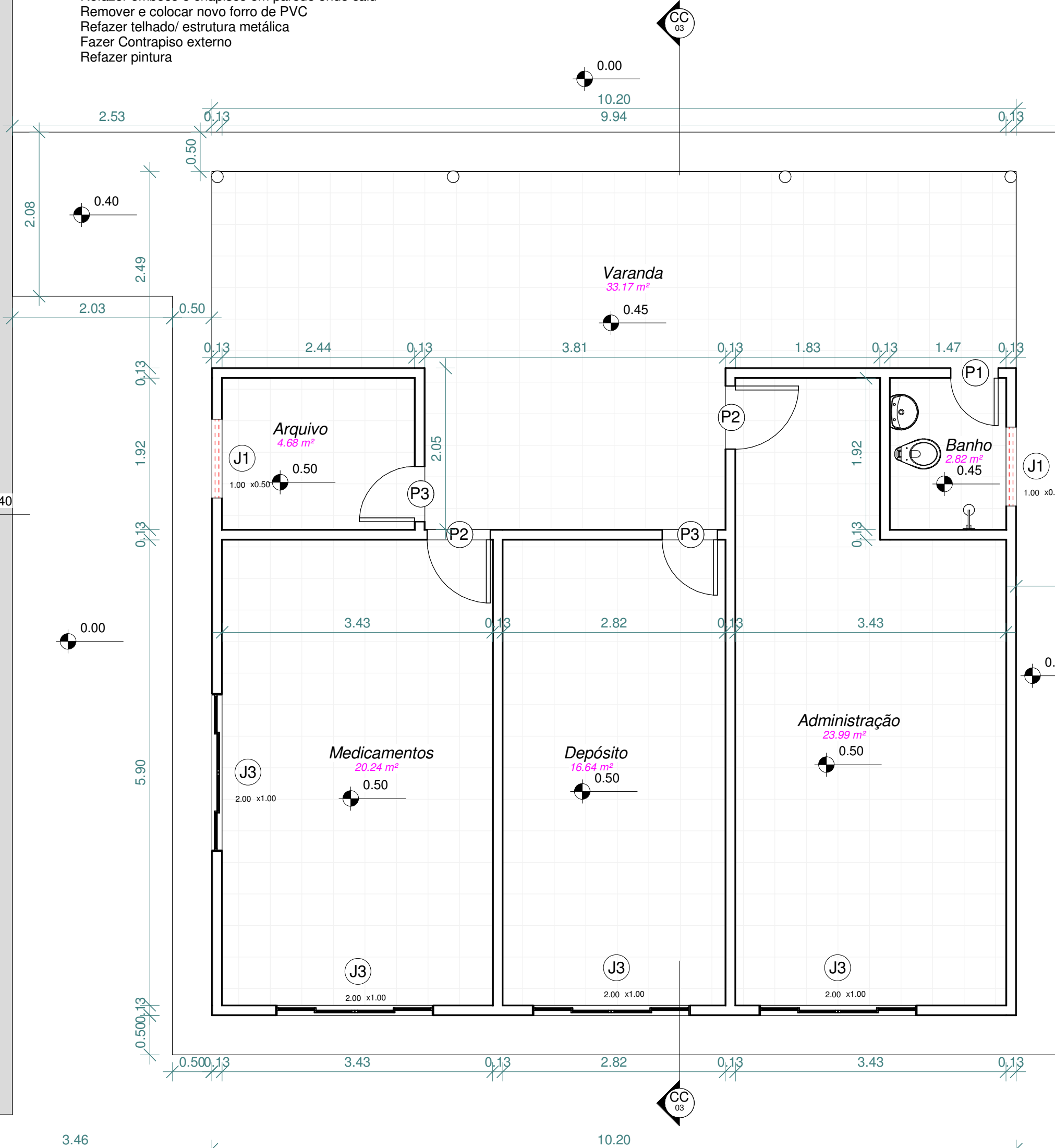


1 Planta Baixa - Térreo
1 : 50

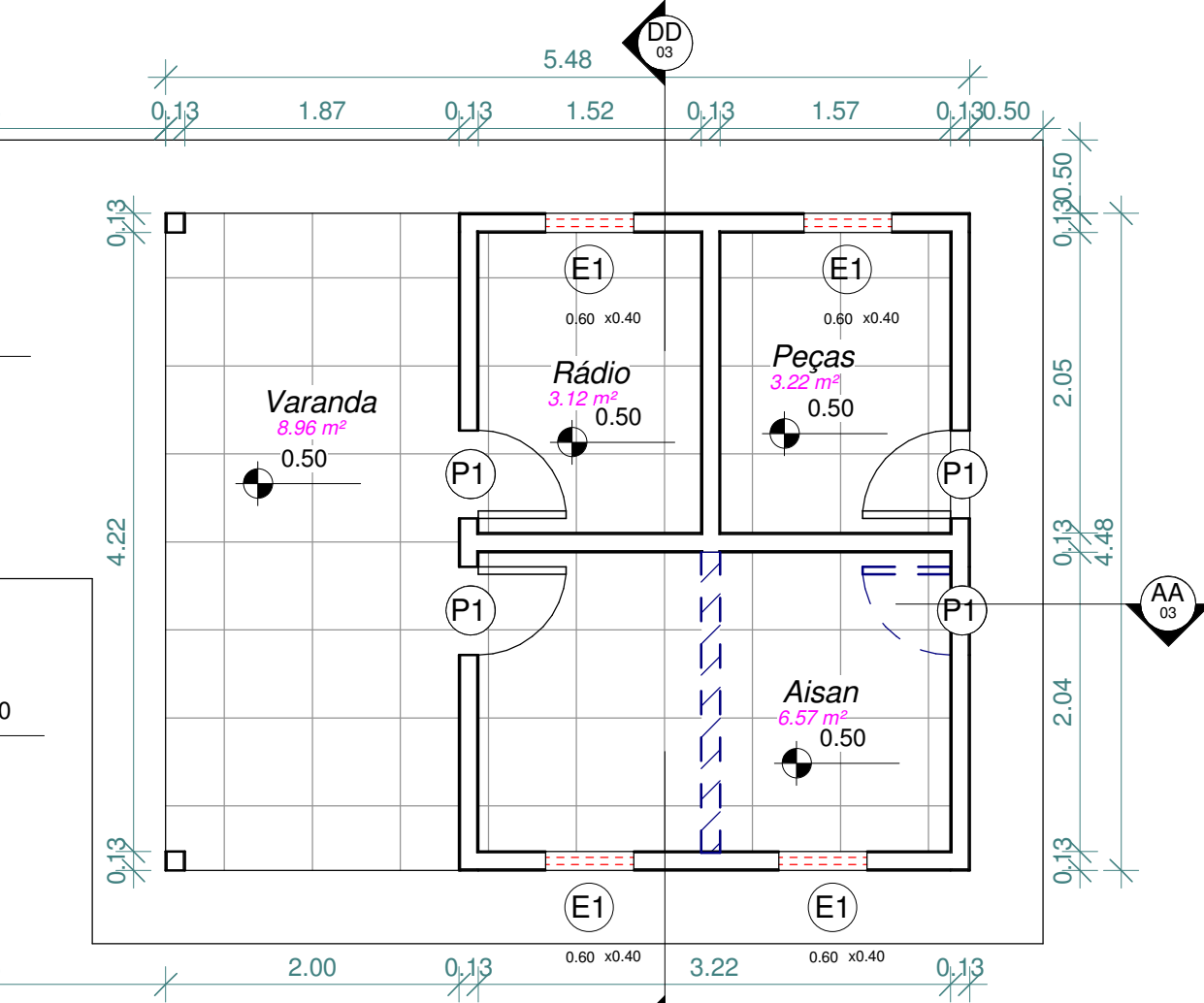
- Piso cerâmico existente - manter
- Piso cerâmico á executar
- Contra-piso existente - manter
- Contra piso - á executar
- Á demolir

Bloco 02

Trocar portas
Refazer contrapiso
Refazer emboco e chapisco em parede onde caiu
Remover e colocar novo forro de PVC
Refazer telhado/ estrutura metálica
Fazer Contrapiso externo
Refazer pintura



2 Cobertura e Locação
1 : 200

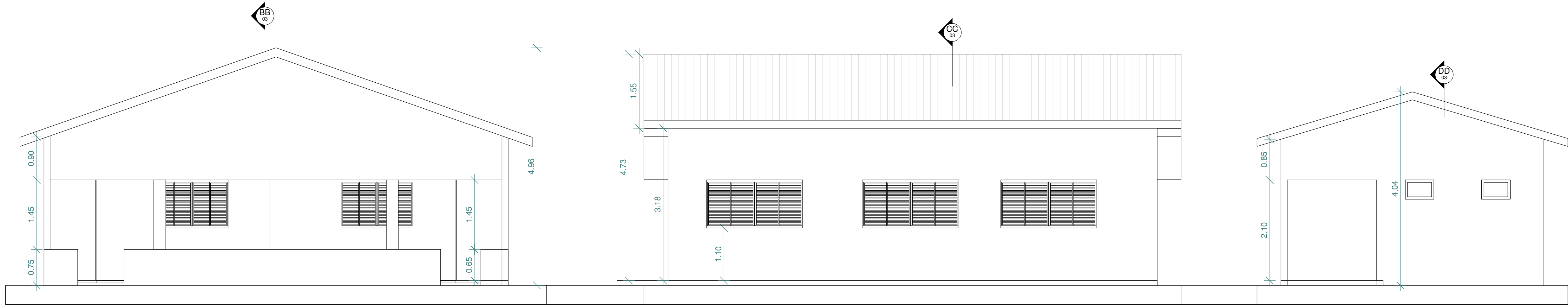


BLOCO03-

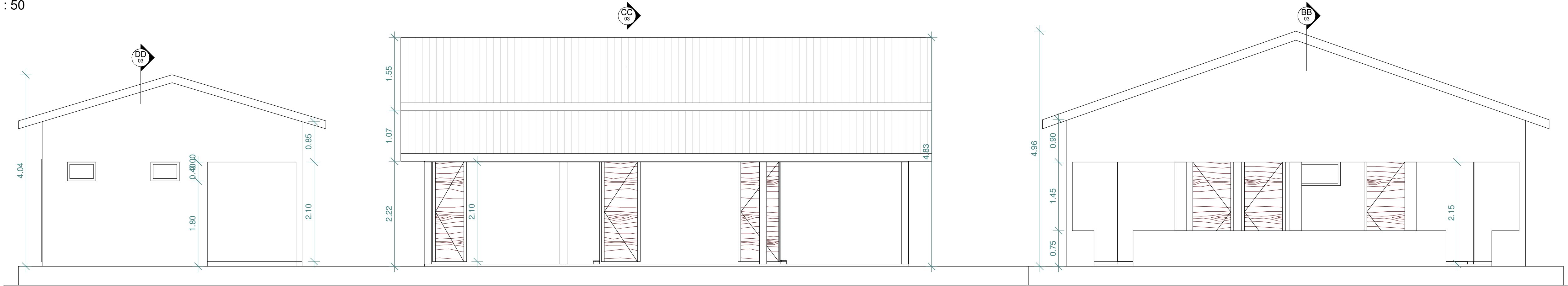
Aumentar pé direito de 2,30m para 2,80 m
Demolir parede tracejada
Trocar portas / retirar e fechar com alvenaria porta em tracejado
Refazer contrapiso interno
Assentamento cerâmica
Colocar forro de PVC
Refazer telhado
Fazer Contrapiso externo
Refazer Pintura

ARQUITETÔNICO

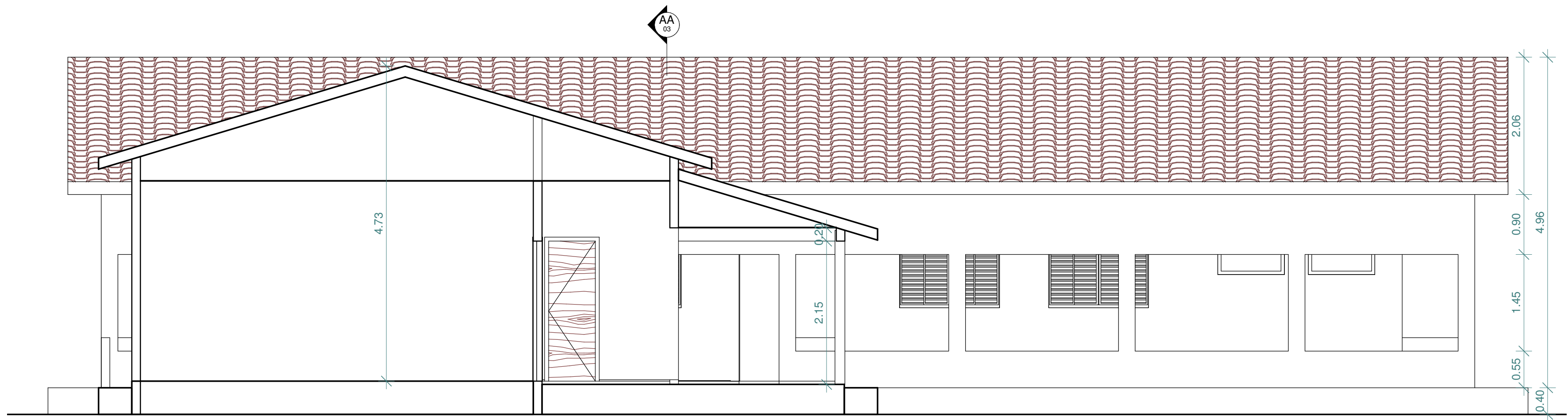
MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA XINGU			
CONTEÚDO: REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - POLO PAVURÚ Plantas: Baixa e de cobertura Tabelas	ÁREA A REFORMAR: 334,10 m²	FOLHA: 1/3	
COORDENADAS: S=11°44'38.5" W=53°36'41.7"	DATA: 10/04/2014	ALDEIA: Pavurú	GEO-ALDEIA: 51317
LOCAL: Polo Base PAVURÚ - Feliz Natal-MT	POLO: Pavurú	FINALIDADE: UBS	
PROPRIETÁRIO:	APROVAÇÃO:	RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PROJETO:	
DSEI XINGU - SESAI MINISTÉRIO DA SAÚDE CNPJ 00394544/0045-04		LEONICE IVANI BRENTANO ENGENHEIRA CIVIL CREA 120 938 6950	



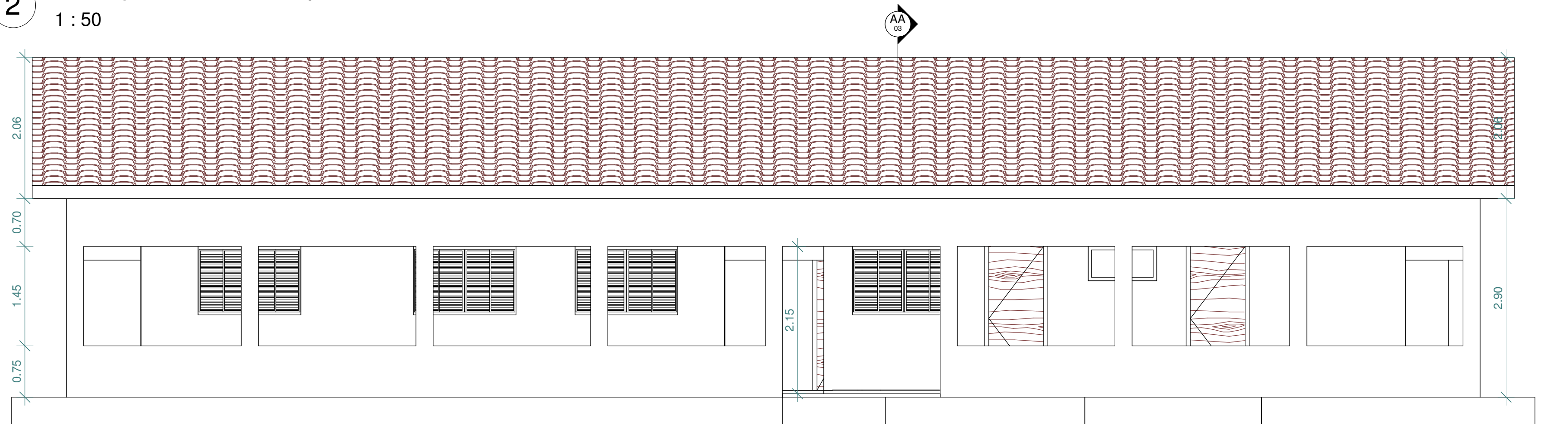
4 Elevação Principal
1 : 50



3 Elevação Posterior
1 : 50



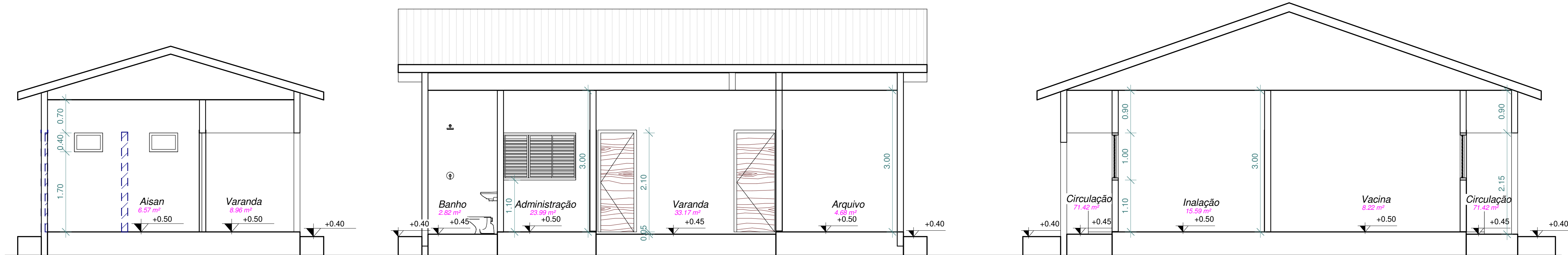
2 Elevação Lateral Esquerda
1 : 50



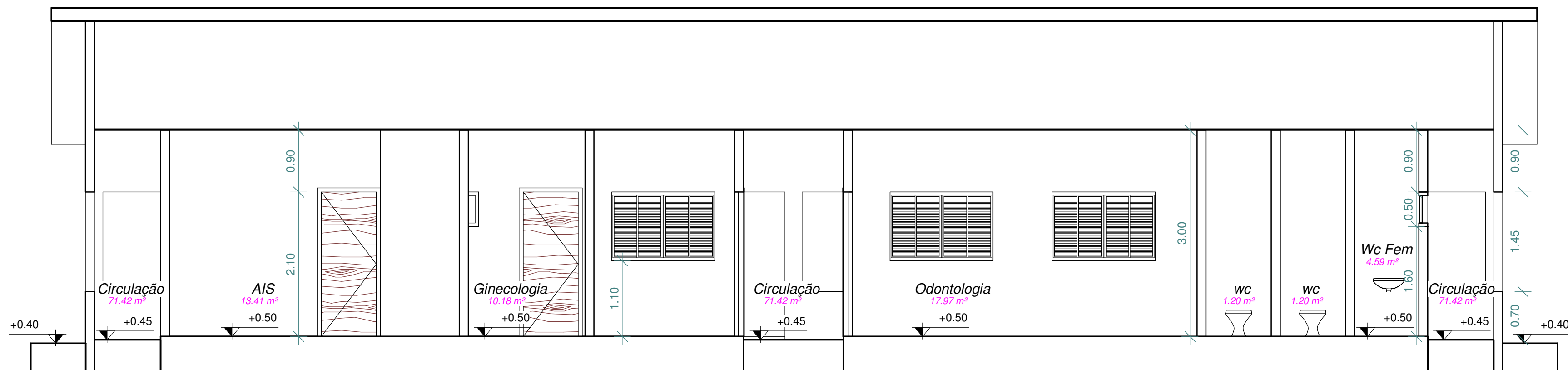
1 Elevação Lateral Direita
1 : 50

ARQUITETÔNICO

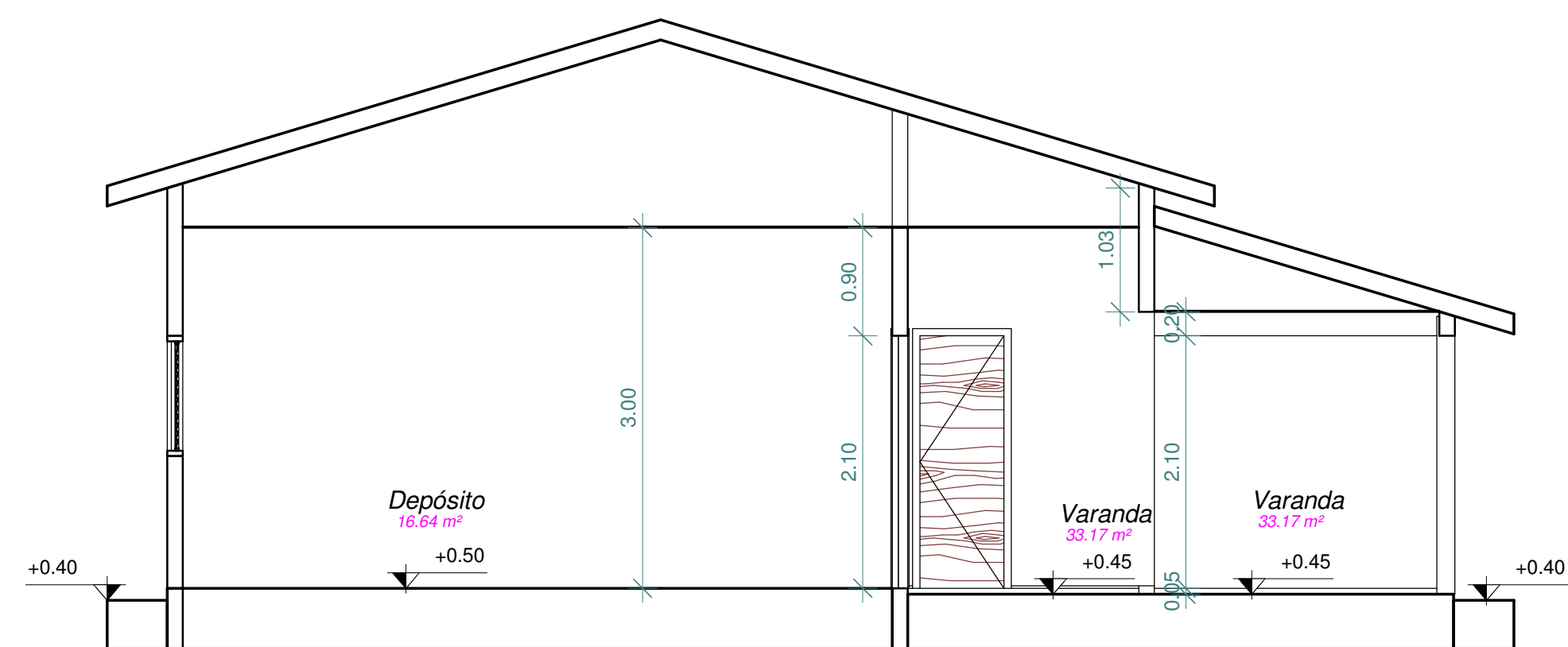
MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA XINGU	
CONTEÚDO: REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - POLO PAVURÚ Elevações: Principal, posterior, lateral direita e esquerda	ÁREA A REFORMAR: 334,10 m² COORDENADAS: S=11°44'38.5" W=53°38'41.7" ALDEIA: Pavurú
LOCAL: Polo Base PAVURÚ - Feliz Natal-MT	FOLHA: 2/3 DATA: 10/04/2014 GEO-ALDEIA: 51317
PROPRIETÁRIO:	APROVAÇÃO:
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PROJETO:	
DSEI XINGU - SESAI MINISTÉRIO DA SAÚDE CNPJ 00394544/0045-04	
LEONICE IVANI BRENTANO ENGENHEIRA CIVIL CREA 120 938 6950	



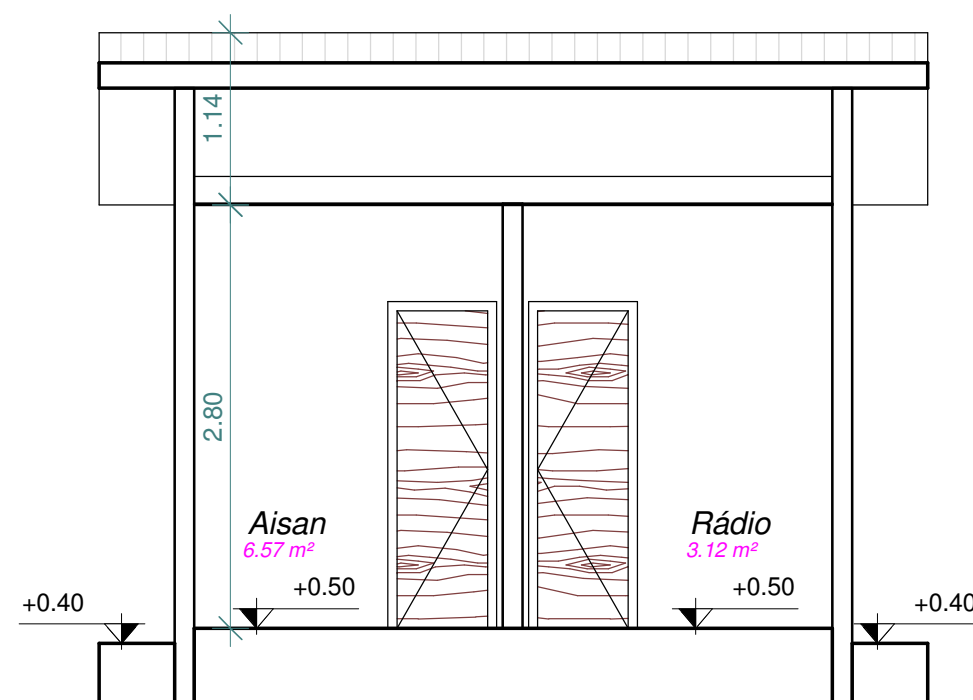
1 AA
1 : 50



2 BB
1 : 50



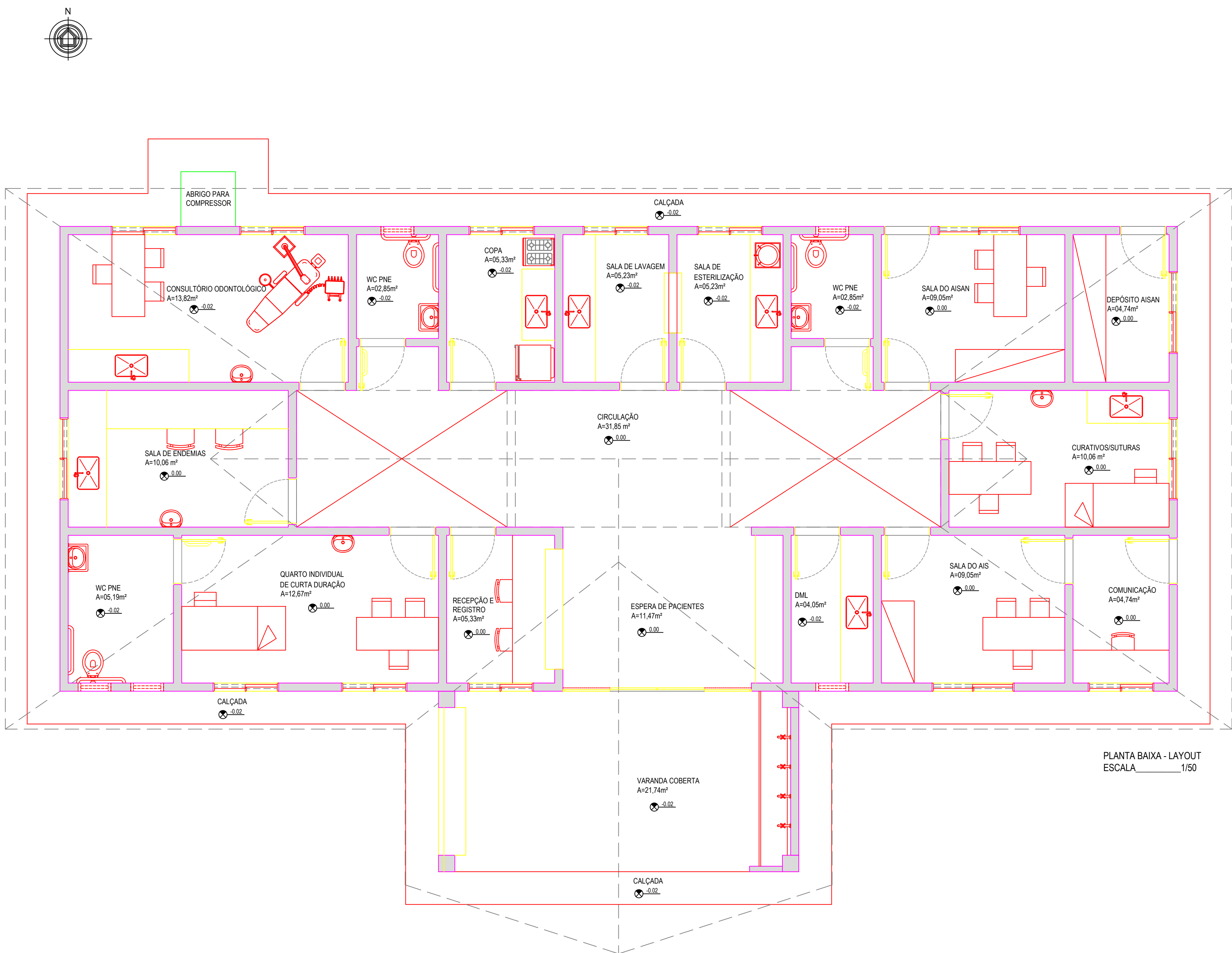
3 CC
1 : 50



4 DD
1 : 50

ARQUITETÔNICO

MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA XINGU		
CONTEÚDO: REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - POLO PAVURÚ Cortes AA BB CC e DD	ÁREA A REFORMAR: 334,10 m²	FOLHA: 3/3
COORDENADAS: S=11°44'38.5" W=53°56'41.7"	DATA: 10/04/2014	
LOCAL: Polo Base PAVURÚ - Feliz Natal-MT	ALDEIA: Pavurú	GEO-ALDEIA: 51317
PROPRIETÁRIO:	APROVAÇÃO:	RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PROJETO:
DSEI XINGU - SESAI MINISTÉRIO DA SAÚDE CNPJ 00394544/0045-04		LEONICE IVANI BRENTANO ENGENHEIRA CIVIL CREA 120 938 6950



QUADRO DE ÁREAS:

ÁREA UTIL - 175,31m²

ÁREA CONSTRUÍDA - 195,43m²

- OBSERVAÇÕES:
- 1 - CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL. FAZENDO AS DEVIDAS ADAPTAÇÕES
 - 2 - AS COTAS PREVALECEM SOBRE OS DESENHOS
 - 3 - TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS

VIGILÂNCIA SANITÁRIA	DIEDI/CGESA/DSEI
	OUTROS



SECRETARIA ESPECIAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA - MINISTÉRIO DA SAÚDE

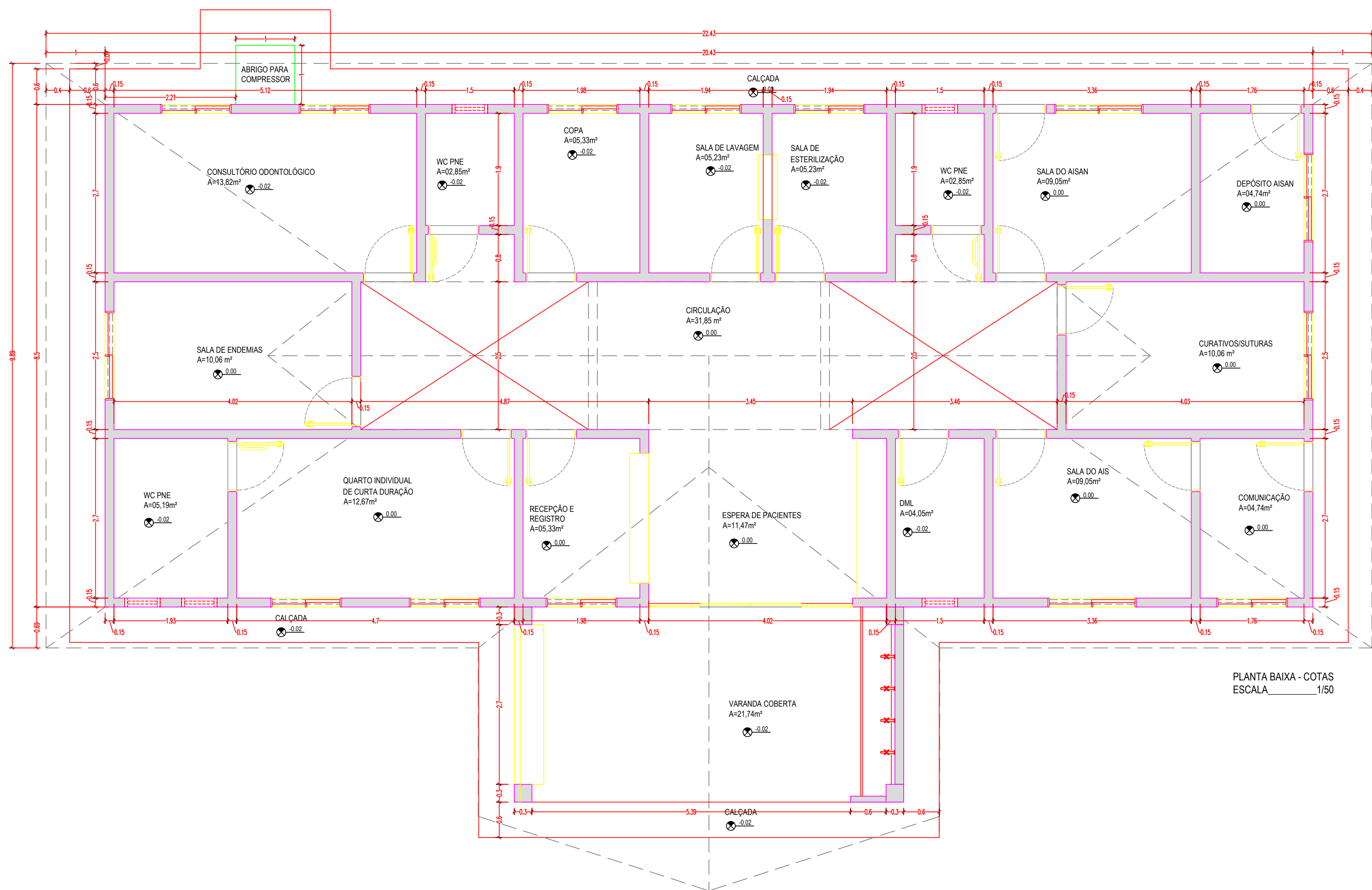
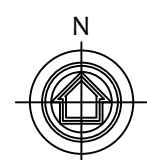
ARQUITETURA	PROJETO EXECUTIVO
REVISÕES	MUNICÍPIO / UF: QUERÊNCIA - MT
1	DSEI: XINGU
2	ALDEIA: KHIKATXI
3	
4	

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE INDÍGENA - TIPO II

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: NOME / CREA / CAU

ENGENHEIRO CIVIL JOSÉ GUILHERME MIRANDA DAMOUS CREA 1017021333D/GO

CONTEÚDO	DATA	ESCALA
PLANTA BAIXA - LAYOUT	28/07/2020	1 / 50
DSEI - XINGU/SESAI/MS		02/10
SERVIÇO DE EDIFICAÇÕES E SANEAMENTO AMBIENTAL INDÍGENA		
AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, 1151 - JARDIM FLAMBOYANT, CEP: 78640-000		
TELEFONE: (66) 3478-3524		



QUADRO DE ÁREAS:

ÁREA UTIL - 175,31m²

ÁREA CONSTRUÍDA - 195,43m²

- OBSERVAÇÕES:
- 1 - CONFERIR TODAS AS MEDIDAS NO LOCAL, FAZENDO AS DEVIDAS ADAPTAÇÕES
 - 2 - AS COTAS PREVALECEM SOBRE OS DESENHOS
 - 3 - TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS

VIGILÂNCIA SANITÁRIA	DIEDI/CGESA/DSEI
	OUTROS



SECRETARIA ESPECIAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA - MINISTÉRIO DA SAÚDE

ARQUITETURA	PROJETO EXECUTIVO
REVISÕES	MUNICÍPIO / UF: QUERÊNCIA - MT
1	DSEI: XINGU
2	ALDEIA: KHIKATXI
3	
4	

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE INDÍGENA - TIPO II

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: NOME / CREA / CAU

ENGENHEIRO CIVIL JOSÉ GUILHERME MIRANDA DAMOUS CREA 1017021333D/GO

CONTEÚDO	DATA	ESCALA
PLANTA BAIXA - COTAS	28/07/2020	1 / 50

DSEI - XINGU/SESAI/MS

SERVIÇO DE EDIFICAÇÕES E SANEAMENTO AMBIENTAL INDÍGENA

AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, 1181 - JARDIM FLAMBOYANT, CEP: 78660-000

TELEFONE: (66) 3478-3524

03/10

Apêndice II
MODELO DE PROPOSTA

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP:
Telefone da sua Empresa:
E-mail da sua Empresa:
CNPJ da sua Empresa:
À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

2. Objeto da Licitação

Nosso interesse em participar desta licitação refere-se à prestação de serviços/aquisição de/para [descrever detalhadamente o objeto da licitação, conforme especificações do edital].

3. Preços e Condições de Pagamento

Inserimos abaixo a planilha com os detalhes dos preços e condições de pagamento:

Item	Descrição do Serviço/material	CATSER/CATMAT	UNIDADE	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
3	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
...
Total						R\$ [Total]

Prazo de Execução e Condições de Pagamento conforme estabelecido no instrumento convocatório.

5. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por [inserir prazo] a partir da data de sua apresentação.

6. Contato e Esclarecimentos

Para eventuais esclarecimentos ou negociações, estamos à disposição nos seguintes contatos:

[Responsável pela Proposta]

[Telefone para Contato]

[E-mail para Contato]

[Outros meios de comunicação, se aplicável]

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal] [Cargo do Responsável Legal]
[Nome da sua Empresa]

Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá
Serviço de Recursos Logísticos

Quadro Resumo do Grupo

Função	Localidade	Valor Unitário Estimado do Posto	Qtd Estimada MENSAL	Valor Estimado Mensal	Valor Estimado Anual
OFICIAL DE SERVIÇOS GERAIS (TÉCNICO DE MANUTENÇÃO)	Canarana/MT	R\$ 10.250,35	5	R\$ 51.251,77	R\$ 615.021,25
DIÁRIAS		R\$ 318,60	45	R\$ 14.337,00	R\$ 172.044,00
Total Estimado do GRUPO					R\$ 787.065,25

Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá
Serviço de Recursos Logísticos

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	28/02/2025
B	Município/ UF	CANARANA/MT
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2025
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	MÊS
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	
3	Cargo:	OFICIAL DE SERVIÇOS GERAIS

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo do serviço	OFICIAL SERVIÇOS GERAIS
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 3.790,67
4	Categoria profissional	SEEAC
5	Data base da categoria	1/1/2024

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração				Valor (R\$)
A	Salário base				R\$ 3.790,67
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	n		R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	N	R\$ 998,00	R\$ -
D	Adicional				
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida				
F	Adicional de hora extra no feriado				
G	Assiduidade			0%	R\$ 73,99
TOTAL DA REMUNERAÇÃO					R\$ 3.864,66

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias			
2.1	13º salário e adicional de férias		Valor (R\$)
A	13º salário	8,33%	R\$ 322,06
B	Adicional de férias	12,10%	R\$ 467,62
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º salário e adicional de férias	7,52%	R\$ 290,60
TOTAL			R\$ 1.080,28

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 772,93
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 96,62
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	RAT 0,0 FAT 0,0	R\$ 115,94
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 57,97
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 38,65
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 23,19

Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá
Serviço de Recursos Logísticos

G	INCRA	0,20%	R\$ 7,73
H	FGTS	8,00%	R\$ 309,17
TOTAL		36,80%	R\$ 1.422,19

Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá
Serviço de Recursos Logísticos

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários						
2.3	Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)
A	Transporte ALTERNATIVO - CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - CCT/2024					R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	SIM/NÃO	Valor	Dias	Desconto	R\$ 387,20
		S	R\$ 22,00	22	R\$ 96,80	
C	Seguro de vida, invalidez e funeral					R\$ 20,00
D	PREMIO ASSIDUIDADE - CESTA BASICA					R\$ 130,80
E	PCMSO					R\$ 49,00
TOTAL						R\$ 587,00

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ 1.080,28
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.422,19
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 587,00
TOTAL		R\$ 3.089,48

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO		
3	Provisão para Rescisão	(%) Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42% R\$ 16,10
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03% R\$ 1,29
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00% R\$ 77,64
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94% R\$ 74,97
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71% R\$ 27,59
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2,00% R\$ 77,64
TOTAL		R\$ 275,24

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		
4.1	Ausências Legais	(%) Valor (R\$)
A	Férias	0,00% R\$ -
B	Ausências Legais	0,73% R\$ 28,21
C	Licença-Paternidade	0,08% R\$ 3,09
D	Ausências por acidente de trabalho	0,27% R\$ 10,43
E	Afastamento Maternidade	0,03% R\$ 1,16
F	Outros (Especificar)	R\$ -
SUBTOTAL		1,11% R\$ 42,90
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre ausências legais	0,00% R\$ -
TOTAL		R\$ 42,90

Submódulo 4.2 - Intra jornada		
4.2	Intra jornada	(%) Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0,00% R\$ -
B	Incidência do submódulo 2.2 sobre intra jornada	0,00% R\$ -
TOTAL		R\$ -

Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá
Serviço de Recursos Logísticos

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Ausência Legais	R\$ 42,90
4.2	Intrajornada	R\$ -
TOTAL		R\$ 42,90

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$ 133,28
B	Materiais (custo mensal por empregado)	R\$ 364,34
C	Registro de Ponto	R\$ -
D	Cracha	R\$ 0,71
TOTAL		R\$ 498,34

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		7,17%	R\$ 556,89
B	Lucro		5,55%	R\$ 462,18
C	Tributos		14,25%	
	C.1	Tributos Federais	PIS	1,65% R\$ 169,13
	C.2		COFINS	7,60% R\$ 779,03
	C.3	Tributos Municipais	ISS	5,00% R\$ 512,52
TOTAL				R\$ 2.479,75

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.864,66
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 3.089,48
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 275,24
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 42,90
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 498,34
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ 7.770,61
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 2.479,75
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 10.250,35

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
PROFISSIONAL SERVIÇOS GERAIS	R\$ 10.250,35	5	R\$ 51.251,77	1	R\$ 51.251,77
Valor mensal dos serviços					R\$ 51.251,77
Valor Mensal estimado dos produtos/materiais (Os produtos/materiais serão pagos pelo efetivo)					
VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ 51.251,77

Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá
Serviço de Recursos Logísticos

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÕES DE PREÇOS

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	28/07/2025
B	Município/ UF	CANARANA/MT
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2025
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Unidade de medida	MÊS
2	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	
3	Cargo:	DIÁRIAS

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo do serviço	DIÁRIAS
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 318,60
4	Categoria profissional	MT 000075/2024
5	Data base da categoria	

MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 Composição da remuneração					Valor (R\$)
A	Salário base				R\$ 318,60
B	Adicional de periculosidade	Sim/Não	n		R\$ -
C	Adicional de insalubridade	Sim/Não	N	R\$ 998,00	R\$ -
D	Adicional				
E	Hora noturna adicional - ou hora noturna reduzida				
F	Adicional de hora extra no feriado				
G	Assiduidade			0%	R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO					R\$ 318,60

MÓDULO 02: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias

2.1 13º salário e adicional de férias		(%)	Valor (R\$)
A	13º salário	0,00%	R\$ -
B	Adicional de férias	0,00%	R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º salário e adicional de férias	0,00%	R\$ -
TOTAL			R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2 GPS, FGTS e outras contribuições						(%)	Valor (R\$)
A	INSS					0,00%	R\$ -
B	Salário Educação					0,00%	R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (RATxFAP)	RAT	0,0	FAT	0,0	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi					0,00%	R\$ -
E	SENAI ou SENAC					0,00%	R\$ -
F	SEBRAE					0,00%	R\$ -
G	INCRA					0,00%	R\$ -
H	FGTS					0,00%	R\$ -
TOTAL						0,00%	R\$ -

Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá
Serviço de Recursos Logísticos

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários						
2.3	Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)
A	Transporte ALTERNATIVO - CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - CCT/2022					R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	SIM/NÃO	Valor	Dias	Desconto	R\$ -
		S	R\$ 18,53	22	R\$ 81,53	
C	Seguro de vida, invalidez e funeral					R\$ -
D	PREMIO ASSIDUIDADE - CESTA BASICA					R\$ -
E	PCMSO					R\$ -
TOTAL						R\$ -

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO		
3	Provisão para Rescisão	(%) Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00% R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00% R\$ -
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00% R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00% R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00% R\$ -
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00% R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		
4.1	Ausências Legais	(%) Valor (R\$)
A	Férias	0,00% R\$ -
B	Ausências Legais	0,00% R\$ -
C	Licença-Paternidade	0,00% R\$ -
D	Ausências por acidente de trabalho	0,00% R\$ -
E	Afastamento Maternidade	0,00% R\$ -
F	Outros (Especificar)	R\$ -
SUBTOTAL		0,00% R\$ -
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre ausências legais	0,00% R\$ -
TOTAL		R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada		
4.2	Intra jornada	(%) Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	R\$ -
B	Incidência do submódulo 2.2 sobre intra jornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá
Serviço de Recursos Logísticos

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
4.1	Ausência Legais	R\$ -
4.2	Intrajornada	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 05: INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes (custo mensal por empregado)	R\$ -
B	Materiais (custo mensal por empregado)	R\$ -
C	Registro de Ponto	R\$ -
D	Cracha	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		0,00%	R\$ -
B	Lucro		0,00%	R\$ -
C	Tributos			
	C.1	Tributos Federais	PIS	0,00% R\$ -
	C.2		COFINS	0,00% R\$ -
	C.3	Tributos Municipais	ISS	0,00% R\$ -
TOTAL				R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 318,60
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)		R\$ 318,60
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 318,60

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
DIÁRIAS	R\$ 318,60	1	R\$ 318,60	1	R\$ 318,60
Valor mensal dos serviços					R\$ 318,60
Valor Mensal estimado dos produtos/materiais (Os produtos/materiais serão pagos pelo efetivo)					
VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ 318,60

Item	Descrição
1	Alicate bomba d'água 10'
2	Alicate cortador, descascador e desencapador de fio
3	Alicate crimpador RJ11 e RJ45 com trava de catraca - rede e telefonia.
4	Alicate de bico ½ cano reto 6"
5	Alicate de compressão para terminais cabo RG6 e RG11
6	Alicate de corte diagonal 6"
7	Alicate de corte rente reforçado
8	Alicate de pressão 10
9	Alicate para prensar terminais p/ fios e cabos 0,5 - 10mm.
10	Alicate para terminais coaxial catracado RG59,58,62,6.
11	Alicate rebitador manual
12	Alicate universal 8"
13	Alicate volt-amperímetro (TRUE RMS) VA-318 MARCA INSTRUTHERM.
14	Arco de serra manual
15	Badisco Digital Com Display Em Cristal Líquido
16	Torno de bancada nº6
17	Moto Esmeril de bancada 1/2CV 220V
18	Bomba para Graxa manual de 0,5 a 1kg
19	Broca de aço rápido (jogo)
20	Brocas de Vídea (jogo)
21	Broxa para pintor
22	Caixa p/ ferramentas plástica entre as dimensões mínimas de 40 a 50cm comprim.
23	Carrinho de mão capacidade 60L, pneu com câmara.
24	Carro Aberto para Ferramentas (Ref: Tramontina)
25	Cavadeira reta tipo alavanca, material: aço carbono e cabo : madeira
26	Chave B.L.I enroladeira para telefonia.
27	Chave cortador de tubo manual, ½" a 6"
28	Chave de boca nº 10 e 11
29	Chave de boca nº 12 e 13
30	Chave de fenda ¼ x 6"
31	Chave de fenda ¼ x8
32	Chave de fenda 1/8 x 6
33	Chave fenda 1/8 x 3
34	Chave fenda 3/16 x 4
35	Chave Inglesa 24"
36	Chave inglesa 4"
37	Chave Inglesa 6"
38	Chave para lavatório em ferro fundido, não extensível, para bitolas de 3/8 a 1.1/4 polegadas
39	Chave philips 1/8 x 3
40	Chave philips 3/16 x 4
41	Chave phillips 3/16 x 3"
42	Chave phillips ¼ x 5"
43	Punch Down para inserção em terminais de rede RJ45.
44	Chaves de grifo nº 10
45	Chaves de grifo nº 12
46	Chaves de grifo nº 14
47	Chaves de grifo nº 18

48	Chaves de grifo nº 24
49	Chaves de grifo nº 36
50	Chaves de grifo nº 48
51	Chaves de grifo nº 08
52	Colher de pedreiro 8"
53	Decapador para cabos de rede.
54	Desempenadeira de alumínio para aplicação de rejunte
55	Desentupidor de esgotos, pias, ralos e banheiras
56	Enxada Larg: 30cm Cabo: 150cm
57	Escada de alumínio de 12, degraus
58	Escada de alumínio de 5 degraus
59	Esquadro de carpinteiro
60	Estilete (cartucho com 10 lâminas)
61	Estilete profissional(com lâmina de 18 mm para trabalho pesado com empunhadura de borracha anti-deslizante)
62	Ferro de solda 100W.
63	Ferro de solda 40W (com ponta fina)
64	Formões (jogo) – 3/8", 1/2", 5/8", 3/4"
65	Furadeira elétrica profissional, velocidade variável e reversível, mandril até 1/2", DEWALT mod. DW508K
66	Furadeira elétrica, mandril até 3/8"
67	Jogo de chave ALLEN 1,5mm à 10mm.
68	Jogo de chave hexagonal de 1/2 a 9/16
69	Jogo de chaves combinadas 6 à 32mm.
70	Jogo de chaves de boca, 6 a 22mm
71	Jogo de chaves de fenda c/ 6 peças
72	Jogo de chaves Torx de T7 à T40.
73	Jogo de Soquetes Sextavados 1/2 Profissional (Aço cromo vanádio temperado-Encaixe de 1/2" 20 Soquetes Sextavados (mm): 10 à 32mm)
74	Jogo de tarraxas de 1,0" a 2,0" de ferro galvanizado
75	Lanterna recarregável de 15 Leds.
76	Lima chata 6" bastarda
77	Lima chata de 8" bastarda
78	Lima redonda 6" bastarda
79	Linha p/ pedreiro Carretel: 100m
80	Lixadeira elétrica (p/metal)
81	Localizador de cabos de rede (UTP 4 pares) e de cabos de telefonia.
82	Lupa com cabo (60mm de diâmetro)
83	Luvas p/ eletricista de 500V classe 00 tipo 2
84	Maçarico a gás combustível
85	Maleta para ferramentas com divisórias (42x37x11cm)
86	Máquina de copiar chaves NR 02 220V Gold ou Similar
87	Máquina de solda (elétrica)
88	Máquina Desentupidora Elétrica - TL50 - Bi-volt - Motor de 1/2 HP.
89	Martelo unha 34cm
90	Mascara protetora de solda
91	Nível de bolha laser 500
92	Pá (reta e com bico) com cabo
93	Parafusadeira velocidade variável 1/4" 700watts.
94	Picaretas (ponta fina / ponta larga)

95	Pincel para retoque
96	Plaina elétrica
97	Ponteiro 10"
98	Prumo de pedreiro
99	Rádio portátil talkabout
100	Rolo p/ pintura
101	Serra circular elétrica
102	Serra elétrica tico-tico
103	Serrote de 22"
104	Sugador de solda
105	Suporte para ferro de solda
106	Talhadeira 130 x 15mm
107	Talhadeira 150 x 15mm
108	Talhadeira 250 x 20mm
109	Termômetro Digital MINIPA c/ mira laser.
110	Tesoura para Cabista/eletricista TES.
111	Testador de cabo de rede p/ RJ11 e RJ45.
112	Teste de tensão neon
113	Trena, 5m

ANEXO IV

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR destina-se ao ajuste escrito anexo aos contratos firmados para a contratação de serviços de saúde indígena.

Objetivo a atingir: Prestação de serviços de saúde indígena em elevados níveis de qualidade.

Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

Sanções: Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada serão estabelecidos e utilizados os Instrumentos de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

2.2. A análise dos resultados destas avaliações poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

2.3. **O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Coordenação-Geral.** O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

2.5. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

2.6. Para consecução destes objetivos deverão ser adotadas as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

MÓDULO ÚNICO – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE INDÍGENA

Item	Descrição do Item	Peso	Pontuação Máxima
1	Ausência de itens necessários	2,5	10
2	Substituição inadequada de itens	2,5	10
3	Condições inadequadas de serviço	2,5	10
4	Uso de equipamentos fora de especificações	2,5	10
5	Não cumprimento de normas de atendimento	2,5	10
6	Atraso no início do serviço (até 30 min)	2,5	10

7	Término antecipado do serviço	2,5	10
8	Descumprimento do tempo regular de atendimento	2,5	10
9	Indisponibilidade do serviço por mais de 30 min	2,5	10
10	Ausência contumaz nas áreas de atuação	2,5	10
11	Distrações prejudiciais ao serviço	2,5	10
12	Tratamento inadequado com os pacientes indígenas	2,5	10

4. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DOS ITENS AVALIADOS

4.1. De acordo com as ocorrências constatadas na execução do contrato e considerando os pesos de cada módulo, a pontuação mensal da contratada será avaliada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação mensal} = 350 - (n^{\circ} \text{ de Ocorrências do MÓDULO ÚNICO} \times 2,5)$$

4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 290 pontos. 4.3. O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

4.4. A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

5. FORMA DE DIMENSIONAMENTO DOS PAGAMENTOS

5.1. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte **Faixa de Tolerância**, correspondente à pontuação obtida:

- 350 A 310 **0%**
- 290 A 309 **1,5%**
- Abaixo de 290 **3%**

$\text{Pagamento} = \text{Valor da NF [R\\$]} - \text{Faixa de Tolerância [\%]}$
--

5.2. Haverá possibilidade de **rescisão contratual** nas seguintes condições:

5.2.1. Desconto de 3% por mais de seis vezes durante a vigência inicial do Contrato ou nos últimos 12 meses, se houver prorrogação;

5.2.2. Pontuação abaixo de 250 pontos;

6. FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

MÓDULO ÚNICO: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE INDÍGENA

Total de ocorrências	Data da Ocorrência	Descrição

DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre o DSEI _____ e a empresa _____, CNPJ n.º _____ e, é parte integrante do contrato ou atas de registro de preços decorrente do Edital Pregão Eletrônico nº ____/20__.

7.2. A assinatura deste instrumento indica que a as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

_____/ __, de de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Apêndice V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Por meio deste, eu, **[Nome do Representante Legal]**, portador da Carteira de Identidade nº. **[Número da Carteira de Identidade]** e do CPF nº. **[Número do CPF]**, representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, declaro, em atendimento ao disposto no **Edital n.º __/20__**, que a nossa empresa possui pleno conhecimento de todas as informações relacionadas à execução dos trabalhos e/ou condições de entrega/fornecimento referentes à licitação mencionada.

Comprometemo-nos a não alegar, em momento posterior, o desconhecimento de fatos que eram evidentes à época da licitação, visando solicitar qualquer alteração no valor do contrato que venha a ser celebrado, caso a nossa empresa seja a vencedora do certame.

Local e data: [Local], [Data]

[Nome da sua Empresa]

[Assinatura do Responsável

Legal da Empresa]

[Nome do Responsável Legal]

[Cargo do Responsável Legal]

Apêndice VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Eu, _____, servidor(a) público(a), lotado(a) na _____, inscrito(a) no SIAPE nº. _____, declaro, para os devidos fins, que recebi o licitante _____ para a vistoria no local de prestação de serviço, conforme estabelecido no **Edital de Licitação nº. _____**, datado de _____.

Durante a vistoria, acompanhei o licitante e atestei a realização da mesma, verificando que o licitante teve acesso a todas as áreas relevantes para a execução dos serviços descritos no edital.

_____, __, 20__

[Assinatura do Servidor Responsável]
[Nome Completo do Servidor]
[Cargo ou Função do Servidor]
[Órgão ou Setor]

[Nome da sua Empresa]
[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal]
[Cargo do Responsável Legal]

Apêndice VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Eu, _____, representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, e portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e CPF nº. _____, declaro, para os devidos fins, que estou ciente da possibilidade de realizar vistoria no local de prestação de serviço, conforme estabelecido no **Edital de Licitação nº. _____**, datado de _____.

Por motivos justificados e após análise criteriosa das informações disponíveis, venho por meio desta declarar a dispensa da vistoria presencial. Afirmando ter pleno conhecimento das condições do local de prestação de serviço e das exigências estabelecidas no edital.

Declaro também que, ao dispensar a vistoria, assumo total responsabilidade pelas informações prestadas e pela compreensão integral dos requisitos para a execução dos serviços, conforme descrito no edital.

Esta declaração é prestada de boa-fé e em conformidade com a verdade, sob as penas da lei.

_____, ____/____/20____.

[Assinatura do Representante Legal]
[Nome Completo do Representante Legal]
[Cargo ou Função do Representante Legal]

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XINGU

Contrato 23/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2025	257041-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XINGU	MILTON MARTINS DE SOUZA	09/12/2025 09:31 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25051.000867/2024-76

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 25051.000867/2024-76)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

A [União] ~~OU [Autarquia XXXXX]~~ ~~OU [Fundação XXXXX]~~ [A1], por intermédio do(a) DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - XINGU, com sede no(a) Avenida Rio Grande do Sul, nº 1.181, Jardim Flamboyant, na cidade de Canarana - MT, 78640-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.544/0045-04, neste ato representado(a) pelo(a) Coordenador Distrital Sr. WULKAI SUIA, nomeado(a) pela Portaria nº 849, de 25 de abril de 2023, publicada no D.O.U. de 26 de abril de 2023, portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] ~~OU [procuração apresentada nos autos]~~, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] ~~OU [Concorrência]~~ ~~OU [Dispensa de Licitação]~~ ~~OU [Inexigibilidade de Licitação]~~ nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.[A2]

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de mão de obra para manutenção predial, com fornecimento de mão de obra especializada de 05 (cinco) Oficiais de Serviços Gerais (Técnicos de Manutenção) e ferramentas, para atender as necessidades do DSEI Xingu e unidades vinculadas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

--	--	--	--	--	--	--

	ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO	LOCALIDADE	QUANTIDADE MENSAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
GRUPO ÚNICO	01	Oficial de Serviços Gerais (Técnico de Manutenção Predial)	Canarana/MT	01	R\$	R\$
	02	Oficial de Serviços Gerais (Técnico de Manutenção Predial)	São Félix do Araguaia/MT	01	R\$	R\$
	03	Oficial de Serviços Gerais (Técnico de Manutenção Predial)	Gaúcha do Norte/MT	01	R\$	R\$
	04	Oficial de Serviços Gerais (Técnico de Manutenção Predial)	Feliz Natal/MT	01	R\$	R\$
	05	Oficial de Serviços Gerais (Técnico de Manutenção Predial)	Querência/MT	01	R\$	R\$
	Diárias			45	R\$	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. ~~[O Edital da Licitação] OU [A Autorização de Contratação Direta] OU [O Aviso de Dispensa Eletrônica];~~

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ~~O prazo de vigência da contratação é de [12 meses] contados do(a) [da assinatura do contrato], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

2.2. ~~A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

~~2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;~~

~~2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;~~

~~2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;~~

~~2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;~~

~~2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e~~

~~2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A1]).~~

- 2.3. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*
- 2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
- 2.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*
- 2.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*
- 2.7. *Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.*

OU

- 2.8. *O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo - máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A2] .*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).*
- 5.2. *No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.*
- 5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.[A1]*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.[A1]

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **XXXXXX**.[A2]

8.1.12. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;**[A3]

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A1]

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A2] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.56. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));*

9.57. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A3] .*

9.58. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

9.59. *Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.[A4]*

9.59.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*

9.60. *Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica:[A5]*

OU

9.61. *Considerando que se trata de contrato com número inferior a vinte e cinco colaboradores, a previsão do percentual para o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica será de XX %[A6]*

9.61.1. *As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.*

9.61.2. *Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de XX% com a nova contratação.*

9.61.3. *Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.*

9.61.4. *Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.*

9.61.5. *O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.61.3.*

9.61.6. *O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.*

9.62. *Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual. [A7]*

OU

9.63. *Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.[A8]*

10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

11.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

11.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

11.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

- 11.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 11.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A1]*
- 11.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 11.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A2]*
- 11.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 11.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 11.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 11.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 11.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A3]*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 ~~*Não haverá exigência de garantia contratual da execução.[A1]*~~

OU

12.2. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. ~~*O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A1].*~~

- 14.2. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes*[A2] *contraentes.*
- 14.3. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*
- 14.4. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*
- 14.5. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*[A3]
- 14.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 14.10.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 14.10.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 14.10.3 Das indenizações e multas.
- 14.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 14.12. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis[A4] .
- 14.13. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.14. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 14.15. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:
- 14.15.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
 - 14.15.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 14.16. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.17. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.17.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.17.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.18. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.19. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho[A5] em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/unidade: [...];
- II. Fonte de recursos: [...];
- III. Programa de trabalho: [...];
- IV. Elemento de despesa: [...]; e
- V. Plano interno: [...]; e
- VI. Nota de empenho: [...];

16.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]*

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **XXXXXX**, Seção Judiciária de **XXXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- [A1]

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MILTON MARTINS DE SOUZA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 17:41:40.

WULKAI SUIA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 09/12/2025 às 09:31:41.